

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Instituto de Filosofia, Sociologia e Política**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciência Política**



Dissertação

**Virtudes evocadas, promessas não cumpridas:**  
eleições pluripartidárias na Guiné-Bissau (1994-2019)

**Calido Mango**

Pelotas, 2024

## **CALIDO MANGO**

**Virtudes evocadas, promessas não cumpridas:**  
eleições pluripartidárias na Guiné-Bissau (1994-2019)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, no Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto

Linha de pesquisa: Instituições e processos políticos

## Ficha catalográfica

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

M227v Mango, Calido

Virtudes evocadas, promessas não cumpridas [recurso eletrônico] :  
eleições pluripartidárias na Guiné-Bissau (1994-2019) / Calido Mango ;  
Alvaro Augusto de Borba Barreto, orientador. – Pelotas, 2024.  
181 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência  
Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal  
de Pelotas, 2024.

1. Guiné-Bissau. 2. Eleições. 3. Governança. 4. Democracia mínima.  
I. Barreto, Alvaro Augusto de Borba, orient. II. Título.

CDD : 320

Elaborada por Fabiano Domingues Malheiro CRB: 10/1955

## **CALIDO MANGO**

**Virtudes evocadas, promessas não cumpridas:**  
eleições pluripartidárias na Guiné-Bissau (1994-2019)

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 12 de dezembro de 2024

Banca examinadora:

---

**Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto (Orientador)**

Doutor em História – Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Etiene Villela Marroni**

Doutora em Ciência Política – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Caroline Bianca Graeff**

Doutora em Ciência Política – Universidade Federal de Pelotas

Aos meus pais Aladje Sambú Mango e Binta Camará,  
pelos valores educativos que sempre me  
transmitiram.

## Agradecimentos

O louvor à *Allah* (o Altíssimo), pela dádiva e resiliência em todos os momentos. Aos meus pais Aladje Sambú Mango e Binta Camará, pelo significado e valores a mim transmitidos, no seio da família, na sociedade e, pelo contributo na minha educação, meu muito obrigado.

À minha amada esposa, Assiatu Seide Mango (Aicha), pelo perfeito significado que em mim desperta, por me acompanhar nessas andanças agitadas da vida académica, sobretudo por me permitir seguir os meus objetivos. À minha filha Hussainato, um amor! E, ao meu amado sobrinho e xará, Calido! Um menino incrível e inteligente, mesmo com a tenra idade. À Aua Cassamá, minha amada irmã, um ser de alma e coração iluminado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto, pelo rigor científico, lucidez e estímulo com que me orientou durante este tempo. Ao Lamine, Biai, Aliu Fai, Untchu, Abú (Djesta Men), Bassinho, Djiru e Etú meus manos, à vós e a toda minha família, sou grato por tudo.

À mamã Namina, mana Eta, tia Tute, tia Murida, tia Clarice e tia Fátima (*In Memoriam*) pelo acolhimento em Portugal, durante uma parte da minha trajetória académica nas "terras dos Camões". Ao tio Miro, por ser um segundo pai para mim e tio Braima Turé, pela colaboração e palavras de apreço. Aos colegas e amigos Aldair N'buku, Locarine, Suare, Roberto Cordeiro, Jorge de Aveiro, Mussunda, Bethy, Marciano, Kota Adélio, Rafael e Edson pela amizade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa a mim concedida e que me permitiu desenvolver a minha pesquisa de forma eficiente.

À República Federativa do Brasil. Ao Luiz Inácio Lula da Silva, um ícone da excelência na governança brasileira, protagonista de um projeto (Unilab) que me deu oportunidade de cursar ensino superior, numa universidade pública e federal no exterior. À Universidade Federal de Pelotas, a todos professores e professoras que me despertaram a olhar muito além.

Deixo aqui o meu sentimento de gratidão!

"Crise? Que crise? Pergunta para o Bush"

Lula da Silva, 16 de setembro de 2008

## Resumo

MANGO, Calido. **Virtudes evocadas, promessas não cumpridas: eleições pluripartidárias na Guiné-Bissau (1994-2019)**. Orientador: Alvaro Augusto de Borba Barreto. 2024. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

A dissertação tem como objeto as eleições realizadas a partir de 1994, quando o país adotou o pluripartidarismo, e se desenvolve até 2019, ocasião em que se realizou a mais recente eleição presidencial. Traz como problema saber como se pode avaliar o sistema político guineense desde a adoção de eleições pluripartidárias, em 1994, e até 2019, analisado segundo um parâmetro minimalista de democracia. Aborda a dialética de promessas e de fracassos que marcam as eleições guineenses, tendo por objetivo principal analisar o modo como tem se apresentado o sistema político guineense em 25 anos de eleições pluripartidárias (1994-2019), tendo a democracia minimalista como referencial de avaliação. O trabalho tem como contexto o fato de, entre os finais de 1980 a início de 1990, a África subsaariana atravessar uma vaga de democratização que permitia a substituição dos regimes monopartidários por outro teoricamente democrático. No caso guineense, os anos 1990, marca a introdução do processo eleitoral pluripartidário, com o término do unipartidarismo do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), artífice da libertação do jugo português, o que se deu em 1973. A intenção era superar diferentes problemas políticos dessa época e dinamizar a governança política no país para tempos posteriores, o que até o momento não foi alcançado. Com advento da democracia, os partidos passaram a ocupar lugar de destaque na governança, sendo atores indispensáveis para esse processo. A dissertação traça um panorama analítico do contexto político e partidário guineense, face às rupturas institucionais e crises no governo que se seguiram à realização de eleições pluripartidárias. Em primeiro momento, abordou a contextualização histórica e política do país para permitir mais à frente, a explicação e compreensão dos fatores que explicam a má gestão no governo. No segundo momento, o estudo focou em partidos políticos e nas instituições políticas, especificamente no que tange às eleições e às crises pós-eleitorais, para a partir de aí analisar como ocorrem essas diferentes crises na governação. E, no terceiro momento, fez uma abordagem mais global com referência aos partidos de forma mais alargado, aos diferentes regimes governamentais e suas políticas administrativas, bem como a maneira que suas gestões acabam por criar diversas crises na Guiné-Bissau. E, por fim, no quarto promove uma análise geral de que foram abordados em todos os capítulos, resgatando, apesar de tudo, a relevância das eleições. Realizaram-se duas modalidades de investigações: primeiro, um estudo bibliográfico que permitiu reunir visões dos diferentes teóricos em volta dessa questão; segundo, analisaram-se dados e documentos por meio de um trabalho de campo, notadamente resultados eleitorais e relatos das crises institucionais.

**Palavras-chave:** Guiné-Bissau; eleições; governança; democracia mínima.

## Abstract

MANGO, Calido. **Virtues evoked, promises not kept:** multiparty elections in Guinea-Bissau (1994-2019). Advisor: Alvaro Augusto de Borba Barreto. 2024. 181 f. Dissertation (Master in Political Science) – Institute of Philosophy, Sociology and Politics. Federal University of Pelotas, Pelotas, 2024.

The dissertation focuses on the elections held since 1994, when the country adopted a multiparty system, and continues until 2019, when the most recent presidential election was held. It addresses the issue of how to evaluate the Guinean political system since the adoption of multiparty elections in 1994 and until 2019, analyzed according to a minimalist parameter of democracy. It addresses the dialectic of promises and failures that mark Guinean elections, with the main objective of analyzing how the Guinean political system has been presented in 25 years of multiparty elections (1994-2019), using minimalist democracy as a reference for evaluation. The work is based on the fact that, between the late 1980s and early 1990s, sub-Saharan Africa went through a wave of democratization that allowed the replacement of single-party regimes by another theoretically democratic one. In the case of Guinea-Bissau, the 1990s marked the introduction of a multi-party electoral process, with the end of the one-party system of the African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde (PAIGC), which had been responsible for the country's liberation from Portuguese rule in 1973. The intention was to overcome various political problems of that time and to streamline political governance in the country for future generations, which has not been achieved to date. With the advent of democracy, parties began to occupy a prominent place in governance, becoming indispensable actors in this process. This dissertation provides an analytical overview of the political and party context in Guinea-Bissau, in light of the institutional ruptures and crises in the government that followed the holding of multi-party elections. First, it addresses the historical and political context of the country to later allow for the explanation and understanding of the factors that explain the government's mismanagement. In the second part, the study focused on political parties and political institutions, specifically with regard to elections and post-electoral crises, in order to analyze how these different crises in governance occur. And, in the third part, it took a more global approach with reference to parties in a broader sense, to the different government regimes and their administrative policies, as well as the way in which their management ends up creating various crises in Guinea-Bissau. And, finally, in the fourth part, it promotes a general analysis of what was addressed in all the chapters, rescuing, despite everything, the relevance of elections. Two types of research were carried out: first, a bibliographical study that allowed for the gathering of views of different theorists on this issue; second, data and documents were analyzed through fieldwork, notably electoral results and reports of institutional crises.

**Keywords:** Guinea-Bissau; Elections; governance; Minimal democracy.

## Lista de Figuras

Figura 1	Mapa administrativo da República da Guiné-Bissau .....	39
Figura 2	Bandeira da República da Guiné-Bissau .....	48

## Lista de Quadros

Quadro 1	Estrutura do primeiro governo monopartidário da Guiné-Bissau (1974-1980) .....	52
Quadro 2	Partidos legalmente reconhecidos na sequência da revogação do artigo 4º da Constituição (Guiné-Bissau, 1991-1993) .....	70
Quadro 3	Divisão dos círculos eleitorais da Guiné-Bissau por região .....	74
Quadro 4	Comparativo da variação dos partidos com assento parlamentar (Guiné-Bissau, 1994-1999) .....	95
Quadro 5	Presidentes da República desde a implantação de eleições pluripartidárias (Guiné-Bissau, 1994-2020) .....	128
Quadro 6	Candidatos selecionados para a 2ª volta das eleições presidenciais (Guiné-Bissau, 1994-1999) .....	129
Quadro 7	Primeiros-ministros desde a implantação de eleições pluripartidárias (Guiné-Bissau, 1994-2020) .....	131
Quadro 8	Chefes das Forças-armadas assassinados desde a implantação de eleições pluripartidárias (Guiné-Bissau, 1994-2020) .....	132
Quadro 9	Comparecimento às eleições (Guiné-Bissau, 1994-2019) .....	158

## Lista de Gráficos

Gráfico 1	Resultado da 2ª volta das eleições presidenciais (Guiné-Bissau, 1994) .....	79
Gráfico 2	Resultado da 2ª volta das eleições presidenciais (Guiné-Bissau, 1999) .....	93
Gráfico 3	Resultado da 2ª volta das eleições presidenciais (Guiné-Bissau, 2005) .....	103
Gráfico 4	Resultado da 2ª volta das eleições presidenciais (Guiné-Bissau, 2009) .....	110
Gráfico 5	Resultado da 2ª volta das eleições presidenciais (Guiné-Bissau, 2014) .....	116
Gráfico 6	Resultado da 2ª volta das eleições presidenciais (Guiné-Bissau, 2019) .....	126

## Lista de Tabelas

Tabela 1	Resultado da 1ª volta das eleições presidenciais (Guiné-Bissau, 1994) .....	78
Tabela 2	Resultado das eleições legislativas (Guiné-Bissau, 1994) .....	80
Tabela 3	Resultado da 1ª volta das eleições presidenciais (Guiné-Bissau, 1999) .....	92
Tabela 4	Resultado das eleições legislativas (Guiné-Bissau, 1999) .....	93
Tabela 5	Resultado das eleições legislativas (Guiné-Bissau, 2004) .....	100
Tabela 6	Resultado da 1ª volta das eleições presidenciais (Guiné-Bissau, 2005) .....	102
Tabela 7	Resultado das eleições legislativas (Guiné-Bissau, 2008) .....	106
Tabela 8	Resultado da 1ª volta das eleições presidenciais (Guiné-Bissau, 2009) .....	109
Tabela 9	Resultado da 1ª volta das eleições presidenciais (Guiné-Bissau, 2012) .....	112
Tabela 10	Resultado da 1ª volta das eleições presidenciais (Guiné-Bissau, 2014) .....	116
Tabela 11	Resultado das eleições legislativas (Guiné-Bissau, 2014) .....	117
Tabela 12	Resultado das eleições legislativas (Guiné-Bissau, 2019) .....	124
Tabela 13	Resultado da 1ª volta das eleições presidenciais (Guiné-Bissau, 2019) .....	125
Tabela 14	Resultado das eleições legislativas (Guiné-Bissau, 1994-2019)	130

## Lista de abreviaturas e siglas

AD	Aliança Democrática
AFP	Aliança das Forças Patrióticas
ANP	Assembleia Nacional Popular
APU	Aliança Popular Unida
APU-PDGB	Assembleia do Povo Unido - Partido Democrático da Guiné-Bissau
Art./Arts.	Artigo/Artigos
ASG	Aliança Socialista da Guiné
BM	Banco Mundial
CD	Centro Democrático
CEDEAO	Comunidade dos Estados da África Ocidental
CEMGFA	Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas
CFA	Comunidade Financeira Africana
CNA	Congresso Nacional Africano
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa
DSP	Domingos Simões Pereira
FARP	Forças Armadas Revolucionárias do Povo
FCG-SD	Fórum Cívico Guineense Social Democracia
FD	Frente Democrática
FDS	Frente Democrática Social
FLING	Frente de Libertação Nacional da Guiné
FMI	Fundo Monetário Internacional
FREPASNA	Frente Patriótica de Salvação Nacional
GTAPE	Gabinete Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
JOMAV	José Mário Vaz
LIPE	Liga Guineense para a Proteção Ecológica
MADDEM-G15	Movimento para Alternância Democrática - Grupo dos 15
MCCI	Movimento dos Cidadãos Conscientes e Inconformados
MDG	Movimento Democrático Guineense
MFDC	Movimento das Forças Independentistas de Casamansa

MGD	Movimento Guineense para o Desenvolvimento
MISSANG	Missão da Segurança das Forças Angolanas na Guiné-Bissau
MP	Movimento Patriótico
MUDE	Movimento de Unidade para a Democracia
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
PADEC	Partido para a Democracia, Desenvolvimento e Cidadania
PAE	Programa de Ajustamento Estrutural
PAI	Partido Africano de Independência
PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde
PAICV	Partido Africano da Independência de Cabo Verde
PCD	Partido da Convergência Democrática
PDD	Partido Democrático para Desenvolvimento
PDG	Partido Democrático da Guiné
PDP	Partido Democrático do Progresso
PDS	Partido Democrático Socialista
PJRT-PFD	Partido da Justiça, Reconciliação e Trabalho – Plataforma das Forças Democráticas
PMP	Partido Manifesto do Povo
PND	Partido da Nova Democracia
PP	Partido do Progresso
PPD	Partido Popular Democrático
PPG	Partido Popular da Guiné
PPR	Partido do Progresso e Renovação
PRD	Partido para a Renovação e Desenvolvimento
PRID	Partido Republicano da Independência para Desenvolvimento
PRN	Partido da Reconciliação Nacional
PRS	Partido da Renovação Social
PSD	Partido Social Democrata
PSGB	Partido Socialista da Guiné-Bissau
PDSSG	Partido Democrático Socialista para Salvação Guineense
PT	Partido dos Trabalhadores

PUN	Partido da Unidade Nacional
PUSD	Partido Unido Social Democrático
RGB-MB	Resistência da Guiné-Bissau-Movimento Bafatá
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
UA	União Africana
UDNP	União Nacional para a Democracia e Progresso
UE	União Eleitoral
UEMOA	União Económica e Monetária da África Ocidental
UM	União para a Mudança
UNDP	União Nacional para Democracia e Progresso
UNIOGBIS	Gabinete das Nações Unidas para Manutenção da Paz na Guiné-Bissau
UNTG	União Nacional dos Trabalhadores da Guiné
UPG	União Patriótica da Guiné
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## Sumário

1	Introdução .....	17
2	Enquadramento teórico: as eleições como mecanismos de representação do poder e da governança democrática .....	28
2.1	As eleições e as suas acepções para a democracia e a obtenção dos poderes .....	28
2.2	As eleições: um elo de relação entre eleitorados e eleitos .....	31
2.3	Processo eleitoral nos moldes democráticos .....	34
2.4	Síntese .....	37
3	A trajetória da Guiné-Bissau até a primeira eleição pluripartidária .....	38
3.1	Um olhar ao contexto geral e até a independência .....	38
3.2	O contexto político entre 1973 e o início da década de 1980 .....	47
3.3	Formação da nova elite política e impacto sociopolítico pós-golpe de 1980 .....	53
3.4	A revogação do artigo 4º da Constituição e a tentativa de mudança de paradigma .....	63
3.5	Síntese .....	67
4	Eleições, legislaturas, rupturas e crises políticas (1994-2019) .....	69
4.1	As regras do jogo e o cenário prévio à realização de eleições pluripartidárias .....	69
4.2	As eleições de 1994 e seus desdobramentos .....	77
4.3	As eleições de 1999 e uma nova promessa de recomeço .....	91
4.4	As eleições de 2004/2005 e o re-recomeço .....	99
4.5	As eleições legislativas de 2008 e presidenciais de 2009 e suas consequências .....	105
4.6	Interlúdio: as eleições presidenciais de 2012, o pleito que não terminou .....	111
4.7	As eleições de 2014 e a instabilidade na governança .....	114
4.8	As eleições de 2019: um cenário em mudança .....	122
4.9	Síntese .....	127

5	Uma visão de conjunto de eventos partidários, eleitorais e a governança na Guiné-Bissau (1994-2019) .....	129
5.1	Um painel de 25 anos de eleições pluripartidárias .....	129
5.2	Em busca de explicações .....	134
5.3	O Estado guineense, os processos eleitorais e a governança .....	142
5.4	Afinal, há algo de positivo? .....	149
5.4.1	Persistência da realização de eleições .....	151
5.4.2	Legitimidade das eleições .....	153
5.4.3	Comparecimento às urnas .....	159
5.5	Síntese .....	161
6	Considerações finais .....	162
7	Referências .....	165

## 1 Introdução

Esta dissertação tem como tema principal o processo político da Guiné-Bissau a partir dos anos 1990. De modo mais específico, tem por objeto as eleições realizadas a partir de 1994, quando o país adotou o pluripartidarismo, e se desenvolve até 2019, quando se realizou a mais recente eleição presidencial. Para além de narrar a história das eleições ocorridas nesses 25 anos, o que daria um caráter descritivo ao trabalho, a intenção é apresentar um paradoxo que acompanha a política guineense<sup>1</sup>. São as virtudes evocadas e as promessas não cumpridas que dão título à pesquisa.

Isso porque, por um lado, desde 1994 tem-se a permanência das eleições, do voto e da disputa entre partidos como meio para alcançar a democratização do país, o que cumpre um dos princípios básicos e imprescindíveis de uma democracia. Por outro, quase nunca essas eleições conseguiram cumprir o que se espera delas em termos de fornecimento de autoridades políticas legítimas e aptas a conduzirem a governança, pois essas autoridades não conseguiram cumprir integralmente os seus mandatos, tendo sido afastadas por golpes de Estado, guerra civil, assassinatos e outras formas de violência política, e substituídas por governantes interinos. E, a partir da interinidade, novas eleições são convocadas e o ciclo recomeça, com esperança seguida de frustração.

A expressão “quase nunca” que está no parágrafo anterior é porque houve uma exceção, possivelmente aquela que comprova a regra: o Presidente da República eleito em 2014, José Mário Vaz, conhecido por JOMAV, concluiu o seu mandato em 2020, mas isto não significou um período de estabilidade e de normalidade institucional, tampouco o amadurecimento do processo político no país. JOMAV desenvolveu o seu período sob forte contestação e em constante crise política, de tal modo que concorreu à reeleição sem sucesso, tendo ficado apenas em quarto lugar.

---

<sup>1</sup> O gentílico relativo a quem é natural da Guiné-Bissau é guineense, sendo bissau-guineense menos usual. Ocorre que este também é o gentílico do natural da Guiné (eventualmente conhecida por Guiné Conacri, sendo Conacri a sua capital, antiga Guiné Francesa), que é um país fronteiriço à Guiné-Bissau. Logo, há uma ambiguidade ou imprecisão associada ao termo. Apesar disso, a dissertação vai utilizar esta denominação que, no seu âmbito, sempre se refere à Guiné-Bissau. Para mais informações, ver: Fundação Alexandre Gusmão (s.d.). Ressalva-se que, atualmente, há outros dois países com a denominação Guiné, como explica Nóbrega (2015, p. 45): Guiné Equatorial, país africano (antiga Guiné Espanhola), e Papua Nova Guiné, localizada na Oceania. Essa profusão de “guinés” se deve ao fato de o termo corresponder originalmente à “terra dos negros”, tendo sido atribuída pelos europeus para indicar, no início das navegações, uma extensa região na costa ocidental (atlântica) da África e que se distinguia da “terra dos mouros”, a parte norte do continente, mais próxima à Europa. A palavra é de origem berbere, língua afro-asiática, utilizada por povos do norte da África, significando “negro”.

A rigor, o diferencial dele em relação a todos os antecessores reside no fato de, apesar disso, ter levado a termo o seu mandato.

Este é o paradoxo que a dissertação explora e pretende analisar em suas causas e consequências, tendo como problema de pesquisa: como se pode avaliar o sistema político guineense desde a adoção de eleições pluripartidárias, em 1994, e até 2019, analisado segundo um parâmetro minimalista de democracia?

Na Guiné-Bissau, as eleições sempre estiveram marcadas por um caráter de retomada, de permanente recomeço, de mais uma tentativa e, pior, assentadas na perspectiva de que não conseguiriam cumprir as promessas que as motivam e impulsionam, ou seja, a escolha de autoridades destinadas a cumprirem um mandato e ao longo deste período exercerem o poder político e a governança, e que, ao cabo de algum tempo, seriam substituídas por novas autoridades eleitas.

Enfim, é sobre esta dialética de virtudes evocadas e de promessas não cumpridas, marca das eleições guineenses, que trata esta dissertação, cujo objetivo principal é analisar o modo como tem se apresentado o sistema político guineense em 25 anos de eleições pluripartidárias (1994-2019), tendo como parâmetro de avaliação a concepção minimalista de democracia. Para tal, os objetivos específicos são: caracterizar esta teoria minimalista, notadamente os parâmetros de análise que aporta; relatar a história do país, desde a “descoberta” pelos colonizadores, passando pela luta pela independência e a trajetória como Estado; enfatizar as eleições e a governança desde o pleito pluripartidário inaugural de 1994 até as disputas de 2019.

Como se torna óbvio, a dissertação segue a premissa da visão minimalista de democracia, que a vincula a eleições, acompanhada de direitos de cunho liberal, e a vê fundamentalmente como as regras do jogo. Um modelo encontrado em Schumpeter (1984), Dahl (1997, 2001), Sartori (1994) e Bobbio (1997), por exemplo.

Obviamente, tem-se eleições sem democracia, bem como a democracia não se resume às eleições, mas sim se baseia em uma série de princípios e de valores a ela associados, como a preservação de direitos civis e políticos que garantam o exercício das liberdades, inclusive a do voto, a pluralidade de organizações sociais e de ofertas políticas, de modo que as autoridades eleitas estejam submetidas a limites na esfera decisória, à responsabilização e ao julgamento, notadamente aquele exercido por meio das eleições.

Aliás, a reivindicação de promessas evocadas (ou o ideal) e daquelas não cumpridas (a democracia real) trilha o caminho proposto pelo pensador italiano em

um texto provocativamente chamado “o futuro da democracia” (BOBBIO, 1997). Antes dele, Dahl (1997) demarcou a distinção entre a democracia, projetada como um ideal, e a organização política possível, que ele preferiu denominar de poliarquia, também ela um modelo normativo, mas mais provável de ser atingido, apesar de que alcançar esta condição não seja uma tarefa fácil.

A opção não é pensar a democracia guineense a partir do que ela deveria ser, o que é bem mais exigente do que os parâmetros que estabelece a teoria minimalista. A análise por meio da ideia da democracia mínima já é suficiente para expor as mazelas que assolam o país ao longo de sua trajetória. Se fosse adotado critério mais robusto e nuançado, como algum dos que seguem o paradigma da qualidade da democracia (MORLINO, 2015), os resultados seriam ainda mais negativos.

Nesse sentido, a dialética de promessas e de fracassos, concebida a partir de parâmetros mínimos, já fornece com clareza um panorama dos paradoxos da democracia guineense desde 1994, quando, teoricamente, ela se instalou no país por meio da adoção de eleições pluripartidárias.

A hipótese da dissertação é quase uma decorrência do título escolhido – e, por sua vez, o título é uma síntese metafórica da investigação –, qual seja: a Guiné-Bissau alcançou a democracia minimalista, tendo incorporado eleições livres, justas e recorrentes ao seu sistema político, embora este resultado não signifique que o país consiga preservar a radicalidade daquilo que uma eleição é, de modo que os resultados dessas disputas sistematicamente não se sustentam, em razão de crises institucionais.

O estudo em causa visa analisar as razões para essas crises institucionais, aqui compreendidas como: 1) conflitos interpartidários que dão origem a má gestão do governo; 2) assassinatos das figuras políticas e militares em decorrência dos fatores políticos e da governança; 3) destituições dos governos e dissoluções parlamentares em torno da gestão do governo, a partir de contexto democrático e partidário na Guiné-Bissau, entre 1994 e 2019.

São eventos que, em determinadas circunstâncias, dão energias para as rupturas institucionais, como golpes do Estado ocorridos ao longo das décadas de 1980 até o novo milênio (como em 2003, depondo o Presidente Kumba Yalá, ou 2012, com o cancelamento das eleições presidenciais), e a guerra civil de 7 de junho de 1998, que durou cerca de 11 meses.

Inicialmente, observar-se-á o processo histórico e político do país, a democratização, os partidos políticos e a governança para, a partir daí, buscar uma compreensão das cíclicas crises e rupturas que marcaram o país ao longo das décadas. O interesse em investigar a problemática dessas rupturas a partir das eleições e da governança guineense baseia-se também em compreender a origem delas e explicar o seu desenvolvimento, a partir da implementação do Estado nacional (período pós-independência), a adaptação aos contextos modernos e aos desafios democráticos.

Antes de avançar, então, é importante falar um pouco mais da Guiné-Bissau nesta Introdução, o país que, além de ser o tema da dissertação, é aquele de onde vem o seu autor. Historicamente, o país integrou a Organização da Unidade Africana (OUA), atualmente União Africana (UA)<sup>2</sup>, criada nos anos 1960, com propósito de ser a vanguarda política de um projeto impulsionador que visava a romper com o colonialismo, buscar a paz e o desenvolvimento político do continente.

Essa organização somou às suas atividades as ambições anticolonialistas que, no caso guineense, foram iniciadas um pouco antes, nos anos 1950, com a criação do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), cuja luta foi idealizada na metrópole portuguesa por antigos estudantes e ativistas para a obtenção da independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, dentre os quais estava Amílcar Lopes Cabral, considerado o pai da nacionalidade guineense e cabo-verdiana<sup>3</sup>.

Em janeiro de 1963, o PAIGC realizou a sua primeira incursão armada contra o regime colonialista português nas matas da Guiné e durante quase 11 anos lutou para conseguir proclamar a independência, o que se deu de modo unilateral em Madina de Boé, no sudoeste do país, em setembro de 1973<sup>4</sup>. Depois da independência, o PAIGC passou a atuar como partido político na Guiné e em Cabo Verde<sup>5</sup>, o único autorizado legalmente no período do monopartidarismo.

---

<sup>2</sup> Essa denominação foi adotada a partir de 2002.

<sup>3</sup> Ele foi o grande articulador e pensador da luta anticolonial nesses dois países. Contudo, não chegou a ver esse sonho ser realizado, pois foi assassinado em janeiro de 1973, poucos meses antes da proclamação da independência. Estudos biográficos podem ser encontrados em: Tomás (2007) e Sousa (2011); para uma visão multifacetada de seu pensamento, ver: Lopes, C. (2012).

<sup>4</sup> O PAIGC foi fundado em 1956, na versão oficial, ou 1959, conforme interpretações contemporâneas (TOMÁS, 2007; SILVA, 2010a; NDJAI, 2012; MONTEIRO, 2013), tendo atuando, inicialmente, por meio de manifestações e reivindicações pacíficas; e, depois, via atividades clandestinas de atração de quadros, mobilização e preparação para a luta armada, desencadeada em 1963.

<sup>5</sup> Ao se independizarem de Portugal, Guiné-Bissau e Cabo Verde formaram um Estado binacional, situação que se manteve até 1980, quando houve a constituição de dois Estados distintos entre si.

A Guiné-Bissau apresentou crises institucionais ao longo das diferentes fases do Estado nacional, que descambaram em rupturas institucionais que impactaram a gestão do governo entre os anos 1980 e o novo milênio. Essas crises institucionais compreendem conflitos que frequentemente resultaram em violência, assassinatos e destituições do governo. No caso da queda dos governos, elas estão previstas nas leis e na dinâmica política, porém, o caso guineense se notabiliza por ocorrerem em profusão, geralmente em circunstâncias conflituosas e violentas, muitas vezes sem observar as normas constitucionais. Tais crises se processaram em ritmo de sequência quase ininterruptas durante toda a sua história do país e foram produzidas no contexto das contradições partidárias, eleitorais e pós-eleitorais, a nível parlamentar e do governo, acabando por criar as rupturas institucionais, aqui compreendidas como golpes do Estado e guerra civil.

Em 1980, ainda no período unipartidário, o país foi marcado pelo seu primeiro golpe do Estado, um ato denominado “Movimento Reajustador”, dirigido pelo general João Bernardo Vieira, conhecido como Nino Vieira ou Kabi Nafantchamna<sup>6</sup>, por meio do qual foi deposto o então Presidente da República, Luís de Almeida Cabral<sup>7</sup>. Depois do golpe, internamente, criou-se um círculo vicioso de problemas que afetaram diretamente a gestão do governo do país até os anos 1990.

Em meio a um conjunto de problemas políticos e sociais, iniciaram-se os preparativos para adoção da democracia (ou a realização de eleições multipartidárias, em uma visão mais crítica sobre os requisitos da democracia), os quais ganharam mais velocidade a partir de 1991, com uma série de mudanças institucionais liberalizantes, sendo a principal o término do unipartidarismo. Tendo até então o PAIGC como o único responsável pela política nacional, foi ele o mentor do início da democratização, um processo outrora visto como saída a essas crises permanentes, o que comprometia e dificultava o alcançar dos objetivos propostos para o desenvolvimento político, social e econômico do país.

Em 1994, realizaram-se as primeiras eleições multipartidárias, influenciadas pelo contexto político interno e pelas mudanças contextuais a nível político em África e no mundo, como o colapso do bloco socialista nos finais da década de 1980 e pelo

---

<sup>6</sup> Nome tradicional e da guerra. Em caso dos militares, é um simbolismo que também demonstra a valentia. Nino Vieira foi um dos líderes da frente de combate na luta anticolonial.

<sup>7</sup> Era meio-irmão mais novo de Amílcar Cabral e se tornou o primeiro Presidente do país.

advento da chamada “terceira onda” de democratização em África e América Latina (MACUANE, 2000).

A Guiné-Bissau teve o seu período transitório negociado a nível das elites políticas. O país abria-se para o multipartidarismo, contando com partidos recém-criados para atender aos desafios democráticos, mas também para neutralizar as crises e rupturas institucionais que afetavam a gestão do governo e que se alastravam por anos. Logo, o pluralismo político servia também para que houvesse as mais diversas propostas de governança oferecidas para a escolha popular (CARDOSO, 1995).

No entanto, a década do início da democratização e a própria inserção de eleições formalmente livres e justas foram marcadas por novas sequências de conflitos internos. E tal cenário se apresentou logo após as primeiras eleições multipartidárias de 1994. A tensão política pós-eleitoral se somou às divergências entre o Presidente Nino Vieira e o general Ansumane Mané, ex-Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), o que descambou em guerra civil em 1998. A partir daí e até o novo milênio, a Guiné-Bissau passou a acumular um histórico político marcado pelos conflitos internos que condicionam as rupturas partidárias e interpartidárias, com fortes impactos na desestabilização política e da governança.

O percurso político e democrático, implementado desde o começo de 1991, não se tem consolidado e revela constantes fragilidades, tendo sempre os partidos envolvidos entre as causas de má gerência administrativa. Inclusive, um estudo da organização Voz di Paz<sup>8</sup> (2010, p. 18) descreve o cenário de “7 de junho de 1998” como resultante de crises institucionais e de gestão do governo, desencadeando o maior conflito armado no país. O Presidente da República Nino Vieira era responsabilizado pela má gerência econômica e política, visto como fator desencadeador do conflito que colocou frente a frente as forças leais ao Presidente e os militares opositoristas, liderados pelo general Ansumane Mané, que pretendiam derrubá-lo e, assim, contornar a situação. O conflito envolvia também as acusações entre o Presidente e o ex-CEMGFA sobre as vendas dos armamentos do exército

---

<sup>8</sup> É uma organização não governamental (ONG) que tem como missão apoiar atores locais, autoridades nacionais e regionais para melhor responderem aos desafios de consolidação da paz e ajudar na prevenção de conflitos.

guineense ao Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC)<sup>9</sup> (VOZ DI PAZ, 2010, p. 18).

O confronto acumulou rancores que transcendem barreiras políticas e foi estimulando, em alguns momentos, sentimento das divisões étnicas entre os guineenses, o que tem contribuído para a escalada de crise social fruto de má gestão do governo. A Voz di Paz ainda afirma que os efeitos do conflito são:

[...] altamente destruidores. Ela fez milhares de mortos, mas o balanço das baixas humanas continua até hoje incerto. Ela aniquilou boa parte das infraestruturas da capital e interrompeu os esforços destinados a restabelecer o crescimento económico após longos anos de maus desempenhos, aprofundou a miséria, e rompeu os frágeis equilíbrios sociais laboriosamente construídos (VOZ DI PAZ, 2010, p. 19).

Os corolários do conflito iniciado em 7 de junho de 1998 ajudam também a evidenciar a debilidade na gestão do governo e da política no país, bem como as fragilidades das instituições partidárias, dado que a guerra (bem como suas consequências de certa forma) é questão de ordem mais conjuntural do que estrutural.

Destarte, O`Regan e Thompson (2013) asseveram que:

As respostas da Guiné-Bissau a estas crises, no entanto, têm sido de curta duração e descuidado as profundas deficiências e vulnerabilidades institucionais do país. Os confrontos ocorridos no seio das Forças Armadas, golpes de Estado e recorrentes assassinatos por motivos políticos têm suscitado a condenação dos parceiros regionais e internacionais e dado azo a pedidos de investigação ou de novas eleições, sem, no entanto, provocar reformas genuínas. Pelo contrário, muitos dos responsáveis pelas crises da Guiné-Bissau mantêm ou até consolidaram a sua influência e posição (O`REGAN; THOMPSON, 2013, p. 1).

Apesar do impacto mediático destas crises, segundo esses autores:

[..] são sistematicamente ignorados os fatores que estão na origem da instabilidade, nomeadamente um sistema político caracterizado pela autoridade quase absoluta do poder executivo e um sector da segurança cada vez mais envolvido na vida política (O`REGAN; THOMPSON, 2013, p. 1).

A deposição de Nino Vieira e do governo ocorreu em maio de 1999, quando as forças leais ao Presidente foram neutralizadas pelos militares, pondo ao fim o conflito iniciado quase um ano antes. Esse episódio serviu também para que os militares se

---

<sup>9</sup> Foi criado em 1947. É um movimento de independência da região de Casamansa, pertencente ao Senegal e que faz fronteira com a Guiné-Bissau.

envolvessem diretamente nos assuntos políticos desde então, dado que foram responsáveis por iniciar o processo transitório pós-guerra, transferindo os poderes políticos e institucional ao recém-criado Governo da Unidade Nacional, liderados pelo Presidente da República interino, Malam Bacai Sanhá, e o Primeiro-Ministro interino, Francisco José Fadul. Ambos dirigiram a presidência e o governo entre 1999 e 2000, bem como organizaram as eleições gerais que permitiram a Kumba Yalá ascender ao poder como Presidente.

Apesar de transferirem o poder para a classe política e civil, as fases posteriores a esse conflito passaram desde então a contar com o envolvimento da classe castrense, numa espécie de monitoramento às ações da governança, gerando fatores que contribuem para diferentes crises, rupturas institucionais e fricções interpartidárias.

A ascensão de Kumba Yalá ao poder nas eleições de final de 1999, tendo assumido as funções em 2000, as primeiras realizadas após o término da guerra civil, parecia indicar o regresso à normalidade política. Contudo, as contradições políticas regressaram, acompanhadas pelas sequências de quedas e trocas das lideranças dos governos por parte do Presidente Yalá, agravando a situação política, econômica e social entre anos 2000 e 2003.

Este cenário deu pretexto aos militares para promover novo golpe do Estado; destituir Yalá, em 2003, e assassinar figuras militares (como o general Ansumane Mané, em 2000; o general Veríssimo Correia Seabra e o coronel Domingos de Barros, em 2004) e, também de políticos, como Hélder Proença, Baciro Dabó, entre outros, até final da primeira década de 2000.

As eleições foram retomadas em 2005, com a eleição (e o retorno) de Nino Vieira, agora como candidato independente, pois a legislação guineense permite que haja este tipo de candidatura desvinculada de partido político. Como de hábito, novos conflitos ocorreram, muito em razão da personalidade do Presidente e das vinganças que ele pretendia realizar após ter sido afastado do poder seis anos atrás<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Militar de carreira, herói da independência, Moreira (2017, p. 177) afirma que “no plano político, Vieira é o protótipo do Chefe guerreiro, implacável, forte e destemido, porém temido por todos, cujo poder é compreendido com base na sua capacidade de redistribuição – qualidade masculina por excelência das masculinidades tradicionais – e no reforço da cultura endógena. É pois a imagem de chefe africano (negro) e tribal, que conjuga a tradição e a modernidade de forma harmoniosa e que não se verga perante imposições externas. No quadro familiar, a masculinidade em causa está associada à imagem do pai coercivo e temido pelos filhos, um pai imprevisível que ao mesmo tempo que alimenta, que redistribui e que nutre, pode também ser extremamente violento e castrador. [...] pai (ou do partido

Nino Vieira foi assassinado em 2009 e, após novo governo de transição, foram realizadas eleições presidenciais, vencidas por Malam Bacai Sanhá, do PAIGC. O período que se seguiu foi mais tranquilo, mas não teve um bom termo: o Presidente faleceu, de causa natural, antes de concluir o mandato. Então, eleições presidenciais antecipadas foram realizadas em 2012, mas não concluídas. Antes da definição do vencedor, os militares deram novo golpe de Estado e a “normalidade institucional” foi reestabelecida apenas dois anos depois, com nova eleição presidencial, vencida pela já citado JOMAV. Em um cenário de ruptura iminente, ele concluiu o mandato e foi sucedido pelo vencedor das eleições de 2019. Nesse intervalo de tempo, inúmeros governos e primeiros-ministros exerceram o cargo, quase sempre por curtos períodos, pois demitidos pelo Presidente.

Portanto, a partir de segunda década do milênio até as eleições de 2019, o país esteve dirigido em boa parte pelos governos de transição ou da iniciativa presidencial (governo da escolha do Presidente, ao invés da escolha que respeitasse o tamanho parlamentar dos partidos e o resultado estabelecido pelo voto). Ao longo do percurso político democrático do país, foram muitos os partidos que surgiram, concorreram às eleições e, alguns chegaram ao parlamento e ao governo, participando diretamente na gestão governo do país, como: o já referido PAIGC, mais Partido da Renovação Social (PRS), Resistência da Guiné-Bissau – Movimento Bafatá<sup>11</sup> (RGB-MB), Assembleia do Povo Unida – Partido Democrático da Guiné-Bissau (APU-PDGB), União para a Mudança (UM) e Movimento para a Alternância Democrática – Grupo dos 15 (MADEM-G15).

É um pouco dessa trajetória que a dissertação vai descrever, resgatar e analisar na sequência do seu desenvolvimento. Metodologicamente, o trabalho foi realizado em fases. Primeiro, fez-se um estudo teórico com base bibliográfica, que permitiu abordagens introdutórias sobre espaço em estudo, aspectos conceituais das eleições, dos partidos e da governança. Esse estudo foi direcionado para o foco na visão minimalista, mas também foi a leitura dessas fontes que permitiu delimitar esta

---

político e Chefe de Estado). A esta masculinidade podemos caracterizá-la como sendo “estratégico-violenta”, visto que o *modus operandi* destes indivíduos é caracterizada pelo exercício de uma violência racionalizada e na aplicação calculada da força coerciva. Ao mesmo tempo, o seu temperamento é marcado por uma certa imprevisibilidade, que confere ao indivíduo maior poder sobre os demais, numa fusão dual de violência emotividade que caracteriza certas masculinidades”.

<sup>11</sup> Bafatá é o nome da cidade onde nasceu Amílcar Cabral. Conforme Rudebeck (1997, nota 29), a denominação não é uma homenagem a esse fato, e sim se deve ao significado do termo na língua da etnia mandinga, uma das que constitui o país, que é: Chega! Já estamos fartos.

visão como o guia analítico e o parâmetro de interpretação da vida política pluripartidária guineense, em uma espécie de retroalimentação.

Em seguida, realizou-se pesquisa de campo na Guiné-Bissau para coleta de dados, os quais foram analisados, objetivando organizar melhor as informações para elaboração da dissertação, que culmina em terceira e última fase do estudo. A vivência na Guiné-Bissau durante a realização da dissertação também foi importante para a obtenção de determinadas informações. Exemplifica-se com os resultados da eleição presidencial de 2012, aquela que foi anulada, e que não se encontram publicizados no sítio da Comissão Nacional de Eleições (CNE). De igual modo, foi muito relevante estar na Guiné-Bissau para conseguir o acesso a algumas fontes bibliográficas, notadamente aquelas específicas da vida política do país, as quais, não sendo *in loco*, dificilmente poderiam ter sido alcançadas.

Isto não impediu, evidentemente, a larga utilização de fontes acessadas via internet, especialmente trabalhos acadêmicos (teses e dissertações), defendidos notadamente em instituições universitárias do Brasil e de Portugal, quase sempre produzidas por guineenses, em uma diáspora (nesse caso do conhecimento) tão recorrente à população do país, da qual, aliás, o autor desta pesquisa é um exemplo.

A dissertação está dividida em quatro capítulos, além desta Introdução e das considerações finais. O primeiro é o chamado capítulo teórico, em que a dissertação procura sistematizar informações e contribuições sobre a relevância das eleições como elemento primordial da teoria minimalista de democracia, enfatizando sempre as promessas e os benefícios que os processos eleitorais produzem nas sociedades políticas. Não é o caso de criticar essa visão, embora seja possível, tendo em vista o “otimismo” que carrega e a simplificação acerca da democracia que lhe é peculiar, mas sim de ficar ao lado dela e tomá-la como referencial para pensar as motivações pelas quais a Guiné-Bissau tenta, tenta e continua a tentar, mas não consegue realizar a pleno e de modo duradouro essas previsões.

Logo, o capítulo primeiro não é uma análise teórica de fôlego, centrada em um aprofundamento e em uma crítica da abordagem sobre os fundamentos da visão minimalista. E isto se dá não por incapacidade do pesquisador, mas por intenção: a revisão de literatura buscou sedimentar o terreno em que a análise específica se desenvolveu, por isso incorporando um caráter mais aplicado ou pragmático. Desse modo, pode-se dizer que, analiticamente, o trabalho assume o paradigma da teoria

minimalista de democracia e, tendo-o ao seu lado, parte para apreciar o seu caso específico.

A partir daí, o foco passa a ser a Guiné-Bissau propriamente dita. O capítulo segundo aborda a sua transição política, a passagem do monopartidarismo (a fase do primeiro Estado nacional) para o pluripartidarismo, indicando a embrião dos primeiros conflitos políticos que emergiram nos anos 1980 na gestão do governo. Além disso, há uma apresentação geral do país, comentando o período colonial e a luta pela independência.

O capítulo terceiro foca as eleições e seus desdobramentos, como a gestão das legislaturas, reflexo de conflitos interpartidários e interinstitucionais que se traduzem em má gestão do governo de modo geral. É o capítulo mais extenso, aquele que traz mais dados, dispostos em tabelas, quadros e gráficos, acompanhado de uma contextualização. Há elementos analíticos, mas sua principal característica é a descrição.

O capítulo quarto é o derradeiro e faz a recolha das principais informações constantes nas partes anteriores, analisando-as de modo mais crítico, com vistas a compreender o paradoxo das promessas permanentemente não cumpridas pelos processos eleitorais da Guiné-Bissau desde que o multipartidarismo foi adotado.

Desse modo, supõe-se ter cumprido os objetivos propostos e completado com sucesso o desafio que se constituiu esta dissertação. É o que se pretende expressar na sequência da exposição.

## **2 Enquadramento teórico: as eleições como mecanismos de representação do poder e da governança democrática**

Este é o capítulo teórico da dissertação, no qual o foco está em descrever e analisar as abordagens de diversos pensadores sobre o papel e a importância das eleições para a democracia de modo geral e, particularmente, para países africanos que se tornaram independentes do jugo colonial na terceira onda de democratização, como é o caso da Guiné-Bissau, e que, diante de tantos desafios para se consolidar como um Estado, soma-se o de construir uma democracia representativa. Como já demarcado em diversas oportunidades na Introdução, o campo teórico é o da concepção minimalista de democracia.

Analisar como eleições são fundamentais para o cumprimento desta tarefa e os múltiplos empecilhos que elas enfrentam é o tema primordial deste capítulo, o qual também aborda, como não poderia deixar de ser, alguns dos atores envolvidos nesse processo, como partidos políticos, eleitores e eleitos, formas de configuração dos governos, suas bases de legalidade, bem como formas de representação do poder conforme os preceitos democráticos.

É a partir dele que se forjam algumas ferramentas teóricas que a dissertação pretende se servir para analisar o caso das eleições pluripartidárias da Guiné-Bissau, apreciando as promessas evocadas, os resultados alcançados, as frustrações acumuladas ao longo do tempo e as demandas ainda pendentes.

O texto foi construído essencialmente a partir de revisão da literatura sobre a relevância das eleições, tendo por guia o capítulo relativo ao tema do livro “Representação política – eleições e sistemas eleitorais”, de autoria de Manuel Meirinho Martins (2015), docente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, pertencente à Universidade de Lisboa.

### **2.1 As eleições e as suas aceções para a democracia e a obtenção dos poderes**

Desde o seu surgimento, a democracia representativa define as eleições como preceito fundamental e da transparência para obtenção dos poderes políticos e da governança, seja por meio de partidos políticos, seja de candidatos independentes.

As aceções indicam as eleições como um instrumento de conquista de mandato, do poder e acesso ao governo, tornando-a diferente de outros mecanismos

que visam ao mesmo fim, como sucessão por hereditariedade, inerência ou delegação – apenas para citar algumas formas legais.

Contudo, as formas de conquista do poder são diversas. Elas podem ocorrer de maneira legal e ilegal, considerando conjunto de procedimentos no quadro de um Estado, o que faz com que nem sempre os atores sigam as leis constitucionais, preferindo os caminhos que sistematicamente trazem a rejeição à legalidade e optem pelos métodos subversivos, como insurreições, golpes do Estado, revoluções ou rebeliões (LARA, 1987; PASQUINO, 1998; BESSA; PINTO 1977), o que é recorrente no caso da Guiné-Bissau, como a Introdução à dissertação já informou e será detalhado nos próximos capítulos.

Esses métodos subversivos em conjunto partilham o mesmo objetivo: a utilização dos meios coercivos e não consentidos pela comunidade política, ou seja, a violação da legalidade, priorizando a tomada do poder pela força, com as possibilidades das modificações das leis ou a desobediência a (ou mesmo a supressão de) aquelas estabelecidas. Apesar de cada um desses métodos subversivos possuírem uma característica que o difere do outro, concluem-se em subalternizar a Constituição e as leis ordinárias.

Para o caso guineense, os quatro métodos mais comuns sistematizados pelo pensamento político no que tange às formas ilegais (insurreição, golpes do Estado, revoluções e rebeliões) são verificáveis ao longo da história do país. Contudo, o golpe do Estado notabiliza-se em relação aos demais por ser o mais recorrente na Guiné-Bissau.

Martins (2015) também frisou que o golpe do Estado consiste em tomada do poder, capturando todos e restantes órgãos existentes. Figurando como o método mais privilegiado de conquista do poder em democracias pouco consolidadas ou em sociedades contemporâneas complexas, como a da Guiné-Bissau, os golpes do Estado são recorrentes nas últimas décadas, tendo sido perpetrados na sua maioria pelos militares. No caso guineense, isso se deu com sucesso (para a lógica dos seus autores, é claro) em 2003 e em 2012, sem contar o golpe de 1980 e a guerra civil de 1998-1999, que começa com uma tentativa de golpe de Estado contra Nino Vieira. A contabilidade de golpes pode ser maior, se foram incluídos aqueles que não foram bem-sucedidos e os sufocados antes de serem colocados em prática (ou usados como justificativa para a repressão contra seus supostos autores, os quais às vezes são chamados de “inventona”, uma derivação irônica de “intentona”, o termo

associado a tentativas de rebelião ou golpe que fracassam [CARVALHO, 2018, p. 14; PINHEL, 2018, p. 76]).

Na essência, eles se caracterizam pelo rompimento com a ordem estabelecida, o afastamento das autoridades legitimamente eleitas (quando não promovido por uma ou mais de uma dessas autoridades), o cancelamento de qualquer calendário eleitoral e, em muitas oportunidades, o fechamento dos demais poderes, notadamente Legislativo, ou a substituição das respectivas autoridades, como costuma ocorrer no caso do Judiciário. Esse processo é realizado de imediato, com a ameaça do uso da força ou o uso repressivo, caso haja resistência, e uma nova institucionalização por meio de decretos, atos institucionais ou qualquer outro documento com força normativa e que visa a fixar o novo *status quo*.

Historicamente, não só na Guiné-Bissau, mas em vários outros países pelo mundo, o golpe de Estado é promovido por militares, tendo em vista serem agentes permanentes do Estado e controlarem recursos de força (pessoal, armamento etc.). Aliás, conforme Martins (2015, p. 131), “o golpe de Estado consiste na tomada do poder por titulares de um determinado órgão já instalado no aparelho do estado, que capturam todos os restantes órgãos”.

O fato de essas sublevações serem inconstitucionais faz com que dificilmente mobilizem as massas, apesar de procurarem adesão delas como simpatizantes para as ações que visam a complementar ou a justificar as intervenções protagonizadas, pois são comuns justificativas aparentes de restauro à democracia e à liberdade. Bessa e Pinto (1977, p.160) acreditam que, por regra, o golpe do Estado “não institui um novo projeto social, não busca alterações profundas, não quer substituir a ideologia dominante nem inverter as relações de produção”.

Porém, no contexto legal e, sobretudo, quando se segue a normalidade no quadro do Estado de Direito e as leis constitucionais e eleitorais são obedecidas, a tomada do poder rege-se também pela norma estabelecida numa determinada ordem jurídica, ou seja, – as eleições –, o que se traduz em conquista do poder legalmente alcançado, por vias do voto popular, permitindo a pluralidade política e as concorrências partidárias. Nesse sentido, nem caberia usar o termo “tomada”, que evoca a obtenção forçada, e sim ele deveria ser substituído por acesso ao poder.

Este tem sido o caminho que, desde 1994, a Guiné-Bissau vem adotando, sempre na expectativa de, por meio dele, consolidar um processo que remete ao povo e aos cidadãos (eleitorado) a tomada de decisão e que vai propiciar o exercício

legitimado do poder conferido, bem como vai ter na continuidade – isto é, uma nova eleição – a normalização e a estabilização das relações políticas.

Por um lado, tal expectativa é a trajetória que obrigatoriamente deve ser trilhada por uma nação democrática e a reiteração dessa opção de parte da Guiné-Bissau é, de algum modo, uma esperança de que o país possa alcançar e sustentar esta condição. Por outro, a incapacidade de manter a validade dos resultados alcançados pelas eleições, o que tem se repetido ao longo dos ciclos, e a substituição dos titulares do poder por formas não legais e quase sempre violentas, indica que o caminho é longo, árduo e que os bons resultados são, até o momento, mais um desejo do que uma certeza.

Ao longo do tempo, especialmente a partir do século XIX, o processo eleitoral triunfou sobre outros critérios não democráticos de acesso ao poder por demonstrar as características mais transparentes e igualitárias, de expressão de sentimento político para acesso aos lugares de mando (MANIN, 1957). Nesta perspectiva, o estudo do Sartori (1994), no qual este autor abordou, entre muitas questões, as preferências eleitorais que influenciam a forma de governação e as respectivas decisões ajudam a compreender este cenário. Segundo o autor, as eleições enquadram-se como essência do sistema representativo, fazendo dela um dos arranjos institucionais mais apropriados à seleção dos governantes.

Portanto, pode-se dizer que o contexto pré-democrático guineense procurava essencialmente criar tais mecanismos legais, quando foi extinto o art. 4º da Constituição, como forma de garantir a conquista do poder por meio das eleições e pelos partidos, visando a uma representação política por meio das eleições.

A representação política por vias eleitorais, tal como assegura Manin (1995), trata-se de seleção institucionalizada de governantes, em regimes de moldes democráticos e, embora possam também ocorrer nos moldes não democráticos, tal como destacado anteriormente, a eleição torna-se essencialmente fundamental à luz da democracia, por ser um mecanismo exclusivo para instituir a relação de representação política legal (MANIN, 1995).

## **2.2 As eleições: um elo de relação entre eleitorados e eleitos**

A questão que se coloca é, se o poder pode ser obtido por diferentes meios, inclusive os ilegais e baseados na força, qual o diferencial das eleições em relação

aos demais e que a fez se estabelecer, ao longo dos tempos, como o meio preferencial para alcançar a condição de governo e de representante, e condição necessária (embora não suficiente e bastante) para que haja uma democracia?

A resposta está e passa obrigatoriamente pela flexibilidade da natureza do processo eleitoral, que cria, automaticamente, os mecanismos que Schmitt (1996) denomina de relação dupla entre o governante e o governado. Isto porque a eleição é capaz de proporcionar princípios de representação legítima, o que a transforma em um instrumento importantíssimo do método democrático. O processo legítimo de representação nos moldes democráticos, vincula-se às eleições e ao voto, inserindo-o nos quadros dos valores que caracterizam os regimes democráticos.

A justificativa normativa para a eleição decorre da ideia de que a autoridade legítima deve derivar daqueles em nome de quem essa autoridade é exercida. E o voto, como expressão da vontade do cidadão, é uma forma de consentimento, de concordância em ser governado e obedecer àquela autoridade.

Essa visão encontra uma tradução na democracia minimalista schumpeteriana, que se propõe a ser pragmática, elitista e a reduz a um procedimento, pois “o método democrático é um sistema institucional para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor” (SCHUMPETER, 1984, p. 328).

De igual medida, Bobbio (1997, p. 30, em itálico no original) traz o que chama de definição mínima de democracia, na qual as eleições se projetam como fundamentais: “um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais *procedimentos*”, sendo este quem um número muito elevado de membros e que autorizam preferencialmente por meio do voto, no qual prepondera o princípio da maioria (não necessariamente o sistema eleitoral majoritário, bem entendido) e há efetiva possibilidade de escolha, ou seja, alternativas reais. Com isto, Bobbio (1997) faz a ponte para o que chama de direitos de liberdade e que são, por exemplo, os de opinião, expressão, reunião, associação etc.

Mas não basta isto, pois a periodicidade das eleições implica a retomada da vontade do povo e impõe a necessidade de novamente expressar sua concordância, reafirmando igualmente a legitimidade da autoridade escolhida, a qual exerce sempre um mandato, ou seja, exerce o poder conferido durante um tempo determinado. Nesses termos, como pondera Schmitt (1996), a eleição é paradoxalmente uma

transmissão de autoridade, na qual se afirmam ao mesmo tempo a superioridade dos eleitores e a subordinação desses à autoridade legítima que surgirá ao final do processo.

Os processos eleitorais, além de serem mecanismos de exercício da ação política cidadã, contribuem para valorizar e legitimar os sistemas políticos e a ideia da democracia representativa. A eleição passa a ter grande relevância por ser um instrumento que concede aos cidadãos as oportunidades de participação no processo político, ter uma expressão que está muito além de simples garantias dos direitos políticos, mas também possibilita a esses cidadãos direitos de manifestarem as preferências e escolhas dos governantes (DAHL, 2001).

Por isso, Sadek (1990, p. 25) anota, em tom elogioso, o caráter perturbador de qualquer eleição. Afinal,

muito embora o significado das eleições varie de acordo com o sistema político, trata-se de uma prática que, em qualquer de suas manifestações, ao mesmo tempo reflete e produz consequências, ainda que não imediatas, na estrutura de poder de uma dada sociedade.

O processo eleitoral se torna desta forma, segundo Dahl (2001), um requisito crucial à existência da democracia, sendo elo para a liberdade de expressão e direito ao voto, visto como as condicionantes fundamentais para implementação dos regimes democráticos e a constituição das governanças legítimas e reconhecidas.

A flexibilidade do processo eleitoral também concede aos eleitores a oportunidade de ajustar contas com os eleitos ou os governantes, por ser o momento em que podem avaliar a confiança atribuída aos que os representaram, influenciar ou não a reeleição destes. É a noção de *accountability* e responsabilização que uma eleição proporciona e que não está disponível, por exemplo, em uma monarquia.

Na perspectiva de Gallagher et al. (1995), a eleição assume duas características essenciais, as quais denominam de prática e simbólica. Compreende-se o caráter prático como a maneira de instituições representativas influenciarem a formação dos executivos e das estruturas de coligações, permitindo-lhes desempenhar um papel de destaque na formação da elite política. O simbólico, por sua vez, trata-se da legitimação do sistema político perante os cidadãos. A eleição concerne em um ato de escolha que possui caráter obrigatório e que dá ao indivíduo o direito de participação política e social com impacto de legitimação da autoridade.

Em países que passaram por rupturas autoritárias, como o Brasil, ou só as conheceram em suas histórias – que é o caso da Guiné-Bissau –, as eleições são estratégicas para o chamado processo de transição política. Barreto (2006, p. 62) destaca que, para os teóricos da transitologia, o ramo da Ciência Política que analisa esses processos, os procedimentos eleitorais não são apenas a pedra fundamental do novo regime, aquele que vai surgir como produto da transição, mas o mecanismo principal de reforma das instituições políticas. Isso porque, “a competição eleitoral incentiva a direção e a disposição para o redesenho do Estado, assim como para a prestação de contas e a transferência das práticas de governo”.

### **2.3 Processo eleitoral nos moldes democráticos**

É comum encontrar nos estudos acerca da democracia diversas indicações sobre a relevância do ato eleitoral como elemento indispensável para designar os representantes da nação com vistas à governança. As eleições destacam-se nesse sentido por um papel central na configuração das democracias representativas e, por assegurar a representação dos governantes (GAXIE, 1978 *apud* MARTINS, 2015). Possui também a característica de exercer a função de possibilidade de controle político, uma espécie de fiscalização aos atos e ações dos governantes, o que pode acarretar em objeto de avaliação que se reflete na reeleição (ou na sua negação).

Inicialmente, a função do eleitorado passa pela criação do governo por meio do voto, quer diretamente, quer por intermediários, que podem ser formações políticas também denominadas de partidos políticos<sup>1</sup>. O surgimento destas organizações assume papel de principais agentes de mediação da ação política entre o eleitorado e os eleitos, com a consequente detenção do monopólio da representação, visando condicionar de várias formas esta função. O que deixa prever que o eleitor pode expressar a sua preferência eleitoral, não obstante, não significa que o governo venha a constituir-se nos termos exatos dessas preferências.

---

<sup>1</sup> Na Guiné-Bissau, assim como em muitos outros países, são aceitas candidaturas a cargos do Poder Executivo (Presidente, no caso) que não precisam ser apresentadas por partidos políticos e tampouco não exigem que o candidato esteja filiado a um partido. Elas são chamadas de “candidaturas independentes”. Como será analisado em momento futuro da dissertação, houve muitos candidatos independentes, inclusive Nino Vieira se elegeu pela segunda vez Presidente (nas eleições de 2005) como independente. Desse modo, quando se fala em partidos políticos como veículos de intermediação, eles são tomados como a regra geral e a situação mais recorrente, mas não implicam necessariamente monopólio da representação política.

Isso faz com que, comumente, com base nos resultados eleitorais, os partidos determinassem, por meio das negociações pós-eleitorais, a composição final dos governos. Inicialmente, essa situação pode não atender aos anseios dos eleitores e guindar forças minoritárias a um papel de destaque não obtido nas urnas. Porém, é uma alternativa viável, sobretudo se o acordo for a base para garantir uma estabilidade na governança, o que é fundamental particularmente nos países com quadro de instabilidade política frequente, como a Guiné-Bissau, onde o eleitor reconhece, à partida, a solução de governo proposta.

Obviamente, o papel multidimensional da democracia atribui às eleições um conjunto de características em relação a sua importância no processo democrático. As funções das eleições tornam, de alguma forma, cruciais para a própria vida da democracia por assumir desde logo as características de credibilidade do processo democrático em si. As eleições são partes da representação política e da garantia da soberania de um povo ou sociedade, que é capaz de delegar aos seus representantes as funções de conduzir os assuntos públicos.

O processo eleitoral é capaz, igualmente, de proporcionar conjunto de legitimidades e valores democraticamente possíveis, desde a da representatividade política, mas também de assegurar a sua manutenção de forma racional, permitindo que o poder político atribuído a alguém ou a um conjunto de pessoas por meio das formações partidárias tenham certa legitimidade. A legitimação desse poder passa naturalmente pela eleição, por ser o elo de consenso, da transferência, da autoridade e da governança, vista como maneira ideal de expressão de uma determinada comunidade política. É por meio das eleições que se constitui a percepção de que quaisquer partidos ou pessoas que ocupam as posições do poder, são igualmente consideradas ou vistas como legítimas, fazendo das eleições um ato de consagração política dos governantes (PITKIN, 2014).

A eleição também é um instrumento de controle político, a partir do momento em que os governantes são legitimados por ela e podem tomar decisões que refletem na eventual reeleição deles. Os eleitores e os eleitos são indissociáveis devido a essa relação, uma vez que uma influencia a condição ou posição da outra, de forma direta ou indiretamente.

Segundo Martins (2015), a eleição também dá característica de destaque ao cidadão no que concerne à socialização política, permitindo uma tomada de consciência enquanto o sujeito ativo do poder de expressão, a condição cidadã, bem

como os deveres e direitos incorporados ao mesmo, que podem ser atrativos valiosos para os partidos políticos em busca dos votos. A relação do cidadão com os atores políticos notabiliza-se nas dinâmicas, nas ideias, nas ações políticas, nas propostas governativas e ideologias, sobretudo nas circunstâncias em que ocorrem os processos eleitorais, tendo as formações partidárias a disputarem o eleitorado.

No aspecto da representação política, o eleitorado destaca-se, segundo Schumpeter (1984), pela função de possibilitar o governo. Essa função decore do objetivo direto das eleições. As funções das eleições também podem ser compreendidas pelo que representam aos partidos políticos enquanto mecanismos de ascensão ao poder. Constituindo em uma forma de participação política, potencializando esses atores por meio das eleições que, de alguma forma, também serve de processo de recrutamento de pessoal político para as candidaturas. Para isso, os partidos tendem a se esforçar a preencher as candidaturas que sujeitarão o veredito do eleitorado.

Os processos eleitorais também servem para que os partidos reestruturem as suas lideranças, obedecendo as regras e leis estatutárias, com a realização dos congressos ou primárias partidárias, que, de alguma forma, fornecem uma certa legalidade às candidaturas intrapartidárias. Com isso, os concorrentes disputam o voto do eleitorado, o que também é necessário com apresentação das propostas políticas atrativas nos respectivos programas eleitorais (MARTINS, 2015).

A competição política se torna crucial neste sentido, tanto para o próprio fortalecimento da democracia como para o dinamismo da formação partidária, já que se trata de um mecanismo que resulta de requisitos de natureza legal, capazes de estimular confronto entre as candidaturas a disputar os cargos eletivos, constituindo uma espécie de grupos de pressão ou de interesses.

Dessa forma, o processo eleitoral é capaz de contribuir para reforçar a legitimidade política e influenciar, ao mesmo tempo, a ação das elites que tendem a estabilizar e a institucionalizar um regime democrático. Nessa ideia, a comunicação política se torna extremamente importante, sendo a ferramenta fundamental da relação de contato entre eleitores e potenciais eleitos para a transmissão das ideias políticas, programas eleitorais e propostas sujeitas à disputa eleitoral.

A comunicação política também vai além dos atos eleitorais, por ser fundamental na política antes, durante e após as eleições, tendo as condições de ainda continuar a ser um aliado indispensável para os partidos, e também vital na

relação do contato dos eleitos com os cidadãos, em avaliar e recolher as preocupações e exigências nos programas do governo. Nessas circunstâncias, a eleição assume um importante mecanismo de aferição de expressão do eleitorado, a oferta política presente ou passado dos governantes.

## **2.4 Síntese**

Em suma, compreende-se que a democracia e as eleições preenchem um espaço de grande relevância nos sistemas político, impulsionando, ao mesmo tempo, a valorização de cidadãos como elemento crucial para a participação política e de influência aos critérios da governança.

As múltiplas características das eleições destacam a importância de conjunto e mecanismos dos sistemas políticos (partidos políticos, eleitores, eleitos, programas eleitorais e de governança), contribuindo para o fortalecimento das suas legitimidades.

Se esses são os méritos associados às eleições, contudo, não há garantias de que, nos processos políticos concretos, elas consigam cumprir plenamente as suas promessas, pois muitos desafios se interpõem e podem comprometer os resultados que são efetivamente alcançados. Em países de independência recente, que principiam a transição em direção à democracia, começaram a experienciar eleições pluripartidárias muito recentemente e acumulam relativamente pouco tempo de eleições pluripartidárias e teoricamente democráticas – como é o caso da Guiné-Bissau, que as adotou apenas em 1994, há cerca de 30 anos –, esses desafios e os riscos de fracasso ou de sucessos parciais são ainda maiores, como se pretende analisar nos capítulos subsequentes.

### **3 A trajetória da Guiné-Bissau até a primeira eleição pluripartidária**

Neste capítulo, será dado destaque à localização geográfica da Guiné-Bissau e a dados gerais sobre o país, mais um conjunto de informações sobre a sua trajetória histórica, com ênfase para as relações coloniais com Portugal, a fundação do PAIGC e o processo de adoção da democracia (ou a pretensão de o fazer), desde a independência, passando pelo golpe de Estado de 1980.

Ele foi construído a partir de revisão de literatura e, para além de apresentar o cenário histórico-cultural do país, o que vai servir de fomento para as análises subsequentes, subsidiariamente cumpre a missão de informação e de esclarecimento, pois também busca melhor situar a Guiné-Bissau para um público leitor que não necessariamente conhece a sua trajetória, especialmente tendo em vista o fato de o trabalho estar sendo apresentado em uma universidade brasileira.

O capítulo se organiza da seguinte maneira: traz dados gerais sobre o país e sobre o contexto político e partidário do PAIGC entre 1973 (ano da Independência) até finais de 1980; aborda a formação da nova elite política e o seu impacto sócio-político; expõe a revogação do artigo 4º da Constituição e mudanças que ocorreram em detrimento dessa Constituição, garantido as revisões que possibilitaram as primeiras eleições gerais pluripartidária na história do país, ocorridas em 1994, com vistas à implementação da democracia.

#### **3.1 Um olhar ao contexto geral e até a independência**

A República da Guiné-Bissau é um país africano com cerca de 36.125 km<sup>2</sup>, o que não é uma grande extensão geográfica. Para efeito de comparação: se fosse um estado brasileiro, seria o terceiro menor em território, à frente apenas de Sergipe e Alagoas (JESUS, 2013). Em 2024, a população está estimada em cerca de 2,2 milhões de habitantes (WORLD POPULATION REVIEW, 2024a), constituída em grupos sociais, como aqui são chamadas as etnias. Elas são mais de duas dezenas, fazendo do país multicultural, destacando-se: balanta, papel/pepel, fula, mandinga e manjaco<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> A composição étnica da Guiné-Bissau é tema que atrai a atenção de muitos pesquisadores. Eles se dividem em diversas abordagens. A título de síntese muito genérica, elas podem ser distinguidas entre aquelas que focam nas características sociais e culturais das etnias e as que analisam o impacto dessa

Figura 1 – Mapa administrativo da República da Guiné-Bissau



Fonte: Rota de Viagem (2019)

Geograficamente, situa-se na região oeste africana, faz fronteira terrestre com a Guiné ao sul e ao leste, com o Senegal ao norte, e banha-se pelo oceano Atlântico ao oeste, em uma costa que alcança aproximadamente 300km, “toda ela recortada por estuários amplos que levam o mar dezenas de quilómetros para o seu interior”, conforme Nóbrega (2015, p. 50). A maior parte do território é continental, mas também possui o arquipélago de Bijagós, composto por cerca de 80 ilhas, das quais aproximadamente 20 contam com populações quantitativamente significativas.

Na descrição de Lopes (1982, p. 17),

é um país atlântico com muitos rios e riachos que cortam a longa planície. Devido a esta situação geográfica a vegetação é do tipo savana e floresta tropical e o clima é tropical húmido. Há duas estações ou períodos climáticos durante o ano: o período das chuvas, sobretudo abundantes em julho e agosto, e o período da seca.

Augel (2007, p. 50) destaca que o território continental é cortado por rios caudalosos, como: Geba, Cacheu, Corumbal, Mansoa, Grande de Buba e Cacine, todos com inúmeros braços. Semedo (2010, p. 53) pontua que a superfície continental

diversidade na vida do país. Entre tantas contribuições, ver: Lopes (1982), Nóbrega (2003a), Kohl (2011), Amona (2020).

consiste numa parte costeira semipantanososa e numa zona planáltica pouco elevada, afinal, o ponto mais alto do país se localiza nas Colinas de Boé e atinge apenas 361m acima do nível do mar.

A capital é Bissau, que possui uma população estimada em 2024 de 686 mil habitantes, o que corresponde a pouco menos de um terço da população do país (WORLD POPULATION REVIEW, 2024b). A segunda cidade mais populosa é Bafatá, seguindo-se: Gabu, Bissorã, Cacheu e Bolama, que se localiza no Arquipélago de Bijagós e foi capital durante parte do período colonial (entre 1879 e 1941, quando Bissau se tornou a capital). Mas todas elas são localidades pequenas, que possuem menos de 35 mil habitantes, pois, além da concentração populacional em Bissau<sup>2</sup>, o país possui um alto grau de população rural, que atinge cerca de 60%.

A língua oficial é o português, herança do período colonial. Porém, a língua mais falada é o crioulo (*kriol*) guineense ou, em cada grupo étnico, “uma das mais de duas dezenas de línguas nígero-congolesa que constituem as línguas maternas da esmagadora maioria da população” (EMBALÓ, 2008, p. 101). O português restringe-se à comunicação no âmbito administrativo e é de domínio de uma parcela minoritária de cidadãos com escolaridade mais elevada.

A difusão do crioulo é tal que Amona (2020, p. 79) o reputa como a língua integradora, que liga as pessoas de etnias, regiões e religiões diferentes. Ele tem por base o português, combinado às línguas dos nativos, tendo se firmado lentamente a partir do século XVI como uma forma de comunicação entre o colonizador e as populações locais, sobretudo nas trocas comerciais, nas ações burocráticas e nas missões religiosas (EMBALÓ, 2008, p. 103).

Ié (2023, p. 63) reputa que o crioulo se tornou nacional e ganhou a difusão que possui hoje principalmente porque “começou a ser propagada a partir da luta armada pela independência do país”, não só como estratégia de comunicação e de mobilização, mas também como meio para consolidar uma identidade comum necessária para construir o Estado-nação.

A economia do país está baseada no setor primário (agricultura, pesca e pecuária). Destacam-se as produções de: arroz, que é a base da alimentação da

---

<sup>2</sup> Nóbrega (2003a, p. 113-117) comenta sobre a macrocefalia de Bissau e a perda de população dos demais agrupamentos urbanos que estava em andamento no início do século XXI. O crescimento da capital não parece ter se reduzido, pois, pela comparação dos dados populacionais atuais com aqueles que este autor apresenta, relativos a 1991, em 30 anos a cidade triplicou a sua população.

população, e castanha de caju, que é responsável por cerca de 90% das exportações, e amendoim, assim como criação de gado e produtos do mar (peixes e frutos do mar). Há, ainda, extração de madeira e mineração (fosfato e bauxita).

No entanto, os indicadores sociais e econômicos da Guiné-Bissau não são bons: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2023 é 0,483, o que o coloca na posição 179 entre 193 países. Portanto, é um dos mais pobres do mundo e de desenvolvimento humano classificado como baixo (ÍNDICE..., 2024). O mais alto IDH da série histórica disponível, que começa em 2005, foi alcançado em 2019, quando chegou a 0,490, mas o país estava em posição pior no ranking (179º). A melhor posição alcançada foi em 2006, lugar 174, o que, como se percebe, não altera muito a sua difícil situação e que a acompanha desde a independência (COUNTRYECONOMY, 2024).

Outros dados sociais e econômicos são trazidos por Djau (2019, p. 190): “[...] nível de pobreza que cobre 67% da população, conjugado a uma esperança média de vida ao nascer de 54,47 anos. [...] o PIB per capita continuou baixo, de US\$ 545,90, segundo dados do Banco Mundial (2018)”. O analfabetismo alcançava 56% da população, conforme os dados do Censo de 2009.

Como explica Augel (2007, p. 51), o território que hoje corresponde ao país pertencia ao reino dos mandingas, uma etnia muçulmana, originária do Níger, que constituía o Império de Mali. Era o reino de Kaabú, Kabu ou, ainda, Gabu<sup>3</sup>, uma parte daquele império, que correspondia ao hoje território de Gabu, uma das oito regiões administrativas da Guiné-Bissau<sup>4</sup>. Ele entrou em decadência e desapareceu em razão da ação das potências europeias, já no princípio do século XIX (LOPES, 2005).

Os portugueses, que acabaram por colonizar o território, só aportaram no século XV, mais especificamente em 1446, segundo a historiografia oficial (MENDY, 1994), e, ao longo do tempo e até firmarem o controle, precisaram disputá-lo com outras potências europeias, especialmente Grã-Bretanha<sup>5</sup> e França<sup>6</sup>, além das populações nativas, é claro.

---

<sup>3</sup> Mais informações podem ser encontradas em: Lopes (2005).

<sup>4</sup> As outras sete regiões, são: Bafatá, Biombo, Bolama, Cachéu, Oio, Quinara, Tombali. Há, ainda, o setor autônomo da capital Bissau.

<sup>5</sup> Houve vários episódios de disputa entre Portugal e Grã-Bretanha. O mais emblemático se deu pela posse da ilha de Bolama, que se acirrou entre 1834 e 1870, quando foi decidido em benefício de Portugal pelo Presidente Ulysses S. Grant, dos EUA, que atuou como árbitro (BROOKS, 1990).

<sup>6</sup> Não por acaso, os países que fazem fronteira com a Guiné-Bissau, Senegal e Guiné, são ex-colônias francesas, de modo que o país é uma “ilha” cercada de países francófonos. Os reflexos dessa influência

Apesar de promoverem comércio com os nativos desde este período e procurarem estabelecer o controle mais estrito sobre o território a partir do século XVII, a estrutura propriamente colonial portuguesa só foi se consolidar ao longo do século XIX por meio da chamada Guiné Portuguesa, divisão administrativa que foi criada em 1879 e que tinha Bolama como sede de governo. Antes disso, o território era subordinado à província de Cabo Verde, sendo colônia da colônia, conforme Pélissier (1997, v. 1, p. 41).

É nesse período – mais especificamente após 1885, com o término da Conferência de Berlim, quando as nações colonizadoras europeias acordam entre si uma divisão dos territórios africanos – que Portugal tem garantido o domínio sobre a Guiné-Bissau (e outros territórios, como os correspondentes às suas então colônias e hoje países independentes, como Angola e Moçambique, por exemplo). No caso específico, isso se deu por meio de um tratado assinado com a França, em 1886.

Outras visões, como a de Mendy (1994), indicam que, no período da Conferência de Berlim, Portugal ainda não havia controlado plenamente o território que lhe fora determinado, de modo a ter um domínio de direito (na lógica colonial europeia) mais do que fato. Mendy (2012, p. 18) esclarece que até então a influência portuguesa limitava-se a uns poucos centros comerciais fortificados, especialmente em Cachéu e Bissau. E, em paralelo houve, ao longo dos séculos, “um fluxo constante de mercadores cabo-verdianos, traficantes de escravos, mercenários, administradores, sacerdotes e professores desceram até o território e interagiram com seus muitos habitantes em variados níveis”. Dentre essas personagens, destacam-se os lançados, denominação que indica aqueles que avançavam mata adentro em busca de produtos para comercializar. Conforme Semedo (2010, p. 58):

marcaram a história do comércio nos rios da Guiné: serviram de intermediários no comércio, traíram a Coroa portuguesas em benefício próprio, comercializando com franceses, holandeses e ingleses. Constituídos numa primeira fase por portugueses degredados e mais tarde por cabo-verdianos e nativos daquelas terras, adaptaram-se ao modo de vida africano. Muitos desses estrangeiros chegaram a casar-se com descendentes de famílias nobres locais.

---

se fazem sentir, não só ao longo de sua história colonial, mas também na sua vida como nação independente, como serve de exemplo a guerra civil de 1998-1999, a ser comentada na sequência. Outro traço dessa influência reside no fato de, desde 1997, o país ter ingressado na União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e adotado o Franco CFA (Comunidade Financeira Africana) da África Ocidental, hoje uma moeda comum de oito países, todos de colonização e língua francesa, com exceção da Guiné-Bissau. São eles: Benin, Burkina Fasso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo. Sobre o impacto da adesão à UEMOA, ver: Fernandes (2017) e Djau (2019).

Augel (2007, p. 54) considera que houve uma efetiva política de colonização na Guiné-Bissau apenas após a II Guerra Mundial, pois, até 1936, os invasores precisaram lutar contra os nativos em diversas partes do território, o que foi realizado por meio das chamadas “campanhas de pacificação”, um eufemismo para a subjugação violenta desses povos.

Por sua vez, a resistência dos nativos se dava a partir do que Baldé (2024a, p. 51-52) denomina de “mobilização baseadas em identidades étnicas locais” e, por isso, fragmentadas, com cada etnia procurando manter a sua autonomia, o seu território e sua cultura, e reagir à exploração e à discriminação do invasor, mas sem que houvesse uma ação conjunta dessas populações.

A coordenação coletiva na luta anticolonial foi construída somente a partir do final dos anos 1950, o que se deu por intermédio do PAIGC. E é essa luta também o elemento fundador da constituição (ou invenção) da identidade nacional, o elemento agregador entre as etnias. Nesse sentido, somente então nasce a “Guiné-Bissau”, um todo comum e um viver compartilhado, visto que antes cada etnia tinha o seu território (*tchon*) e a unidade só existia como uma divisão burocrática para o colonizador (e que sequer tinha essa denominação, e sim Guiné Portuguesa, como já comentado) (AMONA, 2020). Aliás, o nome Guiné-Bissau só foi adotado a partir da independência, em 1973, com vistas a se diferenciar da vizinha Guiné (ou Guiné-Conacri) e não era, até então, de uso corrente. A própria denominação do PAIGC inclui apenas “Guiné”<sup>7</sup>.

Basicamente, o colonizador extraía recursos naturais (pesca, produtos agrícolas e minerais), explorava o trabalho da mão de obra local e traficava escravos (até quando este comércio foi possível), bem como se servia da colônia como mercado consumidor, sempre por meio de práticas coercitivas e repressoras, que procuravam manter a população local sob jugo e subordinação.

Amílcar Lopes Cabral classificou a prática portuguesa no país como “colônia de tráfico” (em contraste àquela realizada em Angola, Moçambique e Cabo Verde, que chamou de “colônia de povoamento”), ou seja, baseada unicamente na extração e na exportação de matérias-primas, sem que houvesse investimento em infraestrutura física ou social adequadas ao seu funcionamento (SEMEDO, 2009, p. 19).

---

<sup>7</sup> Esclarece-se que quando fala em ser o “partido da independência da Guiné”, o PAIGC não tem pretensões sobre o país Guiné, e sim exclusivamente sobre a Guiné-Bissau. Aquele, de colonização francesa, tornou-se independente em 1958, ou seja, antes de o PAIGC efetivamente iniciar a sua luta, tendo servido, juntamente com Senegal, de base importante para a sua organização.

A Guiné-Bissau foi território colonial português até avançada segunda metade do século XX. Ao par de Moçambique e Angola, obteve a sua independência mediante uma incursão armada, guiada pelo PAIGC, instituição que, nessa altura, reunia duas características: de um lado, era um movimento de libertação; do outro, partido político.

Na visão de Semedo (2009), originalmente ele tinha mais a primeira característica e somente em um segundo momento se tornou propriamente um partido. Nóbrega (2003a, p. 176) dá ênfase à formação inicial do PAIGC, pois ele se constituía “em exército e os seus militantes em soldados na oposição a um poder militar superior”. De fato, originalmente ele não era um partido no sentido que se atribui em democracias, isto é, organização voltada a disputar eleições, lutar por votos frente a congêneres e, a partir dos resultados obtidos, governar, formular políticas e produzir normas legislativas. Ele era partido no sentido “representar o conjunto de interesses da nação e exercer o papel mais importante na sua direção e controle” (MONTEIRO, 2013, p. 60) de modo exclusivo e, a partir dessa condição, unificar a luta pela independência e, depois, dirigir o futuro Estado. Somente muitos anos depois, a partir de 1991, ele vai se tornar partido na acepção mais corrente do termo, o que, como se sabe, implicou a renúncia à condição de único e a admissão da existência de organizações equivalentes e que com ele competiam.

A organização do PAIGC estava assentada em quatro princípios à luz do direito internacional, a saber:

**Liberdade**, quer dizer, autodeterminação, descolonização completa, proibição do recurso à força e da intervenção estrangeira, banimento dos tratados desiguais, da ocupação estrangeira, das bases militares, etc. **Universalidade**, quer dizer, participação mais eficaz e completa nas organizações internacionais e nos seus órgãos, mediante revisão da sua composição. **Igualdade de direitos**, quer dizer, proibição de toda a relação de dominação, soberania igual, direito sobre os recursos naturais, etc. **Cooperação internacional**, quer dizer, direitos do homem, cooperação econômica, direito do desenvolvimento, etc. (SILVA, 1997, p. 285 apud SEMEDO, 2009, p. 39-40).

Esses princípios se traduzem no desejo de ter uma nação una, soberana e independente, capaz de criar espaço e condições para o exercício da cidadania, por meio da participação política e partidária.

Essas ambições articulam-se com os objetivos basilares da criação de OUA, que surgiu nos anos 1960, atualmente conhecida como UA. A OUA atuava como principal base política formalmente reconhecida no continente africano, sobretudo na

vanguarda política de um projeto impulsionador, capaz de alicerçar os movimentos anticoloniais, ou seja, que visam a romper com o colonialismo, assim como buscar a paz e o desenvolvimento político do continente (NUNES, 2018, p. 223).

O PAIGC deu nas vistas em setembro de 1956, em Bissau, e tinha na sua base a primeira elite intelectual guineense e cabo-verdiana, liderado por Amílcar Lopes Cabral. Originalmente, surgiu como PAI (Partido Africano de Independência), tendo acrescentado “de Guiné e Cabo Verde” em 1960 (SILVA, 1997, p. 43) e, então, formado a denominação e a sigla pela qual é conhecido ainda hoje, embora desde 1980 Cabo Verde seja um Estado independente e alheio à esfera de atuação do PAIGC.

Há contestação a 1956 como data de sua criação, informação que o partido apresenta em sua história oficial e que é muito repetida na literatura. Autores afirmam que teria surgido apenas em setembro de 1959<sup>8</sup>, após o retorno de Amílcar Cabral à Guiné-Bissau, pois, entre 1956 e 1959, este deixou o território e esteve baseado em Lisboa, embora circulasse pela Europa e África em razão de sua atividade profissional como agrônomo e da luta, então clandestina, contra o colonialismo<sup>9</sup>.

Independentemente disso, é inegável a relevância para o surgimento ou o desenvolvimento do PAIGC do massacre de Pindjiguiti, ocorrido em agosto daquele ano, quando os portugueses assassinaram diversos marinheiros e estivadores do porto em greve. A partir desse evento, tornou-se evidente que apenas a atividade armada poderia obter sucesso e a estratégia de diálogo pensada até então não teria sucesso, pois o regime salazarista não seguiria Grã-Bretanha e França, por exemplo, que aceitaram independências negociadas em suas colônias da África subsaariana.

Monteiro (2013) destaca que os dirigentes do PAIGC eram assimilados<sup>10</sup> e intelectuais que trabalhavam para os colonizadores, logo exerciam funções que

---

<sup>8</sup> Para mais detalhes sobre esta questão, ver: Tomás (2007, p. 108-109; Silva (2010a, p. 91-94, 112-122); Ndjai (2012, p. 114-119); Monteiro (2013, p. 148-155).

<sup>9</sup> A vivência de Cabral na Guiné-Bissau é curta: ele nasceu na então Guiné Portuguesa, em 1924, mas viveu no território apenas até os 12 anos, pois em 1936 foi residir em Cabo Verde. De lá, foi para Lisboa, em 1948, cursar a universidade e só retornou à terra natal em 1952, onde foi trabalhar como agrônomo. Depois, deixou-a em 1956 por imposição das autoridades coloniais, tendo retornado em 1959. Durante a luta armada e até o seu assassinato, viveu nos países vizinhos, especialmente Guiné, ou nas áreas da hoje Guiné-Bissau conquistadas dos portugueses.

<sup>10</sup> Salecha (2021, p. 23) explica que, na época, o termo se referia à pessoa que se converteu ao cristianismo, sabia ler e escrever, e a maioria das vezes trabalhava para a administração colonial. Como lembra Sucuma (2012, p. 133), os assimilados são “pessoas que abriram mão de suas tradições para seguir e obedecer às orientações e cultura do colonizador”. Eram majoritariamente mestiços, originários de Cabo Verde por nascimento ou ascendência. Em referência ao Censo de 1950, Amado (2005, p. 113), especifica que os assimilados eram 0,3% da população guineense e todos os demais eram não civilizados, chamados de “indígenas”, “gentios”, conforme o regulamento colonial vigente. Segundo

intermediavam e viabilizavam a dominação, e que se distinguiam significativamente do resto da população, que tinha pouca ou nenhuma instrução e vivia de modo “tradicional”, ou seja, conforme a cultura do grupo étnico ao qual pertence.

É por esta condição “privilegiada” que essa elite local desenvolve uma percepção mais aprofundada dos prejuízos trazidos pela colonização, consegue articular formas de combate e propõe uma luta comum (ou nacional) contra Portugal, logo sem ênfase aos componentes étnicos, ao inverso de outros movimentos de resistência que existiam no mesmo período e que serão comentadas a seguir. O PAIGC contava também com a massa camponesa (SILVA; SANTOS, 2014), que era mobilizada por essa elite intelectual e acabou por ser a linha de frente de combate.

Outra instituição, a Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné (FLING), constituída em 1962, surgiu com o mesmo propósito que o PAIGC, mas sem concordar com a união com os cabo-verdianos. Ambos protagonizaram uma relação renhida de lutas pela posição de legitimidade e protagonismo nacionalista, vencida pelo PAIGC. Conforme Monteiro (2013, p. 121), a FLING foi fundada em Dakar e unificou outras entidades já existentes (União do Povo da Guiné, Reunião Democrática Africana da Guiné e União da População Libertada da Guiné), por isso a denominação “frente”. Era composta por empregados e pequenos funcionários fugidos da repressão colonial, que se radicaram no Senegal. Porém, não desenvolvia luta armada, restringia-se à agitação política clandestina (divulgação de comunicados, organização de reuniões e participação em conferências internacionais).

Além do PAIGC e da FLING, que ganharam mais notabilidade, nessa altura surgiu o Movimento de Libertação da Guiné (MLG), fundado em 1958 por Rafael Barbosa e mais cinco companheiros, e que esteve diretamente envolvido na greve que gerou o massacre de Pindjiguiti (NDJAI, 2012, p. 123).

Ndjai (2012, p. 124) reputa Barbosa como figura chave para a viabilização da luta de Cabral e a efetivação do PAIGC, pois sua atuação remonta à década de 1940 e havia acompanhado o nascimento e a evolução de quase todas as movimentações nacionalistas na Guiné. Em 1959, reuniu-se com Cabral e, juntos, somaram esforços

---

Mendy (1994, p. 309), esse pequeno contingente se devia também ao interesse dos colonizadores em manter uma reserva de mão de obra gratuita ou extremamente barata, de modo que não havia estímulo à obtenção do grau de civilizado ou, então, a classificação como tal era extremamente arbitrária e não dependia de o indivíduo alcançar os requisitos formais. Lopes (1987, p. 41) indica que Amílcar Cabral ponderou que, se esses requisitos fossem aplicados aos portugueses com o mesmo rigor, cerca de 50% seriam considerados indígenas, especialmente porque eram analfabetos.

para a luta anticolonial, afastando-se da MLG – o que, para os adeptos, reforça a tese da criação do PAIGC apenas neste ano<sup>11</sup>.

### **3.2 O contexto político entre 1973 e o início da década de 1980**

Após mais de 10 anos de combate militar aos colonizadores portugueses, em 24 de setembro de 1973 houve a proclamação do Estado guineense nas mediações do Lugadjol, em Madina do Boé, localizada na região sudoeste do território nacional. O evento marca também a fundação da Assembleia Nacional Popular (ANP), o parlamento da Guiné-Bissau, e a aprovação da sua Constituição. A ANP foi a instituição que organizou esse ato solene e tinha João Bernardo Vieira como Presidente. Foi ele quem leu o texto da proclamação da República e abriu um processo político novo no país africano, no qual os méritos gerais devem-se aos feitos de um movimento nacionalista e partidário (PAIGC).

Embora cunhado nos princípios de um movimento independentista militar, tal como mencionado acima, o PAIGC não descartava nas suas ideologias convicção partidária. A nível político, agia e se articulava como um partido, o que se verificava desde a realização do seu I Congresso, realizado em Cassacá, em fevereiro de 1964. Neste evento, foi criada uma organização interna, seja administrativa para gerir as chamadas zonas libertadas<sup>12</sup>, seja partidária (secretário-geral, comitê central, bureau político). E se qualificava para a luta armada, pois igualmente estruturou as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), que avançava em relação às unidades guerrilheiras existentes até então (GOMES, P., 2010).

Na oportunidade, tratou-se de independência decretada unilateralmente e que correspondia ao território sob domínio do PAIGC, conquistado dos portugueses em diversas incursões militares. Naquele momento, cerca de 70% do país estava nessa condição (MONTEIRO, 2013, p. 189).

Conforme Semedo (2009, p. 23), “[ao se declarar independente] a atitude do PAIGC [,,] era apenas uma estratégia política para demonstrar à comunidade

---

<sup>11</sup> Barbosa se tornou figura controversa e não chegou a exercer poder no futuro país. Foi acusado de envolvimento no assassinato de Amílcar, condenado à prisão em 1976 e afastado do PAIGC. Foi libertado no processo de transição e, quando da implantação do pluripartidarismo, fundou o FDS, que não alcançou sucesso duradouro. Faleceu em 2007, aos 81 anos (MORREU NACIONALISTA..., 2007).

<sup>12</sup> Monteiro (2013, p. 174) explica que “estas zonas libertadas se configuravam como um Estado bissau-guineense, dentro do Estado colonial, promovendo políticas públicas de inclusão que contemplassem as populações e os membros do partido através de construção de escolas para formação de quadros políticos, postos médicos, etc. [...]”.

internacional que tinha controle sobre parte considerável do território”. Como medida preparatória e ação diplomática – frente estratégica mantida em paralelo à militar, na qual Amílcar Cabral era figura exponencial –, em 1972, Missão Especial da Organização das Nações Unidas (ONU) visitou a zona libertada para verificar esse domínio (LOPES, 1987, p. 90). A estratégia produziu resultados: em três semanas, 75 países já haviam reconhecido o novo Estado (BIJAGÓ, 2011, p. 45), o que tornou Guiné-Bissau a primeira colônia a romper com o Império português.

Contudo, Portugal não aceitou tal independência e procurou manter sua então província ultramarina – denominação que adotava desde 1951 para denominar suas colônias na intenção de afirmá-las como extensão do seu território e, assim, escamotear o imperialismo e conseguir aceitação perante a comunidade internacional. Foi apenas após a Revolução dos Cravos e o término da ditadura salazarista que Portugal reconheceu oficialmente a independência da Guiné-Bissau, o que ocorreu em 10 de setembro de 1974, em Argel. Conforme Lopes (1987, p. 99), tratou-se de reconhecer de *jure* uma situação já consolidada. Porém, foi somente após esta data que o PAIGC teve controle pleno do território, pôde deixar as “matas”, ingressar livremente na capital Bissau e enfrentar os desafios de gerir o Estado independente<sup>13</sup>.

**Figura 2** – Bandeira da República da Guiné-Bissau



Fonte: Rota de Viagem (2019)

<sup>13</sup> A independência de Cabo Verde foi um processo mais demorado, concluído em 5 de julho de 1975, quando Portugal a reconheceu. Isso porque se trata de um arquipélago, localizado a cerca de mil quilômetros da Guiné-Bissau, onde não havia luta armada e o território ainda era controlado por Lisboa. Para mais detalhes, ver: Fernandes (2007).

O PAIGC, como promotor do primeiro ato político pós-independência, na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, o que lhe confere também o estatuto de partido binacional, com o poder de governança em ambos os territórios, indicou como Presidente da República da Guiné-Bissau Luís Cabral, meio-irmão de Amílcar Cabral, quem, como já comentado, havia sido assassinado alguns meses antes, em janeiro de 1973<sup>14</sup>.

Vencida a luta anticolonial e alcançado o reconhecimento internacional, iniciou-se uma nova e decisiva fase: construir o novo Estado. O país enveredou-se para um caminho político que não lhe difere de outras nações africanas no que toca à instalação de um regime de partido único, no qual o Presidente da República é a figura central em toda a estrutura do Estado. A Constituição de 1973 diz, em seu art. 4º, que o PAIGC é a “força política dirigente da sociedade” e, no art. 6º, “expressão suprema da vontade soberana do povo” (GUINÉ-BISSAU, 1973).

Assim, prevaleceu a continuidade de uma estrutura militarizada concentrada no PAIGC, cujo poder político e administrativo era exercido principalmente por militares que participaram da luta pela independência, o que se tornou credencial fundamental para ocupar espaço como dirigente no Estado. O PAIGC não permitia que formas autônomas de organização fossem criadas, apenas “movimentos satélites”, ou seja, criados por sua iniciativa, por ele mantidos e a ele subordinados, como de mulheres (União Democrática das Mulheres), jovens (Juventude Africana Amílcar Cabral) e trabalhadores (União Nacional dos Trabalhadores da Guiné - UNTG).

Não apenas isto, Cardoso (2008, p. 11) lembra que o PAIGC também desenvolveu uma estratégia de desencorajamento, silenciamento e até aniquilação de organizações (e de indivíduos) concorrentes, pois qualquer dissenso era concebido como uma ameaça ao nascente país e à unidade nacional. Ainda conforme Cardoso (2006, s/p.), “tudo o que se tentava definir como não Estatal era considerado anti-Estatal. [...] Resumindo: o Estado não permitiu que a sociedade evoluísse no sentido da pluralização do espaço público”<sup>15</sup>.

Na vida do povo, a independência não produziu muitas modificações em relação ao modo como vivia anteriormente. Semedo (2009, p. 32) afirma que, na prática, a independência

---

<sup>14</sup> No modelo de Estado binacional, cada país um tinha sua esfera de autonomia. Assim, em Cabo Verde, Aristides Pereira atuou como Presidente desde 1975.

<sup>15</sup> Talvez a única exceção seja a Igreja Católica, que continuou suas atividades, mas era bastante conivente com o regime, a ele subordinada e procurava não o desafiar.

[...] fez o país transitar apenas da colonização para outro modelo político semelhante de repressão, a ditadura. No recém instalado regime, foi mantido todo o aparato repressivo do sistema colonial, represálias, prisões arbitrárias e assassinatos.

Essa visão é compartilhada por Salecha (2021, p. 28), para quem a independência permitiu a criação de uma elite política que reproduziu o legal colonial, instaurando a violência como *modus operandi* de Estado, o que o leva a afirmar que essa ditadura com orientação militar promovida pelo PAIGC, “[...] anda em contramão com as promessas feitas durante a mobilização para a luta contra colonialismo”.

Logo, o que se viu foi o estabelecimento de um Estado baseado em repressão e vigilância, com estrito controle sobre a sociedade, certo isolacionismo internacional e a adoção de um modelo econômico planejado, de inspiração marxista, no qual o Estado era “dono de tudo”. Conforme Cardoso (1995, p. 260), o país adotou um modelo de desenvolvimento profundamente inspirado no modelo socialista, embora o PAIGC nunca tivesse se assumido como tal. Essa escolha foi motivada principalmente pela ajuda financeira recebida de países daquele bloco, em especial a União Soviética, já desde a luta de libertação e que prosseguiu no pós-independência.

Na verdade, houve alterações, sim, na vida da população. Elas diziam respeito ao projeto de país, que não havia anteriormente, quando a Guiné-Bissau era apenas uma colônia a ser explorada. Afinal, a instauração do Estado pós-colonial trouxe inúmeros desafios ao novo governo. A adoção do modelo político e administrativo socialista, a centralização de um programa prioritário sobre a reestruturação do aparelho estatal, com base numa organização política, econômica e socialmente sólida, como forma de permitir a realização de uma transição administrativa segura, de Estado Colonial para o Estado Nacional independente (JAUARÁ, 2017).

Porém, em termos de vida cotidiana, a situação da população talvez tenha até regredido, pois os desafios de gestão enfrentados pelos integrantes do PAIGC na efetivação desse projeto eram bem maiores. As circunstâncias da independência fizeram com que praticamente todos os servidores públicos em posição de mando existentes (portugueses ou assimilados) retornassem a Portugal ou tenham sido punidos por terem colaborado com o sistema colonial, de modo que o PAIGC não pôde e/ou optou por não manter o pessoal que administrava o aparato burocrático então instalado na Guiné-Bissau. Ainda conforme Semedo (2009, p. 40), o resultado foi que “o partido se deparava, principalmente, em termos administrativos com uma

notável escassez de profissionais à altura para imprimir certo dinamismo burocrático ao serviço público”. Nesse sentido, ainda que a gestão tenha mantido a lógica e práticas do período colonial, a elite política não era mais a mesma da Guiné Portuguesa, e sim era formada pelos combatentes que haviam conquistado a independência agora realocados para novas atividades.

Tendo de gerir a já ineficiente máquina pública herdada do colonizador (e em alguns casos, construí-la) e sem manter a capacidade gerencial instalada, tornou-se flagrante também a ausência de experiência e de preparação técnica dos ex-guerrilheiros para esse tipo de atividade, sendo que a trajetória de participação nos combates anticoloniais era critério essencial para ocupar posição de destaque e de mando no nascente Estado, ainda que a pessoa nada conhecesse ou tivesse alguma vez tido a oportunidade de planejar ou administrar qualquer ação pública que não estivesse associada exclusivamente às atividades militares.

Em outras palavras, no pós-independência havia carência em termos de estrutura burocrática para gerir o Estado, bem como de pessoal com qualidade e experiência administrativa para tal. E a isso se somava uma falta generalizada de infraestrutura (estradas, meios de transporte, geração de energia, hospitais e ambulatórios, escolas etc.) e, em muitos períodos, a carência de produtos alimentícios básicos, como arroz, sem contar a de quaisquer produtos industriais. No dizer de Forrest (1993, p. 61), “as pernas e os braços físicos e administrativos do Estado centralizado foram destruídos com a independência; tudo quanto ficou foi um cérebro burocrático enfraquecido carente de direção administrativa experiente”.

Como se não bastassem esses elementos de crise e dificuldades, havia o delicado problema de “gerenciar interesses internos e distribuir cargos públicos que a sua ascensão ao poder lhe colocava na mão” (SEMEDO, 2009, p. 32), ainda mais em um cenário em que todo o poder (e os conflitos) convergiam para o PAIGC. Como registra Nóbrega (2003a, p. 169), se o PAIGC é o partido único, sem permitir quaisquer formas de organização social e política na vida guineense, torna-se evidente que toda a luta política passa a se dar obrigatoriamente no interior do PAIGC.

Logo, tem-se a centralização do poder típica do unipartidarismo e do Partido-Estado, pois as estruturas políticas e administrativas do PAIGC obedeciam tecnicamente aos seguintes órgãos administrativos: Conselho do Comissário do Estado, que atuava como conselho dos ministros e que era dirigido pelo Comissário Principal, a qual funcionava, por sua vez, como uma espécie de Primeiro-Ministro, e

pelo Presidente do Conselho do Estado. Estes dirigiram a Guiné-Bissau entre 1973 até abertura democrática em 1990, tendo como a base os militantes do PAIGC e apenas cinco técnicos de fora do partido (JAUARÁ, 2017).

**Quadro 1** – Estrutura do primeiro governo monopartidário da Guiné-Bissau (1974-1980)

<b>Ministérios/funções</b>	<b>Ministros</b>	<b>Categoria partidária</b>
Presidente	Luís Cabral	Bureau político
Primeiro-Ministro	Francisco Mendes (1978)	Bureau político
	João B. Vieira (1978 a 1980)	Bureau político
FARP	Umaro Djaló (1978 a 1980)	Bureau Político
Interior	Constantino Teixeira	Bureau Político
Coord. Econ. e Plano	Vasco Cabral	Bureau Político
Finanças	Carlos Correia	Bureau Político
Comb. da Lib. da Pátria	Paulo Correia	Bureau Político
Negócios Estrangeiros	Vitor Saúde Maria	Bureau Político
Saúde	João Costa	Comitê Central
Educação	Filinto Vaz Martins	Técnico
Justiça	Fidélis Cabral de Almada	Bureau Político
Transp. e Turismo	Manuel dos Santos – Manecas	Bureau político
Comércio e Artesanato	Armando Ramos	Militante
Recursos Naturais	Samba Lamine Mané	Comitê Central
Desenvolvimento Rural	Mário Cabral	Comitê Central
Obras Públicas e Urbanismo	Alberto Lima Gomes	Militante
Correios e Telecomunicações	Fernando Fortes	Militante
Inform. e Cultura	Mário Pinto de Andrade*	Técnico
Banco Nacional da Guiné-Bissau	Vitor Freire Monteiro	Técnico
Secretaria do Estado de Pesca	Joseph Turpin	Militante
Transportes e Comunicação	Otto Schacht	Militante
Juventude e Desporto	Adelino Nunes Correia	Técnico
Membro sem pasta	José Araújo	Técnico

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados de Cecep de abril de 1980 a partir de JAUARÁ (2017, p. 222)

\* Angolano, ex-MPLA

Havia um panorama generalizado de disputas e rivalidades pessoais, decorrentes de formação de grupos ou facções, de conflitos entre guineenses e cabo-verdianos e/ou oriundos de diferenças étnicas, que encontravam espaço para fermentarem, algumas delas latentes desde a luta pela independência, mas até então constrangidas por aquele compartilhado objetivo maior. No dizer de Monteiro (2013, p. 220), “com efeito, na ausência do inimigo comum [o Estado português colonizador], os laços unificadores sempre serão desfeitos pelos princípios da disputa política, nesse caso traduzido pelo acesso ao poder político no aparelho do Estado”.

Do ponto de vista de ações efetivas, destaca-se que o Presidente Luís Cabral implementou, a partir de 1974, o processo de industrialização, que permitiu a operação de pequenas indústrias, mediante financiamento dos parceiros internacionais. Nesse âmbito, surgiram indústrias, como: Unidade de Montagem de

Veículos (N'GHAIE), Volvo – Garagem (uma unidade de manutenção de veículos da marca Volvo), Complexo Agroindustrial de Cumeré, Unidade de Produção de Produtos de Plástico, Unidade de Produção de Colchões de Espuma, Unidade Industrial para a Produção de Telhas, Blocos de cerâmica e outras espécies (Cerâmica de Bafatá), Unidade de Produção de Sumos e de Polpas ou Compotas de fruta de Caju (Titina Silá), Unidade de Corte e Processamento de Madeira, Unidade de Produção de Contraplacados de Madeira, Unidade de Metalúrgica/Metalomecânica, entre outras iniciativas de industrialização, no âmbito da melhoria econômica e instauração do novo Estado (SUCUMA, 2012).

Apesar de avanços plausíveis, rapidamente os problemas iniciais surgiram na insuficiência dos quadros para inovar a administração e as estruturas estatais do país, bem como para implementar o projeto de transformação política socialista perante uma estrutura administrativa com fortes traços de colonialismo. Neste sentido, vê-se claramente as dificuldades na transferência político-administrativa do poder, que também se explicam pela ausência de uma estrutura técnico-administrativa nacional no seio do PAIGC capaz de sustentar o recém-criado Estado aos desafios da governança (SEMEDO, 2009).

### **3.3 Formação da nova elite política e impacto sociopolítico pós-golpe de 1980**

O cenário sofreu uma mudança em 1980. As exigências da nova estrutura político-administrativa suscitaram o emergir de uma nova elite depois da que antecedeu o surgimento do próprio PAIGC<sup>16</sup>. Os acontecimentos do golpe de 14 de novembro de 1980 (o primeiro da história do país, mas infelizmente não o único), além de pôr fim à ideia da unidade binacional entre Guiné-Bissau e Cabo Verde, criou a ruptura e abriu caminho para a formação da elite intelectual especificamente guineense e também a afirmação do “Projeto Político Reajustador”.

A relevância desse fato faz com que alguns autores falem que ele inaugura a 2ª República, pondo fim ao período que iniciou com a independência, em 1973. Por sua vez, a 2ª República teria se encerrado em 1994, com a realização das eleições pluripartidárias, o que principiou a 3ª República, na qual o país ainda se encontra. Já

---

<sup>16</sup> A primeira elite guineense é a geração de Cabral, que surgiu entre os privilégios e as oportunidades que alguns nativos mantinham com a autoridade colonial na Guiné. Essa elite praticamente se desenvolveu na metrópole durante a época colonial.

Sucuma (2012), seguindo esta mesma periodização e também destacando o golpe de 1980 como um ponto de ruptura, mas se servindo de outras denominações, fala em projetos políticos: da independência, reajustador e democrático<sup>17</sup>.

Dois motivos são apontados como os principais para o desencadeamento do golpe de 1980: a reforma da Constituição, aprovada poucos dias antes<sup>18</sup>, e a promoção a oficiais do exército de cabo-verdianos, recém-chegados ao país, após estudos de formação em Portugal. No caso específico dos militares, o fato reduzia a influência daqueles que haviam participado da luta pela independência do país, a grande maioria deles guineenses<sup>19</sup>.

Os dois fatos podem ter produzido o golpe, mas eram as gotas d'água que fizeram transbordar um copo que vinha acumulando mágoas há muito tempo. Isso porque, para muitos intérpretes, o golpe foi a reação contra uma tradição que vinha desde o período colonial, a partir da qual os cabo-verdianos, em geral mais escolarizados, exerciam cargos públicos destacados ou estavam em posição de mando em comparação aos guineenses<sup>20</sup>. Mendy (1994, p. 307) informa que, em 1963, eles respondiam por 75% dos funcionários coloniais da então Guiné Portuguesa. Conforme Cardoso (2002, p. 16),

a consolidação da estrutura administrativa colonial de 1920 a 1950 reforçou, assim, a proeminência política de um pequeno número de africanos relativamente privilegiados. Esta elite era largamente constituída por cabo-verdiano obrigados a emigrar de Cabo Verde para a Guiné[-Bissau], descendentes destes e mestiços e, progressivamente, passou a envolver alguns destacados elementos da comunidade local. [...] O fato de o colonialismo lhes ter concedido determinados privilégios permitiu-lhes beneficiar de vantagens ou regalias em termos de educação, fluência na língua portuguesa e familiarização com vários aspectos da cultura ocidental.

<sup>17</sup> Cardoso (2002) adota uma divisão distinta: 1) a implantação efetiva do colonialismo; 2) o fim da luta armada e os primeiros esforços de construção nacional; 3) a vaga de liberalização que teve início nos anos 1980 e culminou com a abertura ao pluralismo político. Sob outra perspectiva, a do desenvolvimento, Rudebeck (1997) também fala em três períodos, contudo em outra temporalidade: o primeiro foi o da planificação estatal (da independência até 1982); depois o da liberalização econômica (de 1982, quando foi firmado o primeiro acordo com órgãos internacionais, até 1990, com o fim do unipartidarismo) e, finalmente, o da democratização (1990 em diante, com o pluripartidarismo).

<sup>18</sup> As divergências alegadas dizem respeito à previsão de que um cabo-verdiano poderia ser Presidente da Guiné-Bissau, sendo que o inverso não era possível em Cabo Verde; a supressão da pena de morte em Cabo Verde em caso de atentado contra a segurança nacional e a permanência desta previsão na Guiné-Bissau.

<sup>19</sup> Chabal (1983, p. 202) arrola mais um fator: a grave crise alimentar vivenciada na época, o que encontra respaldo no relato de Lopes (1988 apud Jarju, 2019, p. 64), segundo o qual, às vésperas do golpe de 1980, “[...] não havia nos mercados da capital nem arroz, nem batatas, nem leite, nem pão. [...] Não há meios para descrever o caos que se vivia na Guiné-Bissau nesses últimos tempos”.

<sup>20</sup> Mendy (2012, p. 20) argumenta que os cabo-verdianos eram a alternativa disponível, pois os portugueses, que seriam preferenciais para desempenhar esse papel, relutavam em se estabelecer na colônia, em razão do clima, das doenças e do isolamento em relação à metrópole.

Estes factores permitiram, por sua vez, que os membros desta elite pudessem ser designados como funcionários da administração colonial.

Esse mal-estar prosseguiu durante a luta anticolonial, pois os combates se realizaram exclusivamente no território guineense, seja pelas condições geográficas que tornavam muito difícil a tática de guerrilha em Cabo Verde (um arquipélago árido), seja pela maior desconfiança da população insular com as vantagens de se tornar independente. E não só isso, a linha de frente dos combates era majoritariamente guineense, pois os cabo-verdianos atuavam principalmente nas atividades burocráticas e de planejamento, aquelas para as quais, em razão da pouca ou nenhuma escolaridade, os primeiros não tinham capacidades ou as mesmas capacidades. Desse modo, as perdas humanas, a fome e os prejuízos na já precária infraestrutura, decorrentes dos confrontos, recaíram sobre a Guiné-Bissau, enquanto Cabo Verde ficou “protegido”.

As mágoas continuaram no período pós-independência, pois importantes investimentos públicos foram feitos no território cabo-verdiano e muitos cargos políticos e administrativos acabaram por ser ocupados por eles na Guiné-Bissau, sem que houvesse reciprocidade. No saldo, os guineenses tinham a percepção de desequilíbrio na relação entre as duas nações: haviam dado uma cota de sacrifícios maior e estavam recebendo benefícios menores. Algumas vozes falavam que os cabo-verdianos promoviam um “outro colonialismo”, como expõem entrevistados de Semedo (2009, p. 54).

Por conseguinte, havia conflitos efetivos ou latentes de longa duração decorrente dessa hierarquização social, cujas raízes vinham do período colonial e prosseguiram durante a luta anticolonial e mantinham-se no pós-independência. É claro que no golpe estava em pauta essas relações, em um processo contínuo de descontentamento e de ressentimento dos guineenses por ainda se percebendo serem tratados como “indígenas” para o que viam como a manutenção dos privilégios dos “civilizados” cabo-verdianos, o que minava a ideia de um Estado binacional. De certa forma, a conquista da independência foi o último projeto comum dos hoje dois países, o que foi agravado pela morte de Amílcar Cabral, o grande artífice do Estado

binacional e dessa união<sup>21</sup>. Logo, os anos subsequentes a 1973 e até a ruptura ocorrida em 1980 foram de progressivo afastamento.

Assim, o “movimento reajustador” se afirmava como uma narrativa do PAIGC guineense que pretendia corrigir (no caso, repor no trilho original) um projeto de país que se encontrava a ser dirigido fora das aspirações que nortearam a luta de libertação nacional e das ideias de Amílcar Cabral, de modo que havia um desequilíbrio no exercício do poder em benefício dos cabo-verdianos. Não por acaso, Nino Vieira declarou na ocasião: “estamos pela unidade, mas na igualdade, na justiça, e não pelo domínio de uns sobre outros” (apud SEMEDO, 2009, p. 58) e, não sendo assim, não haveria unidade.

Semedo (2009, p. 57) não desconsidera essas razões, mas lembra que há outras. Para ele, o golpe seguiu a lógica do próprio regime ditatorial em vigor, no qual, como não é possível discordar do líder, se não se está satisfeito, a única alternativa é aquiescer ou, então, reagir violentamente e romper a regra do jogo. Logo, contribuem para o evento disputas ideológicas e pessoais no âmbito do PAIGC comentadas anteriormente e, nesse caso, representadas pelas figura de Luís Cabral e de Nino Vieira, respeitado militar que fora líder na luta contra o jugo colonial, havia lido a declaração de independência e, então, desempenhava funções de Comissário Principal, equivalentes às de Primeiro-Ministro<sup>22</sup>.

Nesse sentido, há a versão de que Nino Vieira perderia o seu posto no governo (DJALÓ, 2000, p. 27-28) ou que existia um plano para matá-lo (LOPES, 1996, p. 638-639), de modo que a sua ação foi um contragolpe ou uma ação preventiva que seguia a lógica do interesse individual. Sem necessariamente discordar dessa interpretação, mas lendo o confronto a partir de outra perspectiva, Moreira (2017, p. 203) aponta

---

<sup>21</sup> Monteiro (2013, p. 63-68) destaca a complexidade das relações entre cabo-verdianos e guineenses, nas quais o pertencimento étnico também é relevante como traço de identificação dos guineenses e de afastamento em relação aos cabo-verdianos, tendo em vista que esses são mestiços, oriundos de um território originalmente deserto e que foi povoado durante a colonização (em muitos casos, por guineenses). Amílcar Cabral é exemplo: nascido em território guineense, mas de pais cabo-verdianos, era um assimilado, de modo a não ser reconhecido como “guineense” por muitos conterrâneos. Essa ambiguidade pessoal é apontada como uma das motivações para que Cabral propusesse o Estado binacional, bem como para que o PAIGC fosse o único dos movimentos de libertação que congregasse todos os guineenses, sem distinção étnica. Com a morte dele, extinguiu-se o principal defensor da união dos dois Estados. Aliás, divergências quanto a este projeto é apontada como uma das possíveis motivações do assassinato, cujos mandantes nunca foram identificados (os autores materiais eram guineenses do PAIGC). Uma das versões aponta para cabo-verdianos, o que só amplia as desconfianças dos guineenses.

<sup>22</sup> As questões se entrelaçam: Nino Vieira era guineense da etnia papel/pepel, “originário da periferia urbana da capital Bissau” (MOREIRA, 2017, p. 176), e Luís Cabral, apesar de nascido em Bissau, era considerado cabo-verdiano, em razão de seus laços familiares (pai cabo-verdiano e mãe portuguesa).

para o papel desempenhado pela cultura *di matchundadi* no evento, pois, por meio do golpe de Nino Vieira contra Cabral, este afirmava “as masculinidades tradicionais como sendo as do verdadeiro homem guineense e portanto com mais legitimidade para presidir aos destinos políticos da Guiné-Bissau”. A autora define que essa cultura consiste

[...] num conjunto de valores, comportamentos, símbolos e práticas norteadas por uma visão do mundo baseada em características entendidas como próprias dos homens e das masculinidades, nos quais se destacam o exercício da força (força física e força simbólica), a exaltação da coragem e da rebeldia, a capacidade de intimidação (através, por exemplo, do medo e da repressão) e o exercício da violência (física, institucional, política, social e simbólica), funcionando estes como medidores do poder e da influência de indivíduos ou grupos perante os seus pares e perante a sociedade (MOREIRA, 2017, p. 2).

Por fim, Chabal (1983, p. 202-204) associa o golpe a uma disputa entre interesses que punha, de um lado, a burguesia burocrática urbana, adepta das políticas industrializantes desenvolvidas por Cabral; de outro, o campesinato, a base social mais tradicional do partido, vinculada a Nino Vieira, e que defendia investimentos na agricultura. Ainda que se possa questionar se esse choque existia de modo tão delimitado no interior do PAIGC, é inegável que, a partir de então, houve um maior investimento no setor agrícola. Conforme a síntese de Augel (2007, p. 63):

o novo governo prometia estabelecer uma política rural condizente com os interesses e necessidades locais e se propunha a refrear a onda de modernização, uma das prioridades do governo anterior que se empenhou no fomento à industrialização, iniciativa em princípio boa, mas que resultou megalômana, ultrapassando a demanda e as possibilidades da recém-fundada república [...]

Efetivado e tendo sido bem-sucedido, o golpe de 1980 produziu outros dois resultados importantes para além dessa mudança na matriz de investimentos econômicos. O primeiro foi o fim do Estado binacional, pois, logo depois, Guiné-Bissau e Cabo Verde passaram a ser dois Estados soberanos e independentes. Cabo Verde não aceitou os termos como propostos, não pareceu se preocupar muito com o significado do rompimento e foi “viver a sua vida”, razão pela qual criou o PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde), sucessor e único herdeiro do PAIGC no novo Estado, visto que este deixou de ser um ator político reconhecido no arquipélago.

Apesar disso, até hoje, o PAIGC mantém a sua denominação original, com a referência a Cabo Verde. Isso não indica a pretensão de o partido retomar a gerência de Cabo Verde, mas sim o valor atribuído à sigla histórica. De outro lado, a rapidez e a contundência com que Cabo Verde se livrou do PAIGC e criou sua própria organização partidária é relevadora da relação ambígua que mantinha com a Guiné-Bissau desde a independência e supõe considerar que, ainda que não tivesse ocorrido o “movimento reajustador”, o Estado binacional não teria vida longa.

O segundo é que a nova Constituição, que teria sido o mote para o golpe, nunca entrou em vigor e a política nacional guineense passou a ser protagonizada por João Bernardo Vieira, com um grau de concentração e personalismo que não existia com Luís Cabral, no que Fernandes (1994) chamou de “bonapartismo presidencial”.

Configurando o período de excepcionalidade, a ANP e o Conselho de Estado foram dissolvidos no dia seguinte ao golpe, e um Conselho da Revolução, formado por nove membros, todos guineenses, chefiado por Nino Vieira, incorporou os poderes desses órgãos previstos na Constituição de 1973. Uma nova Constituição foi promulgada quase quatro anos depois, em 16 de maio de 1984, demarcando o retorno à legalidade constitucional. O novo modelo manteve as bases do unipartidarismo e do partido-Estado do texto anterior e consagrava a ampliação da concentração de poderes em Nino Veira (SILVA, 2010b, p. 5-6).

Apesar da acentuação dessas características, mantinha-se a mesma lógica anterior: a luta política se dava no único ator político oficial, o PAIGC, agora formado apenas por “nacionais”, ou seja, cidadãos de Guiné-Bissau. É por isso que Antônio Silva (2010a, p. 196) tende a minimizar as mudanças. Para ele, “na verdade, o ‘Movimento Reajustador’ não alterou significativamente o modelo político nem o modelo econômico, mantendo a mesma ‘classe governante’, embora com a exclusão dos ditos *burmedjos*<sup>[23]</sup> e a partida dos cabo-verdiano”.

---

<sup>23</sup> Ou *burmedjus*. O termo corresponde aos mestiços, no caso específico os de origem cabo-verdiana, mas também é aplicado a guineenses. O sentido literal é “vermelho”, mas, no caso, quer dizer mestiço, ou seja, não negro, pessoa de pele mais clara, misturado. Conforme Bijagó (2011, p. 50, nota 22), o tom é discriminatório e pejorativo. Segundo Viegas e Koudawo (2000, p. 12), a ele se contrapõe o *pretu-nok* (escuro profundo, em tradução literal), que é a pessoa de pura ascendência guineense e, portanto, negra. Novamente, impõe-se a distinção entre cidadania e etnia, ordem legal ou política e étnica, pois há cidadão guineenses mestiços, sejam nascidos na Guiné-Bissau, sejam cabo-verdianos naturalizados, mas estes não são reconhecidos pelos seus conterrâneos como “verdadeiros guineenses”. Essa não é uma questão banal, pois a atual Constituição estabelece como requisito para ser Presidente da República não apenas a cidadania guineense, mas também que os pais sejam de origem guineense (GUINÉ-BISSAU, 1996, art. 63, 2).

Ainda que tenha sido mantido o regime de partido único, sob comando do PAIGC e sustentação nas forças militares, com um regime econômico de inspiração marxista, a afirmativa desse autor não é de todo correta. De um lado, porque a partida dos cabo-verdianos é uma mudança bastante significativa no panorama guineense, notadamente na ocupação com dirigentes de cargos públicos. De outro, porque o “reajustamento” implicou o aprofundamento de uma série de procedimentos já vigentes. Na opinião crítica de Fernando Delfim Silva (2003, p. 16), entre o golpe de 1980 e os fuzilamentos de 1986 (a serem comentados a seguir), “realmente tinha triunfado entre nós o espírito de autodestruição”.

Nos anos 1980, a situação do 14 de novembro reforçou a tendência de concentração dos poderes e da elitização da classe política vigorante desde a implementação do Estado nacional independente. Após o golpe do Estado, instaurou-se um poder ainda mais autoritário, como já ponderado, o qual foi institucionalizado em 1984, com a promulgação da nova Constituição. Além de concentrar um conjunto de alterações institucionais, Nino Vieira teve seus poderes reforçados, tornando-se Presidente do Conselho de Estado, chefe de Estado, de Governo e comandante supremo das FARP. Logo foi eliminado o cargo de Primeiro-Ministro e houve a restrição, entre vários direitos, dos da liberdade de expressão e da imprensa (CARDOSO, 2002, p. 20; SUCUMA, 2012).

E não apenas isto, como parte da preservação do poder ainda mais personalizado, Nino Vieira passou a ser progressivamente mais agressivo contra efetivos ou supostos adversários, promovendo ações que incluíam perseguições, atentados, prisões e assassinatos, a confirmar a cultura *di matchundadi* reportada por Moreira (2017) como um estilo de governo. Um dos episódios mais graves é o “Caso 17 de outubro [de 1985]”, suposta tentativa de golpe de Estado debelada, que levou à prisão e à tortura de vários envolvidos e culminou no fuzilamento de seis deles<sup>24</sup>.

Como resultado desse combo, iniciou-se uma nova crise acompanhada de má gestão e falência, tendo assim suscitado as primeiras fases de inúmeras crises do governo partidário do PAIGC, sob comando do Nino Vieira. A situação política nacional se tornava cada vez mais insustentável, já que se verificava essa

---

<sup>24</sup> O suposto plano foi desmantelado em 1985 e os fuzilamentos ocorreram em julho de 1986, em especial os de Viriato Pã, Procurador-Geral da República, e Paulo Correia, ex-1º Vice-Presidente do Conselho de Estado, em um caso de repercussão internacional, no qual vários Chefes de Estado e até o Papa João Paulo II apelaram sem sucesso para que o fuzilamento não acontecesse. Para mais detalhes, ver: Semedo (2009).

insustentabilidade nos outros países nos quais o sistema de partidos únicos a nível de África era visto como principal razão para desastres econômicos e políticos.

Com a Guiné-Bissau entre os mais afetados, era necessário criar condições rápidas e plausíveis, capazes de resgatar o país daquele marasmo. Coincidentemente, estava em curso a nível continental iniciativas como liberalismo econômico e democracia multipartidária que o país carecia (CARDOSO, 1995). O cenário supracitado levou o país a adotar um plano do desenvolvimento, denominado Programa de Estabilização Econômica, entre 1983 a 1984, que visava a incentivar a produção agrícola para sustentar o desenvolvimento e responder à estabilização econômico-financeira e promover o desenvolvimento econômico autônomo. Foi o início da guinada que implicou deixar o socialismo e a influência dos países liderados pela União Soviética para abraçar-se com o capitalismo e os países do Ocidente.

Em outros termos: a degradação da situação política e econômica continuava a pairar, o que obrigou o governo a repensar os planos estratégicos e, a partir dos meados da década de 1980, trouxe ao conhecimento público novo projeto. Além dos poucos resultados que o modelo “socialista” trouxera – para não dizer fracasso –, em paralelo, a crise do mundo soviético (e que redundaria no fim da URSS no início dos anos 1990) fez com que minguasse a principal fonte de recursos e de financiamentos vitais para a sustentação do Estado guineense.

A alternativa foi buscar no “mundo ocidental” e capitalista novas alternativas de financiamento. Esses recursos foram obtidos, mas, para tal, implicaram modificar o modelo de desenvolvimento do país, trocando o socialismo adotado desde a independência pela economia de mercado, o que ficou conhecido como liberalização econômica. Nessa senda, depois de o Plano de Estabilização Econômica não produzir grandes melhorias, houve a apresentação, em 1986, do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) como um novo projeto, que também objetivava dar resposta à crise econômica e que implicava definitivamente o país se tornar “capitalista”.

A política de desenvolvimento liberal incentivada por uma instituição financeira como o Banco Mundial (BM) servia como uma espécie de salvação para a Guiné-Bissau. No dizer de Augel (1996a, p. 41; 1996b, p. 72), o país se mantém vivo, mas numa espécie de Unidade de Tratamento Intensivo, graças a créditos e doações internacionais, seja de organismos multilaterais, como Fundo Monetário Internacional (FMI), BM, ONU, sejam doações bilaterais, como as de Holanda, Suécia e EUA, o que

é corroborado por Có (2016, p. 62), que destaca que, entre 1983-2013, 60% do orçamento público do país dependia de doadores e de organismos internacionais.

Cardoso (1995, p. 262) afirma que o PAE pretendia corrigir os desequilíbrios financeiros e superar os obstáculos estruturais ao desenvolvimento. Nóbrega (2015, p. 27) resume tal receituário:

[...] envolvia medidas socialmente penalizantes: a redução do peso do sector público, com a diminuição do número de funcionários e a privatização de empresas e de outros bens públicos; o desvio dos créditos das empresas públicas para o sector privado; a desvalorização da moeda e a liberalização dos preços; a reforma do aparelho fiscal para aumentar a sua eficácia em países onde poucos pagam impostos; o fim dos regimes de subsídios às produções e aos preços; a abertura dos mercados às importações com a eliminação de barreiras e redução das tarifas aduaneiras.

Adotadas essas medidas, a promessa era que a recuperação econômica viria e o país ingressaria em efetiva espiral de crescimento. E assim ocorreu, ao menos em um momento inicial e o PIB cresceu. Mas, mesmo com os esforços, não houve a viabilização esperada porque os setores produtivos respondiam a um ritmo caótico, o que se traduziu em taxas de inflação altas e acumulação dos salários atrasados.

Superar os grandes desequilíbrios macroeconômicos era visto como indispensável para estabilização política e social. Por um lado, verificou-se a grave incapacidade de responder favoravelmente à política dos doadores e o governo contraiu, entre 1987 e 1992, uma dívida externa de 473 milhões a 600 milhões de dólares americanos. Por outro lado, criou-se a nova classe dos ricos, beneficiária dessa situação. Como critica Nóbrega (2015, p. 27-28), o resultado foi mais concentração de renda e empobrecimento, pois, “se algum aumento de fortunas houve, foi apenas na elite governante que se beneficiou de fundos para adquirir o património, entretanto privatizado. Mas o resto da população não prosperou”<sup>25</sup>.

A falta de cumprimento dos acordos levou o BM a queixar-se de não adoção das medidas conducentes à melhoria das receitas e a falta de transparência, em uma altura em que outros países, sobretudo na África subsaariana, estavam engajados a institucionalizar e inovar os percursos políticos, o que faz urgente criar mecanismos alternativos de governança capazes de permitir ao país se encontrar e superar as crises. Em razão da má gestão dos recursos para o desenvolvimento econômico da

---

<sup>25</sup> Para um panorama dos recursos recebidos, do modo como foram gastos e dos resultados que produziram, ver: Mendy (1996). E, para análise mais detalhada, ver: Imbali (1993); Monteiro (1996).

Guiné-Bissau e os poucos resultados alcançados, tanto BM quanto FMI acabaram por suspender os financiamentos no final da década de 1980 (CARDOSO, 1995).

É por este cenário de fracassos sucessivos que Forrest (1993) classificou o Estado guineense como “suave”, conceito que caracteriza um Estado com instituições que são fundamentalmente incapazes de traduzir objetivos em ações políticas, ou seja

incapaz de consolidar um sistema político-administrativo nacionalmente eficaz; e um Estado que tenta mas não consegue impor a nível nacional um sistema de extração económica sobre o seu sector económico mais produtivo – no caso da Guiné-Bissau, o comércio e a agricultura. Além disso, como consequência destas dificuldades, um Estado suave tende a ser marcado por um afastamento anormalmente grande entre o conjunto dos cidadãos normais e a liderança do Estado, existindo poucos ou nenhuns conjuntos formais de ligações entre o Estado e a sociedade (sobretudo rural) (FORREST, 1993, p. 58).

Entretanto, esse Estado “suave” conseguiu sua organização burocrática e autonomia institucional, bem como manteve sua elite no poder e foi efetivo, embora ineficiente, em termos de gestão da política econômica e na implementação de políticas públicas. Neste contexto, a exigência do “mundo livre” para aportar novos financiamentos financeiros para a Guiné-Bissau, as chamadas condicionalidades, era agregar à liberalização econômica a liberalização política. Ou seja, adotar o modelo de democracia-liberal como medida associada para criar o ambiente propício à prosperidade, pois, até então, a mudança do modelo econômico planejado de matriz soviética para um liberal não estava conjugado com flexibilização política do regime. E, nas condições em que se encontrava o país e os líderes do PAIGC, era impossível recusar tal imposição, ainda que eventualmente não gostassem da receita e, se dependesse apenas deles, não distensionariam o unipartidarismo.

Na síntese de Chabal (1993), a chamada “democratização” na Guiné-Bissau e em África, ocorrida a partir do final dos anos 1980, resulta de uma combinação de fatores internos e externos. Os primeiros são a continuação do aprofundamento da crise econômica e a consequente perda de legitimidade dos sistemas de partido único. E os segundos, a perspectiva mais conservadora das relações Norte-Sul no Ocidente, o que implicou menos condescendência com os regimes autoritários vigentes; a introdução generalizada de PAEs; e o colapso do socialismo da Cortina de Ferro.

Apesar da ênfase que Chabal (1993) e autores como Koudawo (1994, 1996, 2001) e Uali (2024), dão à pressão interna como fator importante para a flexibilização do regime unipartidário combinados com as condicionalidades externas, considera-se

que eles não têm um status de igualdade. O efetivo fator desencadeante reside na pressão internacional, pois eram os financiadores que podiam então pôr em causa a permanência da elite política no poder, caso fechassem integralmente as torneiras dos recursos imprescindíveis para o Estado continuar a operar. Os elementos internos não são desprezíveis, notadamente as disputas faccionais no PAIGC, como a Carta dos 121 (a ser comentada) ou, ainda, a mobilização da sociedade civil, mas são fatores associados e dependentes dos externos, e que desempenharam principalmente o papel de ajudar a impulsionar o andamento dos rumos da transição política.

### **3.4 A revogação do artigo 4º da Constituição e a tentativa de mudança de paradigma**

Na Guiné-Bissau, os anos 1980 marcam o surgimento de nova elite política, o que acarretou a aparição de embrião de crises políticas e partidárias. A instalação do já mencionado “Movimento Reajustador” perpetuou a má gestão administrativa: além de promover ambiente favorável para a corrupção e a impunidade, não conseguiu dar respostas ao desenvolvimento político, econômico e social.

A partir da década de 1990, o sistema político guineense equacionava se tornar multipartidário como forma de encontrar mecanismos para superar esses problemas e contornar as crises. A Guiné-Bissau passou a acompanhar a terceira onda de democratização nos finais de 1980 para início de 1990; tal acontecimento estimulou a criação de mecanismos políticos convincente para o esboçar da democracia, facilitando a proliferação partidária com o objetivo de disputar as eleições gerais, que se preparavam naquela década.

Assim, o país substituiu o unipartidarismo pelo pluripartidarismo, permitindo a legalização de organizações partidárias que existiam até então de modo clandestino, bem como a criação de partidos. O emergir dos partidos nesse contexto, além de oferecer alternativas para o processo que se avizinhava, adicionava a convicção ao processo de estabilidade política e da consolidação do próprio processo transitório. Contudo, este foi um andar lento e algo incerto, seja por tática dos seus proponentes, seja pelas dificuldades que encontrou ao longo do caminho.

As propostas iniciais da mudança do poder, no sentido formal, começam pela criação da Comissão Alargada de Reflexão, no âmbito de uma reunião do Comitê Central do PAIGC, em junho de 1988. Ela devia propor mudanças no arcabouço

constitucional e no regime como um todo, mas de fato tratava da política interna do partido, ou seja, não previa o final do unipartidarismo, e sim uma revisão das relações políticas no partido, mas insinuava um “tempo de mudanças”. Essa comissão comportava, além dos dirigentes dos libertadores<sup>26</sup>, outros quadros e técnicos de fora do partido (mas confiáveis, bem entendido), com objetivo de produzir uma imagem pluralista e, por isso, a denominação “alargada” (CARDOSO, 1995, p. 266).

Vasco Cabral, que até então ocupava as funções do Secretário Permanente Central do PAIGC, em simultâneo com 2º Vice-Presidente do Conselho do Estado, reforçou os sinais da mudança, ao assegurar que:

[...] de uma maneira mais ampla, de uma maneira mais profunda, analisar a situação nacional, não só partidária, mas também estatal: actividades dos diferentes órgãos do Estado e do Partido; o papel do partido em relação aos órgãos do Estado; e saber em que medida, nas condições actuais que estamos a viver, e com as transformações, apercebemos de facto, que se havia também de adoptar medidas complementares de transformação nas estruturas do Partido (apud CARDOSO, 1995, p. 266).

Porém, essa Comissão não produziu resultados concretos. Ela apenas distensionou o ambiente e apontou para a perspectiva de mudanças, as quais deveriam esperar mais algum tempo para se efetivarem.

A posição concreta do governo em favor da abertura só se efetivou no II Congresso Extraordinário, ocorrido três anos depois, em 1991. Conforme Cardoso (1995), a alternativa do multipartidarismo era uma das possibilidades de mudança, mas não consensual entre a elite política do PAIGC naquela oportunidade.

Havia três correntes: conservadores, reformadores e liberais. Os primeiros eram contra as mudanças, pois não queriam abrir mão de qualquer espaço de poder e temiam o que poderia acontecer com o partido e o país, caso fossem implantadas eleições pluripartidárias. Os reformadores defendiam a abertura do sistema, permitindo a competição com outras formações partidárias, acompanhando a onda gerada pela liberalização econômica. Já os liberais entendiam que era necessária a abertura apenas do regime, o que significa que, no partido, deveria continuar a ortodoxia. De qualquer modo, os liberais estavam mais próximos dos reformadores e, por isso, cabe a denominação irônica que Nóbrega (2003a, p. 264) atribui a essas correntes: ortodoxos, renovadores “apressados” e renovadores “lentos”.

---

<sup>26</sup> Alcinha pelo qual o PAIGC também é conhecido.

Em meio de tanta inquietação e instabilidade política no PAIGC, foi realizado o II Congresso Extraordinário, entre 20 de janeiro a 2 de fevereiro de 1991, para analisar e discutir a situação vigente no país e no partido. Esse congresso acabou por ser histórico por ter desenhado um dos marcos mais importante da recente democracia guineense, uma vez que ali foi decidida a abertura democrática. Foi nele que foi firmada oficialmente que haveria eleições gerais e multipartidárias na Guiné-Bissau, em tempo ainda incerto. Elas só se realizariam em 1994, três anos depois e seis após o primeiro sinal de distensão, que foi a formação da Comissão Alargada de Reflexão.

Cardoso (1995) e Koudawo (2001) entendem que o referido congresso adotou medidas importantes para a abertura política, entre os quais a previsão da revogação do art. 4º da Constituição, que determinava o PAIGC como único partido. Apesar disso, Koudawo (1994, p. 10; 2001, p. 136) o considera a pré-abertura, pois se tratavam de decisões que se mostraram relevantes, mas que ainda não traziam mudanças concretas, tão somente compromissos. À aprovação da Plataforma Programática de Transição, seguiu-se a despartidarização das Forças Armadas Revolucionária do Povo, nome pelo qual as forças armadas eram conhecidas no país desde o período da luta anticolonial, e a desvinculação da UNTG do PAIGC.

Iniciou-se a busca pela mudança a partir da reforma política e a ANP, então unipartidária, foi definida como espaço a partir do qual ocorreriam tais alterações, que se dariam por meio de reformas constitucionais encaminhadas por uma Comissão criada para este efeito. A opção não foi por uma Assembleia Nacional Constituinte, mas sim por reformas da Constituição vigente, a de 1984, que seria substancialmente alterada nos anos seguintes, de modo a ser materialmente uma nova Constituição. As mais profundas mudanças acontecerem antes das eleições pluripartidárias, sendo duas em 1991 e uma em 1993. Após, houve outras duas, em 1995 e em 1996.

Esse fato estimula a credibilidade dos parceiros nacionais e internacionais. O respaldo constitucional era indispensavelmente útil a essa altura para incentivar o desenvolvimento das atividades políticas em curso, com vista a permitir um virar de página a nível político (SUCUMA, 2012). Afinal, do ponto de vista geral, a Constituição é a alma nacional de um Estado, a Lei Suprema de um país, capaz de regular o poder político e a relação entre sociedade e Estado, ela se incumbe também da responsabilidade e do papel importantíssimo de construção de identidade comum e dos espaços institucionais que permitem aos cidadãos interagirem na base da igualdade com seus líderes.

A proposta da revisão constitucional chegou à ANP para apreciação em maio de 1991, tendo sido aprovada a revogação do art. 4º, ou seja, o término do unipartidarismo. A ela se seguiram outras mudanças infraconstitucionais, como: implantação da Lei Quadro dos Partidos Políticos, que permitia a criação de novas formações partidárias; instituição da liberdade de expressão, de imprensa, assim como criação de associações livres. A revogação também permitia um início a “[...] negociação para reformas ou alterações de alguns artigos ou cláusulas constitucionais que dificultavam a institucionalização de normas democráticas, que permitissem a organização da campanha para as eleições gerais [...]” (JAUARÁ, 2017, p. 303). Ainda assim, Koudawo (1994, p. 10-12; 2001, p. 137) identifica este momento como “pequena abertura”, pois, apesar de mudar o *status quo*, era antes de tudo medida preparatória para a futura (e, naquele momento, incerta) realização das eleições.

Com o novo cenário suscitado pelo final do unipartidarismo, rapidamente, iniciou-se a luta entre o “velho” e o “novo”, com o embate entre conservadores ou ortodoxos, reformadores e liberais. Por um lado, cresceram opositores a essa mudança e, por outro, intensificavam-se os esforços internos para que a mudança fosse uma realidade no PAIGC, tal como assegurada no Congresso Extraordinário, com a introdução nos novos estatutos a integração e o direito à livre expressão.

Contudo, as novas fases da evolução política partidária guineense não foram harmoniosas, devido ao acirrado clima de tensão verificado entre novas formações partidárias e o PAIGC, marcando desta forma as dificuldades da passagem do monopartidarismo para o pluripartidarismo. É importante apontar que os signatários da Carta 121, fruto de discordância surgido no seio do PAIGC durante o II Congresso Extraordinário, também estiveram entre as novas vozes do pluralismo político guineense.

O comportamento de resistência criou uma cisão no PAIGC e a dissidência pública dos signatários da Carta dos 121, que assumira estatuto de lealdade e salvação ao partido, durante reunião do Comitê Central, em junho de 1991. O referido grupo apresentou suas reivindicações junto àquele órgão com termos que defendem a democratização interna do partido, diálogo entre o PAIGC e outras formações partidárias nascentes, definição da linha política confiável e clara com vista a restaurar confiança política dos militantes e outros simpatizantes (CARDOSO, 1995).

O fato de militantes do PAIGC sentirem a necessidade de apresentar essas reivindicações é claro indício da queda de braço que se desenvolvia no partido. A

resistência ao pluralismo evidenciou a ruptura no seio do PAIGC e demonstrou a falta de vontade e, conseqüentemente, produziu atraso no processo da reforma e na implementação do multipartidarismo, assim como na realização das eleições gerais. Apesar do tom que prestigia a fidelidade ao partido, mas reivindicar mudanças, a Carta dos 121 não produziu efeitos práticos, tendo sido ignorada tanto por Nino Vieira quanto pelo PAIGC como um todo.

Porém, se não mudou a situação de imediato no âmbito do partido e do Estado, ela produziu efeitos na situação política do país, especialmente para os seus signatários. Ao não encontrarem respaldo ou por se sentirem insatisfeitos, muitos dos signatários da Carta acabaram por deixar o PAIGC logo após e criaram ou se engajaram nos partidos de oposição que vão participar das eleições de 1994.

No meio dessa renhida disputa política, criou-se a Comissão Multipartidária de Transição, em julho de 1992, com vista a impulsionar e acelerar o processo. Esse fato foi reputado por Koudawo (1994, p. 11) como a “grande abertura”, ou seja, ele a aponta como o momento primordial da transição. Mas a posse dessa Comissão e os seus trabalhos apenas começaram em agosto do mesmo ano. A comissão enfrentou inúmeros impasses que descambaram em situações que punham em causa os mecanismos legais e burocráticos, e que protelaram o processo eleitoral várias vezes, mesmo com a vigência de várias leis que institucionalizavam as inovações.

Como medida preliminar às eleições, em janeiro de 1993, foi criada a Comissão Nacional de Eleições (CNE), o que parecia garantir que, finalmente, elas seriam realizadas e tal etapa da transição seria concluída. Entretanto, não foi tão rápido quanto se poderia supor. As eleições foram efetivamente realizadas somente em julho de 1994, mais de três anos após a supressão do art. 4º da Constituição e do fim do unipartidarismo do PAIGC e aproximadamente um ano e meio após a criação da CNE.

### **3.5 Síntese**

Vale destacar que as grandes mudanças na paisagem política verificadas na década de 1990 se tratam das transformações que ocorreram a nível interno em África, e não um processo vivenciado apenas pela Guiné-Bissau. Além de motivadas pelos fracassos políticos dos regimes, havia a influência pela perda dos aliados políticos, econômicos e militares importantes resultantes do colapso do bloco socialista. Uma vez que o esperado prenúncio da desintegração da URSS e ao

desmoronamento do muro de Berlim, ganhou impulso a abertura democrática. Esse cenário contribuiu para a implementação da economia do mercado e a aparição de novas formações partidárias com base nas liberalizações permitidas com respaldo constitucional, um processo compartilhado por vários países do continente, mais ou menos na mesma temporalidade.

Tais aberturas políticas resultaram pela necessidade de os países adaptarem-se aos caminhos que os conduzem aos desafios contemporâneos e ao desenvolvimento. Até final da década de 1980, na maioria dos Estados africanos, a liberalização estava em marcha (CHABAL, 1993), razão pelo qual, a nível interno e governamental, alguns países africanos chegavam à conclusão da necessidade de mudança no sistema de partido único, com a adoção de princípios democráticos. A permanência nos sistemas monopartidários era responsável pelos desastres políticos e econômicos, verificados nas décadas iniciais após as independências.

Guiné-Bissau, que conquistou em 1973 pela via armada a sua independência e libertação do jugo português, sendo um dos países que adotaram esse modelo político (partido único), acabou por vivenciar crises frequentes. Traçaram-se caminhos internos e externos para possibilitar a plataforma de mudança, entre os quais liberalismo econômico, democratização multipartidária, permitindo a defesa dos direitos humanos. Mas este não foi um processo linear, tampouco rápido. Em contagem parcimoniosa, durou três anos, tendo iniciado em 1991 e se completado em 1994. O capítulo tratou da implementação da 1ª República, ou seja, o regime monopartidário, seguida da 2ª república, que se deu a partir do golpe do Estado de 1980, conhecido como “movimento Reajustador”, no qual Nino Vieira ascendeu ao poder. Tal conduziu o país aos caminhos da governança militar, que provocou também a separação da unidade binacional de Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Na transição para o pluripartidarismo se faz destaque às iniciativas de instauração no país nos anos 1990, com a criação da Comissão parlamentar encarregada de trabalhar ajustes constitucionais que levaram à alteração do art. 4 da Constituição, pondo fim ao unipartidarismo e abrindo caminho à criação ou legalização de partidos. Em suma, a democratização de alguma forma permitiu ao país encontrar as portas da oportunidade para outro rumo que o pudesse diferenciar do anterior, o que se deu por meio da eleição do Presidente da República e a formação do primeiro governo a partir do resultado das urnas. É dessa eleição inaugural de 1994 e das que se seguiram, em uma longa e tempestuosa travessia, que trata o próximo capítulo.

## **4 Eleições, legislaturas, rupturas e crises políticas (1994-2019)**

Neste capítulo, a abordagem está centrada na narração dos diferentes processos eleitorais realizados na Guiné-Bissau desde o evento inaugural, ocorrido em 1994, como já foi destacado em várias oportunidades. Também como já comentado, desde a década de 1990 os processos eleitorais se tornaram um mecanismo político a que o país sempre tem aderido para superar diferentes momentos conturbados da governança, ainda que eles não tenham conseguido cumprir plenamente as expectativas geradas.

Todavia, o capítulo não apenas descreve as disputas eleitorais, ele traz informações que subsidiam a análise das motivações pelas quais esses processos das urnas vem enfrentando a dificuldade para sustentar os resultados que produz.

O texto foi forjado por meio de dados eleitorais, obtidos via consulta pela internet ou pesquisa *in loco* realizada na Guiné-Bissau, especificamente junto ao órgão eleitoral do país, a Comissão Nacional de Eleições (CNE), bem como pela consulta a fontes secundárias, notadamente diversos trabalhos acadêmicos que abordaram o tema, caso de teses, dissertações, livros e artigos de revistas ou jornais.

Ele se organiza em nove seções, sendo a primeira de apresentação do desenho institucional do sistema político guineense (regras e atores) e a última, uma síntese do que foi desenvolvido. As sete restantes tratam cada uma de uma das eleições ou dos ciclos eleitorais ocorridos no país e seus desdobramentos, quais sejam: 1994, 1999, 2004-2005, 2008-2009, 2012, 2014 e 2019.

### **4.1 As regras do jogo e o cenário prévio à realização de eleições pluripartidárias**

Nos três anos que separam a revogação do art. 4º da Constituição, em 1991, o que pôs fim ao unipartidarismo, e a realização efetiva da primeira eleição pluripartidária, em 1994, houve a promulgação da Lei Quadro dos Partidos Políticos, referida no capítulo anterior, e, logo em seguida, a fundação de várias organizações que poderiam participar do, então, futuro pleito.

Além do PAIGC, que já existia legalmente, outros 12 partidos foram legalizados entre 1991 (a começar pela Frente Democrática, a primeira a alcançar esse feito) e 1993, os quais se encontram discriminados a seguir.

**Quadro 2** – Partidos legalmente reconhecidos na sequência da revogação do artigo 4º da Constituição (Guiné-Bissau, 1991-1993)

<b>Partido</b>	<b>Sigla</b>	<b>Ano de fundação</b>	<b>Ano de legalização</b>
Frente de Libertação Nacional da Guiné	FLING	1962	1992
Resistência da Guiné-Bissau-Movimento Bafatá	RGB-MB	1986	1991
Frente Democrática Social	FDS	1990	1991
Movimento de Unidade para a Democracia	MUDE	1990	1992
Fórum Cívico Guineense-Social Democracia	FCG-SD	1991	1994
Frente Democrática	FD	1991	1991
Partido Unido Social Democrático	PUSD	1991	1992
Liga Guineense para Proteção Ecológica	LIPE	1991	1993
Partido da Convergência Democrática	PCD	1991	1991
Partido da Renovação Social	PRS	1992	1992
Partido Democrático do Progresso	PDP	1992	1992
Partido para a Renovação e Desenvolvimento	PRD	1992	1992

Fonte: elaboração própria com base em MENDY (1996, p. 60)

Desses novos partidos, dois já existiam, mas até então não podiam ter existência legal: Frente de Libertação Nacional da Guiné (FLING) e Resistência da Guiné-Bissau-Movimento Bafatá (RGB-MB).

Como foi comentado no capítulo anterior, a FLING foi constituída em 1962, no Senegal, sendo uma “coligação de agrupamentos étnicos”. Ela teve desde aquele período uma visão alternativa ao PAIGC e, por isso, seus militantes foram perseguidos no pós-independência (RUDEBECK, 1997, p. 13).

Por sua vez, RGB-MB foi estruturado pelos estudantes guineenses, sob a liderança do médico autoexilado Domingos Fernandes Mendes, tendo surgido para o cenário político em 1986, em Lisboa, em reação às consequências dos fuzilamentos do “Caso 17 de outubro” (MENDY, 1996, p. 32; RUDEBECK, 1997, p. 14). Marcou a sua atuação no exterior, onde seus líderes se encontravam, caracterizando-se pelas denúncias do PAIGC (SEMEDO, 2009, p. 89). Com boa implantação por aglutinar uma parte considerável da camada camponesa, sem negligenciar ex-servidores do aparelho administrativo colonial (militares, profissionais liberais e burocratas), que eram mal vistos na sociedade devido a esse passado (CARDOSO, 1995).

A quase totalidade (nove de 12) dos partidos surgidos ou legalizados nesse primeiro momento tinham lideranças cuja trajetória estava ligada ao PAIGC, notadamente eram pessoas que se afastaram do partido por conflitos ou discordâncias internas ou foram afastadas (expurgadas) pelas mesmas razões. O fato não chega a surpreender, seja pelo fermentar de disputas internas que um regime de partido único tende a gerar, seja pelo controle coercitivo sobre o espaço público que

o PAIGC exercia desde a independência, o que não permitia o surgimento ou o desenvolvimento de organizações políticas autônomas.

Fernandes (1994) e Rudebeck (1997, p. 12-19) descrevem essas ligações. RGB-MB tinha como figura principal o recém-citado Domingos Fernandes Mendes, que deixou o PAIGC e o país após o fuzilamento de Viriato Pã, de quem era amigo. PRS tem como liderança maior Kumba Yalá, que havia sido responsável pela formação interna dos quadros do PAIGC. No FDS se destacava o veterano Rafael Barbosa, um dos fundadores do PAIGC. No MUDE, o protagonista era Filinto Vaz Martins, e no PRD, João da Costa, ambos tinham sido ministros no período de Luís Cabral, ou seja, antes do golpe de 1980, sendo Costa é um dos signatários da Carta dos 121. No PUSD se projetava Victor Saúde Maria, também ex-ministro, afastado no governo de Nino Vieira, sob acusação de tentativa de golpe. FD tinha como fundador Artistides Menezes, ex-Presidente do banco estatal e que se afastou do PAIGC em 1991. PDP era dirigido por ex-ativistas do PAIGC, notadamente envolvidos na Carta dos 121, assim como PCD, comandado pelo empresário Victor Mandinga, que atuara no setor jovem do partido.

Não tinham ligações diretas com o PAIGC: a já comentado FLING, que era um concorrente dele desde antes da independência; a Liga Guineense para Proteção Ecológica (LIPE), um partido da causa ecológica, inspirado pelos “verdes” da Europa, liderado por Bubacar Djaló, que tem vínculos com os criadores de gado muçulmanos na área oriental do país, onde a savana vinha sendo assolada pela seca; e o FGC-SD, da advogada Antonieta Rosa Gomes, criado em Brasília por guineenses residentes, entre eles a sua líder, que se formou em Direito no Brasil (RUDEBECK, 1997, p. 12-20; 2001, p. 53-56).

Para além da existência legal de partidos, o que é peça fundamental para a realização de eleições formalmente livre, justas e, portanto, minimamente democráticas, é preciso considerar, ainda, as regras dos jogos político e eleitoral, elementos fundamentais para a efetivação da democracia.

Nesse sentido, esclarece-se que com as reformas constitucionais promovidas na transição, a Guiné-Bissau se enveredou ao caminho do semipresidencialismo, provavelmente tendo como inspiração o modelo português. Neste sistema, o país passa a distribuir os poderes entre: Presidente da República, governo (liderado pelo Primeiro-Ministro) e Legislativo, no caso, a ANP.

A Constituição determina que o Presidente da República seja eleito por meio de sufrágio direto, secreto e universal para um mandato de cinco anos. Os poderes dele são expressos na Constituição e vão desde a dissolução do parlamento, passam pela nomeação e exoneração do Primeiro-Ministro e do seu governo, e chegam a presidir o Conselho dos Ministros. São da sua competência: nomear os embaixadores, Procurador-Geral da República, CEMFGA; promulgar decretos-leis, indultos e comutações de penas, entre outros poderes, o que torna a figura do Presidente de uma relevância destacável. Ele difere dos poderes do Primeiro-Ministro por não governar, mas sim por exercer as funções de Chefe de Estado (GUINÉ-BISSAU, 1996, arts. 68-69).

Para ser eleito, o Presidente da República deve obter a maioria dos votos validamente expressos. Se nenhum candidato obtiver a maioria absoluta na 1ª votação, realizar-se-á, em um prazo de 21 dias, novo escrutínio, ou seja, a 2ª volta<sup>1</sup> das eleições da qual participam os dois candidatos mais votados (GUINÉ-BISSAU, 1996, art. 64). O candidato eleito tem possibilidade de apresentar-se à sua sucessão para um segundo mandato consecutivo. Não obstante, não pode candidatar-se a terceiro período consecutivo nos próximos cinco anos que sucedem ao término do seu mandato (GUINÉ-BISSAU, 1996, art. 66).

O sistema político guineense também prevê a substituição do Presidente da República pelo Presidente de ANP, em casos de impedimento (impeachment) ou de morte. Em casos de infração, o Presidente responde pelo crime cometido no seu exercício perante o Supremo Tribunal de Justiça (STJ), órgão de cúpula do Poder Judiciário (GUINÉ-BISSAU, 1996, arts. 71-72) para o qual a nomeação do seu presidente ocorre por meio de votação dos magistrados da própria instituição, para um mandato de quatro anos.

A ANP é designada pela Constituição como o segundo maior órgão de soberania na Guiné-Bissau depois do Presidente da República. Ela é unicameral. O mandato de seus integrantes entra em vigor com a posse dos deputados eleitos nas eleições legislativas, nas quais vigora o sistema proporcional, utilizando-se a fórmula D'Hondt, sendo aplicada a cada círculo ou distrito eleitoral, como definido pela lei

---

<sup>1</sup> É a denominação corrente na Guiné-Bissau. Corresponde ao que a legislação brasileira chama de “turno”.

eleitoral (GUINÉ-BISSAU, 1996, arts. 76-77; 2013a, art. 122)<sup>2</sup>. A ANP compõe-se de 102 deputados para um mandato de quatro anos (GUINÉ-BISSAU, 1996, art. 79).

Como se pode perceber, se o Presidente da República tem mandato de cinco anos e os deputados, de quatro, nem sempre as eleições serão concomitantes, ou melhor, estão previstas para serem concomitantes a cada 20 anos. Como exemplo: após as eleições inaugurais de 1994, em que ANP e Presidente foram escolhidos em conjunto, era possível projetar que um novo mandato dos deputados seria definido em 1998, depois em 2002, 2006 e 2010; e o Chefe de Estado, em 1999, 2004 e 2009. Haveria eleições concomitantes, mais uma vez, somente em 2014.

Porém, como as seções seguintes vão detalhar, esse calendário eleitoral não foi cumprido em razão de eventos imprevistos, como a morte do Presidente, e de outros pouco condizentes com a normalidade democrática e institucional, como golpes de Estado e guerra civil. Apesar disso, cumprindo a determinação constitucional, embora em temporalidade alheia à originalmente prevista, a escolha separada do Presidente e dos deputados se verificou em várias oportunidades.

Em busca de garantir que cada eleitorado goze dos seus direitos cívicos de escolher a sua representação, os desenhos dos distritos eleitorais guineenses obedecem à lógica regional. Ao todo, há 29 círculos eleitorais, sendo 27 distribuídos a nível nacional e dois no exterior (conhecidos também como círculos da diáspora, que incluem Europa e África). (GUINÉ-BISSAU, 2013a, art. 115).

Todavia, por supostas dificuldades operacionais, esses círculos da diáspora foram implementados somente a partir da segunda eleição parlamentar, ocorrida em 1999. Desse modo, a eleição inaugural definiu 100 cadeiras de deputado, e não as 102 previstas<sup>3</sup>. E, depois, novamente por alegados problemas, os círculos da diáspora não foram incluídos nas eleições de 2004 e 2008, quando novamente a ANP teve 100 cadeiras, retornando em 2014 e em 2019 a ter as 102 determinadas pela Constituição.

Os círculos eleitorais possuem magnitude (número de deputados que cabe eleger) variáveis, pois o número de cadeiras é proporcional à dimensão das regiões, ou seja, à quantidade de eleitorado por região condiciona o número de deputados de

---

<sup>2</sup> No Brasil, usa-se “distrito eleitoral”. Na Guiné-Bissau, inclusive na legislação eleitoral, a denominação é “círculos eleitorais”.

<sup>3</sup> Koudawo (2001, p. 184-185) explica que a não efetivação dos círculos eleitorais da diáspora em 1994 não produziu reações, tendo sido aceita a justificativa da ausência de meios materiais para que fossem implementados. O cenário mudou em 1999, quando a mesma alegação encontrou reação dos emigrados, o que forçou a efetivação do voto no exterior e a eleição para essas duas vagas.

cada círculo por região. Todos os círculos “nacionais” disponibilizam mais de uma cadeira e os da diáspora são unitários e operam, na prática, como majoritários.

As geografias eleitorais referem-se às somatórias dos círculos eleitorais e não à somatória do universo dos votos expressos por cada região, ou seja, por exemplo, se a região de Oio elegeria 20 deputados, significa que os círculos eleitorais de Mansoa, Farim, Nhacra ou Bissorã, que a ele pertencem, são contabilizados naqueles 20 deputados.

As eleições dos deputados acontecem por listas plurinominais dos partidos ou coligações partidárias indicadas para cada círculo eleitoral. Essas listas são fechadas e hierarquizadas, de modo que o eleitor vota na lista do partido ou coligação, sem a possibilidade de indicar um candidato específico.

**Quadro 3 – Divisão dos círculos eleitorais da Guiné-Bissau por região**

C/Reg.	Região	Região Eleitoral	Círculo. Eleit.	Setores
1	Tombali	RE – 1	CE – 01	1 – Catió; 2 – Komo
			CE – 02	3 – Bedanda; 4 – Cacine; 5 – Quebo
2	Quinara	RE – 2	CE – 03	1 – Buba; 2 – Empada
			CE – 04	3 – Fulacunda; 4 – Tite
3	Oio	RE – 3	CE – 05	1 – Bissorã
			CE – 06	2 – Farim
			CE – 07	3 – Mansaba
			CE – 08	4 – Mansoa; 5 – Nhacra
4	Biombo	RE – 4	CE – 09	1 – Quinhamel; 2 – Ondame
			CE – 10	3 – Safim; 4 – Prabis
5	Bolama/Bijagós	RE – 5	CE – 11	1 – Bolama; 2 – Bubaque; 3 – Caravela; 4 – Uno
6	Bafatá	RE – 6	CE – 12	1 – Bafatá; 2 – Cossé
			CE – 13	3 – Bambadinca; 4 – Xitole
			CE – 14	5 – Contuboel; 6 – Ganadu
7	Gabu	RE – 7	CE – 15	1 – Boé; 2 – Pitche
			CE – 16	3 – Gabú
			CE – 17	4 – Pirada
			CE – 18	5 – Sonaco
8	Cacheu	RE – 8	CE – 19	1 – Ingoré; 2 – Bigene; 3 – Bula
			CE – 20	4 – Caio; 5 – Canchungo
			CE – 21	6 – Cacheu; 7 – Calequisse; 8 – São Domingos
9	África	RE – 9	CE – 22	1 – Senegal; 2 – Gambia; 3 – Guiné-Conacry; 4 – Cabo Verde
10	Europa	RE – 10	CE – 23	1 – Portugal; 2 – Espanha; 3 – França
11	Bissau	RE – 11	CE – 24	Achada; 24 de setembro; Chão de Papel/Varela; Ilheu de Rei; Cupelum de Cima; Cupelum de Baixo
			CE – 25	Sta. Luzia; Antula; Pluba de Cima; Luanda; Empantcha; Pabedjabe/Bairro; Ponta Iero/Tete
			CE – 26	Mindara; Bandim I; Bandim II
			CE – 27	Pefine; Amedalai Sintra; Nema; Missira; Ajudamadina; Gã Biafada; Reno I/Bairro Internacional

			CE – 28	Belem/Plack I; Ajuda II; Ajuda II/Cuntum
			CE – 29	Penha I/Penha Bor; Bairro Militar; Bairro Bissak/Bra; Circ; /Hafia; Plack II; Lisboa Adeze

Fonte: elaboração própria com base em GUINÉ-BISSAU (2013a)

O governo constitui o terceiro maior órgão da soberania guineense, sendo beneficiado por oito artigos na Constituição para execução da sua responsabilidade em prol do desenvolvimento do país, por ter a responsabilidade de conduzir a política nacional sob orientação de um Primeiro-Ministro, auxiliado pelos demais ministros e secretários de Estado, reportando ao Presidente as funcionalidades das políticas interna e externa do país (GUINÉ-BISSAU, 1996, arts. 96-104).

A Lei Magna guineense atribui como competência do governo: organizar, dirigir e executar toda a atividade política, científica, econômica, cultural, social, da defesa e segurança, com base no seu programa de governo, por meio de um Plano do Desenvolvimento Nacional e do Orçamento Geral do Estado, que auxiliam a execução das propostas de governo. Compete a ele, ainda: nomear e propor a nomeação aos cargos civis e militares entre outros legalmente estabelecidos. Essas responsabilidades, juntando-se a outras, são realizadas no Conselho de Ministros, um espaço de concertação e de exercício das competências legislativas. Em termos políticos, o governo reporta-se ao Presidente da República e à ANP (GUINÉ-BISSAU, 1996, arts. 96-104).

Tem-se, ainda, o Poder Judiciário, de caráter não eletivo. A sua instância máxima é o Supremo Tribunal de Justiça (STJ), que se compõe de juízes empossados pelo Presidente da República. A sua gestão e a disciplina competem ao Conselho Superior da Magistratura Judicial, composto pelos representantes do STJ, demais tribunais inferiores e a ANP. O Ministério Público se incumbem de representar, fiscalizar a legalidade e o interesse público e social na Guiné-Bissau, como titular de ação penal e tutelado pelo Procurador-Geral da República (GUINÉ-BISSAU, 1996, arts. 119-125).

Ainda no que tange à estrutura do Estado, mas no que se refere em particular ao processo eleitoral, foco maior da dissertação, pondera-se que cabe à CNE, órgão independente e permanente, a função a superintendência, organização e gestão de todo processo eleitoral. A Lei 12/2013, esclarece que a CNE é a única responsável pelas eleições presidenciais, legislativas e autárquicas na Guiné-Bissau, portanto, as outras entidades são auxiliares (GUINÉ-BISSAU, 2013b).

A CNE é formada por: 1) secretariado executivo; 2) um representante do Presidente da República nas eleições legislativas e autárquicas; 3) um representante

do governo; 4) um representante de cada um dos partidos ou coligação; 5) um representante do Conselho Nacional de Comunicação Social; 6) um representante de cada candidato às eleições presidenciais (GUINÉ-BISSAU, 2013b, art. 2).

O Secretariado Executivo é um órgão colegial, permanente, formado por quatro integrantes: 1) Presidente; 2) Secretário Executivo; 3) dois Secretários Executivos Adjuntos. Todos são eleitos pela ANP, tendo como requisitos para o exercício do cargo: o Presidente ser juiz conselheiro; o Secretário Executivo, juiz desembargador; e os Adjuntos, juiz de direito. Em todos os casos, os candidatos devem ser indicados pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial (GUINÉ-BISSAU, 2013b, art. 2-3).

A CNE possui as estruturas regionais, como as Comissões Regionais de Eleições, instaladas em todas as oito regiões a nível nacional, e uma sede geral da própria CNE, localizada na capital Bissau (GUINÉ-BISSAU, 2013b).

O Gabinete Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral (GTAPE) é órgão auxiliar, que goza de autonomia administrativa, e está vinculado ao Ministério da Administração Territorial, Reforma Administrativa, Função Pública e Trabalho. Tem a responsabilidade de executar o recenseamento eleitoral. No entanto, a incapacidade técnica e financeira do GTAPE fez com que esta responsabilidade seja atribuída ao Instituto Nacional de Estatística, por ter recursos próprios que a permitem executar. Ele repassa os dados à CNE e ao GTAPE para seguirem os trabalhos.

Em circunstâncias normais, as entidades encarregadas do processo de recenseamento o fazem entre janeiro e fevereiro; no estrangeiro, ele costuma se estender até março, visto que o país adota o modelo de alistamento obrigatório a cada processo eleitoral, e não uma base permanente de alistados, que é atualizada permanentemente ou quando da realização das eleições. Apesar do alistamento obrigatório, o voto é facultativo.

As eleições presidenciais e legislativas estão previstas para acontecer entre os meses de outubro e novembro do ano de término do mandato, o que nem sempre foi cumprido em razão de recorrentes eventos excepcionais (guerra civil, golpe de Estado) ou da não convocação por parte do Presidente, a quem cabe constitucionalmente a tarefa (GUINÉ-BISSAU, 2013a, art. 3º).

Verifica-se, portanto, que ao inverso do Brasil, em que a atividade administrativa da eleição é de competência de um único órgão, a Justiça Eleitoral, na Guiné-Bissau são duas instituições que a promovem: uma cuida do alistamento eleitoral (GTAPE), outra da gestão das eleições (CNE).

Por fim, destaca-se que a Lei Eleitoral também permite a o financiamento eleitoral, estabelecendo que os candidatos podem obter contribuições do Estado, eleitores voluntários, dos partidos políticos e dos próprios candidatos para as campanhas eleitorais. Quanto a contribuição do Estado para um determinado candidato, a mesma lei determina uma verba de apoio à campanha de todos os deputados concorrentes nos diferentes círculos eleitorais, quer dizer sem distinção partidária ou alguma contrapartida (GUINÉ-BISSAU, 2013a, arts. 46-47).

#### **4.2 As eleições de 1994 e seus desdobramentos**

O primeiro ato eleitoral efetivo no país, porque pluripartidário, processou-se em 1994. Era evento há muito esperado e que contou com engajamento popular: os cidadãos guineenses participaram massivamente em todo esse processo, desde o recenseamento, campanhas eleitorais como militantes ou simpatizantes partidários, até as presenças nos comícios com vistas a inteirar-se melhor, conhecer e tirar ilações sobre as candidaturas ou siglas partidárias às quais teriam de dirigir seus votos.

Para a primeira corrida eleitoral, cuja votação ocorreu a 3 de julho na 1ª volta e a 7 de agosto na 2ª, o país contou com 400.417 eleitores inscritos (GUINÉ-BISSAU. CNE, 2023j). Rudebeck (1997, p. 23-24) calculou que esse contingente equivalia a 65% da população em idade de voto, ou seja, com mais de 18 anos, e insinua que não é um índice elevado, embora esperado para as condições daquele momento. Ressalva-se que Rudebeck (1997) cita estimativa porque não havia dados atualizados sobre a população na época, apesar de o Censo ter sido realizado há relativamente pouco tempo (em 1991). A fonte por ele utilizada foi um estudo do INEP, de modo que considerou a sua estimativa realista.

Muitos anos depois, Monteiro (2020, p. 82) também apresentou suas estimativas, baseando-se no Censo de 1991, alcançando resultado significativamente diferente. Para ele, o alistamento chegou a 77,27% da população em idade de voto. Contudo, o autor não faz comentários acerca do índice alcançado e tampouco o compara com aquele apresentado por Rudebeck (1997).

Nessas eleições, os principais candidatos teceram ao público diversas questões, como desenvolvimento, trabalho, juventude, educação, infraestrutura e mudança. O clima eleitoral foi marcado de entusiasmo, sentimento de mudança,

oportunidade do emprego e desenvolvimento. O comparecimento ficou próximo a 89% (GUINÉ-BISSAU. CNE, 2023j).

**Tabela 1** – Resultado da 1ª volta das eleições presidenciais (Guiné-Bissau, 1994)<sup>4</sup>

<b>Nomes dos candidatos</b>	<b>Partido/Coligação</b>	<b>Nº de Votos</b>	<b>% de votos</b>
João Bernardo Vieira	PAIGC	142.577	46,20
Kumba Yalá	PRS	67.518	21,88
Domingos Fernandes Gomes	RGB-MB	53.825	17,44
Carlos Domingos Gomes*	PCD	15.645	5,07
François Kankola Mendy	FLING	8.655	2,80
Bubacar Djaló	UM	8.506	2,76
Victor Saúde Maria	PUSD	6.388	2,07
Antonieta Rosa Gomes	FCG-SD	5.509	1,78
<b>Total</b>		<b>308.623</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria com base em GUINÉ-BISSAU. CNE (2023j), AFRICAN ELECTIONS DATABASE (s.d.), KOUAWO (1994, p. 61), RUDEBECK (1997, p. 25), O'REGAN; THOMPSON (2013, p. 14), MONTEIRO (2020, p. 106)

\* Segundo algumas fontes, formalmente era candidato independente, mas tinha o apoio do PCD

Como indica a Tabela 1, disputaram a eleição presidencial oito candidatos, entre os quais se destacaram: João Bernardo Vieira, então Presidente da República (candidato apresentado pelo PAIGC), e Kumba Yalá (candidato suportado pelo PRS), pois foram os que conseguiram chegar à 2ª volta. O primeiro alcançou uma larga vantagem percentual sobre o segundo, mais do que o dobro (46,20% a 21,88%), porém não suficiente para ganhar de imediato, tornando necessária a 2ª volta.

Koudawo (1994, p. 21) analisou a campanha dos principais candidatos e evidenciou a referência constante à história, ou melhor, à participação na luta pela independência, que se tornou a fonte que buscaram para legitimarem-se perante o eleitorado. Um cenário que favorecia sobremaneira a Nino Vieira, herói dessa guerra, prestigiado leitor da declaração de independência, além de Presidente desde 1980.

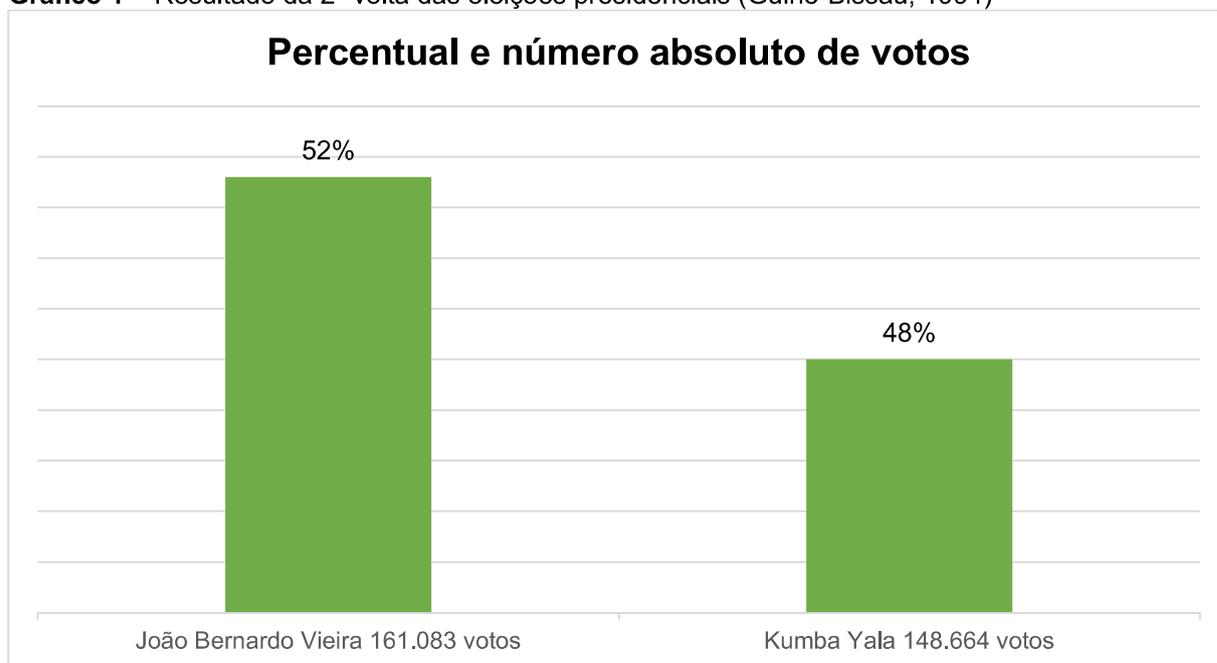
Yalá era visto pelo eleitorado jovem como o mais apto candidato para proporcionar a mudança, pois Nino Vieira já tivera a oportunidade de dirigir o país em outros moldes e não conseguiu garantir desenvolvimento. No dizer de Koudawo (1994, p. 25), seguindo características de sua personalidade, apresentava-se como macho (*matchundadi*), o bravo capaz de desafiar alguém mais poderoso do que ele. Cardoso (1995, p. 278) o chamou de jovem candidato e destacou que driblou o

<sup>4</sup> CNE não divulga a condição em que o candidato concorreu nas eleições presidenciais (partido ou coligação a que estava vinculado ou se era independente), o que também não consta nas cédulas de votação. Para esta e as demais eleições, o dado foi completado com base em mais de uma fonte, as quais estão identificadas no pé da respectiva tabela. Quando houve divergência entre as fontes, optou-se pela informação mais recorrente e/ou, quando necessário, por aquela que pareceu mais confiável.

passado modesto – ou seja, pouca participação relevante na luta anticolonial e também no período pós-independência, no qual não ocupou postos de visibilidade no governo ou no PAIGC – e os escassos recursos de campanha com um discurso centrado em justiça social, anticorrupção e no desafio a Nino Vieira, o que converge com a imagem de homem corajoso e viril destacada por Koudawo (1994).

Na 2ª volta, Nino Vieira saiu vencedor. A diferença não foi expressiva (quatro pontos percentuais e pouco mais de 12 mil votos), mas suficiente para que ele se mantivesse na condição de Presidente da República, como indica o gráfico a seguir. O comparecimento caiu em relação à 1ª volta, mas esteve acima de 81% (81,57%) (GUINÉ-BISSAU. CNE, 2023j).

**Gráfico 1** – Resultado da 2ª volta das eleições presidenciais (Guiné-Bissau, 1994)



Fonte: Elaboração própria com base em GUINÉ-BISSAU. CNE (2023j)

Para a eleição legislativa, concorreram sete partidos isolados e uma coligação que albergou seis partidos, perfazendo o total de oito concorrentes e 13 partidos postulantes a um lugar na ANP.

**Tabela 2** – Resultado das eleições legislativas (Guiné-Bissau, 1994)

<b>Partido</b>	<b>Nº de votos</b>	<b>% de votos</b>	<b>Deputados</b>
PAIGC	134.982	46,39	62
RGB-MB	57.566	19,78	19
PRS	29.957	10,30	12
UM (FD, FDS, LIPE, MUDE, PDP, PRD)	36.797	12,65	6
FLING	7.475	2,57	1
PCD	15.411	5,30	0
PUSD	8.286	2,85	0
FCG/SD	494	0,17	0
<b>Total</b>	<b>290.968</b>	<b>100,01</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria com base em GUINÉ-BISSAU. CNE (2023j), KOUDAWO (1994, p. 61), MONTEIRO (2020, p. 88)

Nesse escrutínio, aconteceu um caso risível. A FLING elegeu um deputado no universo de 7.475 votos arrecadados, enquanto PCD, com 15.411 votos, e Partido Unido Social Democrático (PUSD), com 8.286 votos, ficaram sem nenhum deputado. Ou seja, apesar de somarem mais votos, não obtiveram cadeiras. Isso se deu em razão da distribuição de votos pelos círculos eleitorais, o que fica explicitado pelos dados apresentados pela Tabela 2, que trazem o total de votos que cada partido/coligação somou no país, sem considerar a frequência por círculo eleitoral, ao mesmo tempo em que ordena os partidos pelo número de cadeiras conquistadas, e não de votos obtidos<sup>5</sup>.

Tais acontecimentos revelam os equívocos que se deixaram passar quase despercebidos naquela legislatura, pouco se fizeram queixar os próprios partidos que foram vítimas da engenharia eleitoral. Na visão de Silva (2003, p. 25), “os resultados correspondem a um sistema proporcional imperfeito ou distorcido”. Koudawo (2001, p. 85) reclamou da fórmula eleitoral D’Hondt, argumentando que ela distorceu os resultados e beneficiou o PAIGC, pois ele obteve menos da metade dos votos (46,39%, conforme a Tabela 2) e ficou com uma robusta maioria absoluta de cadeiras (62%). O autor chega a dizer que, pelos resultados das eleições parlamentares, constata-se

desfasamento existente entre a vontade de mudança expressa pelos eleitores que votaram pela alternância, e a manutenção da hegemonia do antigo partido único por razões técnicas ligadas ao método de Hondt, que penalizou a dispersão dos votos favoráveis à oposição e amplificou o efeito dos votos concentrados a favor do antigo partido único (KOUDAWO, 2001, p. 86).

<sup>5</sup> Esse modelo de exposição está presente em todas as tabelas relativas às eleições parlamentares. Há uma intenção ao fazê-lo, pois se sabe que a distribuição de cadeiras não é realizada em um distrito único nacional. Essa forma indica a força nacional (em votos) dos competidores e demonstra mais claramente as distorções que o modelo contempla.

Não parece procedente na integralidade a análise do autor. As distorções que o sistema eleitoral produz derivam das diferentes magnitudes dos círculos eleitorais associada à distribuição variável de votos dos partidos entre esses círculos. A fórmula D'Hondt agudiza tal cenário, pois tende a beneficiar os partidos mais votados em cada círculo eleitoral (NICOLAU, 2012). Entretanto, consolidou-se a percepção negativa sobre essa fórmula nas análises sobre o processo eleitoral guineense. Pode-se ler em Pinhel (2018, p. 69) que “[...] o método hondt, na escolha dos deputados é injusto, irrealista e insatisfatório com os resultados eleitorais”, chegando a este juízo a partir de leitura muito semelhante à apresentada acima.

O problema no raciocínio de Koudawo (2001) está em dividir os votos entre PAIGC e oposição, sem considerar que, na dinâmica da disputa, a oposição estava dividida em vários concorrentes (sete) e, portanto, fragmentada; bem como que a votação não é contabilizada no país (em um único círculo eleitoral), mas sim se distribui em vários círculos. A ponderação do autor só seria válida e vinculada à realidade da disputa, se existisse um único distrito eleitoral nacional e os partidos de oposição estivessem reunidos em uma frente.

Aliás, esse foi um ponto da crítica de Cardoso (1995, p. 273-274; 1996, p. 65) aos partidos de oposição nas eleições de 1994: eles não sustentaram a proposta de um projeto unificado alternativo ao partido no poder, o que chegou a ser esboçado antes das eleições, e acabaram por se dividir. Nas palavras de Cardoso (1995, p. 274): “[...] os doze partidos de oposição viam-se mais como rivais políticos do que organizações políticas cujo objetivo fundamental na altura era destronar o PAIGC e instaurar a democracia pluripartidária”<sup>6</sup>. Cardoso (1995, p. 275; 1996, p. 66) chega a agregar um elemento que poderia ter contribuído para essa divisão: o caráter personalista dos partidos, o que dificulta as negociações e amplia as cisões, pois nenhum dos “proprietários” das legendas quer ceder espaço para novas lideranças ou lideranças de outros partidos.

Uma outra leitura dos mesmos dados permite demonstrar a improcedência do raciocínio de Koudawo (2001). Ela não elimina os problemas da fórmula eleitoral utilizada, mas minimiza o impacto da distorção alegada: se for comparado o

---

<sup>6</sup> Provavelmente, os dois autores tenham tratado a união das oposições como uma possibilidade (ou um imperativo) para derrotar o PAIGC por causa do que ocorrera em Cabo Verde, no qual o partido de situação foi derrotado em razão da formação de uma frente da oposição. Cardoso (1996, p. 65) cita diretamente Cabo Verde (e também São Tomé e Príncipe, onde se deu o mesmo), enquanto Koudawo (2001) analisa no livro em questão a transição nos dois países.

percentual de votos obtidos pelo PAIGC com aquele obtido pelos outros quatro partidos que alcançaram representação – restringindo os dados, portanto, apenas a quem conquistou ao menos uma cadeira parlamentar –, verifica-se que ele obteve a maioria absoluta dos votos (46,39% a 45,3%) e, conforme a regra, teria direito à maioria absoluta das cadeiras, a exemplo do que de fato ocorreu. Porém, nessa hipótese, o PAIGC não teria maioria tão intensa quanto a que efetivamente alcançou.

O cenário em que se processou o pleito era otimista, de mudança e evocava novas relações políticas para alcançar o desenvolvimento, melhorar a economia e projetar avanços sociais e das infraestruturas. Porém, como saldo geral das eleições de 1994, verifica-se que o quadro geral da política não demonstra grandes evoluções, inclusive os problemas relacionados com desenvolvimento, vida econômica e social do país que impulsionaram a democratização continuam bem longe das expectativas sociais. Isso deixa transparecer a ideia de que tais eleições não cumpriram com as mudanças, sobretudo a nível das figuras políticas e da administração: Nino Vieira acabou eleito e permaneceu no cargo que já ocupava desde 1980 pela via da força; e na eleição legislativa, o PAIGC elegeu 62 de um total de 100 deputados, alcançou a maioria absoluta no parlamento, o que lhe garantiria, em tese, plenas condições para aprovar a agenda do novo governo. Ou seja, manteve-se o *status quo*.

De qualquer forma, comparado ao panorama anterior, em que o PAIGC ocupava todo o espaço político, houve mudança importante, ainda que limitada, pois as forças de oposição (RGB-MB, PRS, UM e FLING) passaram a deter 38% do parlamento. Como resume Rudebeck (1997, p. 24), “isso já constitui uma grande diferença em relação ao passado”. Esse otimismo comedido é acompanhado por Semedo (2009, p. 92), para quem “[...] a realização do primeiro escrutínio na Guiné-Bissau muito timidamente confirmou a mudança do regime, e anunciou a queda do regime monolítico para multipartidário”.

Entretanto, há visão mais pessimista, como a de Koudawo (2001, p. 139-140), ao reproduzir a declaração de Manuel Rambout Barcelos<sup>7</sup>: “[...] saímos do sistema do partido único para entrar no sistema de único partido”, o que põe em dúvida o sucesso do processo de implantação da democracia, já que excluiu “toda hipótese de alternância, de coabitação ou de partilha do poder executivo”. Em outro momento, Koudawo (1995, p. 273-274) debulha o argumento:

---

<sup>7</sup> Militou no PAIGC, foi Ministro da Educação no início dos anos 1990 e assinou a Carta dos 121. Depois, aderiu ao PRD em 1992 e, finalmente, ao UM (HOMENAGEM..., 2012).

[...] a manutenção do *statu quo* no poder, isto é o facto de após as eleições gerais de 1994 o PAIGC ter considerado o controle de todos os poderes tal como no tempo do regime de partido único, contribuiu para dotar este processo de dois traços aparentemente contraditórios, mas ancorados nas mesmas premissas: as expectativas frustradas. Por um lado, ele é considerado como um *processo acabado*, mas à maneira de um parêntese aberto em 1991 e fechado em 1994. Por outro lado, ele aparece como um *processo inacabado* devido às mudanças qualitativas profundas adiadas pela ausência de alternância, pela fraca vontade política de mudança dos vencedores das consultas eleitorais, e pela inércia de um sistema extremamente complexo.

Cardoso (1995, p. 273-274) enfatiza outro fator que contribuiu para a permanência do PAIGC: a juventude dos partidos de oposição, pois, com exceção do FLING e do RGB-MB, eles surgiram após a liberalização do regime de partido único, não tinham conseguido se estruturar e se enraizar na sociedade na condição de opção política, quando da realização do pleito e gozavam do que o autor chamou de imaturidade.

Há, ainda, o fato já comentado de a quase totalidade deles serem formados a partir de dissidências (antigas ou recentes) do PAIGC, o que também dificultou que conseguissem se distinguir em relação ao partido que, além de tudo, tinha a seu favor o relevante patrimônio de ser o responsável pela independência, conquistada após um duro e longo conflito militar. Rudebeck (1997, p. 24) corrobora essa visão, pois afirma que o resultado das eleições “demonstra que o partido [PAIGC], apesar de tudo, e particularmente nas zonas rurais, continua a ser aos olhos de muita gente o representante evidente do único poder de estado conhecido desde a independência”.

O período pós-eleições foi marcado por crise interna no seio do PAIGC, com a disputa entre Nino Vieira e Manuel Saturnino da Costa, outra figura importante na luta pela libertação nacional e que ocupava, até então, um dos cargos mais relevantes do PAIGC, pois era secretário do partido. Ele foi escolhido no bureau político para ser Primeiro-Ministro, ainda que contra a vontade do Presidente, que pretendia indicar outro nome, Carlos Correia. Registra-se que a divergência entre os dois remonta ao Congresso Extraordinário do partido, realizado em 1991 (KOUAWO, 2001).

As eleições de 1994 tinham, sobretudo, o objetivo de garantir a estabilidade da governança para permitir o desenvolvimento e a reorganização econômica, política e social face às mudanças políticas a nível continental e mundial, o que rapidamente foi afetado pela fricção entre Nino Vieira e Costa. De acordo com a Constituição guineense, cabe ao Presidente nomear e dar posse ao Primeiro-Ministro e o seu elenco governativo, o que Nino Vieira se recusou fazer e instalou, assim, uma crise

que durou quatro meses. Isso porque as eleições ocorreram desde julho, mas o governo entrou em função apenas em novembro, quando finalmente houve a nomeação de Saturnino da Costa como Primeiro-Ministro.

O mau clima político entre Presidente e o Primeiro-Ministro instigou a insustentabilidade do governo e afetou a sua continuidade desde os primeiros momentos. A difícil relação política se agravou ainda mais, a partir das exonerações de alguns quadros do Ministério das Finanças próximos do Presidente, promovido pelo Primeiro-Ministro. E Nino Vieira, em gesto de retaliação, tentou mobilizar o parlamento para influenciar a rejeição do programa do governo e, conseqüentemente provocar a queda do Executivo, o que não conseguiu.

Porém, Nino Vieira soube esperar e, mais do que isso, trabalhou para surgir a oportunidade que queria. Em janeiro de 1996, após 14 meses de função de Saturnino da Costa à frente do governo, conheceu-se o decreto presidencial 5/96, sob proposta do Primeiro-Ministro, que determinava a remodelação governamental com o intuito de melhorar a situação política vigente no país naquela altura. No entanto, de nada adiantou a nível político, econômico e social porque a situação prevalecia a mesma, fazendo com que rapidamente tenha surgido a ideia de demissão do governo por parte do Presidente (um desejo antigo dele) e dos outros atores políticos nacionais.

Passado mais algum tempo e obedecendo aos preceitos constitucionais, Nino Vieira derrubou o governo de Saturnino da Costa e, finalmente, conseguiu nomear Carlos Correia como Chefe do Executivo. Este e o seu governo entraram em função em junho de 1997 e permaneceram até o eclodir do conflito civil de 1998, que também derrubou o Presidente Nino Vieira, o qual foi sucintamente referido na Introdução e será agora narrado com mais detalhamento.

Este golpe de Estado foi liderado pelo general Ansumane Mané, recém-exonerado como Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA). Em um primeiro momento, o golpe não teve êxito, pois não conseguiu afastar o Presidente e, pelo conflito entre as forças pró e contra Nino Vieira, deu origem a uma guerra civil que durou 11 meses – entre 7 de junho de 1998, dia do golpe, e 7 de maio de 1999, quando o Presidente da República foi afastado – e acabou por envolver também interesses internacionais. No dizer de Silva (2010b, p. 9), tudo começou com uma sublevação militar ou querela interna do PAIGC, mas se transformou perante a intervenção de forças estrangeiras em guerra civil.

As causas do conflito são diversificadas e englobam uma gama de fatores. Gonçalves (2022) o reputa a fatores históricos de longo prazo, pois o apresenta como consequência do colonialismo, no qual se insere a questão de Casamansa, região fronteiriça com a Guiné-Bissau<sup>8</sup>. Da mesma forma, é consequência das dinâmicas interétnicas fomentadas na luta armada pela independência; da forma como se processou a transição de poder de Portugal para o PAIGC e das dinâmicas de poder no pós-independência, notadamente depois do golpe de 1980.

Por sua vez, Nóbrega (2003a, p. 277) foca em quatro fatores primordiais de médio a curto prazo: 1) a polêmica no VI Congresso do PAIGC; 2) a insatisfação dos antigos combatentes da luta anticolonial; 3) o tráfico de armas para Casamansa; 4) a exoneração de Ansumane Mané da condição de CEMGFA.

No que tange à querela interna do PAIGC, ela “explodira” no VI Congresso, concluído menos de um mês antes do golpe, no qual duas alas se enfrentaram: a do Presidente da República e a liderada por Saturnino, ex-Primeiro-Ministro e então Secretário do PAIGC, à qual se soma Malam Bacai Sanhá, então Presidente da ANP. Como partido dominante no sistema político de então, que detinha Presidente, governo e maioria parlamentar, esse choque de forças internas lembrava os tempos não tão distantes de quando ele era partido único.

Apesar da longa duração do evento, que extrapolou em seis dias o prazo previsto, essas facções não solucionaram as divergências e tampouco os impasses que o partido enfrentava, especialmente a questão das Forças Armadas e a suspensão de Ansumane Mané. O evento não trouxe resultados e serviu apenas para acusações mútuas, no que Nino Vieira saiu vencedor. Viegas e Koudawo (2000) sugerem que o VI Congresso acabou por ser um ajuste de contas entre grupos rivais, e insinuam que teria sido um prelúdio da guerra civil.

Um segundo elemento reside na presença dos militares no conflito, lembrando que tanto Nino Vieira quanto Ansumane Mané eram heróis da luta anticolonial. Desse modo, o conflito envolveu diretamente as forças militares do país, com uma pequena

---

<sup>8</sup> Augel (2007, p. 66) informa que é uma estreita faixa de terra, de colonização portuguesa e que, por conta da Conferência de Berlim e da distribuição artificial dos territórios entre os países europeus, foi alocada à França e, hoje, faz parte de Senegal. Por conta disso, há afinidades linguísticas e culturais com a Guiné-Bissau, sejam aquelas decorrentes da colonização, sejam por causa de famílias e etnias que vivem nos territórios pertencentes aos dois países (e, portanto, embora compartilhem identidade comum, compõem nacionalidades distintas). Há algumas décadas existe um movimento independentista em Casamansa. Para mais detalhes, ver: Gomes (2014).

parcela ficando a favor do Presidente e outra, amplamente majoritária, leal a Mané, ex-CEMGFA. Este, no bojo do conflito, formou a chamada Junta Militar<sup>9</sup>.

Carvalho (2010, p. 78) destaca que há uma corte geracional nessas opções: aqueles que tinham vivido a luta pela independência e os reservistas ficaram com a Junta Militar, enquanto os quadros mais jovens e com formação superior apoiaram o Presidente. A corroborar esse cenário, Jauará (2007, p. 3) aponta que o Presidente vinha promovendo a substituição dos antigos oficiais por novos, com formação realizada no exterior. Assim, “[...] os antigos oficiais da época de libertação foram progressivamente perdendo comando; alguns ficaram nas forças sem funções específicas e boa parte dos antigos oficiais foi compulsoriamente para a reserva, sem remuneração condigna”. Logo, a insatisfação contra Nino Vieira só crescia entre a elite das Forças Armadas.

Por sua vez, Gonçalves (2022, p. 72-73) explica que o abandono de antigos parceiros e a formação de acordo com novos aliados faz parte de uma estratégia que Nino Vieira desenvolvia há muitos anos como forma de se manter no poder. Especialmente no que tange aos veteranos da guerra de libertação, limitar ou eliminar a influência deles era estrategicamente importante para não se tornar refém desses que se consideravam “pais da nação” e, portanto, dignos sempre de reconhecimento e jamais de controle. Em igual medida, fracionar internamente as forças militares era uma forma de neutralizar possíveis adversários e minimizar riscos.

Há de considerar, ainda, que a eleição de 1994, apesar de manter Nino Vieira no poder, implicou o afastamento dos militares de muitos postos políticos. Djau (2016, p. 22) comenta que em 1984 – já com Nino Vieira como Presidente –, 90% dos cargos ministeriais eram ocupados por homens das forças armadas, e em 1994, 70% pertenciam a civis. Ou seja, nesse período, como reflexo da introdução de eleições pluripartidárias, havia uma desmilitarização do governo, o que não era bem visto por uma parte do setor que perdia posições de mando e privilégios.

O componente étnico é apontado como um fator que se entrelaça com a questão militar. A etnia balanta, que predomina nas forças armadas guineenses, considerava-se preterida do poder e desde os anos 1980 vinha sendo paulatinamente afastada do comando militar por Nino Vieira, de etnia papel/pepel. Logo, via na retirada

---

<sup>9</sup> Durante a disputa, a Junta Militar mudou a sua denominação para Junta do Povo, embora continuasse liderada unicamente por militares. A alteração revela a intenção de reivindicar legitimidade e apoio popular à intenção de afastar pelas armas o Presidente da República.

do Presidente e, conseqüentemente, no apoio a Mané – que não era balanta, e sim da etnia mandiga – uma alternativa de retorno ao protagonismo político-militar que gozara durante a luta pela independência e a presidência de Luís Cabral. Além disso, acumulavam-se antigas mágoas contra Nino Vieira que, para reforçar seu poder no PAIGC e no país, havia eliminado em 1986, importantes lideranças que pertenciam à etnia balanta, caso de Viriato Pã e Paulo Correia<sup>10</sup>.

Por tudo isto, conforme aponta Bijagó (2011, p. 115), havia um viés revanchista de cunho étnico e político na ação golpista contra Nino Vieira. Djaló (2000, p. 30), Rudebeck (2001, p. 19), Sangreman et al. (2008), O'Regan e Thompson (2013, p. 24) têm opinião divergente. Estes dizem que na guerra civil “[...] não se registaram divisões segundo critérios étnicos, nem a questão da etnia foi jamais invocada em discursos ou declarações de parte e doutra”.

Os outros dois elementos apontados por Nóbrega (2003a, p. 277) estão entrelaçados, além estarem também vinculados aos anteriores: a questão do tráfico de armas e a exoneração de Ansumane Mané do comando das forças armadas.

O mote para o conflito se deveu a uma questão que acabou por transcender as fronteiras do país. Após ser pressionado por França e Senegal para que o país cessasse a venda ilegal de armas do seu exército para o movimento separatista de Casamansa – o que se intensificou após à adesão da Guiné-Bissau à UEMOA, à substituição de sua moeda tradicional, o peso guineense, pelo Franco CFA e o aumento da dependência econômica frente à comunidade francófona, ocorrida um ano antes –, o Nino Vieira acusou Mané de envolvimento nesse comércio ilegal de armas.

Segundo o relato de Có (2016, p. 98):

[...] a ANP constituiu de forma democrática, em 1997, comissão de inquérito para apurar a veracidade dos fatos [a acusação de tráfico de armas para rebeldes de Casamansa]. Com[o] Relatório desta comissão recomendou a exoneração do então Chefe do Estado Maior, Brigadeiro Ansumane Mané, que parecia um dos suspeitos de envolvimento de tráfico de armas. Na ocasião, organismos internacionais e partidos políticos interessaram-se pelo apuramento da ocorrência, reivindicaram que o relatório deveria ser lido no dia 8 de junho de 1998. Um dia antes abrolhou o conflito.

Rudebeck (2001, p. 18) é mais duro no julgamento desses fatos. Para ele, fortes indícios apontam que o próprio Nino Vieira estava envolvido no fornecimento ilegal de armas aos rebeldes de Casamansa e, para não ser implicado, procurou

---

<sup>10</sup> É o “Caso 17 de outubro”, comentado no capítulo anterior.

responsabilizar Mané, um antigo companheiro de mais de 30 anos de lutas. Opinião com a qual concorda Roque (2009, p. 2).

Atingido na sua honra, tendo perdido prestígio pessoal e profissional, e ao ser tentada a sua prisão, Mané reagiu de modo assemelhado ao que o próprio Nino Vieira fizera em 1980, quando também supostamente seria atingido na sua vida ou na sua carreira por Luís Cabral. Ou seja, partiu para um ato de força contra a mais alta autoridade política do país. Era mais uma manifestação da cultura *di matchundadi*, conforme Moreira (2017).

Deflagrado o golpe, Nino Vieira demandou auxílio de Senegal e Guiné, os quais atenderam o pedido, baseados em acordos de ajuda mútua em caso de ameaças, e rapidamente forneceram forças militar – dois dias, conforme Rudebeck (2001, p. 11). Segundo Djaló (2000, p. 31), do ponto de vista militar, o apoio pode ter contribuído para que o Presidente pudesse resistir, mas trouxe graves prejuízos junto à opinião pública e ajudou os seus oponentes, pois a população o percebeu como uma invasão de forças estrangeiras ao país. Koudawo (2001, p. 144) corrobora este entendimento, pois “a intervenção das tropas estrangeiros desde os primeiros dias do levantamento militar influiu particularmente no posicionamento dos atores internos da crise”.

Gonçalves (2022, p. 74) argumenta que os líderes dos países vizinhos atenderam o pedido do Presidente da Guiné-Bissau porque não tinham o interesse em avaliar as demandas da Junta Militar e resolver pacificamente a questão, e sim eliminar no berço qualquer levante militar contra um poder legitimamente estabelecido, de modo a evitar o surgimento de uma onda golpista na região, já que também sofriam contestações internas.

De outra parte, os rebeldes de Casamansa ficaram ao lado de Mané, preocupados com a eventual permanência de Nino Vieira no poder e o apoio que ele passaria a dar para Senegal na disputa.

A situação não ficou restrita aos países vizinhos. Os antigos colonizadores da região também se posicionaram, interessados em obter vantagens com a situação:

O governo de Portugal apoio o golpe de Estado visando recuperar o seu prestígio político e econômico em Guiné-Bissau, no que concerne à língua e ao papel de interlocutor do país na Europa, assim como salvaguardar os interesses das empresas portuguesas frente a aproximação de Guiné-Bissau da França, que apoiava o presidente Vieira. Por outro lado, o apoio da França ao Presidente Vieira visava ampliar seu interesse político e econômico na região da África Ocidental, reforçando a adesão da Guiné-Bissau à União

Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) [...] (TEIXEIRA, 2008, p. 27).

No plano interno, partidos se posicionaram a favor dos militares golpistas, interessados em atingir o poder, ainda que às custas da normalidade institucional, conforme vaticina Teixeira (2008, p. 27). Este é o caso de Yalá, líder do PRS e candidato derrotado nas eleições presidenciais de 1994, bem como forças internas do PAIGC, rivais de Nino Vieira.

Segundo Koudawo (2001, p. 147-148), embora a Junta Militar fosse golpista e pretendesse retirar do poder um Presidente com legitimidade eleitoral, ela não se via como tal. De um lado, argumentava que, simbolicamente, o povo havia retirado a confiança política concedida nas urnas ou havia ocorrido uma espécie de moção de desconfiança cidadã contra Nino Vieira. De outro, ponderava que o Presidente teria violado a Constituição ao solicitar a entrada de tropas militares estrangeiras no país para resolver um problema doméstico, quando só o poderia fazer em caso de agressão de forças externas. Na argumentação da Junta Militar, o Presidente não teria mais condições para continuar no cargo e só não o deixava porque se recusava a tal, ampliando a duração da disputa armada, de modo que, ao agir contra ele, estava permeada de legitimidade. Ressalva-se que, apesar desses entendimentos, não houve nenhum processo jurídico-formal para afastar o Presidente, e sim uma tentativa de alcançar este fim pelo uso da força<sup>11</sup>.

Como já informado, o conflito se tornou uma guerra civil que durou mais de 11 meses, período no qual chegou a ser firmado um acordo de paz que previa um governo de transição (Acordo de Abuja), mas que acabou por não ser cumprido pelas partes. O acordo foi mediado por autoridades internacionais, especialmente a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) a Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)<sup>12</sup>. Porém, conforme Koudawo (2001), também este fato evoca a interferência e os interesses dos ex-colonizadores da região, pois, por razões de influências cultural e econômica, Portugal defendia a mediação da CPLP e a França, da CDEAO.

---

<sup>11</sup> Quem também aborda essa questão é Silva (2010a). Para uma análise que discute os fundamentos jurídicos da questão, ver: Mané (2000).

<sup>12</sup> A Guiné-Bissau aderiu à CEDEAO em 1975, quando esta foi criada. Para mais informações sobre a relação do país com este ator, ver: Una et al. (2020); Gonçalves (2022)

Apesar dessas disputas simbólicas, o término do conflito só em maio de 1999, quando uma das partes venceu a disputa militar, no caso a Junta liderada por Ansumane Mané. Como resultado, Nino Vieira foi afastado da presidência e, após algum tempo de impasse, foi aceito que partisse para o exílio em Portugal. Assim, acabou o período de quase duas décadas dele na Presidência<sup>13</sup>.

Além de arrasar boa parte da já precária infraestrutura do país e instalar uma crise econômica ainda mais grave do que aquela que já vivenciava há muitos anos, o confronto acumulou rancores que transcendem barreiras políticas e foi estimulando, em alguns momentos, sentimento das divisões étnicas entre os guineenses nos últimos anos. Augel (2007, p. 69) descreve esse cenário:

Bissau quedou em parte abandonada e destruída, edifícios públicos e particulares (e até as embaixadas estrangeiras) foram arrombados e saqueados pelos soldados senegaleses, outros incendiados ou destruídos por obuses e granadas, a pilhagem das lojas e das residências foi generalizada. A fome e as moléstias grassaram no interior, onde a carência era dramática: alimentos, água, combustível, medicamentos, tudo faltava.

A partir daí, com a tutela militar e a vigilância de parceiros internacionais, em uma relação permeada de tensões, foi acordada a instauração de um governo transitório, que foi liderado por Malam Bacai Sanhá (Presidente da República interino) e Francisco José Fadul (Primeiro-Ministro interino) entre 1999 a 2000 (PINTO, 2019). Koudawo (2001) chamou esse período de uma segunda transição (ou uma longa transição, se somada à primeira, ocorrida entre 1991-1994).

O acordo que subsidiou essas interinidades – chamado de Pacto de Transição Política, assinado pelos partidos e pelos militares – envolveu, também, a prorrogação do mandato dos deputados, que teria se encerrado em 1998, com a realização de eleições legislativas (RUDEBECK, 2001, p. 28-29). Um novo processo eleitoral ficou para o ano seguinte, após a retomada, ainda que precária, da normalidade.

---

<sup>13</sup> Para lembrar: Nino Vieira ascendeu ao cargo com o golpe de novembro de 1980, tornou-se Presidente eleito em agosto de 1994 e deixou o cargo ao ser derrubado pela Junta Militar, em maio de 1999. Contudo, este não foi o término da carreira política dele, como será visto a seguir.

### 4.3 As eleições de 1999 e uma nova promessa de recomeço

Os guineenses voltaram às urnas apenas no dia 29 de novembro de 1999, para eleições presidenciais e também a renovação da ANP. Por consequência, assim como em 1994, decorreram concomitantemente eleições presidenciais e legislativas.

O alistamento eleitoral foi mais intenso do que no processo anterior, segundo o cálculo de Rudebeck (2001, p. 61), tendo alcançado 505.240 pessoas para as legislativas e 503.007 para as presidenciais, o que corresponderia a cerca de 85% da população em idade de voto, conforme as estimativas do autor. O problema é que a quantidade de eleitores informada por Rudebeck (2001) não é convergente com a divulgada pela CNE, que atinge 523.507 (GUINÉ-BISSAU. CNE, 2023i). Com este ajuste, e utilizando a estimativa de população em idade de voto por ele apresentada (584.400), o percentual de inscritos sobe para 89,58%. Ainda com essas divergências, ambos os resultados apontam nitidamente para o crescimento em relação a 1994.

E, de qualquer modo, são mais razoáveis do que a estimativa apresentada por Monteiro (2000, p. 82), segundo a qual havia mais alistados do que alistáveis (100,22%). No caso desse autor, o problema parece residir na projeção de população com mais de 18 anos por ele manejada (522.357), pois a quantidade de eleitores inscritos é a oficial (523.507).

Apesar do aumento no contingente de alistados – ou talvez por causa disso – o comparecimento às urnas foi menor do que o registrado em 1994. Nas eleições presidenciais de 1ª volta, 80,36% foram votar, índice que caiu a 71,90% na 2ª e chegou a 82,29% nas legislativas (GUINÉ-BISSAU. CNE, 2023i).

Nas eleições presidenciais concorreram 12 candidatos. Kumba Yalá (suportado pelo PRS) e Malam Bacai Sanhá (apoiado pelo PAIGC), que até então dirigia o país como Presidente da República interino, foram os que dominaram o cenário logo na 1ª volta, figuraram como os dois mais votados e disputaram a 2ª volta, que ocorreu em 16 de janeiro de 2000.

**Tabela 3** – Resultado da 1ª volta das eleições presidenciais (Guiné-Bissau, 1999)

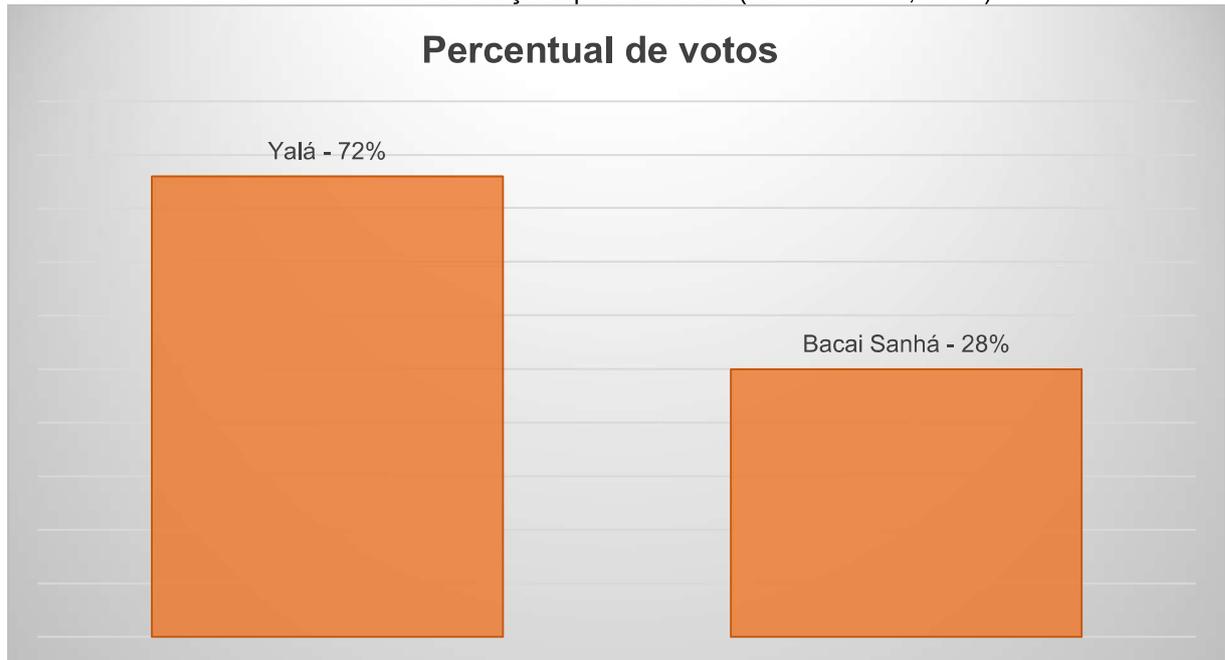
<b>Candidatos</b>	<b>Partido/Coligação</b>	<b>Nº de votos</b>	<b>% de votos</b>
Kumba Yalá	PRS	143.996	38,81
Malam Bacai Sanhá	PAIGC	86.724	23,37
Faustino Fudut Imbali	Independente	30.484	8,22
Fernando Gomes	Independente	26.049	7,02
João Tatis Sá	Independente	24.117	6,50
Abubacar Baldé	UNDP	20.192	5,44
Bubacar Djaló	LIPE	12.026	3,24
Joaquim Baldé	PSD	8.623	2,32
Salvador Tchongo	RGB-MB	6.937	1,87
José C. Mendes	FLING	5.311	1,43
Mamadú U. Baldé	PRP	3.580	0,96
Antonieta Rosa Gomes	FCG-SD	2.986	0,80
<b>Total</b>		<b>397.074</b>	<b>99,98</b>

Fonte: Elaboração própria com base em GUINÉ-BISSAU. CNE (2023i), AFRICAN ELECTIONS DATABASE (s.d.), RUDEBECK (2001, p. 48), O'REGAN; THOMPSON (2013, p. 14), MONTEIRO (2020, p. 106)

Yalá saiu como vencedor nessa 2ª volta. Durante a campanha, os dois candidatos defendiam mudança e desenvolvimento, porém, os resultados provaram a preferência da maioria à figura do Yalá, que havia disputado a 2ª volta em 1994. No caso do PAIGC, Nóbrega (2003b) frisa que a perspectiva eleitoral não era positiva para nenhuma das disputas, pois vinha sendo responsabilizado pelos recentes episódios da guerra civil. Para amenizar o cenário,

a campanha foi feita do PAIGC contra o PAIGC. Atacou-se o regime de Nino Vieira até a exaustão. Os novos dirigentes demarcaram-se do passado, falando, no entanto, de um novo regresso às origens, de um regresso ao tempo puro de [Amílcar] Cabral, o que aliás é um tema recorrente sempre que o Partido se vê envolvido em polémica (NÓBREGA, 2003b, p. 36).

Bacai Sanhá aparecia como um candidato identificado com o diálogo e que reconhecidamente havia tido boa figura na condição de Presidente interino. Talvez por isso, tenha conseguido chegar à 2ª volta, o que já pode ser considerado um feito. Porém, não o suficiente: foi derrotado por larga margem, tendo obtido apenas 28% dos votos. Na eleição parlamentar, como será visto adiante, o resultado do PAIGC não foi muito diferente.

**Gráfico 2** – Resultado da 2ª volta das eleições presidenciais (Guiné-Bissau, 1999)

Fonte: Elaboração própria com base em GUINÉ-BISSAU. CNE (2023i), AFRICAN ELECTIONS DATABASE (s.d.)

A considerável diferença de votos entre Yalá (PRS) e Bacai Sanhá (PAIGC) traduzia um apostar forte em novos rostos político na Guiné-Bissau, tal como se percebe também nos números dos votos que PRS e RGB obtiveram em relação ao PAIGC nas eleições legislativas.

**Tabela 4** – Resultado das eleições legislativas (Guiné-Bissau, 1999)

Partido	Nº de votos	% de votos	Deputados
PRS	105.736	29,64	38
RGB	70.435	19,75	29
PAIGC	64.215	18,00	24
UM	27.976	7,84	3
PSD	19.919	5,58	3
AD (FD, PCD)	17.651	4,95	3
UNDP	14.440	4,05	1
FDS	9.094	2,55	1
LIPE	11.496	3,22	0
FLING	7.756	2,17	0
PUSD	4.712	1,32	0
FCG-SD	3.262	0,91	0
<b>Total</b>	<b>356.692</b>	<b>99,98</b>	<b>102</b>

Fonte: Elaboração própria com base em GUINÉ-BISSAU. CNE (2023i), RUDEBECK (2001, p. 48)

Já nas eleições legislativas, em um universo de 13 formações partidárias, sendo duas reunidas na coligação Aliança Democrática (AD), oito conseguiram se eleger, como mostra a Tabela 4. PRS foi o principal vencedor, com 38 deputados num total de 102, RGB conquistou 29 e PAIGC, 24. Os partidos de menor expressão

obtiveram algumas cadeiras: União para a Mudança (UM)<sup>14</sup>, mais a coligação AD (que congregou PCD e FD<sup>15</sup>) e Partido Social Democrata (PSD)<sup>16</sup>, conquistaram três cada. FDS e União Nacional para a Democracia e Progresso (UNDP)<sup>17</sup> elegeram uma cada.

A elegibilidade desses cinco partidos se explica pela dispersão dos votos pelos diferentes círculos eleitorais. E o aumento dos números dos eleitos para o parlamento, sobretudo as pequenas e médias formações partidárias, está ligada à “rejeição eleitoral” constatada entre os eleitorados do PAIGC. Este, além de, pela primeira vez, na história não ter o Presidente, perdeu a maioria parlamentar absoluta conquistada em 1994, quando elegeu 62 deputados. A queda nas urnas foi muito significativa, pois, agora, fez 24 cadeiras, menos da metade do que obtivera cinco anos antes e, por consequência, estaria afastado do governo. Os libertadores foram relegados à terceira bancada da ANP e não elegeram deputado em nove círculos, nos quais os pequenos e médios partidos conquistaram as cadeiras, neste caso: AD, UNDP e PSD.

As opções partidárias e os números dos votos em outros candidatos, que não sejam do PAIGC, evidenciava o quão interessados os guineenses estavam em romper com as crises por meio das eleições ou de apostas nas novas siglas partidárias em detrimento das antigas formações. Ao mesmo tempo, era de se esperar ver os partidos de menor expressão na primeira legislatura assumirem posturas capazes de evitar os erros estratégicos de 1994 sobre a dispersão dos votos e as circunstâncias em que alguns concentraram votos e elegeram deputados em detrimento de outros. Surpreendentemente, não priorizaram evitar esses erros, de modo que as injustiças decorrentes da distribuição desigual de votos entre os distritos voltaram a registrar-se. Logo, LIPE fez mais votos nacionais que FDS, mas não conquistou cadeira. Ainda assim, a segunda legislatura trouxe alguns ganhos positivo ao contexto político guineense em relação à primeira para dois partidos de pequena expressão que estiveram na legislatura anterior. Houve aumento de números dos votos

---

<sup>14</sup> Nas eleições de 1994, UM havia sido uma coligação de seis partidos, mas em 1999 concorreu na condição de partido. Isso porque, em 1995, quatro dos seus formadores (FD, MUDE, PDP e PRD) se fundiram e batizaram o novo partido com o nome da antiga coligação. Os outros dois parceiros não se engajaram na fusão: FDS e LIPE continuaram a ser partido e, em 1999, concorreram de modo isolado.

<sup>15</sup> Ele não é o mesmo partido que compunha a UM em 1994 e que se fundiu com os demais em 1995, mas sim uma recriação (usando mesmo nome e sigla), decorrente de cisão na UM, que tem a liderança de Jorge Mandinga (RUDEBECK, 1997, p. 16-18; NÓBREGA, 2003b, p. 44).

<sup>16</sup> Segundo Rudebeck (2001, p. 58), trata-se de uma dissidência do RGB-MB, criada em 1995.

<sup>17</sup> No dizer de Rudebeck (2001, p. 50), é um partido recém-formado, mas de “informação escassa”, a não ser que apoiava “participação de jovens e mulheres na política”.

transformados em mandatos ao parlamento, também se registou a presença de novos partidos na ANP, neste caso: FDS e UNDP.

Por fim, cabe ponderar que PRS elegeu não só o Presidente como obteve a maior bancada na ANP, a confirmar o caráter majoritário do sistema partidário, ou seja, o fato do mesmo partido eger o Presidente e a maioria dos deputados. No dizer de Silva (2010a, p. 223), “chegava uma nova e inexperiente ‘classe dirigente”, a expressar uma dose de crítica acerca do que se esperava nesse renovado período político da vida guineense. No entanto, há mudanças: a vitória do PRS não foi de mesma envergadura, pois ele não fez a maioria absoluta das cadeiras.

**Quadro 4** – Comparativo da variação dos partidos com assento parlamentar (Guiné-Bissau, 1994-1999)

Partidos com deputados em 1999	Nº de deputados obtidos por eleição	
	1994	1999
PRS	12	38
RGB	19	29
PAIGC	62	24
UM*	6	3
AD	-	3
PSD	-	3
UNDP	-	1
FDS	0	1

Fonte: Elaboração própria com base em GUINÉ-BISSAU. CNE (2023j, 2023i)

\* Apesar do nome em comum, não são plenamente equivalentes: em 1994, era uma coligação que reunia seis partidos; em 1999, um partido formado a partir da coligação da disputa anterior.

Concluído o processo eleitoral e à semelhança do PAIGC no período pós-eleitoral em 1994, o PRS também fez movimentar o cenário político por meio de crises que se verificaram entre 2000 a 2003. Era evidente a fragmentação parlamentar depois das eleições de 1999, logo, apesar de ter feito o maior número de cadeiras no ANP, o PRS do Presidente Yalá não tinha a maioria absoluta e, por isso, viu-se obrigado a acordar com outros partidos para formar o governo.

A questão era quais opções estavam disponíveis. Não seria crível que o PAIGC fosse escolhido como parceiro, de modo que o governo se formou a partir de coalizão com RGB, segundo partido mais votado, o que dava uma base de apoio de 67 deputados e, ao menos teoricamente, garantia a estabilidade na governança. Caetano N'tchama (membro e dirigente do PRS) foi escolhido para liderar o governo como Primeiro-Ministro.

Segundo Rudebeck (2001), apesar de sinais encorajadores quanto à estabilidade na governança, rapidamente surgiu divergência entre ambos os partidos

que formaram a coalizão. Ele se deu na escolha do Presidente da Assembleia Nacional Popular: RGB havia indicado Helder Vaz (líder do partido), mas o PRS declinou e contou com votos do PAIGC para eleger seu dirigente Jorge Malú para presidir a ANP (CAMARÁ, 2000).

Apesar desse sobressalto, o governo acabou por ser formado devido aos anteriores acordos entre ambos os partidos e, em fevereiro de 2000, entrou em função. No ato de posse, o novo Executivo fez da sua prioridade o resgate da economia nacional. No entanto, no mesmo ato, o presidente Kumba Yalá deixou transparecer que não toleraria a corrupção no governo (BALDÉ, 2000).

Conquanto a sintonia inicial, não tardou a surgir o primeiro impasse entre o Presidente e o Primeiro-Ministro. Em causa estava a tentativa de execução do plano do governo, no qual o Chefe do Executivo pretendia reduzir os salários da administração pública, especificamente os dos Diretores Gerais, uma medida reprovada pelo Presidente, que exigiu do governo uma alternativa que não passasse pela diminuição dessas remunerações (YALÁ..., 2000, p. 4).

Passados sete meses da liderança do PRS, o governo via-se numa crise com RGB, o que levou o Primeiro-Ministro a promover mudanças no governo, o que rapidamente foi aceito pelo Presidente da República. Este exonerou cinco dirigentes da RGB ligados ao governo por meio do decreto presidencial 23/2000. Dessa forma, aprofundou-se o nível da crise no governo, o que chegou a gerar críticas por parte da oposição, que também exigia que o Presidente demitisse o governo de N'tchama (ELGIE, 2011, p. 102; PINTO, 2019).

O referido decreto (23/2000) foi posteriormente revogado por outro (25/2000), segundo consta em publicação do jornal Nô Pintcha, onde se lê que os exonerados “[...] são ministros com todos direitos e regalias que anteriormente detinham enquanto membros do governo” (RGB-PRS..., 2000, p. 12). A publicação fazia alusão à ultrapassagem da crise entre as partes.

Em 2001, após um ano do governo e com o declínio que se verificava entre as relações do Presidente Kumba Yalá e do Primeiro-Ministro, dá-se a exoneração deste e a nomeação do Faustino Fudut Imbali como novo Primeiro-Ministro. Ele até então exercia a função do vice-Primeiro-Ministro no governo. A nomeação criou resistência no seio do PRS, justamente porque ele não era membro do partido, fato que também esteve na origem da sua demissão após nove meses como Chefe do Executivo.

Os renovadores<sup>18</sup> insistiram na escolha de um Primeiro-Ministro do próprio partido. O Presidente Yalá acatou a exigência e nomeou para o cargo Alamara Intchia Nhassé, dirigente do PRS, contabilizando o terceiro Primeiro-Ministro em dois anos. Nhassé e o Yalá eram próximos, o que não evitou o conflito entre os dois.

Segundo Azevedo (2009), a articulação no parlamento pelo Primeiro-Ministro, que visava a reforma constitucional e, conseqüentemente, a redução dos poderes do Presidente da República, somada às questões sobre as dificuldades econômicas então vivenciadas no país, acirraram a relação entre os dois e ditou a demissão, em novembro de 2002. O Presidente também dissolveu a ANP e convocou eleições legislativas, o que não veio a efetivar-se

A partir de então, Yalá formou um governo da iniciativa presidencial, ou seja, sem respeitar o tamanho das bancas na ANP (então extintas pela dissolução do parlamento), e escolheu Mário Pires como Chefe do Executivo (PINTO, 2019, p. 76). Pires não era militante do PRS, mas veio a se tornar posteriormente. Ele até então não havia exercido nenhum cargo público de destaque.

Outro fator verificado na presidência de Yalá foi a suposta “balantização do poder”<sup>19</sup>, ou seja, a preferência para oferecimento de privilégios, nomeações e indicações de pessoas da etnia balanta, a que ele pertencia. Desde a campanha de 1994, o Presidente fazia questão de mobilizar esse pertencimento em sua ação política, seja em discursos, seja em elementos simbólicos<sup>20</sup>. Para Elgie (2011, p. 97), esta postura foi uma fonte de crise política ao longo do mandato.

Além disso, durante o período em que Yalá esteve na presidência, outras intercorrências perturbaram o cenário político e anunciavam o que viria. Em novembro de 2000, foi morto o general Ansumane Mané, líder da Junta Militar que afastara Nino Vieira no ano anterior e que continuava a ser figura militar e política influente, inclusive autointitulando-se “co-Presidente” (O’REGAN; THOMPSON, 2013). O assassinato se

---

<sup>18</sup> Diz respeito ao PRS.

<sup>19</sup> Aparentemente, a expressão foi utilizada originalmente por Dias (2000), em artigo no jornal português Público. Ela se tornou de uso corrente, sendo replicada em vários trabalhos como uma das características de Yalá como Presidente e, em sentido mais amplo, de seu agir político. Servem como exemplo: Nóbrega (1993, p. 293), Ferreira (2004, p. 48), Amado (2005, p. 130), Sangreman et al. (2006, p. 26), Cardoso (2006), Mourão (2006, p. 33; 2009, p. 95), Teixeira (2008, p. 29), Kallás (2010, p. 52), Silva (2010a, p. 226, 2010b, p. 10), Bijagó (2011, p. 124), Elgie (2011, p. 98), Gonçalves (2011, p. 68), Soares (2013, p. 58), Carvalho (2014, p. 77), Fernandes (2015, p. 63), Djau (2016, p. 30), Moreira (2019, p. 67), Suma (2023, p. 43), Lé (2023, p. 78), Uali (2024, p. 53).

<sup>20</sup> Bijagó (2011, p. 65) aponta que ele costumava utilizar um chapéu vermelho, traço simbólico de destaque na etnia balanta, pois só é utilizado por homens que passaram pelo ritual de circuncisão, o que indica pessoa com credibilidade e que reúne as condições para assumir tarefas importantes.

deu após conflitos com forças do governo, em mais um episódio confuso de violência política, no qual o envolvimento de Yalá resta como ponto de discussão.

O Presidente Yalá conflitou com o Poder Judiciário, tendo afastado três juízes do STJ, em setembro de 2001 (ELGIE, 2011, p. 104). E, também, “engavetou”, ou seja, não vetou e tampouco promulgou, uma proposta de emenda constitucional aprovada pela ANP, em 2001, que ampliava os poderes do Primeiro-Ministro e reduzia os do Presidente (SILVA, 2010b, p. 11; KOSTA, 2016, p. 31).

A gota d’água girou em torno da protelação da convocação das eleições legislativas, que deveriam ocorrer originalmente em fevereiro de 2003, mas foram remarcadas para abril e, depois, setembro, sempre por genéricas alegações de impossibilidade de as promover, notadamente falta de recursos. Contudo, parecia que Yalá não se empenhava em superar as dificuldades com vistas a ter uma justificativa para que as eleições não se realizassem.

As ondulações verificadas no governo do PRS desde que chegou ao poder no em 2000, suscitou um golpe do Estado, promovido por forças militares em 14 de setembro de 2003, a partir do qual o Presidente Kumba Yalá e o Primeiro-Ministro Mário Pires foram destituídos. A justificativa de Yalá, ao admitir que houvera crise política insuportável que o levou a dissolver o parlamento, deixa transparecer poucos feitos positivos de seu período como Presidente e do seu partido à frente do país.

De alguma forma, as sucessivas mudanças nas chefias do governo foram vistas pelos militares como um atrativo para justificar o golpe do Estado. É recorrente na literatura que Yalá seja responsabilizado pelo golpe, que assume um ar de “libertação”. O’Regan e Thompson (2013, p. 14-15) servem de exemplo, ao escreverem: “o seu comportamento [do Presidente] errático e agressivo acabou por ditar o fim da sua liderança”. Porém, novamente, os militares não agiram sozinhos, mas sim com apoio de parte da classe política, já indisposta com o Presidente após diversas decisões consideradas truculentas e que geraram controvérsias.

O golpe acabou por desestabilizar o país ainda mais em termos políticos e militares, contribuindo para a continuidade da intromissão frequente dos militares na vida política. Os responsáveis pelo golpe foram liderados pelo general Veríssimo Correia Seabra e justificaram que Yalá e Pires eram incapazes de resolver os problemas da nação, empurrando o país para problemas como o da economia.

Ao contrário de Nino Vieira alguns anos antes, Yalá não resistiu. Ao aceitar tal imposição e assinar a carta de renúncia, evitou que houvesse morte ou qualquer

derramamento de sangue, o que leva Bijagó (2011, p. 22, 125) a chamar este golpe de “pacífico” e “silencioso”. De fato, se comparado ao anterior, que se tornou uma guerra civil que durou quase um ano e ocasionou muitas mortes, ele pode ser assim classificado, mas não deixa de ser paradoxal que a ruptura da ordem constitucional seja elogiada por não ter sido devastadora e violenta. Por isso, vale a lembrança de Silva (2010a, p. 233): “não houve tiros nem feridos, o apoio foi generalizado [...] pelo que, afinal, o único ‘tiro real’ apenas atingiu o processo eleitoral a que, mais cedo ou mais tarde, teria de se voltar [...]”. E, pondera que, novamente havia outro estado de exceção e a Constituição voltava a ser parcialmente suspensa (SILVA, 2010a, p. 234).

Conforme Djau (2016, p. 36), dado o golpe, “mais uma vez, as elites da classe castrense formaram um Comitê Militar para a Restituição da Ordem Constitucional, presidido pelo general Veríssimo Seabra Correia, mentor do golpe de Estado [e Chefe do Estado-Maior], e mais 25 membros [...]”, dos quais 98% proveniente dos maiores escalões nas hierarquias das Forças Armadas do país.

Os militares assumiram os cargos políticos e anunciaram eleições para 28 de março de 2004, com base na assinatura da Carta da Transição Política, que contou com a adesão de 23 partidos (mas sem o apoio do PAIGC). Nesse ínterim e como parte do acordo, indicaram o empresário católico Henrique Pereira Rosa para exercer interinamente o cargo de Presidente da República, tendo Arthur Sanhá, do PRS, como chefe do governo. Barros (2012, p. 77) reputa a escolha de Rosa, alguém sem vivência político-partidária anterior, como a confirmação da falta de confiança nos políticos e nos partidos, bem como a reafirmação do que chamou de “autoridade moral, política e social da Sociedade Civil”, especialmente pela ajuda e pelo papel de mediação papel que havia desempenhado durante a guerra de alguns anos antes.

Como se observa, mais uma vez o processo político não seguiu o curso esperado em uma democracia estável. A eleição presidencial e a legislatura escolhida em 1994 foram interrompidas por uma guerra civil, iniciada em 1998. Já as autoridades eleitas em 1999, por um golpe de Estado de origem militar.

#### **4.4 As eleições de 2004/2005 e o re-recomeço**

A Guiné-Bissau conheceu a sua terceira legislatura em um clima conturbado, à semelhança da segunda. Depois de o país voltar a ter um governo de transição,

realizaram-se eleições legislativas de forma separada das eleições presidenciais pela primeira vez na história. A votação para a ANP ocorreu em 28 de março de 2004.

A projeção de Monteiro (2020, p. 82) indica que 602.424 pessoas se inscreveram para votar, quando havia 522.357 cidadãos com mais de 18 anos, o que significa que a adesão foi de 115,33%. Seguramente, não está correto e traz um índice de alistamento superestimado. Isso porque, de um lado, o número de eleitores aptos não corresponde ao oficial, divulgado pela CNE, que é 603.639 (GUINÉ-BISSAU. CNE, 2003h), embora a diferença seja pequena (1.215 eleitores). E, de outro, porque a projeção da população em idade de voto é a mesma que o autor utilizou para as eleições de cinco anos antes, em 1999, sem nenhuma atualização.

O comparecimento foi de 460.254, o que aponta para um índice de 76,25%, o mais baixo registrado até então (GUINÉ-BISSAU. CNE, 2003h). Nas duas disputas anteriores (1994 e 1999), a presença do eleitor nas urnas havia ficado acima de 80%.

**Tabela 5** – Resultado das eleições legislativas (Guiné-Bissau, 2004)

<b>Partidos</b>	<b>Nº de votos</b>	<b>% de votos</b>	<b>Deputados</b>
PAIGC	145.316	33,88	45
PRS	113.656	26,50	35
PUSD	75.485	17,60	17
U.E.	18.354	4,28	2
APU	5.817	1,36	1
PLATAFORMA	20.700	4,83	0
PDS	8.789	2,05	0
UM	8.621	2,01	0
RGB	7.918	1,85	0
PUN	6.260	1,46	0
UNDP	5.042	1,18	0
FCG-SD	4.209	0,98	0
MDG	4.202	0,98	0
MANIFESTO	3.402	0,79	0
PS-GB	1.166	0,27	0
<b>Total</b>	<b>428.937</b>	<b>100,02</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria com em GUINÉ-BISSAU. CNE (2023h)

Concorreram 15 partidos, dos quais cinco garantiram representação parlamentar. Este ato eleitoral marcou o regresso dos libertadores ao poder, com a conquista de 45 deputados, quatro anos depois de terem sido derrotados nas urnas. Contudo, PAIGC fez a maior bancada, mas não a maioria absoluta. PRS elegeu 35 deputados, PUSD chegou à ANP com 17 cadeiras, assim como a coligação Aliança Popular Unida (APU), que congregava Partido Popular da Guiné (PPG) e Aliança Socialista da Guiné (ASG), e arrebatou um deputado. Já outra coligação, denominada

União Eleitoral (U.E.), da qual faziam parte PSD, LIPE e Partido do Progresso e Renovação (PPR), elegeu dois deputados.

A exemplo do que ocorrera em 1994, houve 100 cadeiras em disputa. As duas vagas correspondentes à diáspora (Europa e África) não foram incluídas, em razão do contexto geral em que o processo se realizou que supostamente inviabilizou receber a votação de cidadãos que vivem no exterior.

PAIGC assumiu o governo, tendo em conta os resultados eleitorais. Carlos Gomes Júnior, conhecido pelo apelido de Cadogo, foi o indicado do partido para liderar o governo como Primeiro-Ministro. Segundo Pereira (2021, p. 221), ele é um homem de negócios, católico, filho de um reputado empresário de Bissau. O governo de Cadogo entrou em funções em maio de 2004 e tinha entre grandes agendas a realização da eleição presidencial, prevista para o ano seguinte.

O ano de 2005 marcou o regresso do João Bernardo Vieira ao país, depois de se ter asilado em Portugal, quando do seu afastamento do poder ao final da guerra civil de 1998-1999. Esse retorno se deu no âmbito de processo de reconciliação nacional entre atores políticos, militares e sociedade civil, e se constituiu em um ato que anunciava o que viria pela frente. Ele desceu em um helicóptero das forças armadas da vizinha Guiné, que aterrisou em um estádio de futebol perante cinco mil pessoas (“NINO”..., 2005).

O eleitorado inscrito para as eleições presidenciais foi de 538.471. Há uma redução significativa em comparação às eleições do ano anterior (63.953 ou 10,62%). Desse total, compareceram às urnas na 1ª volta, cuja votação se deu em 19 de junho, 471.843 eleitores, ou seja, 87,63%, e na 2ª volta, ocorrida em 24 de julho, 422.978, o que perfaz 78,55% (GUINÉ-BISSAU. CNE, 2023g)<sup>21</sup>. Nos dois casos, são índices superiores aos registrados na eleição presidencial anterior, a de 1999, mas um pouco abaixo dos verificados na eleição inaugural, em 1994.

A projeção de alistados como eleitores em relação à população em idade de voto, promovida por Monteiro (2020, p. 82), é mais uma vez pouco fiável. A população presumida foi, novamente, 522.537, a mesma desde 1999, e o contingente de inscritos não segue a oficial, pois registra 471.843, que é, na verdade, o número oficial de votantes. Como os eleitores aptos a votar considerados pelo autor é bastante inferior,

---

<sup>21</sup> O contingente de eleitores inscritos anunciado na 2ª volta é 538.472, ou seja, um a mais do que na 1ª volta, de modo que uma das informações está errada. A diferença é irrisória e não altera o cálculo do percentual de comparecimento.

a taxa chegou a 90,29%, a qual parece mais razoável do que a encontrada para a disputa precedente, mas, ainda assim, pouco digna de crédito.

**Tabela 6** – Resultado da 1ª volta das eleições presidenciais (Guiné-Bissau, 2005)

<b>Nome dos candidatos</b>	<b>Partido/Coligação</b>	<b>Nº de votos</b>	<b>% de votos</b>
Malam Bacai Sanhá	PAIGC	158.276	35,45
João Bernardo Vieira	Independente	128.918	28,87
Kumba Yalá	PRS	111.606	25,00
Francisco José Fadul	PUSD	12.733	2,85
Aregado Mantenque	PT	9.000	2,02
Mamadu Iaia Djalo	Independente	7.112	1,59
Mario Lopes da Rosa	Independente	4.863	1,09
Idrissa Djalo	PUN	3.604	0,81
Adelino Mano Queita	Independente	2.816	0,62
Faustino Fodut Imbali	PMP	2.330	0,52
Impossa Ie	Independente	2.215	0,50
Antonietta Rosa Gomes	FCG-SD	1.642	0,37
João Tatis Sá	PPG	1.378	0,31
<b>Total</b>		<b>446.493</b>	<b>100</b>

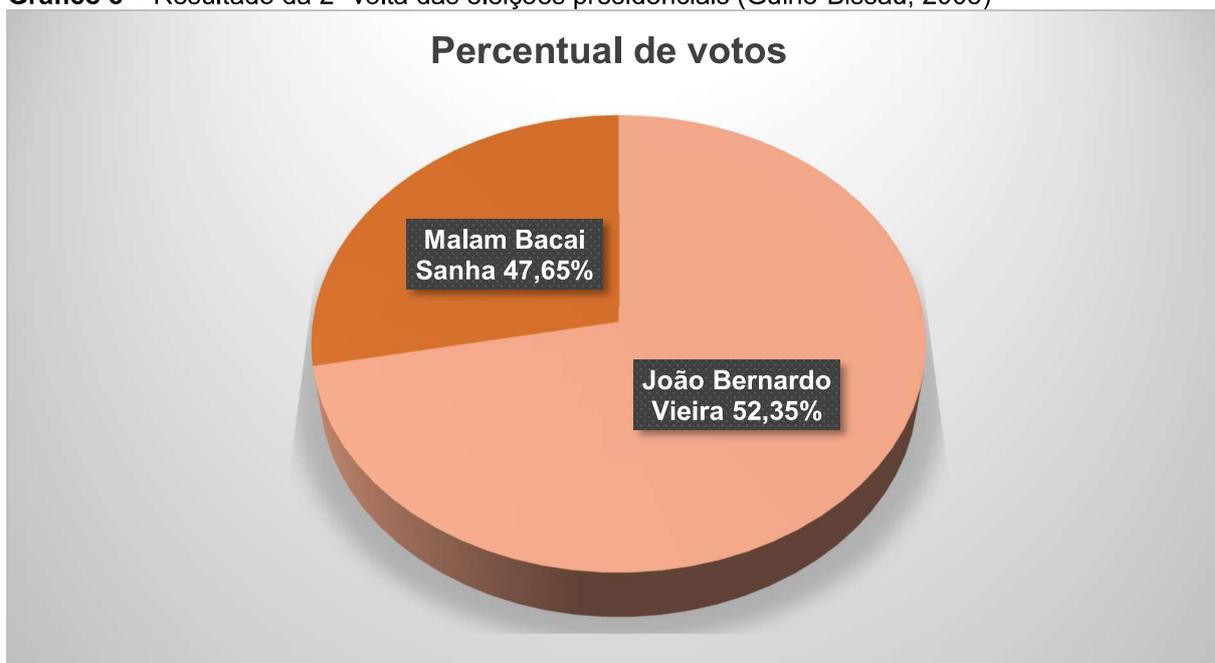
Fonte: Elaboração própria com base em GUINÉ-BISSAU. CNE (2023g), AFRICAN ELECTIONS DATABASE (s.d.), MONTEIRO (2020, p. 106)

Foi uma disputa bem diferente das precedentes e empolgante. Vaz e Rotzoll (2005) anotam que três ex-Presidentes concorreram: além de Nino Vieira, eleito em 1994; de Yalá, vencedor em 1999, também estava Bacai Sanhá, interino entre 1999 e 2002, indicado pelos militares e que, agora, concorria pelo PAIGC.

O tamanho desses três concorrentes se fez notar: juntos, acumularam quase 90% dos votos, deixando os outros 10 candidatos como meros coadjuvantes, dos quais apenas quatro alcançaram mais de 1% dos votos. Nino Vieira, que havia sido expulso do PAIGC, após o afastamento da Presidência em 1999, concorreu como independente, ou seja, sem apoio formal de qualquer partido. Ele teve Malam Bacai Sanhá (PAIGC) como principal adversário para uma eleição que ganharia na 2ª volta, ainda que não tenha sido o mais votado na 1ª. Ele fez 28,87% dos votos, enquanto Bacai Sanhá liderou, com 35,45%. Yalá chegou em terceiro e obteve 25%.

Conforme Sangreman et al. (2006, p. 31), Nino Vieira e Yalá, que se encontravam com os direitos políticos suspensos em decorrência de terem renunciado, só concorreram porque o STJ decidiu pela elegibilidade deles<sup>22</sup>. Essa foi uma decisão judicial com alto impacto político porque, sem a participação de ambos, a vitória de Bacai Sanhá seria praticamente certa.

<sup>22</sup> A Constituição prevê, em seu art. 66, 3, inelegibilidade na eleição imediata e nem no quinquênio subsequente do Presidente que renuncia. E ambos assinaram cartas de renúncia. O STJ considerou que isso não se deu por vontade própria, e afastou a inelegibilidade (PINHEL, 2018, p. 71).

**Gráfico 3** – Resultado da 2ª volta das eleições presidenciais (Guiné-Bissau, 2005)

Fonte: Elaboração própria com base em GUINÉ-BISSAU. CNE (2023g)

Como já informado e pode ser verificado acima, na nova rodada de votação, Nino Vieira conseguiu superar Bacai Sanhá e eleger-se com 52,35% dos votos. Uma série de peculiaridades acirraram os ânimos nesta eleição. Houve a troca de posição entre a 1ª e a 2ª volta, ocasionando a virada nas urnas, sendo que a vantagem foi relativamente pequena (4,7 pontos percentuais). Vaz e Rotzoll (2005, p. 544, tradução livre do autor) apontam que “uma diferença maior no número de votos obtidos entre os dois candidatos [...] teria fornecido condições institucionais mais sólidas para a paz e a reconciliação da sociedade guineense, independentemente de quem chegasse em primeiro”. Além disso, havia o histórico de Nino Vieira, ex-Presidente durante o unipartidarismo, tendo alcançado o poder por meio de um golpe, além de ser o 1º Presidente eleito em disputa pluripartidária, em 1994, mandato, aliás, que não conseguiu cumprir na integralidade. E, como será comentado a seguir, havia a condição de candidato independente dele em confronto com o seu ex-partido, PAIGC.

Por tudo isso, essa foi uma das eleições mais acirradas até então. Bacai Sanhá, candidato do PAIGC, chegou a contestar os resultados juntamente com o seu partido e se recusou a reconhecê-los nos primeiros momentos, o que levou os apoiadores dos ambos os candidatos a se enfrentar no centro da capital Bissau. Durante tais confrontos, a sede da CNE foi vandalizada.

A vitória de Nino Vieira e as circunstâncias em que ela se deu produziram efeitos no sistema partidário nacional. A candidatura dele criou ruptura no PAIGC, pois

alguns deputados e filiados declararam apoio ao antigo Presidente, violando as leis estatutárias do partido, o que acarretou a suspensão de 14 dos 45 deputados que o PAIGC tinha no parlamento.

Após as eleições, o partido se viu obrigado a lidar com mais uma crise interna, na qual os deputados suspensos se uniram aos da oposição (PRS, PUSD e UE) e apresentaram uma moção de censura para derrubar o governo dos libertadores e retirar Cadogo da condição de Primeiro-Ministro. O PAIGC antecipou essa moção de censura com uma moção de confiança ao governo. Nino Vieira, que havia sido eleito Presidente há dois meses e não tinha a intenção de coabitar com aquele Primeiro-Ministro, destituiu o governo em outubro de 2005 (AZEVEDO, 2009). Entre as razões que Nino Vieira alegou para a destituição estava a complicada relação entre os órgãos da soberania e a insustentabilidade parlamentar, o que contribuiu para inviabilizar o normal funcionamento da ANP (PRESIDENTE NINO..., 2005).

Demitido Cadogo, Nino Vieira formou um governo de iniciativa presidencial, liderado por um dos deputados suspensos pelo PAIGC e apoiador da sua candidatura, Aristides Gomes. A figura indicada para chefiar o governo foi contestada pelo PAIGC, que alegou violações dos preceitos constitucionais, uma vez que a Constituição guineense prevê que a formação do novo governo deve obedecer aos resultados da última eleição legislativa, na qual ele conquistou a maior bancada.

De fato, o costume político ao redor do mundo costuma ser este, tanto em regimes parlamentaristas quanto semipresidencialistas. Porém, não é o que diz claramente a Constituição, pois se lê que “o Primeiro-Ministro é nomeado pelo Presidente, tendo em conta os resultados eleitorais e ouvidos os partidos políticos representados na Assembleia Nacional Popular” (GUINÉ-BISSAU, 1996, art. 98, I).

A ambiguidade no texto serviu a Yalá e, agora, a Nino Vieira para indicar Primeiro-Ministro de modo discricionário, na qual “levar em conta os resultados eleitorais” é interpretado de modo elástico, e não como “respeitando a maioria parlamentar”. Houve respaldo do STJ para este entendimento, como relata Pinhel (2018, p. 47), conforme decisão proferida em 2006, relativa à ação de contestação à nomeação de Aristides Gomes<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> O tema voltaria à pauta do STJ no período do Presidente JOMAV (2014-2020) e suscitou manifestação em sentido contrário, fixando a visão corrente de ser preciso, ao menos no primeiro momento, prestigiar o partido com maior bancada.

Diante do fato, o PAIGC resolveu agir politicamente: voltou a unir os partidos da oposição a seu favor e apresentou moção de censura contra o governo de Aristides Gomes, obrigando-o a ser demitido pelo Presidente Nino Vieira. Desta forma, deu-se um feito inédito na política guineense, qual seja, um governo que foi deposto por meio de moção de censura, que é um instrumento tradicional do parlamentarismo e do semipresidencialismo, utilizado com razoável recorrência e que não tem nada de extraordinário. Contudo, no peculiar mundo do sistema político guineense, torna-se um fato excepcional.

Em 2007, o PAIGC se uniu a três partidos da oposição e, juntos, formaram o Pacto de Estabilidade Política Nacional, que previa um governo de coalizão (Governo de Unidade Nacional), dirigido pelo PAIGC por meio do seu militante, Martinho Ndafo Kabi, o qual foi nomeado pelo Presidente.

O acordo funcionou por algum tempo, no entanto, em 2008, o PAIGC deixou de se ver nos programas políticos do governo, devido ao desvio dos objetivos da governança, razão pela qual se retirou do pacto político e, posteriormente, retirou a confiança a Ndafo Kabi, o que se deu três meses antes das eleições legislativas. Em razão disso, em agosto de 2008, o Presidente Vieira dissolveu o governo e indicou Carlos Correia, outro membro do PAIGC, como Primeiro-Ministro de um governo da iniciativa presidencial para dirigir o país até as eleições de novembro de 2008.

#### **4.5 As eleições legislativas de 2008 e presidenciais de 2009 e suas consequências**

Durante a primeira década do novo milênio, pouco se fez sentir a estabilidade política duradoura na Guiné-Bissau, devido aos ciclos de usurpações de poder constante, quer por parte dos políticos, quer por parte dos militares, os quais passaram a interferir com maior frequência na política desde o conflito civil de 1998.

O país conheceu a legislatura de 2008, fruto de instabilidade política que se arrastou das eleições anteriores. Nesse mesmo ano, houve uma tentativa fracassada do golpe do Estado e ataque à residência do Presidente Nino Vieira com intuito de assassiná-lo. Os militares envolvidos eram liderados por N'tchami Yalá, mas esse golpe falhou porque o Presidente foi resgatado pelas outras forças militares não identificadas com os insurgentes e levado para algum sítio seguro até que a situação

se acalmasse. Contudo, o assassinato de Nino Vieira viria a consumir-se em março de 2009, em contexto a ser narrado a seguir.

Realizaram-se as eleições legislativas de 2008 em um cenário de desconfiança e de instabilidade. O contingente dos aptos a votar foi de 593.739 pessoas, sendo que compareceram às urnas, em 16 de novembro, 486.873 eleitores. Logo, um índice de 82% (GUINÉ-BISSAU. CNE, 2023f). Monteiro (2020, p. 82) projetou que 113,67% da população com mais de 18 anos se inscreveu como eleitor, o que, mais uma vez, não parece procedente. O problema no cálculo está na população alistável considerada pelo autor, que continua a ser a mesma de 1999, ou seja, 522.357. Já o contingente de eleitores por ele manejado corresponde ao número oficial.

**Tabela 7** – Resultado das eleições legislativas (Guiné-Bissau, 2008)

<b>Partidos</b>	<b>Nº de votos</b>	<b>% de votos</b>	<b>Deputados</b>
PAIGC	227.350	49,52	67
PRS	115.755	25,21	28
PRID	34.341	7,48	3
PND	10.726	2,34	1
AD (FD, PCD)	6.321	1,38	1
PT	12.600	2,74	0
PUSD	7.700	1,68	0
PSD	7.096	1,55	0
PADEC	7.076	1,54	0
AFP	5.869	1,28	0
CD	5.438	1,18	0
PPD	5.353	1,17	0
PP	3.095	0,67	0
UPG	2.809	0,61	0
PDG	2.291	0,50	0
PDS	1.697	0,37	0
UNDP	1.328	0,29	0
PRN	783	0,17	0
PS-GB	639	0,14	0
MDG	638	0,14	0
LIPE	233	0,05	0
<b>Total</b>	<b>459.138</b>	<b>100,01</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria com em GUINÉ-BISSAU. CNE (2023f)

Ao todo, 21 formações disputaram o parlamento e a intenção de ser líder do governo (20 partidos e uma coligação). 11 novos partidos se juntaram aos que já existiam, tornando esta a eleição com maior número dos partidos desde abertura democrática em 1994 e também com mais participação de novos partidos, o que voltou a despertar atenção para o nível da proliferação partidária no país.

Apesar da elevada quantidade de competidores, apenas cinco partidos conseguiram lugares no parlamento: PAIGC conquistou 67 deputados, a maioria absoluta dos 100 lugares (novamente, os círculos da diáspora não participaram da

disputa); PRS obteve 28 cadeiras; Partido Republicano da Independência para o Desenvolvimento (PRID), três, mais Partido da Nova Democracia (PND) e a coligação AD, que conseguiram eleger um deputado cada.

Carlos Gomes Júnior, o Cadogo, voltou a liderar o governo, tendo em conta os resultados eleitorais favoráveis ao seu partido (PAIGC), apesar de problema de coabitação verificada anteriormente entre ele e o Presidente, que levou à sua destituição. O governo do PAIGC entrou em função em janeiro de 2009, para um mandato de quatro anos.

Porém, avizinhavam-se tempos difíceis. Logo em março, no dia 1º, ocorreu assassinato do CEMGFA, o general Batista Tagme Na Waie, em uma explosão de bomba num dos edifícios do quartel-general das Forças Armadas, em Bissau. Em reação, horas depois, no dia 2, os militares executaram brutalmente o Presidente da República, João Bernardo Vieira, em sua residência, pois entenderam que ele estava por trás da morte do general Na Waie, devido às rivalidades históricas que envolviam ambas as figuras desde a década de 1980<sup>24</sup>.

Autores classificam como golpe de Estado o assassinato de Nino Vieira, como: Carvalho (2010, p. 93), Fernandes (2015, p. 12), Pereira (2016, p. 108), Pinhel (2018, p. 29), Monteiro (2020, p. 93), Pereira (2021, p. 233), Sucuma (2021, p. 60), Té (2023, p. 18), Suma (2023, p. 44), Gomes (2023, p. 52), Dem (2023, p. 53), Uali (2024, p. 61). Porém, nenhum desenvolve análise específica e tampouco justifica as razões pelas quais faz este enquadramento. Trajano Filho (2008, p. 256-259), que relata o contexto do assassinato de Nino Vieira, não fala em golpe de Estado, e sim o relaciona ao tráfico de drogas e à vingança por meio do ajuste de contas e violência física.

Como se percebe, à legislatura de 2008 seguiu-se uma fase volúvel, reacendendo as atenções que se pensava terem desaparecido com as eleições de 2005 e de 2008. O que era menos esperado e desejado consumou-se: novo (e fracassado) golpe do Estado em 2008 e o assassinato dessas duas figuras relevantes no cenário político-institucional guineense no ano seguinte.

Nas circunstâncias de falecimento do Presidente, os preceitos constitucionais guineense determinam, no art. 71, que o Presidente da ANP deve assumir interinamente a presidência até a realização das novas eleições (GUINÉ-BISSAU,

---

<sup>24</sup> Tagme Na Waie foi prisioneiro no “Caso 17 de outubro”, quando foram acusados vários militares, em 1985, de tentativa de golpe do Estado contra Nino Vieira. Ele sofreu tortura, o que certamente criou o sentimento de ódio e desconfiança entre ambas as figuras desde então.

1996). Foi o que aconteceu, de modo que Raimundo Pereira, então Presidente da ANP, assumiu imediatamente. E, em junho, o país foi às eleições.

Foi uma eleição imprevista e antecipada, para a qual se habilitaram 593.765 eleitores, praticamente o mesmo contingente registrado nas eleições legislativas do ano anterior, que foi de 593.739. A disputa se realizou em duas voltas. Na 1ª, ocorrida em 28 de junho, 60,01% compareceram e na 2ª, realizada em 26 de julho, 61,07% (GUINÉ-BISSAU. CNE, 2023e).

Há dois pontos a destacar em relação a esses dados. Um é que, pela primeira vez, houve mais votantes na 2ª volta do que na 1ª. O outro é que o comparecimento foi significativamente menor do que o registrado em qualquer eleição até então, cujo patamar mais baixo havia sido na 2ª volta das presidenciais de 1999, com 71,90%. Um ano antes, 82% do eleitorado apto havia votado e, agora, foram cerca de 60%. Pode-se especular que o fato de serem eleições antecipadas, somado ao clima de violência que provocou essa antecipação, tenha contribuído para afastar o eleitor.

No que tange ao cálculo da quantidade de eleitores inscritos em relação à população em idade de voto, Monteiro (2020, p. 82) é a fonte. Porém, mais uma vez, o resultado que ele apresenta – 43,58% – padece de equívocos. Neste caso, a população com mais de 18 anos foi atualizada para 832.221, usando dados do Censo 2009, contudo o autor considera a população a partir de 15 anos, de modo a incluir mais pessoas do que as que efetivamente podem se alistar. Porém o eleitorado apto apresentado (362.736), além de não corresponder ao dado oficial, está bem abaixo do registrado pela CNE (593.793), aproximando-se do contingente oficial de comparecimento, mas ainda assim se apresentando como divergente. Logo, o resultado de 43,58% é uma informação subestimada, ao contrário daquelas apresentadas em relação às eleições precedentes, que pareceram superestimadas.

Considerando os dados do Censo de 2009, projetou-se que o eleitorado potencial é formado por 730.958 pessoas com 18 anos ou mais<sup>25</sup> (GUINÉ-BISSAU. INE, 2009, p. 36). Logo, 81,22% dos alistáveis teriam efetivado essa possibilidade.

---

<sup>25</sup> O cálculo foi feito da seguinte forma: a população com 20 anos ou mais é 662.510 e há 171.120 pessoas com 15 a 19 anos. Dividiu-se essa faixa etária por cinco (o número de anos que ela contém), somando ao contingente anterior 68.448, que correspondente a duas parcelas, ou seja, à suposta população com 18 e 19 anos.

**Tabela 8** – Resultado da 1ª volta das eleições presidenciais (Guiné-Bissau, 2009)

Nome dos candidatos	Partido/Coligação	Nº de votos	% de votos
Malam Bacai Sanhá	PAIGC	133.786	39,59
Kumba Yalá	PRS	99.428	29,42
Henrique Pereira Rosa	Independente	81.751	24,19
Mamadu Iaia Djalo	PND	10.495	3,11
João Cardoso	Independente	4.115	1,22
Serifo Balde	PDSSG	1.794	0,53
Aregado Mantenque	PT	1.736	0,51
Ibraima Djaló	Independente	1.489	0,44
Francisco Vaz Turpin	UPG	1.219	0,36
Luis Nancassa	Independente	1.195	0,35
Paulo Mendonça	Independente	949	0,28
Pedro Infanda*	LIPE	0	0
Baciro Dabó**	Independente	0	0
<b>Total</b>		<b>337.957</b>	<b>100</b>

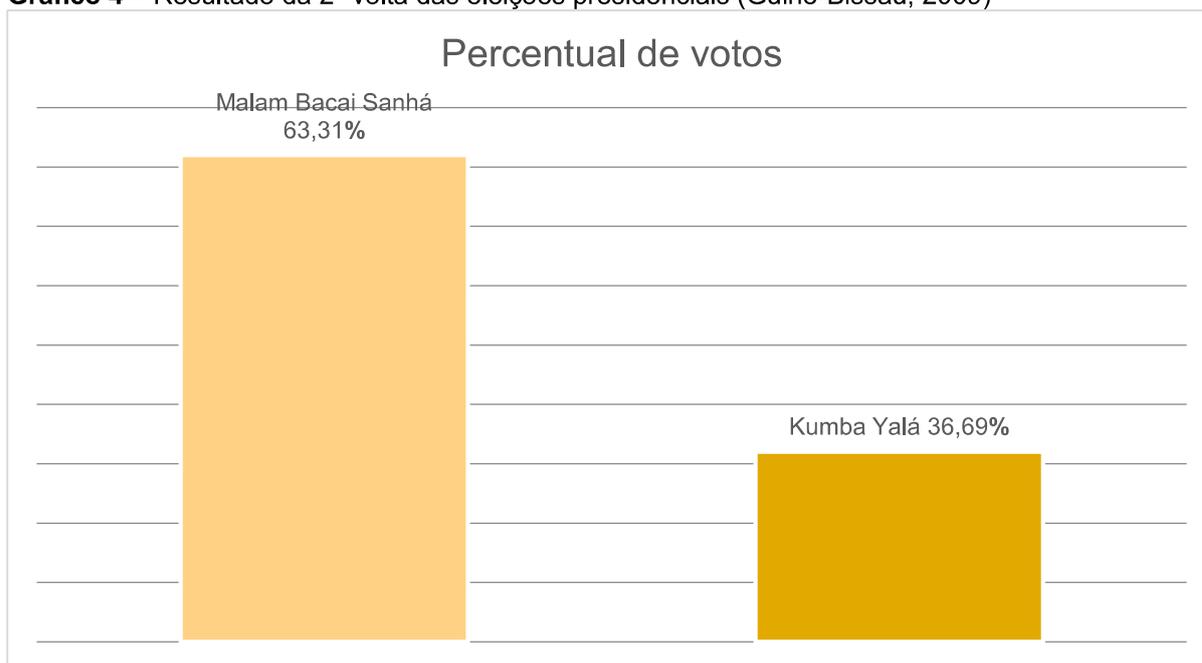
Fonte: Elaboração própria com em GUINÉ-BISSAU. CNE (2023e), AFRICAN ELECTIONS DATABASE (s.d.), GOMES (2009), O'REGAN; THOMPSON (2013, p. 14), MONTEIRO (2020, p. 107)

\* Desistiu antes da votação, mas constou nas cédulas (GUINÉ-BISSAU: BACIRO..., 2009)

\*\* Foi assassinado antes da votação. Nome constou nas cédulas (GUINÉ-BISSAU: BACIRO..., 2009)

A princípio, 13 candidatos figuraram nas cédulas de votação. Porém, na prática, houve 11 concorrentes, pois um desistiu (Pedro Infanda) e outro foi assassinado (Baciro Dabó)<sup>26</sup>, o que indica o clima de violência em que a eleição se realizou. Os dois mais votados na 1ª volta, credenciados à 2ª, já que ninguém alcançou a maioria absoluta dos votos válidos, foram: Malam Bacai Sanhá (PAIGC), que havia sido Presidente interino entre 1999-2000 e disputara a 2ª volta em 2005, e Kumba Yalá, ex-Presidente, afastado em 2003 pelos militares, e um veterano das urnas, pois esteve em todas as disputas presidenciais até então (concorreria em 1994, quando chegou à 2ª volta; foi eleito em 1999 e ficou em terceiro em 2005). Portanto, foi uma eleição sem nomes novos sendo competitivos, e sim a repetição de figuras políticas consagradas. Até o terceiro colocado era um ex-Presidente interino (Henrique Rosa), que atuara após o golpe de Estado de 2003.

<sup>26</sup> As circunstâncias não são claras, a exemplo de outras mortes violentas já relatadas, como a de Nino Vieira, Veríssimo Seabra, Ansumane Mané. A versão divulgada diz que, em 5 de junho, ele (e Hélder Proença, deputado do PAIGC e ex-ministro de Defesa) foram mortos por militares após resistirem à ordem de prisão por estarem envolvidos em suposta tentativa de golpe de Estado (BACIRO..., 2009; ASSASINADO..., 2009). Dabó era candidato independente, embora filiado ao PAIGC. Conforme Fernandes (2015, p. 65) foi especulado que seria uma queima de arquivo, pois eram duas figuras ligadas a Nino Vieira e que sabiam muito sobre o assassinato dele. Na sequência, informa que a justiça concluiu que não houve golpe de Estado e, em consequência, o processo foi arquivado.

**Gráfico 4** – Resultado da 2ª volta das eleições presidenciais (Guiné-Bissau, 2009)

Fonte: Elaboração própria com em GUINÉ-BISSAU. CNE (2023e)

Na 2ª volta, Bacai Sanhá e Yalá repetiam o duelo de 10 anos antes. Dessa vez, o primeiro saiu eleito, derrotando Yalá por larga margem, como mostra o Gráfico 4, em um cenário semelhante, mas com resultado invertido ao registrado em 1999.

Apesar do grave episódio do assassinato do Presidente Nino Vieira e da instabilidade política que provocou, a realização rápida da eleição do seu sucessor apontava para a perspectiva de normalização das relações políticas. Entretanto, mais uma vez, não foi o que ocorreu. O'Regan e Thompson (2013, p. 9) relatam mais uma crispação entre militares, o que se refletiu na vida política e deu origem a um “quase golpe de Estado”:

Sucedeu a Na Wai[e] o Vice-Almirante José Zamora Induta, um adjunto do General Mané durante a guerra civil. Induta ocupou o cargo durante apenas um ano, até 1 de Abril de 2010, quando o seu adjunto, o General António Indjai ordenou sem dar explicações a sua prisão e a doutros oficiais das Forças Armadas, assim como a do Primeiro-Ministro Carlos Gomes Jr., que tinha aspirações presidenciais. Este último, em particular, era um declarado apoiante dos rivais de Indjai nas Forças Armadas e estava a promover mudanças de fundo no sector de segurança. Indjai proclamou-se Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas. Gomes Jr. acabou por ser libertado sob a intensa pressão de grandes manifestações públicas, dos líderes influentes da sociedade civil e dos parceiros internacionais.

Se a tentativa de golpe de 2010 não produziu efeitos sistêmicos, isso não significa que o episódio estivesse encerrado. Os seus desdobramentos foram sentidos

algum tempo depois, quando houve a necessidade de antecipar as eleições presidenciais, como será narrado a seguir.

#### **4.6 Interlúdio: as eleições presidenciais de 2012, o pleito que não terminou**

Em 7 de janeiro de 2012, o Presidente Bacai Sanhá faleceu em Paris, onde se encontrava hospitalizado, em razão de doença inesperada<sup>27</sup>, o que deixou o cargo vago e provocou novo sobressalto no poder.

Há algo de trágico nessa morte precoce, pois “em contraste com a turbulência da década anterior, o mandato do Presidente Bacai Sanhá assinalou um período de estabilidade graças a um equilíbrio frágil, mas consistente entre ele, o Primeiro-Ministro Gomes Júnior e o CEMGFA, Idjai” (O’REGAN; THOMPSON, 2013, p 16). Os bons ventos não se restringiam no campo político, pois

durante este período a Guiné Bissau registou um crescimento económico sólido, os salários da função pública foram sempre pagos a horas e os problemas de orçamento e balança de pagamentos foram aliviados graças ao desenvolvimento da produção e das exportações de castanha de caju” (O’REGAN; THOMPSON, 2013, p. 16).

Com o falecimento do Chefe de Estado, seguindo a previsão constitucional, Raimundo Pereira, que exercia a presidência da ANP, assegurou pela segunda vez a presidência da República interinamente. Ele ficaria até abril de 2012, ano e mês em que deveriam se realizar as eleições gerais.

Essas eleições presidenciais podem ser classificadas como antecipadas, assim como as de 2009, tendo em vista que ocorreram fora do calendário ordinário, o que se deu novamente em decorrência do falecimento do Presidente que estava no exercício do mandato. No entanto, como a morte de Banhá foi natural, ao contrário da ocorrida com Nino Vieira, três anos antes, decorrente de assassinato, as duas eleições antecipadas não são iguais.

As informações sobre essas eleições não estão publicizadas pela CNE, em razão de não terem sido concluídas. O contingente de eleitores aptos foi coletado em African Elections Database (s.d.) e registra 593.765, que é exatamente o mesmo que constava na CNE para as eleições de 2009, o que põe em dúvida a procedência da informação. O percentual de comparecimento é de 55% na 1ª volta (a única realizada),

---

<sup>27</sup> A doença que causou a sua morte não foi divulgada (ISSUFO, 2012; MORREU..., 2012).

o que, se for um dado procedente, faz desta disputa aquela que contou com proporcionalmente menos votantes.

Baseado no número de eleitores registrados disponível, vai se obter o mesmo percentual de 2009 (81,22%), o que é superestimado, pois o contingente populacional cresceu nos três anos que separam as duas eleições. Ainda assim, é resultado mais digno de confiança do que o apresentado por Monteiro (2020, p. 82), que é de 71,28%, pois, para alcançar esse número, o autor considerou o mesmo contingente populacional em idade de alistamento da eleição anterior (832.221) e indicou um alistamento de 593.271 pessoas.

**Tabela 9** – Resultado da 1ª volta das eleições presidenciais (Guiné-Bissau, 2012)

<b>Nome dos candidatos</b>	<b>Partido/coligação</b>	<b>Nº de votos</b>	<b>% de votos</b>
Carlos Gomes Júnior	PAIGC	154.797	48,97
Kumba Yalá	PRS	73.842	23,36
Manuel Serifo Nhamadjo	Independente	49.767	15,74
Henrique Pereira Rosa	Independente	17.070	5,40
Baciro Djá	Independente	10.298	3,26
Antonio Afonso Té	PRID	4.396	1,39
Vicente Fernandes	AD	3.300	1,04
Serifo Baldé	PDSSG	1.463	0,46
Luis Nancassa	Independente	1.174	0,37
Ibraima Jaló <sup>28</sup>	CNA	0	0,00
<b>Total</b>		<b>316.107</b>	<b>99,99</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de GUINÉ-BISSAU. CNE (2023), AFRICAN ELECTIONS DATABASE (s.d.), LOPES, A. (2012), DARAME (2012a, 2012b), O'REGAN; THOMPSON (2013, p. 14), MONTEIRO (2020, p. 107)

O pleito teve suas peculiaridades: a 1ª volta foi realizada no dia 18 de março, registrou o resultado acima (Tabela 9), no qual se destacaram o Chefe do executivo, Carlos Gomes Júnior, e mais uma vez o ex-Presidente da República, Kumba Yalá, como os selecionados para a 2ª volta.

Candidato derrotado na 1ª volta dessa eleição, Yalá alegou que houve fraude e chegou a afirmar aos jornalistas, em tom de protesto, que não haveria a 2ª e nem a 3ª volta das eleições. O candidato estava informado do que aconteceria ou tinha dons premonitórios, pois, de fato, a 2ª volta não ocorreu.

<sup>28</sup> Era candidato pelo Congresso Nacional Africano (CNA) (RIFFEL, 2012). Nos registros consultados, figura como candidato sem votação, o que se deve à permanência dele na cédula, embora tenha desistido no dia 5 de março, 13 dias antes da votação. Para tal, ele alegou não existir condições para um processo justo, livre e transparente, responsabilizando a CNE por uma eleição *a priori* fraudulenta (LOPES, A., 2012). Os dados foram cotejados com outras fontes, como Dem (2023, p. 65), e verificado que o nome dele não consta como candidato, apenas os outros nove concorrentes. Ele também foi candidato nas eleições presidenciais de 2009 e 2014, tendo o sobrenome grafado como “Djaló”.

A motivação foi um novo golpe do Estado, protagonizado por um autointitulado Comando Militar, liderado pelo general António Indjai, CEMGFA. Em 12 de abril de 2012, um dia antes das eleições, os militares atacaram as residências e mantiveram presos Carlos Gomes Júnior, o Cadogo (candidato à presidência) e Raimundo Pereira (Presidente da República interino), alegando que os resultados eleitorais não foram justos e transparentes, mesmo que os observadores internacionais tivessem testemunhado o contrário. Ambos foram libertados cerca de 15 dias depois.

Autores como Dem (2023) reputam que interesses dos militares eram a verdadeira razão do golpe, e não a reivindicação de lisura nas eleições. A causa seria afastar imediatamente tropas militares angolanas do território do país – o que, aliás, ocorreu logo após o golpe. Tais tropas – chamadas de MISSANG (Missão da Segurança das Forças Angolanas na Guiné-Bissau) – estavam no país desde o ano anterior, como decorrência de um acordo de cooperação militar, assinado pelo Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior, agora candidato presidencial mais votado na 1ª volta, com o Presidente de Angola. A função presumida da MISSANG era modernizar o setor de segurança da Guiné-Bissau, o que não agradava em nada as forças militares locais<sup>29</sup>.

O'Regan e Thompson (2013, p. 17) centram o foco na candidatura de Cadogo como fator desencadeante do golpe:

[...] na qualidade de líder do PAIGC, com familiares e aliados em todo o governo (incluindo um sucessor escolhido a dedo para ser Primeiro-Ministro), fortes interesses comerciais e relações privilegiadas com aliados como Angola e a China, Carlos Gomes Jr., se eleito Presidente, teria dominado o governo na Guiné-Bissau como nenhum líder o fizera antes.

O golpe ocorrido em pleno ato eleitoral destituiu o Presidente interino, cancelou as eleições e, como resultado, instalou nova onda de crise no país. Barros (2014, p. 20) evidencia que a sociedade guineense reagiu e promoveu uma série de protestos públicos, ainda que os militares os tivessem proibido e repellido os manifestantes. Além de abaixo-assinados de intelectuais, mulheres, jovens, ONGs e organizações defensoras dos direitos humanos, exigindo a reposição da legalidade, houve uma greve geral do funcionalismo público.

---

<sup>29</sup> Para mais detalhes da conjuntura desse episódio e seus desdobramentos imediatos, ver: Sousa (2013).

Sousa (2013, p. 92) enfatiza o impacto na comunidade internacional (UA, CLPL, ONU), que repudiou mais um golpe no país, retaliando-o com a suspensão das ajudas que costumava encaminhar, via BM ou Comunidade Europeia.

O clima volátil e essas reações fizeram com que o Comando Militar convocasse partidos e membros da sociedade civil para a formação de um governo transitório e civil, cuja finalidade se acentua na organização das eleições gerais. Sousa (2013) critica o papel da CEDEAO, que, assim como outros órgãos internacionais, condenou o golpe, mas, ao mesmo tempo, se dispôs a intermediar a negociação com os militares golpistas. No entendimento dele, com essa atitude, CEDEAO aceitava o ocorrido como algo definitivo e concordava com o cancelamento das eleições: “uma solução bem afastada da linha defendida pelo CEDEAO do princípio da tolerância zero para os golpes de estado” (SOUSA, 2013, p. 95).

Manuel Serifo Nhamadjo, que tinha sido o terceiro candidato mais votado da eleição anulada, foi escolhido para ser o Presidente interino pelos diferentes partidos e pela sociedade civil, com o beneplácido dos militares e do CEDEAO. Rui Duarte de Barros, vinculado ao PRS, formou e liderou o governo transitório, a quem caberia organizar as eleições gerais de 2014.

Porém, como verificado em outras oportunidades, as forças políticas passaram a comandar o país sob a supervisão e a concorrência dos militares golpistas. E, para deixar o clima mais tenso e incerto, forças militares internacionais continuaram a atuar no território guineense, não mais a MISSANG, mas sim uma tropa de 630 homens, formada pela CEDEAO, com apoio da ONU e da UA, chamada ECOMIB (Missão da Comunidade Econômica em Bissau) (IÉ, 2023, p. 81).

#### **4.7 As eleições de 2014 e a instabilidade na governança**

É importante destacar que as eleições legislativas e presidenciais foram antecedidas por um cenário de conflito político-militar, no qual o Estado de Direito e as instituições democráticas foram prejudicadas ou ficaram reféns das forças militares ou partidos políticos (SANGREMAN et al., 2006). Os guineenses foram convocados em abril de 2014 para as eleições gerais, cerca de dois anos depois da interrupção e do cancelamento da disputa presidencial.

O total de eleitores inscritos foi de 775.508, dos quais 88,89% votaram na 1ª volta, ocorrida a 13 de abril, e 78,21% na 2ª volta, realizada em 18 de maio. As

eleições legislativas se deram em conjunto com a 1ª volta presidencial e tiveram comparecimento de 88,57% (GUINÉ-BISSAU. CNE, 2023c).

No que tange à relação de alistados em comparação aos alistáveis, Monteiro (2020, p. 82) a calculou em 93,19%, tendo por base o contingente oficial de eleitores e a população com mais de 15 anos do Censo de 2009 (832.221). Se for considerada a população a partir de 18 anos que foi calculada pela dissertação, também com base no Censo 2009, que era 730.958, tem-se um índice de 106,09%, o que não procede. O problema aqui é a não atualização do crescimento de alistáveis, que ocorreu entre 2009 e 2014, um intervalo de cinco anos. Assim, 93,19% encontrados por Monteiro (2020) provavelmente mais são mais críveis, notadamente porque o contingente por ele considerado incorpora, mesmo sem querer, tal crescimento populacional.

Alguns dias antes da votação, no dia quatro de abril, faleceu Kumba Yalá, de ataque cardíaco (DARAME, 2014). Há um simbolismo nesse passamento, pois ele era o único dos presidentes eleitos do país ainda vivo. Nino Vieira, ganhador em 1994 e 2005, havia sido assassinado em 2009; Bacai Sanhá, eleito em 2009, falecera por doença em 2012. E os três tinham disputado as eleições presidenciais de 2005, quando obtiveram juntos quase 90% dos votos. Desse modo, é como se as eleições de 2014 significassem a chegada de uma nova geração de políticos, aqueles que se tornaram adultos após a independência e, principalmente, eram filhos do período pluripartidário, que então completava 20 anos<sup>30</sup>.

Para as eleições presidenciais houve 13 candidatos. PAIGC apresentou como candidato José Mário Vaz, ex-ministro de finanças do mais recente governo de transição e Presidente da Câmara Municipal de Bissau. Houve o registro mais uma vez de candidatos independentes, como o engenheiro Nuno Gomes Nabiam e o economista Paulo Fernando Gomes, um ex-alto funcionário do Banco Mundial.

---

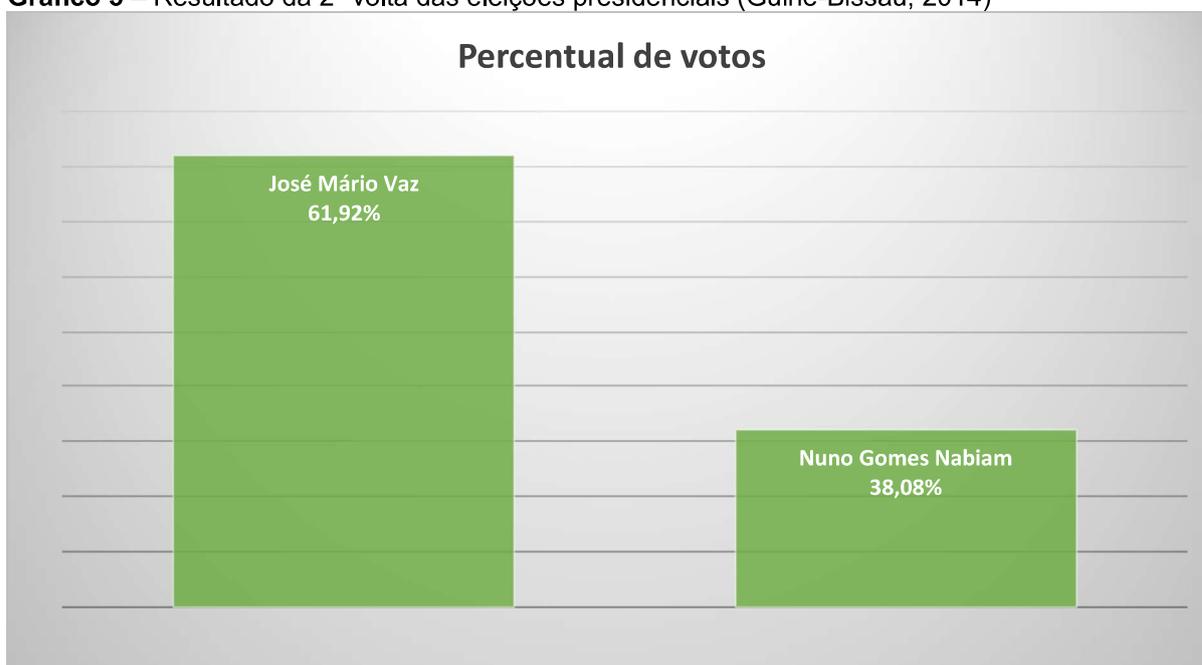
<sup>30</sup> Não se trata de uma licença poética. João Mário Vaz, que se elegeu Presidente nesse pleito, nasceu em 1957. O segundo colocado, Nuno Gomes Nabiam, em 1966. E os dois candidatos que disputaram a 2ª volta na eleição presidencial subsequente, em 2019, Domingos Simões Pereira e Umaro Sissoco Embaló, nasceram em 1963 e 1972, respectivamente. Logo, o mais velho deles, tinha 36 anos em julho de 1994, quando se realizaram as eleições gerais. Por sua vez, Nino Vieira nascera em 1939, Bacai Sanhá em 1947 e Yalá em 1953. Apesar de a diferença entre Yalá e JOMAV ser de apenas quatro anos, politicamente eram de gerações diferentes, pois o último só se projetou na vida política nacional nos anos 2010, enquanto o primeiro atuava desde os anos 1990. Ressalva-se que a percepção aqui indicada se desenvolve pelo olhar contemporâneo, pois, com outra perspectiva temporal, Cardoso (2002, p. 25) evidenciou, em referência às eleições de 1999, que Yalá pertencia à nova geração da classe política, distinta da de Nino Vieira, o que encontra respaldo naquela circunstância e também em termos etários (Yalá era 14 anos mais jovem que Nino Vieira).

**Tabela 10** – Resultado da 1ª volta das eleições presidenciais (Guiné-Bissau, 2014)

Nome dos candidatos	Partido/Coligação	Nº de votos	% de votos
José Mário Vaz	PAIGC	257.572	40,89
Nuno Gomes Nabiam	Independente	156.163	24,79
Paulo Fernando Gomes	Independente	65.490	10,40
Abel Iamede Incada	PRS	43.890	6,97
Mamadú Iaia Djaló	PND	28.535	4,53
Ibraima Sori Djaló	PRN	19.497	3,10
Antônio Afonso Té	PRID	18.808	2,99
Helder J. Vaz G. Lopes	Independente	8.888	1,41
Domingos Quadé	Independente	8.607	1,37
Aregado Mantenque	PT	7.269	1,15
Luis Nancassa	Independente	7.012	1,11
Jorge Malú	Independente	6.125	0,97
Cirilo R. de Oliveira	OS	2.070	0,33
<b>Total</b>		<b>629.926</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria com base em GUINÉ-BISSAU. CNE (2023c), MONTEIRO (2020, p. 107-108)

JOMAV, do PAIGC, apareceu como o mais votado na 1ª volta, com 40,89%, bem à frente do independente Nabiam, que obteve 24,79%. Os demais candidatos não tiveram grande destaque, pois o terceiro mais votado alcançou apenas 10,40%.

**Gráfico 5** – Resultado da 2ª volta das eleições presidenciais (Guiné-Bissau, 2014)

Fonte: Elaboração própria com base em GUINÉ-BISSAU. CNE (2023c)

Na 2ª volta, JOMAV saiu vencedor, confirmando as expectativas geradas pela 1ª volta. Ele se elegeu com 61,92% dos votos, uma folgada vantagem sobre Nabiam, que alcançou 38,08%.

**Tabela 11** – Resultado das eleições legislativas (Guiné-Bissau, 2014)

<b>Partidos</b>	<b>Nº de votos</b>	<b>% de votos</b>	<b>Deputados</b>
PAIGC	281.408	47,98	57
PRS	180.432	30,76	41
PCD	19.757	3,37	2
PND	28.581	4,87	1
UM	10.803	1,84	1
PRID	17.919	3,06	0
UPG	10.919	1,86	0
RGB	9.502	1,62	0
PRN	7.903	1,35	0
MP	4.101	0,70	0
PUSD	4.048	0,69	0
PT	3.659	0,62	0
PSGB	3.480	0,59	0
PSD	2.302	0,39	0
FDS	1.710	0,29	0
<b>Total</b>	<b>586.524</b>	<b>99,99</b>	<b>102</b>

Fonte: Elaboração própria com base em: GUINÉ-BISSAU. CNE (2023d)

Já nas eleições legislativas, concorreram 15 formações partidárias, dentre os quais um novo partido, Movimento Patriótico (MP). PCD, que tinha registado uma longa ausência desde as eleições gerais de 1994, voltou à corrida eleitoral em 2014, tendo eleito pela primeira vez dois deputados.

PAIGC voltou a ganhar esse escrutínio, tendo conquistado 57 deputados, uma expressão eleitoral menor, se considerado com a legislatura de 2008, quando elegeu 67 deputados, mas bastante significativa por ser novamente a maioria absoluta. Ele estava sob nova liderança, a de Domingos Simões Pereira, conhecido por DSP, presidente do partido e candidato para as eleições legislativas.

Os renovadores cresceram em números dos deputados, com 13 a mais em relação à legislatura passada, mas permaneceram na oposição, com um total de 41 deputados. Quanto aos partidos de menor expressão, UM foi dos poucos, ao lado de PCD e PND, a obterem cadeira em uma corrida entre os gigantes da política nacional.

Findas as eleições, José Mário Vaz (Presidente da República) e Domingos Simões Pereira (Primeiro-Ministro) entraram em função ainda em 2014. Os sinais iniciais indicavam que o país desta vez teria sucesso político a nível da governança: ambos eram do mesmo partido, que tinha maioria absoluta na ANP, e deram sinais positivos de coabitação, pois mantinham boas relações internas no PAIGC e também demonstraram estarem comprometidos com a agenda comum da governança.

Portanto, o cenário político era semelhante ao de 1994, com pleno domínio do mesmo partido, mas com personagens aparentemente politicamente mais razoáveis

do que haviam sido Nino Vieira e Saturnino da Costa. Havia otimismo. Assim, um ano após entrarem em função, os resultados da governação eram plausíveis.

Entretanto, não tardou a iniciar a crise entre o Presidente e o Primeiro-Ministro, logo em 2015. Os diferentes órgãos da comunicação social no país e no exterior chegaram a noticiar que o líder do governo denunciou a tentativa de interferência do Presidente na administração governamental, inclusive, pretendia controlar o Ministério das Finanças e indicar quem deveria liderar aquele ministério (MATEUS, 2015). A presidência chegou a desmentir tais afirmações do Primeiro-Ministro, inclusive as considerou “caluniosas e ofensivas”. Considerando o histórico do país nessas relações interinstitucionais, em uma ação preventiva, o parlamento aprovou uma moção de confiança e populares fizeram vigília em frente ao Palácio Presidencial para pressionar pela manutenção do governo (PRESIDÊNCIA..., 2015).

Nada aconteceu neste momento, mas, posteriormente o fato denunciado por DSP acabou por confirmar-se. Após ouvir o Conselho de Estado e os partidos, JOMAV demitiu o governo por meio do decreto presidencial 5/2015, de 12 de agosto de 2015, alegando incompatibilidade na coabitação entre ambas as figuras, nepotismo, grave crise política e corrupção.

É preciso ressaltar que o caso em questão não constitui uma exceção na relação entre Presidente e Primeiro-Ministro no país, como foi relatado anteriormente. Porém, o fato de JOMAV ter ouvido o Conselho de Estado e os partidos – e, assim, cumprido a previsão constitucional – já é um diferencial, pois em situações anteriores sequer ocorreu essa consulta e o Presidente simplesmente seguiu sua vontade e formalmente não ouviu ninguém.

Na sequência da queda governamental, segundo preceitos constitucionais, o PAIGC continuava a ter direito para liderar o governo por ser o partido vencedor das eleições. Todavia, para isso, teria de indicar outro nome. O partido recusou e insistiu em apontar DSP para o cargo por entender que a demissão do governo liderado por ele não era justa. Como seria de esperar, a indicação continuou a ser recusada pela presidência, em um cenário que contribuiu para agravar a crise política e institucional que acabou por repercutir na situação econômica do país.

Diante do impasse, JOMAV nomeou Baciro Djá para o cargo de Primeiro-Ministro, o qual entrou em função em agosto de 2015. Ex-candidato à Presidente em 2012, ex-ministro da Defesa, ele pertencia ao PAIGC, mas no momento da indicação se encontrava sob sanção disciplinar, o que o impedia de exercer qualquer função de

liderança do e no partido. Logo, o PAIGC não reconheceu a escolha presidencial e a considerou ilegal (TCHUMÁ, 2015).

Passado alguns dias, após ser demandado, o STJ considerou inconstitucional a nomeação de Djá, determinando que a prerrogativa de formar o governo era da maior bancada na ANP (PAIGC, no caso específico) (STJ..., 2015). Do ponto de vista legal, a interpretação dada foi de que, quando a Constituição estabelece, em seu art. 68, g, que o Presidente tem como atribuições nomear (e exonerar) o Primeiro-Ministro, tendo em conta os resultados eleitorais e ouvidas as forças políticas representadas na ANP, ela determina que o Presidente deve dar preferência ao tamanho das bancadas. Logo, rejeitou a sua interpretação precente, bem como a alegação de que “tendo em conta os resultados eleitorais” fosse formar o governo com qualquer partido representado na ANP, que era o argumento usado pelos defensores da atitude do Presidente JOMAV.

Com essa decisão e antes de ser preciso fazê-la cumprir, Djá se antecipou e pediu demissão do cargo de Primeiro-Ministro. Diante do fato, em outubro de 2015, o Presidente aceitou a indicação do PAIGC do nome de Carlos Correia, que passou a ser o Primeiro-Ministro e a liderar o novo governo. Esta era a terceira vez que ele chegava ao cargo.

Contudo, Correia não permaneceu por muito tempo como líder do governo. Em maio de 2016, pouco mais de seis meses após ser nomeado, JOMAV o demitiu, tendo alegado que “o atual executivo encontra-se numa situação de caducidade objetiva, da caução da legitimidade política que lhe foi conferida” (PRESIDENTE..., 2016). A raiz do problema estava na recusa de 15 deputados do PAIGC em aprovar o programa de governo, ocorrida em dezembro de 2015, o que daria início ao racha no partido e seria a origem do MADEM-G15.

A seguir, o Presidente constituiu um novo governo, tendo indicado mais uma vez Baciro Djá, o político que nomeara no ano anterior e tivera a decisão anulada por decisão judicial. O cenário de discordância do PAIGC se repetiu, que não o considerava um representante do partido, que continuava a ter a maioria parlamentar. E houve, também, manifestação de apoiadores do PAIGC, que jogaram pedras contra o Palácio presidencial e atearam fogo em pneus nas imediações (DARAME, 2016).

Com esse clima de enfrentamento, o governo de Djá não durou muito tempo. Ele não conseguiu aprovar na ANP o seu programa de ação e tampouco o orçamento anual e, em menos de seis meses, foi demitido pelo Presidente, que percebeu a

impossibilidade de ele se manter como Primeiro-Ministro (PRESIDENTE DA GUINE-BISSAU..., 2016). Com a decisão, instalou-se uma nova crise. Era o quarto governo a cair em um ano e meio (maio de 2015 a novembro de 2016).

Para tentar superar o impasse, houve intervenção dos membros do próprio partido a tentar encontrar alguma saída, mais representantes da sociedade civil, lideranças tradicionais, presidentes dos países vizinhos, organismos internacionais e sub-regionais, como CEDEAO e UNIOGBIS.

O resultado dessa intermediação foi a formulação de um acordo, firmado em Conacri, a capital da vizinha Guiné, composto de 10 pontos: 1) um acordo na escolha do Primeiro-Ministro consensual que tivesse a confiança do Presidente; 2) a formação do governo inclusivo, com base na representação de cada partido na ANP; 3) incluir uma pessoa independente e um representante da sociedade civil no governo; 4) formular um programa de governo pela mesa inclusiva nacional e implementado no prazo de 30 dias após a nomeação do Primeiro-Ministro; 5) levar em consideração os princípios para a nomeação dos altos funcionários da República; 6) um pacto de estabilidade elaborado por uma mesa redonda nacional inclusiva, assinado e adotado pelos principais atores políticos e sociais, baseado nos princípios de (a) transparência e prestação de contas de cada decisão tomada nas instituições nacionais, (b) reforma constitucional, visando estabelecer relações estáveis entre Executivo, Legislativo e Judiciário, (c) reforma da lei eleitoral para organização das eleições legislativas de 2018, (d) criação de uma nova lei dos partidos, na qual deve ser incluído o financiamento públicos dos partidos representados na ANP; (e) reforma do setor de defesa, segurança e justiça, (f) início da implantação do programa de desenvolvimento alinhado com o plano Terra Ranka<sup>31</sup>; 7) CEDEAO, UA, CPLP, ONU e União Europeia apoiariam o plano de desenvolvimento e monitorariam a implementação do Pacto de Estabilidade; 8) estabelecimento da estrutura de monitoramento e avaliação em três níveis para garantir a estabilidade do processo (a) o nível do Conselho de Ministros do CEDEAO, (b) o da Comissão da CEDEAO em colaboração com os parceiros internacionais, (c) o do Mediador que se reporta à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO; 9) a CEDEAO e a ONU forneceriam especialistas constitucionais de alto nível para revisão constitucional que seria feita com base na

---

<sup>31</sup> É um plano estratégico e operacional, válido para o período 2015-2020, que previa o investimento em diversas áreas viabilizados a partir de recursos financeiros internacionais.

estrutura vigente naquele momento e por meio de consulta nacional; 10) reintegração de forma incondicional dos 15 deputados do PAIGC, levando em conta os termos dos textos que regem esse partido<sup>32</sup> (BAPPAH, 2018 apud IÉ, 2023, p. 101-102).

Finalmente, em 18 de novembro de 2016, houve a nomeação de Umaro Sissoco Embaló para o cargo do Primeiro-Ministro. Além de ser até então uma figura desconhecida no cenário político nacional, a sua nomeação violou a Constituição porque não era membro do partido vencedor das últimas eleições legislativas (UMARO..., 2016). Contudo, o seu nome constava na lista tríplice encaminhada ao Presidente no âmbito do acordo de Conacri comentado acima e, apesar de não ser apoiado pelo PAIGC, tinha a concordância dos 15 deputados em litígio com o partido, de modo a conseguir a base parlamentar necessária para formar o governo.

Com a sua nomeação, aparentemente, a crise política acabara. Porém, Sissoco acabou por cair juntamente com o seu governo depois de um ano em função. Ele não conseguiu sobreviver às pressões internas e às contestações de várias alas políticas e sociais.

Para o lugar dele foi nomeado Artur da Silva, ex-chefe da diplomacia e ex-ministro. Novamente, o PAIGC reclamou, tendo em vista que o nome não foi de sua escolha, já que pretendia indicar Augusto Olivais (ARTUR..., 2018). Com esse clima e considerando os precedentes, o esperado aconteceu: Silva não permaneceu como Primeiro-Ministro por muito tempo, vindo a cair em abril, três meses depois.

Frente a mais um impasse, desta vez JOMAV escolheu um membro do partido vencedor (PAIGC) para liderar o governo, Aristides Gomes, que retornava ao cargo que ocupara no período da segunda presidência de Nino Vieira. Ele devia permanecer até a realização das eleições gerais, em 2019. Com a concordância do partido majoritário no parlamento, finalmente houve mais estabilidade no governo (GUINÉ-BISSAU..., 2018) e a ANP pôde retomar as reuniões, que se encontravam paralisadas desde 15 de dezembro de 2015, ou seja, há mais de dois anos (IÉ, 2023, p. 107).

Desse modo, apesar das crises políticas que acompanharam a legislatura, narradas acima, e que geraram tensão, não houve ruptura institucional. Contudo, o

---

<sup>32</sup> Tratam-se dos 15 deputados comentados anteriormente, os quais foram punidos pelo PAIGC e cassados pela ANP, razão pela qual perderam os mandatos e foram substituídos por suplentes. Eles recorreram ao STJ, que considerou a decisão da ANP inconstitucional, e recuperaram os mandatos. Entretanto, restou dúvida relativa a quem pertencem os mandatos, se ao PAIGC ou aos indivíduos, de modo que, em um primeiro momento, foram mantidos os mandatos dos suplentes que se tornaram deputados, produzindo a situação esdrúxula de o parlamento ter 117 deputados (os 102 normais e 15 “excedentes”). Mais detalhes, em: PARLAMENTO... (2016); GUINÉ-BISSAU: ONDE... (2016).

Presidente tinha se recusado a cumprir os compromissos políticos de formar o governo com a liderança do partido majoritário no parlamento, o que não deixa de ser uma situação grave. Ou seja, embora esses percalços, eles são de menor intensidade do que os vivenciados anteriormente, quando o calendário eleitoral não foi cumprido, ocorreu golpe de Estado, guerra civil, desaparecimento de autoridades políticas por morte (natural ou assassinato).

#### **4.8 As eleições de 2019: um cenário em mudança**

A Guiné-Bissau viveu o ano 2019 em um clima completamente tenso a nível político. As eleições presidenciais desse ano consagraram José Mário Vaz, por ser o primeiro Presidente na era democrática a completar os cinco anos do mandato sem qualquer interrupção. Além disso, como pondera Jarju (2019, p. 14), não se verificou no período violência ou crimes de sangue de ordem política. Ainda assim, o período se deu sob permanente crise institucional, com a sucessão de, então, sete governos (tendo chegado a nove, ao final do mandato presidencial), bem como contestação popular, já que foi o responsável por criar ruptura interna no seio do seu partido (PAIGC), quando destituiu o governo.

Tal crise partidária levou à criação, às vésperas das eleições, do MADEM-G15, formado pelos dissidentes do PAIGC. Como já referido, esses dissidentes foram inicialmente conhecidos como “os quinze”, por serem os 15 deputados expulsos por indisciplina no partido e por se aliarem com a ala do então Presidente JOMAV e do Primeiro-Ministro Sissoco Embaló. Eles oficializaram o nome do novo partido como Movimento para Alternância Democrática – Grupo dos 15, ou seja, MADEM-G15.

Às vésperas das eleições se evidenciaram, de um lado, o afastamento do MADEM-G15 do Presidente JOMAV, que acabou por ficar isolado e sem apoio de nenhum partido, uma vez que o novo partido decidiu apoiar a candidatura presidencial de Umaro Sissoco Embaló, ex-Primeiro-Ministro. De outro lado, o PAIGC viu-se dividido quanto à figura a indicar para concorrer à presidência, entre o ex-Primeiro-Ministro Domingos Simões Pereira, que também era presidente do partido, e o então Presidente da ANP, Cipriano Cassamá. Nas reuniões dos dois órgãos máximos do PAIGC, Comité Central e Bureau Político, saiu a decisão de apoiar DSP para disputar o cargo de Presidente naquela corrida eleitoral.

Praticamente todos os principais partidos que indicaram alguma figura para aquele ato eleitoral tiveram certo tipo de discordância interna na escolha da figura a indicar, o que, de alguma forma, evidencia muito antes do embate eleitoral, um clima frenético nos partidos e uma agitação política jamais vista. Estas eleições acabaram por se tornar das mais agitadas desde abertura democrática em 1994.

Os períodos eleitorais servem para unir os guineenses de diferentes credos em torno de uma preferência política ou candidato. De igual maneira, as eleições acabam por dividi-los não de forma intencional, mas porque os concorrentes possuem convicções políticas diferentes. É um comportamento recorrente desde 1994 e isto fluiu ainda mais forte na eleição de 2019. O clima político entre o PAIGC e os dissidentes que formaram o MADEM-G15 acirrou a disputa eleitoral tanto para a legislativa quanto para o presidencial.

Apesar de realizadas no mesmo ano, as votações foram separadas. As eleições legislativas ocorreram em 10 de março e as presidenciais, em 1ª volta, no dia 24 de novembro. Como foi necessário promover a 2ª volta, ela se deu em 29 de dezembro<sup>33</sup>.

Nas legislativas, o eleitorado apto atingiu 761.676 pessoas, das quais 645.085 compareceram às urnas, o que perfaz 84,69%. Nas presidenciais, estavam inscritos para votar o mesmo contingente das legislativas, sendo que o comparecimento foi de 74,37% na 1ª volta e de 72,67% na 2ª volta. Portanto, observa-se mais votantes na disputa parlamentar do que na presidencial.

---

<sup>33</sup> Ao contrário da Constituição brasileira, que determina o dia de realização da votação de todas as eleições regulares, na Guiné-Bissau há apenas a indicação do período, sendo que a determinação do dia de votação, é prerrogativa do Presidente (GUINÉ-BISSAU, 1996, art. 68, f). A lei eleitoral de 2013 define uma janela (23 de outubro a 25 de novembro) para a realização das eleições e determina que a data seja fixada após o Presidente ouvir governo, partidos e CNE (GUINÉ-BISSAU, 2013a, art. 3º). Porém, em diversas oportunidades, sob diferentes motivações, elas não foram convocadas para o período previsto ou foram, mas acabaram proteladas, como já foi relatado. Isso voltou a ocorrer nesse caso, pois as eleições legislativas deveriam ter ocorrido em novembro de 2018.

**Tabela 12** – Resultado das eleições legislativas (Guiné-Bissau, 2019)

<b>Partidos</b>	<b>Nº de votos</b>	<b>% de votos</b>	<b>Deputados</b>
PAIGC	212.148	35,22	47
MADEM G-15	126.935	21,07	27
PRS	127.104	21,10	21
APU-PDGB	51.049	8,47	5
PND	9.019	1,50	1
UM	8.535	1,42	1
FREPASNA	13.926	2,31	0
PCD	9.864	1,64	0
RGB-MB	6.959	1,16	0
CNA	6.005	1,00	0
MP	5.756	0,96	0
MGD	4.542	0,75	0
UPG	4.407	0,73	0
PSD	2.854	0,47	0
PJRT-PFD	2.849	0,47	0
MDG	2.789	0,46	0
PRID	2.622	0,44	0
CD	2.444	0,41	0
PUN	958	0,16	0
PDD	861	0,14	0
PMP	755	0,12	0
<b>Total</b>	<b>602.381</b>	<b>100</b>	<b>102</b>

Fonte: Elaboração própria com base em GUINÉ-BISSAU. CNE (2023b)

Houve 21 concorrentes na disputa para a ANP, sendo que sete conquistaram representação. A eleição legislativa foi ganha pelo PAIGC, com 47 deputados, uma vantagem ampla de 20 cadeiras sobre MADEM-G15, que elegeu 27 deputados apenas um ano após a sua criação, tornando-se, assim, a segunda maior formação no parlamento guineense. Porém, como se percebe, PAIGC não alcançou a maioria absoluta. PRS, agora deslocado para o terceiro lugar, ficou com 21 cadeiras. Outros três partidos conquistaram assento na ANP, são eles: APU-PDGB, com cinco deputados, PND e UM, com uma cadeira parlamentar cada.

Os resultados das eleições legislativas de 2019 demonstram que a FREPASNA não conseguiu obter nenhum deputado, mesmo com 13.926 votos, número superior ao total obtido por alguns partido que conseguiram assentos parlamentares, caso de PND e UM. Como vinha ocorrendo desde o início das eleições pluripartidárias, este fato se deve à dispersão dos votos entre diferentes círculos eleitorais. Já os partidos que, com menos números de votos, alcançaram lugares no parlamento, não tiveram a mesma dispersão. Ao inverso, conseguiram concentrar mais os votos em determinados círculos e, assim, otimizar a votação obtida.

A nova legislatura da ANP tomou posse em 18 de abril de 2019 e, a partir dos resultados, PAIGC teve a prerrogativa de indicar o Primeiro-Ministro. O primeiro nome apresentado, o de DSP, não foi aceito pelo Presidente JOMAV. Então, a indicação

recaiu sobre Aristides Gomes, que já vinha atuando no cargo (IÉ, 2023, p. 112; PRESIDENTE GUINEENSE..., 2019).

Isto não significou o fim da instabilidade nas relações políticas. Ié (2023, p. 113-114) relata que, em 29 de outubro, menos de um mês antes das eleições presidenciais, JOMAV demitiu Aristides Gomes e nomeou como Chefe de Governo, Faustino Imbali. A CEDEAO se manifestou contrária à decisão, acusando o Presidente de pretender tumultuar o processo eleitoral, razão pela qual, em seis de novembro, com o apoio de vários órgãos multilaterais e de outros países, exigiu a renúncia do novo governo. E foi o que ocorreu dois dias depois, de modo que o governo durou menos de duas semanas. Então, Aristides Gomes retornou ao posto de Primeiro-Ministro, no qual desempenhou até a posse do novo Presidente, em fevereiro de 2020.

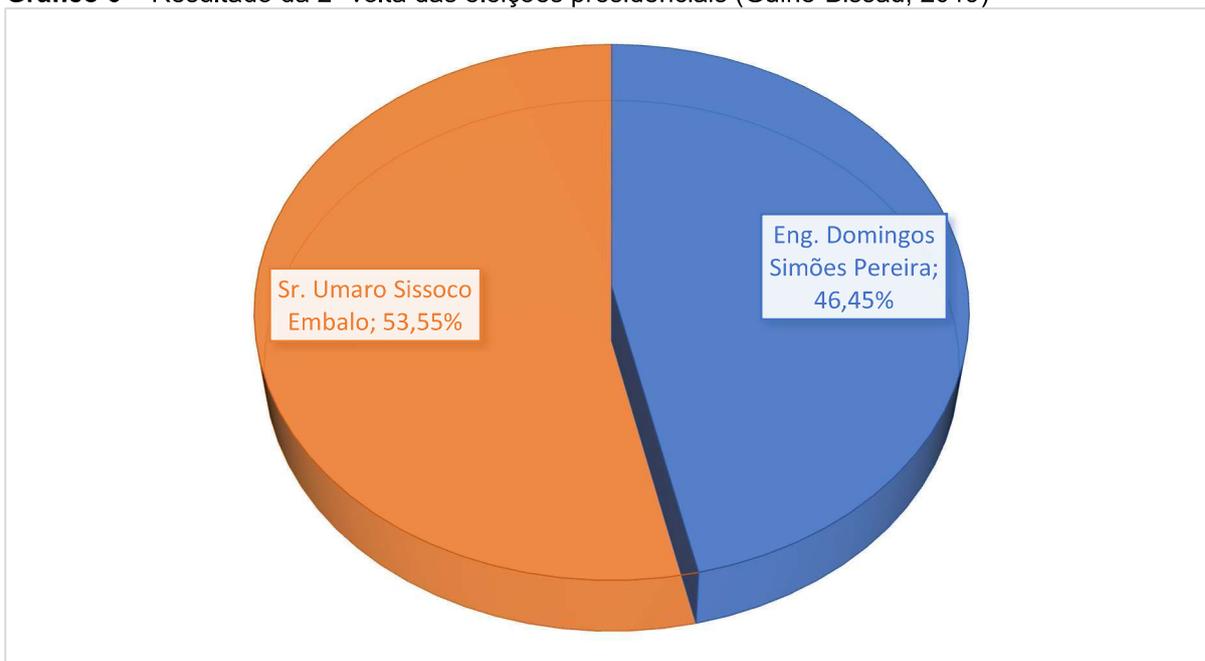
**Tabela 13** – Resultado da 1ª volta das eleições presidenciais (Guiné-Bissau, 2019)

<b>Nome dos candidatos</b>	<b>Partido/Coligação</b>	<b>Nº de votos</b>	<b>% de votos</b>
Domingos Simões Pereira	PAIGC	222.870	40,13
Umaro Sissoco Embaló	MADEM-G15	153.530	27,65
Nuno Gomes Nabiam	APU-PDGB	73.063	13,16
José Mário Vaz	Independente	68.933	12,41
Carlos Gomes Júnior	Independente	14.766	2,66
Baciro Djá	FREPASNA	7.126	1,28
Vicente Fernandes	PCD	4.250	0,77
Mamadu Iaia Djaló	PND	2.813	0,51
Idriça Djaló	PUN	2.569	0,46
Mutaro Itai Djabi	Independente	2.385	0,43
Gabriel Fernando Indi	PUSD	1.982	0,36
António Afonso Té	PRID	1.061	0,19
<b>Total</b>		<b>555.348</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria com base em GUINÉ-BISSAU. CNE (2023a), GUINÉ-BISSAU: 12... (2019)

Nesse ano, a eleição presidencial concentrou maior atenção devido a duas figuras que disputaram o palácio da República entre os 12 candidatos: DSP e Umaro Sissoco Embaló, que se qualificaram para a 2ª volta. O então Presidente da República foi o primeiro a buscar a reeleição sucessiva, dessa vez como independente, mas não foi bem-sucedido, tendo ficado na quarta colocação. À frente dele, em terceiro lugar, ficou Nabiam. Em outros termos: os dois finalistas da eleição de 2014 não se qualificaram para a 2ª volta em 2019.

**Gráfico 6** – Resultado da 2ª volta das eleições presidenciais (Guiné-Bissau, 2019)



Fonte: Elaboração própria com base em GUINÉ-BISSAU. CNE (2023a)

Diante desse quadro, JOMAV e Nuno Gomes Nabiam apoiaram Umaro Sissoco Embaló, com intuito de derrotar DSP e o PAIGC. Eles participaram ativamente da campanha eleitoral dessa 2ª volta ao lado do, até então, adversário e, agora, aliado.

Em 27 de dezembro de 2019, os guineenses voltaram às urnas para eleger o Presidente da República em uma das eleições mais disputadas de sempre no país. Após o fechamento das urnas, proclamou-se a vitória de Sissoco Embaló, em uma reviravolta sobre DSP.

Foi a segunda vez em que o segundo colocado na 1ª volta conseguiu a vitória, repetindo o que havia ocorrido com Nino Vieira, em 2005. Já a vantagem de 7,1 pontos percentuais, foi a terceira mais exígua, sendo maior apenas que os quatro pontos percentuais que Nino Vieira teve sobre Yalá em 1994 e os 4,7 com os quais novamente Nino Vieira dessa vez superou Bacai Sanhá em 2005.

O resultado eleitoral da 2ª volta da eleição presidencial guineense, que dá vitória a Umaro Sissoco Embaló, abriu novo ciclo de crise política no país. Contudo, a definição não foi fácil. Após alguma polêmica e análise dos resultados, a CNE confirmou a vitória de Embaló. Porém, PAIGC e o seu candidato, DSP, não reconheceram os resultados, alegando existir fraude eleitoral e encaminharam um contencioso junto ao STJ.

Depois de o CNE confirmar novamente os resultados da eleição, Nabiam convocou a plenária da ANP para empossar o novo Presidente. A ANP se reuniu em

um dos hotéis de Bissau em 20 de fevereiro de 2020, pois não tinha condições legais para o fazer na própria sede do parlamento, uma vez que se esperava os resultados do contencioso no STJ. Boa parte dos deputados do PAIGC e dos seus aliados não participaram do evento (UMARO SISSOCO..., 2020). JOMAV participou do evento, chamado de posse simbólica pela imprensa, o que deu reconhecimento político ao fato, pois, com isso, o então Presidente confirmava o término do seu mandato e, conseqüentemente, o início do período do sucessor (UMARO SISSOCO..., 2020).

CEDEAO, por exemplo, somente reconheceu a vitória de Embaló em abril de 2020, quatro meses após a realização das eleições e dois meses depois da sua posse (GUINÉ-BISSAU: CEDEAO..., 2020). Ressalva-se que, posteriormente, decisão do STJ acabou por confirmar a vitória do Sissoco Embaló. Porém, isso só ocorreu meses depois, o que até então deixava no ar dúvidas sobre a efetiva legitimidade do mandato do Presidente Embaló.

#### **4.9 Síntese**

O capítulo procurou narrar os processos eleitorais pluripartidários realizados no país desde 1994, a “eleição fundadora”, até 2019, que é o recorte temporal da dissertação. Nesses 25 anos, houve sete eleições presidenciais e seis parlamentares, em períodos nem sempre concomitantes, o que está previsto na Constituição, embora grande parte das temporalidades em que as disputas se deram tenham sido resultado de fatores outros que não aqueles de determinação constitucional, caso de guerra civil e golpe de Estado.

Porém, com exceção de JOMAV, eleito Presidente em 2014, nenhuma autoridade política, incluindo primeiros-ministros e seus governos, concluiu os respectivos períodos. E, mesmo assim, JOMAV passou o cargo ao sucessor em circunstâncias “estranhas”, pois, na ocasião o resultado da eleição não estava plenamente validado pelo Poder Judiciário. E tão somente um Primeiro-Ministro (Aristides Gomes, em 2007) deixou o cargo por moção de censura parlamentar, o que é o procedimento-padrão para remoção do governo em regimes parlamentaristas ou semipresidencialistas, como é o caso da Guiné-Bissau.

As razões para essas interrupções são variadas, como foi demonstrado ao longo do texto: guerra civil (1998-1999), golpe de Estados (em 2003 e em 2012),

assassinato do Presidente (2009), morte por causa natural (2012) e demissão de Primeiros-Ministros sem atendimento ao preceito legal (em diversas oportunidades).

Restou demonstrado o que foi afirmado em partes precedentes da dissertação: a democracia minimalista se manteve, apesar de todos os dissabores, pois as eleições continuam na agenda do país e o calendário das urnas sofreu muitas protelações e até um cancelamento (em 2012), mas nunca foi suprimido por um período muito longo. Entretanto, as promessas associadas às eleições, com as expectativas de normalidade institucional e governança estável, nunca foram cumpridas e sempre ficaram pelo caminho, assoladas por aflições diferentes, mas sempre contundentes.

Uma análise mais detida dos significados desse cenário que foi construído ao longo deste capítulo para o sistema político guineense será desenvolvida no próximo, aquele que fecha esta pesquisa.

## 5 Uma visão de conjunto de eventos partidários, eleitorais e a governança na Guiné-Bissau (1994-2019)

Ao chegar ao capítulo derradeiro da dissertação, é importante sistematizar as informações sobre as eleições e, mais do que isso, sobre os efeitos que elas produziram. Como se percebe por tudo o que foi relatado, notadamente no capítulo anterior, o saldo está longe de ser positivo.

### 5.1 Um painel de 25 anos de eleições pluripartidárias

**Quadro 5** – Presidentes da República desde a implantação de eleições pluripartidárias (Guiné-Bissau, 1994-2020)

Período	Presidente	Condição	Situação
1994-1999	João Bernardo Vieira	Eleito	Afastado (guerra civil)
1999-2000	Malam Bacai Sanhá	Interino	
2000-2003	Kumba Yalá	Eleito	Afastado (golpe de Estado)
2003	Veríssimo Correia Seabra	Interino	
2003-2005	Henrique Pereira Rosa	Interino	
2005-2009	João Bernardo Vieira	Eleito	Assassinado
2009	Raimundo Pereira	Interino	
2009-2012	Malam Bacai Sanhá	Eleito	Faleceu durante mandato
2012	Raimundo Pereira	Interino	Afastado (golpe de Estado)
2012-2014	Manuel Sirifo Nhamadjo	Interino	
2014-2020	José Mário Vaz	Eleito	Cumpriu o mandato
2020	Umaro Sissoco Embaló	Eleito	Em exercício

Fonte: Elaboração própria

Conforme expõe o Quadro 5, no período houve sete eleições presidenciais (1994, 2000, 2005, 2009, 2012, 2014 e 2019), todas decididas na 2ª volta, mas uma delas (2012) não chegou ao seu fim, tendo sido anulada em razão de um golpe de Estado após a realização da 1ª volta. Então, houve eleição efetiva de seis mandatos presidenciais, os quais foram ocupados por cinco pessoas diferentes: 1) Nino Vieira, o único vencedor em duas oportunidades (1994 e 2005); 2) Yalá, em 2000; 3) Bacai Sanhá, em 2009; 4) JOMAV, em 2014 e 5) Sissoco Embaló, em 2019.

Desses, apenas JOMAV (José Mário Vaz) concluiu o mandato. Descontando Sissoco Embaló, que ainda está em vigência e também o poderá concluir, os demais não o conseguiram: Nino Vieira (1º período) e Yalá foram vítimas de golpe de Estado; Nino Vieira (2º período) e Bacai Sanhá faleceram durante o exercício, o primeiro foi assassinado e o segundo teve morte natural.

Outras cinco pessoas exerceram o cargo interinamente, em seis períodos diferentes: 1) Bacai Sanhá, posteriormente eleito Presidente, em função da guerra civil

de 1998-99; 2) Veríssimo Seabra, militar que foi o líder do golpe de Estado sofrido por Yalá; 3) Henrique Rosa, indicado pelos militares que deram o golpe em 2003; 4) Raimundo Pereira (em duas oportunidades, em razão do assassinato de Nino Vieira, em 2009; e do falecimento de Bacai Sanhá, em 2012, em ambos os casos por ser o Presidente da ANP); 5) Nhamadio, indicado após o golpe de 2012.

Desses seis períodos de interinidade, apenas dois se deram em cumprimento ao previsto na Constituição (os exercidos por Raimundo Pereira), todos os demais se estabeleceram como produto de rupturas institucionais, nas quais os líderes da ruptura ficaram no cargo ou alguém por eles indicado.

**Quadro 6** – Candidatos selecionados para a 2ª volta das eleições presidenciais (Guiné-Bissau, 1994-1999)

<b>Eleição</b>	<b>1º colocado</b>		<b>2º colocado</b>	
1994	João Bernardo Vieira	PAIGC	Kumba Yalá	PRS
1999	Kumba Yalá	PRS	Malam Bacai Sanhá	PAIGC
2005	João Bernardo Vieira	Independente	Malam Bacai Sanhá	PAIGC
2009	Malam Bacai Sanhá	PAIGC	Kumba Yalá	PRS
2012*	Carlos Gomes Júnior	PAIGC	Kumba Yalá	PRS
2014	José Mário Vaz	PAIGC	Nuno Gomes Nabiam	Independente
2019	Umaro Sissoco Embaló	MADEM-G15	Domingos Simões Pereira	PAIGC

Fonte: Elaboração própria com base em GUINÉ-BISSAU. CNE (2023a, 2023c, 2023e, 2023g, 2023i, 2023j)

\* Eleição sem realização da 2ª volta

Quando se observa os candidatos selecionados para a disputa da 2ª volta das eleições presidenciais, como mostra o Quadro 6, evidencia-se que, entre 1994 e 2012, a política guineense girou em torno de três nomes, sendo que todos se elegeram: 1) Nino Vieira, que esteve na 2ª volta em 1994 e em 2005, ocasiões em que venceu; 2) Yalá, quatro vezes credenciado, tendo sido vencedor em 1999, derrotado em 1994 e em 2009, e ficado sem resultado em 2012; 3) Bacai Sanhá, em três oportunidades, tendo vencido em 2009, depois de duas derrotas, em 1999 e em 2005.

Apenas em 2012 apareceu um nome diferente, Carlos Gomes Júnior, o Cadogo, mas sem ter a possibilidade efetiva de disputar a 2ª volta, pois a eleição foi anulada por um golpe de Estado. Desse modo, cabe destacar que, apesar de todos os sobressaltos da política guineense nos primeiros 20 anos de eleições pluripartidárias, aqueles três “homens grandes”<sup>1</sup> se mantiveram como os

<sup>1</sup> A referência é à tradição existente em várias etnias guineenses, que assim denominam os mais idosos ou pessoas reconhecidas por algum valor culturalmente destacado. Eles são considerados repositórios de saber e de experiência, por isso, têm de ser ouvidos e respeitados.

protagonistas nas urnas e nomes novos só surgiram em 2014, não necessariamente porque os tenham sobrepujados junto ao eleitorado, mas simplesmente porque nenhum deles estava mais vivo: Nino Vieira havia sido assassinado em 2009, Bacai Sanhá morreu de doença em 2012 e Yalá sofrera um ataque cardíaco fulminante dias antes da votação.

Outro ponto a destacar é que, embora o recorte temporal seja curto, os sucessores daqueles protagonistas não se fixaram: os selecionados em 2014, JOMAV e Nabiam, sequer chegaram à 2ª volta em 2019, Sissoco Embaló ainda está no poder e não pôde ser testado nas urnas novamente, assim como DSP, por ele derrotado na mais recente eleição presidencial.

Por derradeiro no que tange à questão, pode-se destacar o predomínio do PAIGC, que esteve credenciado à disputa da 2ª volta em todas as sete eleições. Ele venceu três vezes (em 1994, por meio de Nino Vieira; em 2009, com Bacai Sanhá; em 2014, com JOMAV), perdeu outras três (em 1999 e em 2005, com Bacai Sanhá; em 2009, com DSP) e há a eleição sem resultado final (2012). Depois, aparece PRS, que figurou em quatro 2ªs voltas, sempre com Kumba Yalá, tendo vencido em 1999, perdido duas vezes (1994 e 2009) e participado da eleição sem resultado final (2012).

Há, ainda, postulantes por enquanto ocasionais: MADEM-G15, que elegeu o Presidente em 2019, na sua eleição de estreia; e os independentes, como Nino Vieira, eleito Presidente em 2005, e Nabiam, em 2014, que perdeu na 2ª volta.

**Tabela 14** – Resultado das eleições legislativas (Guiné-Bissau, 1994-2019)

<b>Partido</b>	<b>1994</b>	<b>1999</b>	<b>2004</b>	<b>2008</b>	<b>2014</b>	<b>2019</b>
PAIGC	62	24	45	67	57	47
PRS	12	38	35	28	41	21
RGB-MB	19	29				
UM	6	3			1	1
FLING	1					
PSD		1				
AD (FD, PCD)		1		1		
UNDP		1				
FDS		1				
PUSD			17			
U.E.			2			
APU			1			
APU-PDGB						5
PCD					2	
PRID				3		
PND				1	1	1
MADDEM-G15						27
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>102</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>102</b>	<b>102</b>

Fonte: Elaboração própria com base em GUINÉ-BISSAU. CNE (2023b, 2023d, 2023f, 2023h, 2023i, 2023j)

No que tange à composição da ANP, houve seis eleições, sendo três concomitantes com a disputa presidencial (1994, 1999 e 2014) e três separadas (2004, 2008 e 2019). 17 partidos ou coligações alcançaram representação, mas é nítido que dois se destacam: PAIGC e PRS, não só por serem as únicas que estiveram em todas as legislaturas, como por sempre terem feito bancadas expressivas (sem contar a performance nas presidenciais, comentada há pouco).

PRS se impôs em 1999, mas com maioria simples, mesmo ano em que elegeu o Presidente. Os libertadores obtiveram a maioria em cinco das seis eleições (excetuando 1999), sendo que em três oportunidades alcançaram a maioria absoluta (1994, 2008, 2014). Porém, essa condição majoritária, que garantiria um governo unipartidário, não significou relações estáveis, seja por causa de divisões internas (a mais grave foi a que gerou a formação do MADEM-G15), seja por conflitos com o Presidente. Desse modo, o quadro é de instabilidade.

**Quadro 7** – Primeiros-ministros desde a implantação de eleições pluripartidárias (Guiné-Bissau, 1994-2020)

Período	1º Ministro	Presidente
1994-1997	Manuel Saturnino da Costa	Nino Vieira
1997-1998	Carlos Correia	
1999-2000	Francisco José Fadul	Malam Bacai Sanhá (interino)
2000-2001	Caetano N'Tchama	Kumba Yalá
2001	Faustino Fudut Imbali	
2001-2002	Alamara Intchia Nhassé	
2002-2003	Mário Pires	
2003-2004	Arthur Sanhá	Henrique Pereira Rosa (interino)
2004-2005	Carlos Gomes Júnior	Nino Vieira
2005-2007	Aristides Gomes	
2007-2008	Martinho Ndafo Kabi	
2008-2009	Carlos Correia	
2009-2012	Carlos Gomes Júnior	Malam Bacai Sanhá
2012-2012	Adiato Djaló Nandigna	Raimundo Pereira (interino)
2012-2014	Rui Duarte de Barros	Manuel Sirifo Nhamadjo (interino)
2014-2015	Domingos Simões Pereira	José Mário Vaz
2015	Baciro Djá	
2015-2016	Carlos Correia	
2016	Baciro Djá	
2016-2018	Umaro Sissoco Embaló	
2018	Artur da Silva	
2018-2019*	Aristides Gomes	
2019	Faustino Fudut Imbali	
2019-2020	Aristides Gomes	

Fonte: Elaboração própria com base em SOARES (2013, p. 123-128), KOSTA (2016, p. 53), PINHEL (2018, p. 53-54), PINTO (2019, p. 81-82), Ié (2023, p. 113-114)

\* Formalmente, há um hiato, pois com as eleições legislativas de março de 2019, ele deixou de ser o Primeiro-Ministro, tendo sido novamente nomeado para o cargo em julho do mesmo ano.

A quantidade de governos constituídos no período é bastante intensa. Até fevereiro de 2020, quando o atual Presidente tomou posse, houve 24 primeiros-ministros em 25 anos e cinco meses, o que dá uma média de pouco mais de um governo por ano. Apenas Carlos Correia e Aristides Gomes (três oportunidades cada), Carlos Gomes Júnior, Baciro Djá e Faustino Imbali (duas vezes cada) constituíram mais de um governo na condição de Primeiro-Ministro.

De um lado, esses governos caíram acompanhando as diversas causas que produziram a interrupção dos mandatos dos presidentes. De outro, foram dissolvidos como resultado de crises políticas ocorridas entre Presidente e Primeiro-Ministro, o que é mais comum, ou entre o governo e as formações partidárias parlamentares, o que é raro, pois houve apenas uma aprovação de moção de censura (Aristides Gomes, em 2007)<sup>2</sup>.

Como síntese desse cenário de instabilidade institucional e política, tem-se a declaração de Kosta (2016, p. 49), segundo a qual a história demonstra que “teremos Presidente que, cedo ou tarde, acabaram por demonstrar que não conseguiram coabitar com primeiros-ministros que não fossem submissos às suas vontades ou que, pelo menos, não os fizessem sombra [...]”.

Há outro dado que se pode agregar e que revela muito da violência associada à política na Guiné-Bissau e à participação decisiva dos militares, tanto na política, quanto na opção pela solução de conflitos e que se soma ao assassinato do Presidente Nino Vieira e à guerra civil de 1998-1999. Conforme a síntese de Djaló (2000, p. 25), “a histórica contemporânea da Guiné-Bissau tem sido uma sucessão de actos de violência política e institucional que mercaram profundamente a memória coletiva do seu povo, influenciando de uma certa forma a sua cultura política”, dentre esses atos, o autor inclui a própria libertação de Portugal, ou seja, a violência política permeia inclusive os eventos com legitimidade incontestável.

**Quadro 8** – Chefes das Forças-armadas assassinados desde a implantação de eleições pluripartidárias (Guiné-Bissau, 1994-2020)

<b>Chefe</b>	<b>Ano</b>	<b>Situação</b>
Ansumane Mané	2000	Ativa
Veríssimo Correia Seabra	2004	Ativa
Tagme Na Waie	2009	Ativa

Fonte: adaptado de CARVALHO (2010, p. 89), DJAU (2016, p. 44)

<sup>2</sup> A primeira passagem de Djá pelo governo é um caso desviante, pois ele teve de se afastar por decisão judicial, que considerou a sua indicação inconstitucional.

Ele se refere à quantidade de Chefes do Estado-Maior-General das Forças Armadas que foram assassinados, seja enquanto exerciam o cargo, seja depois de terem se afastado da função, e está sintetizado no Quadro 8, apresentado acima.

Dois dos três casos foram narrados no capítulo anterior, pois estão diretamente associados às rupturas que assolaram o sistema: o de Tagme Na Waie foi o fator desencadeante do assassinato do Presidente Nino Vieira; e o de Ansumane Mané se deu logo após a participação decisiva dele na guerra civil de 1998-1999 e antecedeu o golpe sofrido por Yalá.

O terceiro caso, o do assassinato de Veríssimo Seabra não chegou a ser destacado ao longo do texto, pois se deu em seis de outubro de 2014, quando ele já se encontrava retirado do protagonismo político, após ter liderado o golpe de 2013 que afastou o Presidente Yalá<sup>3</sup>.

Ainda houve um quarto assassinato de alta autoridade militar, a do ex-Chefe do Estado-Maior da Marinha de Guerra, comodoro Lamine Sanha, ocorrido em 2007 (DJAU, 2016, p. 41), o qual não foi incluído no quadro porque ele aborda tão somente os Chefes das Forças Armadas.

## 5.2 Em busca de explicações

O saldo desses 25 anos de eleições pluripartidárias apresentado na seção anterior pode ser resumido pela afirmação de Monteiro (2020, p. 48): “abordar a transição na Guiné-Bissau é mergulhar nos ‘fracassos’ da sociedade guineense desde 1994 até os dias atuais. Fracasso que se procura minimizar com a realização de eleição [...]”.

A simples leitura dos títulos de diversos trabalhos acadêmicos que se dedicam direta ou indiretamente ao tema corrobora este quadro e revela o juízo negativo, pessimista ou marcado pela desconfiança acerca do panorama político da Guiné-Bissau. Há “instabilidade política” (MOREIRA, 2017; COSTA, 2019; DEM, 2023), “instabilidade como regra” (CARVALHO, 2014) e “instabilidade crônica” (JARJU, 2019), assim como “dilema de transição política” (JAUARÁ, 2004), “transição

---

<sup>3</sup> Uma versão para o crime diz que os autores eram militares retornados da campanha de paz da ONU na Libéria, sob o pretexto de que Veríssimo Seabra estava envolvido em corrupção e/ou sofriam com o atraso de cinco meses no pagamento de seus soldos (NÓBREGA, 2015, p. 106). Outra narrativa fala em ajuste de contas pelo papel que ele desempenhou na deposição do Presidente no ano anterior (DJAU, 2016, p. 41).

democrática: parto difícil” (CARDOSO, 1995), “crises institucionais” (PINTO, 2019) e “colapso político” (RUDEBECK, 2001). Encontram-se, também, muitos “desafio(s)”: “democrático(s)” (CÓ, 2016; CÁ, 2023), da “consolidação democrática” (PINTO, 2019) ou da “transição política” (CARDOSO, 2006), assim como “limites da consolidação democrática” (FERNANDES, 2015), “cíclica interrupção da democracia” (M’BUNDE, 2017), “desedificação da democracia” (GOMES, A., 2010), “democratização difícil” (RUDEBECK, 2001; NÓBREGA, 2015), “frágil democracia” (VAZ; ROTZOLL, 2005) e “mercantilização da democracia” (TÉ; MONTEIRO, 2020). Tem espaço, ainda, para título mais poético, como “desafio do escombros” (AUGEL, 2007), e até para os catastróficos: “falência do Estado” (AUGEL, 1996b), “Estado falhado” (GONÇALVES, 2011), “destruição de um país” (SOUSA, 2012) e “colapso” (RUDEBECK, 2001)<sup>4</sup>.

Seguindo o campo teórico de investigação evocado por alguns dos títulos citado acima, a transitologia<sup>5</sup>, parece claro que a Guiné-Bissau já concluiu o processo de transição política. Afinal, se esta é uma passagem e corresponde a um período de tempo (indefinido) no qual há a queda de um regime autoritário e a substituição por outro, o percurso iniciado em 1991 por meio de uma lenta liberalização política<sup>6</sup>, completou-se em 1994, com a realização das primeiras eleições pluripartidárias, as quais foram consideradas competitivas, justas e livres, conforme os parâmetros internacionais. Isto também indica que a democratização foi alcançada. É o que se depreende do enunciado de Linz e Stepan (1999, p. 21):

Uma transição democrática está completa quando um grau suficiente de acordo foi alcançado quanto aos procedimentos políticos visando obter um governo eleito; quando um governo chega ao poder como resultado direto do voto popular livre; quando o governo tem, de fato a autoridade de geral novas políticas; e quando os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, criados

---

<sup>4</sup> Há, ainda, os trabalhos cujos títulos indicam preocupação, mas não fixam um juízo, sendo mais descritivos: “emergência do pluralismo político” (MENDY, 1996), “transição pluralista” (KOUAWO, 1996), “transição democrática” (UALI, 2024), “que democracia?” (CARVALHO, 2010), “questão democrática” (SALECHA, 2021), “processo democrático” (FERNANDES, 1994; BIJAGÓ, 2017) ou “de democratização” (BARROS, 2012; GOMES, 2023), “democratização” (RUDEBECK, 1997; TEIXEIRA, 2008), “superfície e profundidade da democracia” (BALDÉ, 2024b).

<sup>5</sup> A abordagem da transição é mobilizada por: Cardoso (2006), Teixeira (2008, 2015), Carvalho (2010), Bijagó (2011), Fernandes (2015), Pinto (2019), Té; Monteiro (2020), Monteiro (2020), Sucuma (2021), Balde (2024), Uali (2024).

<sup>6</sup> Koudawo (2001) observa que transcorreu em três anos, o que faz dela a mais longa das transições africanas. Ele ainda pondera que esse tempo longo foi usado pela elite dirigente a seu favor, pois ajudou a manter o processo sob controle, contribuiu decisivamente para que ela vencesse a eleição e continuasse no poder. Em Cabo Verde, que é outro país estudado pelo autor na obra em questão, o processo se deu de modo muito rápido (em seis meses a eleição pluripartidária foi realizada e a oposição acabou por vencer o pleito).

pela nova democracia, não têm que, de jure, dividir o poder com outros organismos.

Uma das questões que mobiliza este campo teórico diz respeito a que ponto um país vai chegar. A transitologia defende a meta de atingir a democracia consolidada, em uma sequência unidirecional, que vai da liberalização à consolidação democrática, passando pela transição e pela democratização, de tal modo que qualquer outro resultado implica, por exemplo, “transição falhada”, “transição sobreposta”, como se refere Koudawo (2001) ao caso guineense<sup>7</sup>.

Para deixar mais explícito o que se afirma, cabe esclarecer que, para a transitologia: transição é a passagem de um regime autoritário ou ditatorial para outro, preferencialmente democrático; liberalização é o processo de abertura ou distensão do autoritarismo, com a flexibilização imediata ou progressiva de normas ditatoriais vigentes; democratização compreende a realização de eleições livres e justas, com as respectivas garantias de direitos civis e políticos; consolidação democrática é a estabilização e permanência do cenário de democratização, preferencialmente com mudanças dos grupos no poder. Há diferenciações entre os autores na ênfase a alguns fatores, nas denominações escolhidas e conceituais aplicadas, mas, em traços gerais, é assim que a transitologia se fixou.

Porém, essa teoria reconhece que não há garantias efetivas de alcançar a consolidação da democracia, que se apresenta mais como um desejo, de forma que outros destinos são possíveis, caso do retorno à ditadura ou atingir uma forma de regime híbrido, com algumas características de democracia e outras de ditaduras, em variados graus. Afinal, trata-se de fato de um processo incerto, sujeito a avanços e recuos<sup>8</sup>, e que tem início, mas não necessariamente um “fim” estabelecido. Também se pode dizer a mesma coisa de outro modo: quem atingiu a democratização, passou pela liberalização e realizou a transição. Porém, nem todo país que viveu a

---

<sup>7</sup> Além de reafirmarem a teleologia dominante na transitologia, essas denominações focam no “resultado”, e não no modo como a transição transcorreu, ao contrário de Share; Mainwaring (1986), que as divide em “por colapso”, “afastamento voluntário ou liberalização” e “negociação ou transação”; ou de Huntington (1994), que distingue por “transformação”, “substituição” e “negociação”.

<sup>8</sup> Alguns consideram que, ao contrário do que consta no parágrafo, a transitologia não reconhece essa incerteza e, por isso, é paradigma interpretativo que deve ser abandonado. Carothers (2002) é exemplo dessa percepção. No caso da dissertação, sem entrar nessa polêmica específica, reconhece-se que aquela visão determinística está equivocada.

liberalização e a transição vai alcançar a democratização e, tendo-a alcançado, vai consolidar essa democracia<sup>9</sup>.

Não há dúvidas que, se uma democracia consolidada é aquela na qual os conflitos políticos são resolvidos sem o rompimento da ordem estabelecida, ou seja, sem desrespeitar o próprio jogo democrático, a Guiné-Bissau não é uma democracia consolidada. Na ponderação de Kallás (2010, p. 7): chamamos de “democracia” a experiência guineense do pós-1994 mais por oposição ao regime anterior, claramente “autoritário”, do que por seus feitos, pois é claramente disfuncional.

Chabal (1993, p. 319) alertava para essa questão já em 1993, quando ainda estavam em andamento as transições em África e a da Guiné-Bissau sequer havia terminado. Sem se referir ao país em particular, demanda: “as eleições multipartidárias significam de imediato democracia multipartidária? Por outras palavras, as eleições a terem lugar em África são indicação suficiente de a democracia ganhar raízes em África?”. Parecia evidente naquele momento e parece ainda mais claramente na contemporaneidade que a resposta é não.

Para constatar isto, basta comparar os episódios narrados no capítulo anterior (golpes de Estado em 2003 e 2012; assassinado do Presidente em 2009; guerra civil em 1998-1999; eleição presidencial interrompida em 2012) com o padrão definido por Linz e Stepan (1999, p. 6):

Constitucionalmente, um regime democrático consolida-se quando as forças governamentais e não-governamentais, em todo o território do Estado, ficam sujeitas e habituadas à resolução de conflitos dentro das leis, procedimentos e instituições específicas sancionadas pelo novo processo democrático.

Tendo feito esta constatação, um conjunto de autores marcado pelos desafios apresentados pela transitologia se dedica a saber a qual porto chegou a Guiné-Bissau após ter deixado a ditadura de partido-único que conheceu desde a sua independência. Em outros termos, demanda que tipo de regime político o país apresenta desde 1994, quando da realização da primeira eleição pluripartidária. Ou, ainda, que tipos de regime ele apresentou nesses 30 anos desde a realização das eleições inaugurais, considerando que tenha alternado diferentes modelos.

---

<sup>9</sup> Não se discute aqui outra questão, que tem se tornado mais presente na contemporaneidade, que é a possibilidade de democracias consolidadas “morrerem”, desdemocratizarem-se, perderem qualidade, tornarem-se regimes híbridos ou simplesmente ditaduras (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

As respostas variam, é claro. Para o Freedom House (2004), a Guiné-Bissau é “parcialmente livre”, tendo variado ao longo do tempo nos índices da escala que configura essa classificação e estado à beira de ser “não livre” após o golpe de 2012 e quase foi classificada como “livre” no pós-1994.

Koudawao (2001), analisando apenas o cenário pós-eleições de 1994 e 1999, fala em “democratura” e considera o período subsequente à guerra civil como uma nova transição (em direção a nova democracia real) e, por isso comenta que há uma “segunda transição”, o que simplesmente desloca a questão. Cardoso (2006) disse, em referência ao mesmo período, que a Guiné-Bissau era uma “democracia parcial”. Já Uali (2024, p. 16, 20) a chama de “frágil”, pois marcada pela instabilidade política.

Baldé (2024a, 2024b) fala em “democracia fictícia”, sendo que este autor (2024a, p. 80) afirma que sequer a democratização não foi alcançada em 1994, pois, seguindo o modo como interpreta os critérios de Huntington (1994), o poder não passou de mãos, o PAIGC venceu as eleições e quem comandava o país no período autoritário continuou a exercê-lo. Em outros termos: a democratização exige que a oposição ganhe as eleições e assuma o poder. Em outra passagem, o autor fala que a segunda fase da transição não foi alcançada, pois

[...] implica a internalização das normas democráticas, o fortalecimento da sociedade civil, a regulamentação das eleições e a reforma do sistema políticos. Guiné-Bissau não alcançou esse estágio, pois o governo continuou a desrespeitar as regras do jogo democrático e os golpes institucionais e militares continuam no dia a dia do político guineense (BALDÉ, 2024a, p. 82).

Encontram-se até visões mais críticas e que reportam a um retorno ao passado. É o caso do mestre em História e ativista Sumaila Jaló, que fala, provocativamente, em “consolidação”, não da democracia, mas da “ditadura”. Ele tem por referência episódios contemporâneos da política guineense (pós-2019), que não são objeto de análise neste trabalho (INVESTIGADOR..., 2024).

O comum nessas respostas é certa carência de precisão, pois os termos usados evocam uma “zona cinza”, expressão que Carothers (2002, p. 9) usa para indicar um regime que não consegue definir muito bem, pois não é uma democracia consolidada, mas não é a ditadura, precisamente porque foge ao “paradigma explicativo”. Porém, o autor registra que

ao descrever países na zona cinzenta como tipos de democracias [como ocorre com os exemplos acima para a Guiné-Bissau], os analistas estão, na verdade, tentando aplicar o paradigma de transição aos mesmos países cuja evolução política está colocando em questão tal paradigma (CAROTHERS, 2002, p. 10).

Em busca de uma alternativa, Carothers (2002, p. 11) propõe a categoria pluralismo irresponsável e chega a citar a Guiné-Bissau como um de seus exemplos.

Em resumo: os analistas reconhecem que são democracias com alguma debilidade ou que não cumprem plenamente os requisitos necessários, mas continuam a ser de algum modo democracias. Como escreve Walle (2004, p. 180), a África entrou na era da “democracia com adjetivos”.

Já Kallás (2010) simplesmente repudia o modelo da transitologia e considera que os resultados que ela pode alcançar são algumas das denominações acima apresentadas, pois dependentes sempre da teleologia da “consolidação democrática” a que os países são submetidos, mas que pouco explicam a especificidade dessas realidades, e sim as insere em esquemas explicativos genéricos. Logo, a interpretação da autora é de que

a chamada ‘transição política’ do regime de partido único para a democracia representativa liberal na Guiné-Bissau não significou uma verdadeira ruptura democrática com o anterior regime ‘autoritário’, considerando-a uma ‘situação termidoriana’ (KALLÁS, 2010, p. 8, tradução livre do autor)<sup>10</sup>.

Em relação a este ponto, Levitsky e Way (2004, p. 159, tradução livre do autor) têm uma visão firme: “já é hora de deixar de pensar estes casos em termos de transição democrática e começar a concebê-los como os tipos de regimes que realmente são”. Com isto, querem dizer que não são democracias de qualquer matiz e nem devem ser pensados a partir deste paradigma. Ao mesmo tempo, também não são regimes autocráticos clássicos. São formas reais, efetivas e persistentes. Em igual medida, Schedler (2004, p. 138, tradução livre do autor) exorta que “chegou o

---

<sup>10</sup> A autora utiliza a denominação proposta por Jean-François Bayard, ao analisar os casos de Camboja e Irã, que se refere a um “sistema de regulação sócio-política em que as elites dirigentes (militares, políticas e econômicas), fruto de um processo de assimilação recíproca que remonta à independência, perpetuam-se no poder graças à monopolização, sobretudo desde a liberalização econômica e política, de posições de poder, de acumulação e, hoje, da ‘sociedade civil’, em detrimento da maioria da população” (KALLÁS, 2010, p. 9-10, tradução livre do autor). Em síntese: aparentemente muita coisa mudou, mas a classe dirigente continua a mesma, seguindo mais ou menos os mesmos procedimentos de sempre para se manter no controle.

momento de abandonar etiquetas enganosas para levar a sério a natureza não democrática” de alguns regimes decorrentes da terceira onde de democratização.

Com vistas a fugir do paradigma da transitologia, Levitsky e Way (2004, p. 161-163) propuseram a noção de “autoritarismo competitivo” para caracterizar uma modalidade específica desses regimes híbridos, que corresponde àqueles nos quais as instituições democráticas formais são amplamente vistas como os meios principais para alcançar o poder e exercer a autoridade política. Contudo, essas regras são violadas com muita frequência pela elite no poder, embora não sejam formalmente suprimidas, de modo a não poderem ser considerados regimes democráticos. Mas como as regras não são formalmente suprimidas e há espaço para que a oposição atue e tente alcançar o poder, não são também democracias de fachada.

Aliás, os autores os consideram mais formas moderadas de autoritarismo do que incompletas ou frágeis de democracia, como indica a denominação escolhida. Eles chegam a dizer que essa forma de regime cresceu nas últimas décadas e uma das fontes dessa maior incidência é a queda dos regimes autoritários da África subsaariana, no qual se inclui a Guiné-Bissau, que foram obrigados por pressões internas e principalmente externas a adotarem instituições democráticas-liberais. Contudo, o traço que eles frisam é a continuidade de muitos dos autocratas no poder, o que ocorreu na Guiné-Bissau em um primeiro momento, com a eleição de Nino Vieira em 1994, mas não persistiu, pois ele foi substituído por Yalá no pleito seguinte (LEVITSKY; WAY, 2004, p. 171)<sup>11</sup>.

Schedler (2004) traz uma proposição semelhante à de Levitsky e Way (2004), a qual denomina de autoritarismo eleitoral. Ele é uma forma híbrida, que se distingue da democracia liberal e da democracia eleitoral, assim como do autoritarismo fechado. Democracia liberal e autoritarismo fechado são os tipos polares “clássicos”, já a democracia eleitoral consegue realizar bem as eleições, mas não institucionaliza outras dimensões vitais do constitucionalismo democrático, tais como o império da lei, a rendição de contas ou a deliberação pública. Por sua vez, o autoritarismo eleitoral, promove eleições, como o nome diz, mas estas são amplamente fraudulentas.

O autor é mais delimitado do que os anteriores ao estabelecer sete critérios normativos que a democracia eleitoral precisa atender, sendo que se um deles for

---

<sup>11</sup> Mas também frisam que líderes alternativos aos autocratas eleitos “recentemente continuaram ou inclusive intensificaram muitas das práticas autoritárias de seus predecessores”, o que parece ter sido o caso de Yalá (LEVITSKY; WAY, 2004, p. 170, tradução livre do autor).

desatendido, tem-se autoritarismo eleitoral. São eles: 1) empoderamento (os cidadãos conferem capacidade de decisão real aos ganhadores); 2) oferta efetiva de escolhas; 3) liberdade de demanda (acesso a fontes de informação); 4) inclusão (amplo direito de voto); 5) liberdade para expressar as preferências eleitorais (voto sem intimidação ou compra de votos); 6) integridade (votos iguais, apurados corretamente e sem fraude eleitoral); 7) decisividade (eleição produz consequências e os eleitos concluem seus mandatos) (SCHEDLER, 2004, p. 142-144).

A proposição de Diamond (2004) é ainda mais nuançada, pois ao autoritarismo competitivo, ele acresce regimes que chama de ambíguos, e não de híbridos, e batiza de “pseudo-democracia”. Com isto, quer indicar aqueles que não atingiram os patamares mínimos para serem democracias liberais e eleitorais, mas não são autoritários, os quais também se distinguem entre si (competitivos; eleitoral hegemônicos; politicamente fechados)<sup>12</sup>.

Como se verifica, apesar do esforço de fugir da teleologia da democracia típica da transitologia, a relevância de fixar uma classificação se mantém. A dificuldade em dar a resposta decorre da ausência de um quadro teórico suficientemente bem elaborado que tipifique esses regimes híbridos, como já comentado. Em sendo assim, várias denominações são utilizadas, seja para indicar o mesmo quadro, seja como formas de distinguir as diferenças entre os cenários de regime híbrido. Contudo, sem conseguir precisar o que se dispõe a descrever e explicar. Afinal, para além de indicar uma situação geral, o que é “democracia parcial”, “frágil” ou “semidemocracia”? E de que modo se distingue uma da outra ou são todas a mesma coisa?

A dificuldade pode estar na disposição e na necessidade de produzir uma denominação e uma caracterização que reúna uma diversidade de casos e de situações e, assim, supor que os consiga explicar. Mas a observação de Kallás (2010) pode estar correta: acabam por produzir generalizações e a aproximar diferenças, mas se mostram incapacitadas para perceber as peculiaridades de cada realidade.

Então, a frase de abertura do romance “Anna Kariênina” evoca esse paradoxo e essa relativa incapacidade de entender, de explicar e de contemplar plenamente o caso de um país como a Guiné-Bissau. “Todas as famílias felizes são parecidas, cada família infeliz é infeliz a seu próprio modo”, escreveu Tolstoi (2021, p. 27).

---

<sup>12</sup> As categorias são originalmente propostas por outros autores e reunidas por Diamond (2004). Democracia liberal e democracia eleitoral segue os termos de Schedler (2004) e autoritarismo eleitoral, de Levitsky e Way (2004).

Parafrazeando-o, pode-se dizer que: “todos os países democráticos são parecidos, cada país não democrático é não democrático a seu próprio modo”. Essa questão será retomada na continuidade do texto.

### **5.3 O Estado guineense, os processos eleitorais e a governança**

Para analisar eventos partidários, eleitorais e da governança na Guiné-Bissau, algumas informações sobre a formação do Estado guineense se fazem necessárias para ajudar a compreender inúmeras situações políticas na história do país. De acordo com diferentes literaturas sobre o contexto da governança e as eleições guineenses, os partidos políticos tiveram uma ligação intrínseca e umbilical com a governança na Guiné-Bissau, sobretudo o PAIGC, uma vez que ocupava o estatuto do partido-Estado durante a primeira e segunda repúblicas, ou seja, o período de 1973 a 1994.

As décadas de 1970 e 1980 são fundamentais a nível de transformações políticas para compreender a questão da governança na Guiné-Bissau. Com o mundo sob um cenário político complexo, resultante das vicissitudes da Guerra Fria que, de maneira direta ou indireta, contribuiu para permitir o surgimento de novos Estados em África, o PAIGC teve nas mãos o desafio de lidar com um estado recém-independente e toda a sua máquina burocrática, distribuir cargos públicos e garantir o bem-estar dos cidadãos, no que, claramente, falhou (SEMEDO, 2009).

A década de 1970 foi particularmente desafiadora para o PAIGC, por se ver numa situação complexa devido à escassez de quadros com qualidade para dirigir o país. Adiciona-se o fato de este partido estar pela primeira vez perante a responsabilidade e as exigências de governar um país, o que torna fundamental perceber como se deu ou ocorreu essa transformação política e de que maneira o PAIGC fez a gestão do país com já conhecidos recursos escassos.

Semedo (2009) acredita que contribuiu para evidenciar as dificuldades administrativas capazes de imprimir certo dinamismo ao serviço público o fato do PAIGC ter abdicado totalmente da contribuição portuguesa na instalação de um Estado nacional, devido aos ressentimentos dos 11 anos de confrontação militar e diplomática para afirmação do Estado guineense, mesmo perante uma clara dificuldade em evitar a marginalização social, ausência dos direitos sociais, políticos e econômicos, que rapidamente tornaram claras.

Contudo, formou-se o elenco governamental para a gestão da administração pública, os comissários (equivalente aos ministros na época), que eram militares, assumiram os cargos administrativos e passaram a desempenhar funções políticas. Forrest (1993) afirma que o então governo liderado por Luís Cabral fazia da consolidação governamental a prioridade, por meio de reforço de poder burocrático estatal e do recrutamento de novos servidores públicos. Aliás, essa foi uma estratégia política em que seguiu o exemplo de outros estados africanos, como Gana, Serra Leoa, Senegal e Camarões, com vistas a responder às exigências da dinâmica burocrático-administrativa da época.

Com o Movimento Reajustador (a nomenclatura assumida pelo grupo militar responsável pelo golpe do Estado de 1980), que também responde como Conselho da Revolução, assumiu o poder Nino Vieira, provocando uma nova transformação política na governança do país. É importante frisar que, além da separação da unidade binacional provocada pelo golpe, ele também traz à tona os conflitos ideológicos entre duas alas do PAIGC, os moderados – defensores da reforma interna do partido, composto na sua maioria por jovens recém-chegados ao país, vindos dos estudos no exterior – e a denominada da linha-dura – formada pelos militares que participaram na luta pela libertação nacional, defensores de uma política conservadora.

O conjunto de conflitos no PAIGC relacionado com a governança acabou por facilitar, de alguma forma e a médio prazo, o davento de novas organizações políticas provenientes da sociedade civil, que defendiam a abertura democrática por meio do sistema multipartidário, com objetivos de ajudar o país a sair dos problemas provocados pelo PAIGC (TEIXEIRA, 2008).

De 1980 (primeiro golpe) até 1994 (realização das primeiras eleições gerais), a Guiné-Bissau esteve durante 14 anos sob um regime do partido único e militar, o qual concentrava o poder na figura de Nino Vieira. Este apenas se viu aberto às mudanças democráticas de fato nos anos 1990 (CÓ, 2016). Essa abertura para o multipartidarismo permitiu espaço para séries de mudanças, que vão da alteração da própria Constituição, liberalização, desmilitarização do Estado, adoção da competição política e econômica até a consolidação de um regime mais plural.

Ao observar-se de maneira geral os antecedentes históricos desde o processo da formação do Estado na Guiné-Bissau, fica nítido uma certa resistência aos fatores da mudança e da abertura na relação institucional, e isso se tornou mais evidente ainda com o processo de democratização, quando se concretizou, ao menos

formalmente, a implementação da democracia no país. Se se olhar as questões eleitorais, as relações interpartidárias e partidárias que muitas vezes tornaram complexas e acabaram por afetar de maneira direta ou indiretamente a governança no país, suscitam-se logo as críticas pela governança efetivamente desenvolvida.

As primeiras eleições gerais que ocorreram em 1994 só se tornaram possíveis com primeiros sinais de liberalização política verificados nos anos 1990. Logo, em 1991 surgiram as legalizações dos novos partidos, os quais viriam a concorrer ao lado do PAIGC, em 1994. Tanto a democratização como a entrada dos novos partidos no cenário deveria ser suficiente para superar o abismo criado no país pela ausência dessas ferramentas, que servem para criar novas dinâmicas na governança (BIJAGÓ, 2011). Pode-se concluir que, nessa linha de raciocínio, os percursos e os resultados exigiam novas dinâmicas que eram possíveis nos moldes democráticos.

Na Guiné-Bissau, era nítida as expectativas quanto à multiplicidade de significados e sentidos que a democracia poderia trazer para o futuro do país, justamente porque a democracia era compreendida como forma da organização política e da governança capaz de instituir projetos alternativos, permitindo uma concepção de cidadania, inclusão social, e da participação política e econômica entre os indivíduos baseados na ação reflexiva e coesão social. Faz sentido tais expectativas, uma vez que não se pode falar de democracia na ausência das questões das indeterminações sociais e do político, por serem elementos catalisadores das lutas hegemônicas e contra-hegemônicas.

É importante frisar que a consolidação da democracia depende sempre de tais perspectivas teóricas e políticas, como as transições e liberalizações políticas, capazes de garantir as aberturas necessárias - a democratização política e social que dá ênfase à posição política livre para que seja possível descentralização do poder e participação da sociedade civil. Mas também é fundamental destacar que a combinação entre liberalização, transição e democratização não constituem, necessariamente, a consolidação do regime democrático, ou seja, não garantem que este permaneça e seja saudável, fazendo dele o “único jogo possível”, como foi ponderado na seção anterior.

Este é o caso guineense, cuja trajetória mostra que depende da capacidade do governo construir um modelo capaz de mudar a qualidade de vida de boa parte da população e também de incluir as minorias nas tomadas das decisões. Levando em consideração o conjunto dos elementos mencionado acima, compreende-se que a

intolerância entre atores políticos e a falta de articulação da sociedade civil contribuem para insucessos da governança, abrindo desta forma outras janelas de oportunidades, nas quais se sobrepõe os poderes militares.

Como já se deixa indicar, ao analisar as chances do sucesso da governança guineense, faz-se necessário olhar o multipartidarismo no seu todo e, particularmente, as eleições gerais de 1994, que teve a participação do PAIGC e os demais novos partidos, como PRS, um ato eleitoral pioneiro da democracia guineense, mas que carrega consigo várias explicações, tendências e constâncias que abrangem a análise e a compreensão também dos demais processos eleitorais no país (CÓ, 2016).

Os moldes democráticos e as eleições gerais de 1994 ajudaram em deixar transparecer alguns sinais positivos, como a liberdade de criação das associações, de novas formações partidárias e que, inclusive, participaram da disputa nas urnas, e do aparecimento dos sindicatos de categorias, bem como cisões e incorporações de empresas devido às reformas constitucionais que puseram ao fim ao monopartidarismo, deram possibilidades de surgimento da sociedade civil no país. Realmente, é de suma importância as ações da sociedade civil junto às comunidades, o que, de alguma forma, chama atenção dos atores políticos e dos partidos políticos a aproximarem dos setores sociais para ascender o poder e futuras dinamizações da governança.

Entretanto, para além do resultado propriamente eleitoral, no qual houve a vitória do PAIGC, que já estava no poder, inclusive com a manutenção de Nino Vieira como Presidente, o período pós-eleições de 1994 foi rapidamente preenchido de conflito interno profundo, o que mina quaisquer esforços para uma governança saudável. Quando Nino Vieira (Presidente eleito) e Manuel Saturnino da Costa (secretário geral do PAIGC e a figura indicada do partido para cargo do Primeiro-Ministro) se envolveram em disputa sobre nomear ou não a figura desse último para chefiar o governo, bem como o próprio conflito de 7 de junho de 1998 são resultantes da referida intolerância entre atores políticos.

Mais do que episódios específicos, fruto da inexperiência desses atores em um cenário pluralista ou típicos de novos tempos e destinados a desaparecerem com o amadurecimento geral, eles foram o anúncio de um padrão que se manteve no tempo. Basta ver como foi o período do Presidente JOMAV, já nos anos 2010, para perceber que pouca coisa se alterou, apesar de a violência não ter sido o caminho escolhido para resolver os problemas, ao inverso do que ocorreu no final dos anos 1990. Os

mais otimistas podem ver isto como um indício de melhoria, e efetivamente não deixa de ser. Mas é muito pouco, afinal, apenas o meio utilizado para resolver o conflito é que se alterou. A intolerância entre os atores políticos em si, permaneceu.

Ao longo da sua história de Estado-nação, a Guiné-Bissau sempre conheceu diferentes situações, como golpes do Estado, dissoluções parlamentares, assassinatos, os quais afetam a sua governança, quer no período do monopartidarismo, quer nas fases democráticas. Contudo, a frequência dessas situações foi cada vez mais vista depois das eleições gerais de 1994. As alegadas má administrações públicas figuram entre os principais fatores que originam tais situações, aliadas também às sucessivas crises econômicas e políticas, incentivam o encorajamento às realizações das eleições como saídas para esses conjuntos dos problemas.

O conflito interno no partido vencedor das eleições (seja PAIGC, seja PRS) logo após aqueles atos torna evidente os sinais que punham em causa as mudanças que se esperavam com a implementação da democracia e conseqüentemente saídas para os já conhecidos problemas que o país enfrentou até aí. Porém, procurou-se encontrar saídas a nível interno, através das reuniões nos órgãos superiores do partido como Bureau Político para o efeito, mas o resultado desfavorável aos presidentes Nino Vieira, Yalá ou JOMAV torna difícil uma boa coabitação entre ele e os demais membros de governo para que seja possível alcançar resultados esperados na governança.

As disputas políticas desgastantes e muitas vezes não amistosas acabam por resultar nos desfechos catastróficos, como o caso do conflito civil de 7 de junho de 1998. O país vivia um autêntico estado de anarquia administrativa, o que rapidamente se refletiu em ondas de greves nunca antes vista até então. Ocorria, também, as suspensões dos apoios que o país recebia dos parceiros. Em 1997, o governo mudou da liderança, quando Manuel Saturnino da Costa foi substituído no cargo do Primeiro-Ministro pelo Carlos Correia (antigo desejo do Presidente da República para aquele cargo). Tal decisão teceu episódios críticos para governança e incentivou a existência de duas alas antagônicas no PAIGC e, conseqüentemente, no governo até golpe do Estado de 1998 (NÓBREGA, 2003a).

Internamente (no partido e governo), não era dúvida de que há outra bola do fogo a arder, neste caso a venda de armas ao Movimento das Forças Independentistas de Casamansa (MFDC), ao qual instaurou-se uma comissão

parlamentar de inquérito que envolvia também o Presidente Nino Vieira, que foi acusado pelo general Ansumane Mané de ser mandante das vendas dos armamentos – um episódio que acabou por atirar completamente a terra todo o esforço que pudesse preservar a frágil estabilidade institucional que pudesse ainda existir para fazer ponte entre as partes e resolver as contendas. Vale ressaltar que, estando o Presidente envolvido em diferentes conflitos internos, direta ou indiretamente, acaba por refletir na administração e nos resultados da governança.

De ponto de vista geral, ao se observar as causas internas dos problemas relacionados com a governança guineense, não se pode negligenciar uma relação delas com as disputas partidárias e interpartidárias desnecessárias pelo poder. Chegando o novo milênio e com a entrada do PRS na cena da governança guineense, mesmo perante as fortes expectativas de proporcionar grandes feitos, não conseguiu evitar as mesmas andanças que o partido antecessor percorrera. Os renovadores, como é conhecido o PRS, teve uma governança também marcada de má gestão da administração pública, desvios de verbas e fortes indícios de corrupção, que ganharam novos fôlegos, inclusive assassinatos de altas figuras militares, como os generais Ansumane Mané e Verríssimo Correia (BIJAGÓ, 2011).

É relevante destacar que o PRS assumiu o país num contexto pós-guerra em que o clima político era altamente explosivo, apesar de o chamado Governo da Unidade Nacional, que funcionou no país por um ano depois da guerra, ter criado condições básicas para que o governo do PRS tivesse um sistema de governança boa. Mas, tem-se de admitir que, por um lado, havia os militares que se achavam donos do poder, depois de terem derrubado aquele que era visto como símbolo da bravura (João Bernardo Vieira), e por outro lado se viam no direito de interferir diretamente nos assuntos da governança.

É compreensível que era difícil superar todas as crises de imediato logo após a guerra, mas o PRS, sendo vencedor das eleições gerais de 1999, havia admitido criar um governo de consenso que pudesse ajudar conseguir uma governança segura e duradoura. Contudo, tal consenso só refletia para o PRS, uma vez que os demais partidos com assento parlamentar não se reconheciam na ideia do consenso do PRS, por acreditarem que se tratava de um disfarce (ELGIE, 2011, p. 102).

Não chega a ser espantosa a queda do governo do PRS, depois de o próprio Presidente da República, que também era líder desse partido, ter demitido e nomeado sucessivamente vários membros do mesmo partido para o cargo do Primeiro-Ministro.

O fato também demonstra a falta de resposta que o próprio partido encontrou no seu projeto da governança. Na análise da dissertação, percebe-se que o governo do PRS foi tomado pelo conjunto de problemas a nível interno e isso refletiu obviamente no projeto da governança e contribuiu em impedir o alcançar dos objetivos esperados.

Com a queda do governo do PRS, junto com o Presidente da República Kumba Yalá, em um golpe do Estado, o país foi empurrado novamente para criação de novo governo de transição, com Henrique Rosa (figura de consenso entre militares, sociedade civil e os políticos) a substituir Yalá na presidência até as eleições de 2005.

Em junho de 2005, o país foi as eleições, já com Nino Vieira como um dos candidatos, que veio a ganhar tal escrutínio, depois de ter regressado ao país, vindo de asilo político desde o fim da guerra civil de 1998-1999, para enfrentar Kumba Yalá (PRS) e Malam Bacai Sanhá (PAIGC). A nova presidência de Nino Vieira teve como um dos primeiros impactos a demissão do governo do PAIGC, que teve apenas quatro meses de existência após as eleições legislativas de 2004, que era liderado pelo Carlos Gomes Júnior.

Essa demissão não foi surpreendente a ninguém, considerando as rivalidades política existentes no processo do regresso de Nino Vieira ao país, até para a sua candidatura para eleições em que saiu vencedor. A partir de 2007, tornaram-se frequentes as ondas dos assassinatos no país, tanto na classe castrense como na classe política. Desta forma, iniciou-se aquilo que pode ser considerado a segunda fase das crises na presidência de Nino Vieira, o aumento das rivalidades, onde fazia parte da cena a questão do narcotráfico internacional e do crime organizado, envolvendo os políticos e militares que teve o seu desfecho de forma mais brutal possível com assassinato do CEMGFA, Tagme Na Waie e do próprio Presidente da República, João Bernardo Vieira em março de 2009 (FISTEIN, 2011).

A este cenário explosivo, demarcado pela violência política, seguiu-se a eleição de Bacai Sanhá (PAIGC), construindo um curto período de menos instabilidade – pois não cabe falar em estabilidade –, decorrido entre 2009 e 2012, mas logo interrompido pelo falecimento do Presidente, ocorrido por causas naturais.

O percurso da pesquisa até aqui nos fez perceber que a Guiné-Bissau teve, ao longo da sua história democrática, um conjunto de problemas fora da normalidade política e da governança. Os parceiros internacionais através dos observadores, geralmente designados para acompanhar os diferentes processos eleitorais, sempre as consideram livres, justas e transparentes, mesmo quando as posições dos partidos

concorrentes serem contrárias, muitas eleições terminam num clima muito tenso, o que não favorece obviamente as fases pós-eleitorais. À título de exemplo: a eleição de 2012, convocada de modo antecipado para escolher o sucessor de Bacai Sanhá, que foi interrompida com o golpe do Estado, levou ainda à prisão do então Primeiro-Ministro, Carlos Gomes Júnior e do Presidente da República interino, Raimundo Pereira. Os militares instituíram outro governo da transição que segurasse a gestão governativa do país até as eleições de 2014.

Ao ser retomada a agenda eleitoral, em 2014, a vitória coube mais uma vez ao PAIGC, dessa vez tendo como candidato JOMAV, o qual, como já dito, conseguiu concluir o seu mandato, o que é uma grande novidade. Entretanto, ao longo dessa travessia, houve uma constante crise de governança, com quase uma dezena de governos sendo formados e destituídos, seja por decisão do Judiciário, seja do próprio Presidente em razão de conflitos pessoais ou inviabilidade política para sustentar tais governos.

Tal crise afastou JOMAV do PAIGC, que até então era o seu partido, de tal forma que concorreu à reeleição como independente. Entretanto, ela também dividiu o PAIGC, que sofreu um racha de parte de sua bancada que vai formar um novo partido, o MADEM-G15, que se estabelece como segunda força na ANP na eleição de 2019. Em resumo: perderam todos, com exceção de um dos Primeiros-Ministros nomeados no período, Sissoco Embaló, que surgiu e ganhou notoriedade na vida política do país, cativou o apoio do MADEM-G15 e conseguiu se eleger Presidente em 2019<sup>13</sup>.

#### **5.4 Afinal, há algo de positivo?**

Antes de traçar as considerações finais da dissertação, não se quer compactuar integralmente com uma visão totalmente pessimista sobre o sistema político guineense. Não se pretende ser mais um exemplo dos “afropessimistas”, a

---

<sup>13</sup> Está além do horizonte temporal da dissertação, mas se pode destacar que a presidência de Sissoco Embaló, ainda em andamento, não tem fugido muito ao roteiro seguido por JOMAV (e seus antecessores), com muitos conflitos com os Primeiros-Ministros, que se sucedem rapidamente, com a ANP e com os partidos, de modo que o país continua a viver um sobressalto atrás do outro, apesar de não ter ocorrido ruptura institucional de fato, ou seja, golpes de Estado ou guerras civis, como era praxe até 2014. Enfim: desde a eleição de 2014, a Guiné-Bissau vive um novo período igualmente instável e de risco como anteriormente, mas sem (ou ainda sem) uma ruptura formal da ordem institucional.

comunidade de pesquisadores que se dedica a compilar as desgraças que assolam o continente (MACUANE, 2000).

Com isso, não se quer dizer que está tudo bem, e sim que, apesar dos problemas, nem tudo é tão mal assim e, portanto, devemos capitular. Nesse sentido, busca-se pontuar alguns elementos positivos, ainda que tênues, ou que nutrem esperanças e, por isso, permitem continuar a sonhar e a lutar por um futuro efetivamente democrático no país.

E esses pontos estão calcados precisamente na concepção minimalista de democracia que impulsionou a dissertação desde o seu nascedouro. Logo, não se pode esquecer que o ponto de partida da investigação é a relevância das eleições, aliás, mais as promessas que elas contêm e as esperanças que inspiram do que os resultados efetivos que têm produzido na Guiné-Bissau. Paradoxo que é sintetizado por Jarju (2019, p. 14):

cada vez que nasce uma esperança – com a realização de eleições, sempre caracterizadas pela comunidade internacional como livres, justas e transparentes – de que o país irá arrancar, marginalizando aparentemente a violência, no caminho do progresso – eis que surge uma nova erupção de crise de ingovernabilidade. É como se existisse uma ‘mão invisível’ que impulsiona o fenômeno da violência.

Portanto, apesar de tantos insucessos no plano fático, o foco aqui é a relevância das eleições como promessa de uma futura democracia saudável, especialmente baseado no fato de que, sem a realização de eleições (confiáveis, claro), essa estabilidade não será alcançada, ou seja, elas são um meio necessário para chegar a esse porto, ainda que, até o momento, isso não tenha acontecido. Vale, por conseguinte, o ditado de Michael Bratton (1999, p. 19 apud NÓBREGA, 2015, p. 32): “conquanto eleições e democracia não são sinônimos, as eleições permanecem fundamentais não só para instalar governos democráticos mas como um requisito necessário para uma mais ampla consolidação democrática”.

Nesse espírito, há três pontos positivos a destacar na trajetória de 25 anos de eleições pluripartidárias na Guiné-Bissau analisadas na dissertação, os quais funcionam como trigo em meio a tantos joios de fracassos e desencantos, e indicam que a democracia tem sido preservada, ainda que de modo canhestro.

Para evitar mal-entendidos: a referência está na visão minimalista de democracia, aquela que a pensa como um método de solução de conflitos políticos

que se efetiva por intermédio de eleições. Portanto, reduzida aos seus elementos essenciais ou necessários. Não se diz que eles sejam suficientes. Ao mesmo tempo, afirma-se que há muitos outros predicados a serem agregados a esta democracia mínima e meramente eleitoral, os quais lhe dão substância e objetivos normativos, de transformação da realidade social e promoção do bem-estar individual e coletivo. Nesse ponto, concorda-se com Baldé (2024a, p. 88), quando afirma:

[...] torna-se evidente que a Guiné-Bissau enfrenta desafios complexos e multifacetados em sua busca por uma democracia funcional e responsiva às necessidades de sua sociedade civil. Isso inclui a dimensão substancial da democracia, que valoriza a participação direta dos cidadãos e a deliberação pública como elementos essenciais para uma democracia de qualidade, indo além do aspecto meramente procedimental da democracia e buscando garantir uma maior igualdade e legitimidade nas decisões políticas.

Apesar disso – e este é o argumento defendido –, não é preciso desmerecer esta democracia mínima, procedimental e eleitoral simplesmente porque não são alcançados ou são alcançados de modo intercotado ou provisório esses outros elementos de uma democracia plena. Caso contrário, verifica-se um desprezo ao pouco que se conseguiu construir e preservar ao longo dessas décadas, o que em nada ajuda a superar os problemas e dissemina a desesperança.

Nesse terreno, está-se ao lado de Walle (2004, p. 180, tradução livre do autor), ao lembrar que “não devemos esquecer que, se bem, a política diária não alcança os ideais democráticos, o típico país subsaariano é muito mais democrático hoje que a finais dos anos oitenta”. E, apenas para recordar: no final dos anos 1980, a Guiné-Bissau era um regime autoritário, vivia o período de partido-único, e não tinha a perspectiva de instauração do pluralismo e de eleições multipartidárias.

#### **5.4.1 Persistência da realização de eleições**

O primeiro desses pontos positivos é que desde que a Guiné-Bissau passou a realizar eleições pluripartidárias, em 1994, ela nunca as abandonou como solução para crises políticas ou forma de concluir uma transição.

A seguir à guerra civil, terminada em 1999, em aproximadamente seis meses houve eleições presidenciais e legislativas. Ao golpe de Estados desferido contra o Presidente Yalá, em 2003, seguiu-se novamente em cerca de seis meses as eleições legislativas de 2004 e, em junho do ano seguinte, as presidenciais. O assassinato de

Nino Vieira em 2009 não produziu uma crise institucional forte o suficiente para que a determinação constitucional de realizar uma nova eleição para suprir a ausência definitiva do Presidente não se realizasse, de modo que ela foi cumprida três meses depois. A nódoa que fica é o caso da eleição presidencial de 2012, convocada de modo antecipado por causa da morte por causas naturais do Presidente Bacai Sanhá, que só teve a realização da 1ª volta e foi interrompida à força por um novo golpe de Estado. Talvez por isso, nesse episódio, houve um período de transição mais duradouro e as eleições só foram retomadas dois anos depois, em 2014.

Aliás, as autoridades militares autoras dos golpes jamais institucionalizaram uma ditadura, as conhecidas ditaduras militares de países do Terceiro Mundo, e sim realizaram eleições em razoavelmente curto espaço de tempo ou atenderam às pressões para tal. De igual forma, sequer permaneceram interinamente no cargo de Presidente da República, passando tal atribuição a civis (Bacai Sanhá, após o afastamento de Nino Vieira, em 1999; Henrique Rosa, após o golpe contra Yalá, em 2003; Nhamadjo, após o golpe de 2012)<sup>14</sup>.

De algum modo, os militares não abriram mão de usar a força para afastar presidentes ou cancelar eleições, mas, ao mesmo tempo, também não abriram mão de convocar eleições logo após essas ações violentas. Como registra Schedler (2004, p. 151), esta não é uma diferença pequena, pois revogar os resultados eleitorais e abortar o jogo eleitoral produz um regime de autoritarismo fechado, o que não ocorre naquele em que as eleições permanecem na agenda.

Em síntese: na Guiné-Bissau, desde 1994 as eleições multipartidárias, livre, justas e competitivas foram incorporadas ao sistema político nacional, de modo que elas acontecem tão frequentemente quanto possível; nenhum dos golpes de Estado implicou o estabelecimento de ditadura militar de longa duração; os próprios militares autores dos golpes não permaneceram à frente do poder político, deixando a civis a ocupação dos cargos de Presidente e Primeiro-ministro, ainda que de modo interino até que novas eleições acontecessem<sup>15</sup>.

Este patrimônio é visto com otimismo por Walle (2004, p. 190, tradução livre do autor). Para ele, deve-se valorizar a aprendizagem institucional, pois “ainda que

---

<sup>14</sup> A regra tem exceção: após o golpe de 2003, o general Veríssimo Seabra chegou a ocupar interinamente a presidência, ainda que por pouco tempo (cerca de duas semanas), pois não conseguiu resistir às pressões para fixar-se como Chefe de Estado.

<sup>15</sup> Embora, como aponta Carvalho (2014, p. 82), “ao não assumirem [o poder] não quer dizer que não tenham interferido nele, e mais, a elite castrense jamais esteve longe das esferas do poder”.

imperfeitas, as múltiplas eleições que têm sido levadas a cabo representam significativas reservas de capital experiencial que pode assegurar um futuro progresso democrático”.

#### 5.4.2 Legitimidade das eleições

O segundo está baseado em Kuenzi e Lambricht (2001). As autoras propuseram três critérios para dimensionar a legitimidade das eleições, em um estudo voltado à institucionalização do sistema partidário em 30 países africanos<sup>16</sup>. O primeiro é eleições justas. O segundo, o reconhecimento do resultado pelos derrotados. E o terceiro, a ausência de boicote da oposição.

No que tange ao primeiro critério, verifica-se que, do ponto de vista procedimental, a democracia guineense tem funcionado, como afirma Baldé (2024b). Esta também é a opinião de O'Regan e Thompson (2013, p. 12), para quem as eleições vêm sendo relativamente bem organizadas, a CNE consegue manter um certo nível de independência e os titulares de cargos governamentais não têm êxito em manipular as eleições.

Em referência à disputa de 1999, Rudebeck (2001, p. 47) pontuou que “não existe nada sobre as eleições que faça sugerir uma fraude eleitoral sistemática em grande escala, que de maneira concludente pudesse ter turvado o resultado final”. Sobre as eleições presidenciais de 2005, que foram realizadas após um golpe de Estado, Vaz e Rotzoll (2005, p. 543, tradução livre do autor) afirmam que

a Comunidade Internacional presente em Bissau ficou satisfeita com a desenvolvimento do processo eleitoral e instou a Guiné-Bissau a continuar a avançar na direção certa. As eleições foram declaradas justas e transparentes por todas as missões de observação.

A 1ª volta da não concluída eleição presidencial de 2012 foi considerada por analistas internacionais como “livre, justa e transparente, sem irregularidades relevantes ou susceptíveis de alterar os resultados”, conforme Sousa (2012, p. 90). No caso do pleito de 2014, Sangreman, Proença e Martins (2016, p. 11-12) dizem que foi avalizada por 400 observadores internacionais e Lé (2023, p. 89) registra que

---

<sup>16</sup> A Guiné-Bissau não está incluída, mas Sanches (2010) reproduziu os parâmetros das autoras (que possuem mais indicadores do que apenas a legitimidade das eleições) para os países lusófonos, o que contemplou a situação guineense.

os resultados provisórios da primeira volta das eleições foram transparentes, ainda que apresentassem algumas falhas processuais e técnicas. Algumas atas, principalmente aqueles que vieram das mesas de assembleia da diáspora, tinham erros de cálculo. [...] No entanto, essa falta de clareza que se encontrava nos resultado provisórios foi superada [...].

E mesmo a tumultuada eleição presidencial de 2019 teve o resultado confirmado pela CNE e, depois, pelo STJ, ainda que tenha produzido incerteza e provocado uma posse “para-Constitucional” do Presidente eleito, pois realizada antes da manifestação definitiva do Poder Judiciário sobre a validade do resultado. O relatório da comissão de observação da União Africana, por exemplo, anota, em referência à 2ª volta, que “apesar dos raros incidentes, a campanha eleitoral e a votação decorreram sem problemas em todo o território nacional. No geral, as eleições foram livres, regulares e transparentes” (UA, 2019, p. 6, tradução livre do autor).

Desse modo, apesar de denúncias terem sido feitas, reparos a determinados procedimentos figurarem nas avaliações das eleições e serem encontrados ocasionalmente comentários genéricos e imprecisos sobre fraudes e manipulação na literatura que põem em dúvida as eleições<sup>17</sup>, nenhuma foi anulada pela CNE ou pelo Poder Judiciário, bem como, ainda que validada, tenha sido considerada fraudulenta por observadores internacionais ou analistas políticos locais e do exterior. E a exceção, a anulação da eleição de 2012, não se deu em razão de fraude ou de decisão judicial, e sim na prática e em decorrência do golpe de Estado promovido por militares.

---

<sup>17</sup> Alguns exemplos. Pereira (2021, p. 258) diz: “a história das eleições na Guiné-Bissau registra episódios muitos tenebrosos que devem merecer uma atenção e cuidados especiais, para o seu definitivo saneamento: urnas contendo boletins e atas lançadas ao mar, trocas de urnas, boletins queimados, atas com assinaturas alteradas, resultados trocados minutos antes da sua divulgação, Presidentes da CNE que desaparecem entre o fim das votações e o anúncio dos resultados, etc.”. Contudo, em seguida anota: “mesmo havendo sempre poucas provas da autenticidade dessas alegações, reduzem substancialmente a confiança do eleitor no ato e na credibilidade do processo”. Soares (2013, p. 78) critica o conjunto das eleições, pois, segundo ele, os resultados nem sempre foram aceitos pelos competidores; houve sempre contestação por causa de fraudes eleitorais, notadamente pela possibilidade de uma pessoa possa votar mais de uma vez. Monteiro (2020, p. 48) expõe que as eleições são um processo passível de questionamento devido à várias irregularidades, a começar por descumprimento de calendário eleitoral. Em relação às eleições de 1994, Bijagó (2011, p. 64-65) aponta que a elevada votação de Yalá gerou a sensação de que houve fraude; Té e Monteiro (2020, p. 220) falam em incerteza sobre a veracidade dos resultados, ao que Rudebeck (2001, p. 11) anota “algumas dúvidas relativas à eleição para Presidente”; Suma (2023, p. 39) afirma que foram consideradas manipuladas pelos cidadãos e políticos de oposição; Fernandes (2015, p. 70) acusa o PAIGC de ter usado e abusado da máquina estatal para se manter no poder. No que tange às eleições de 2004, Ferreira (2004, p. 50-51) cita que eleitores foram ameaçados se votassem em um determinado partido, votaram mais de uma vez e houve compra de votos. Sobre as eleições de 2014, Baldé (2024, p. 85) diz que elas foram marcadas por perseguição política, medo e interferência militar nos assuntos políticos, o que configura uma tentativa de privar alguns cidadãos do exercício de seus direitos civis e políticos.

Se for agregada à variável eleições limpas e justas aquela relativa à competitividade, Guiné-Bissau também não decepciona. Todas as disputas presidenciais foram para a 2ª volta. O Presidente foi derrotado ao concorrer à reeleição, como ocorreu com JOMAV, em 2019. Um candidato independente venceu, como ocorreu em 2005, ainda que fosse Nino Vieira, alguém com um histórico que o colocava acima de partidos. E nas eleições legislativas, diferentes partidos obtiveram maioria, alternando-se nessa condição (PGAIC, depois PRS e, novamente PAIGC) e há uma diversidade de partidos representados a cada legislatura.

De igual modo, considerando o segundo critério de Kuenzi e Lambright (2001), os derrotados têm aceitado o resultado, ainda que eventualmente com relutância, como verificado em 2005, com Bacai Sanhá tendo denunciado fraude e demorado para concordar com a derrota, ou em 2019, com o PAIGC e seu candidato presidencial DSP, mas não se registram tentativas de golpe por essa causa.

Pode-se discutir se o golpe de Estado de 2012, que cancelou a eleição após a realização da 1ª volta, foi promovido com a intenção de evitar a provável vitória de um candidato (Carlos Gomes Júnior, o Cadogo), como abordado no capítulo anterior. Argumenta-se que o golpe não se deu por iniciativa de um competidor, e sim pelos militares, um fato externo às eleições propriamente dita, ainda que haja a provável concordância de Yalá, que era um candidato.

No que se refere ao terceiro critério proposto por Kuenzi e Lambright (2001), verifica-se que não ocorreram boicotes das principais forças de oposição às eleições realizadas, retirando-se da disputa como forma de protesto e de denúncia, em razão da manipulação por parte dos então donos do poder.

Houve um caso, como o relatado no capítulo anterior: Ibraima Jaló, candidato a Presidente nas eleições de 2009 deixou a disputa dias antes da votação apresentando esta acusação como justificativa para a retirada voluntária. Porém, ele não era um candidato competitivo e tampouco pertencia a um dos principais partidos. De igual forma, o assassinato do candidato presidencial Baciro Dabó tem relação com o clima de violência associado à democracia guineense e é mais um que se soma a tantos outros (Nino Vieira, Ansumane Mané, Veríssimo Seabra, Tagme Na Waie etc.), mas não necessariamente foi promovido com vistas a eliminar um competidor destacado e, assim, modificar o resultado das eleições.

Sanches (2010) replicou os critérios de legitimidade das eleições de Kuenzi e Lambright (2001) para os países lusófonos africanos. No caso da Guiné-Bissau, o

recorte adotado abarca quatro eleições (1994, 1999, 2004 e 2008). Ela transforma o atendimento ou não aos critérios em escores (1 e 0, respectivamente), de modo que cada eleição pode somar no máximo 3. A avaliação da autora não é tão otimista quanto a desta pesquisa: a média geral alcançada pelas quatro eleições guineenses estudadas é 2, sendo a de 1994 aquela que alcançou 3, o patamar mais alto, enquanto 1999 e 2004 somam 2, e 2008 apenas 1, a indicar a deterioração da legitimidade das eleições com o passar dos anos.

Entretanto, há alguns problemas no estudo, os quais impedem a plena validação dos seus resultados e de suas conclusões. Existe uma divergência no texto: no quadro em que sistematiza o atendimento aos critérios, a eleição de 2008 aparece como aceitação dos resultados (Sim, conforme a operacionalização), o que corresponderia a 1 ponto (SANCHES, 2010, p. 127). No entanto, no quadro em que expressa o conjunto das pontuações, essa eleição figura como zero (ou seja, “não”) (SANCHES, 2010, p. 129). Se o equívoco está no quadro de pontuações, a eleição de 2008 passaria a somar 2 pontos, ficaria igual às duas precedentes e a observação da depreciação progressiva da legitimidade das eleições deixa de ter procedência.

E, no que tange ao não atendimento aos patamares de legitimidade, há algumas decisões não fundamentadas, o que dificulta apreciar a classificação da autora. Ela considerou que houve boicote em uma das eleições (2008), mas não apresentou evidências e a dissertação não conseguiu identificar um boicote sistemático.

Sanches (2010) aponta que nas eleições de 2004 houve contestação ao resultado. Pode-se especular que ela assim a classificou porque Nino Vieira demitiu o governo formado pela configuração parlamentar decorrente do pleito. Entretanto, se for este o procedimento, as eleições de 1994 também deveriam assim ser consideradas.

No caso da eleição de 1999, também classificada como “resultados contestados”, verifica-se que Sanches (2010) levou em conta o golpe de Estado ocorrido em 2003, de modo que “aceitação” implica o cumprimento do mandato sem interrupções por fatores externos. Em sendo assim, pode-se supor que o mesmo deveria ocorrer com as eleições de 1994, cujo mandato de Vieira foi interrompido por um golpe de Estado seguido de guerra civil, uma decisão que a autora não tomou.

Entretanto, se a classificação de contestação dos resultados obedece a outro parâmetro que não os especulados nos parágrafos anteriores (demissão do governo

ou golpe de Estado), não se sabe qual é ele, tampouco as informações e os fatos que serviram de base para a classificação promovida. Pode-se especular que o que a autora chama de constestação de resultado nem se refira às eleições legislativas de 2004, e sim às presidenciais de 2005 e que ela se baseie na resistência inicial de Bacai Sanhá em aceitar a derrota, o que levou apoiadores dele e de Nino Vieira a se enfrentar nas ruas de Bissau, como relatado no capítulo anterior. Ou, então, para tal juízo, que esteja a considerar o assassinato de Nino Vieira.

Nesses termos, pensando estritamente no evento eleições e tendo em vista os parâmetros propostos por Kuenzi e Lambright (2001) para dimensionar a legitimidade das eleições, considera-se que a Guiné-Bissau não está tão mal. Desse modo, não se concorda com aqueles que associam o país com o autoritarismo competitivo (LEVITSKY; WAY, 2004), como o faz Uali (2024, p. 53-54). Ao comentar os partidos existentes no país, ele diz que não possuem uma ideologia política categoricamente opostas à ideologia do regime unipartidário do PAIGC, de modo que são uma mera continuidade daquele em uma forma mais modernizada e há uma falácia eleitoreira.

A discordância é de duas ordens. A primeira, se baseia em uma questão específica: os argumentos que Uali (2024) mobiliza para qualificar a Guiné-Bissau como um caso de autoritarismo competitivo não são compatíveis com a caracterização apresentada por Levitsky e Way (2004).

A segunda é mais ampla e já foi comentada em seção precedente: qual o ganho analítico ao classificar o país como autoritarismo competitivo? Obviamente, aproximá-lo de uma categorização que unifica diferentes realidades pode ajudar a compreender o modo como as relações políticas se dão no país e fornecer um parâmetro de análise. Também como já afirmado, provavelmente autoritarismo competitivo – ou talvez autoritarismo eleitoral, proposto por Schedler (2004) – seja uma proposição melhor do que aquelas apresentadas sob o paradigma da transitologia, especialmente porque reforça a manutenção do autoritarismo mais do que o ingresso em alguma forma de democracia, a exemplo do que faz Kallás (2010), mas isso não é suficiente.

As ocorrências políticas da Guiné-Bissau se mostram mais nuançadas do que propõem Levitsky e Way (2004) por meio do regime híbrido de autoritarismo competitivo. A classificação atende a alguns traços, entretanto não compreende outros. E, em sendo assim, o uso dessa categoria traz a tendência a conformar-se com o que se verifica e negligenciar ou simplesmente esquecer (e excluir da análise)

os traços específicos. Schedler (2004, p. 140) faz alusão a tal risco quando aponta que

quando a realidade empírica é confusa, não há sofisticação conceitual que nos permita estabelecer divisórias claras e consensuais entre os tipos de regimes. Pelo contrário, as fronteiras entre os regimes tendem a ser borradas e controversas na medida em que suas normas constitutivas são idealizações que admitem grau variáveis de realização na prática política real.

Logo, a classificação do caso da Guiné-Bissau vai ser sempre uma escolha, dentre tantas opções possíveis, sem que isso implique efetiva compreensão e explicação de suas particularidades. Concorde-se, portanto, com Walle (2004, p. 180) quando afirma que, quando agrupamos todas as múltiplas organizações multipartidárias da África subsaariana em mesma categoria (e ele usa “democracia imperfeita”), somos induzidos a esquecer que a política se pratica de maneira muito diferente de país a país, o que uma análise breve deixa evidente.

Veja-se, por exemplo, o modo como Levitsky e Way (2004, p. 165) se referem à realização de eleições no autoritarismo competitivo:

As eleições são altamente renhidas. Ainda que o processo eleitoral possa estar caracterizado por grandes abusos de poder por parte do Estado, cobertura parcial dos meios de comunicação, perguição aos candidatos e ativistas da oposição e falta de transparência, as eleições são regularmente competitivas (a maioria dos partidos e candidatos de oposição participam) e geralmente não se apresenta fraude massiva. [...] Desta maneira, as eleições podem gerar considerável incerteza e os autocratas devem considerá-las seriamente.

A narrativa é bastante convergente com o que se verifica na Guiné-Bissau e foi amplamente descrito no capítulo anterior. E, de fato, é tentador aproximar o caso em análise dessa categoria – aliás, é o que fez Diamond (2004), que apontou a Guiné-Bissau como exemplo de autoritarismo competitivo<sup>18</sup>.

Entretanto, como já bastante destacado e defendido na dissertação, sabe-se que o problema não está na promoção das eleições, e sim na efetividade e no respeito aos resultados por elas produzidos ou o cumprimento do que Schedler (2004) chama de decisividade. Na visão dele, “eleições têm de ser ‘decisivas’ *ext ante*, assim como

---

<sup>18</sup> Este autor é um bom exemplo das generalizações que se está a criticar: como ele estabelece uma métrica para inserir os países nas categorias previamente estabelecidas, o resultado (enquadramento da Guiné-Bissau, no caso) corresponde às condicionantes da própria métrica mais do que a uma análise rigorosa e específica da realidade do país.

irreversíveis *ex post* (SCHEDLER, 2004, p. 144, tradução livre do autor). Aliás, como a Guiné-Bissau não atende este que é o sétimo e último requisito para a ocorrência da democracia eleitoral e o autor exige o cumprimento de todos para que haja a democracia eleitoral, vê-se que classificaria o país como autoritarismo eleitoral.

E aqui reside o problema: os resultados são legítimos, mas têm sido sistematicamente desrespeitados, seja por golpes de Estado ou medidas violentas, como assassinato do Presidente, seja pelo que Kosta (2016) verificou: nenhuma relação entre Presidente e Primeiro-Ministro foi pacífica e calcada nos preceitos determinados pela Constituição, os quais foram sistematicamente desconsiderados pelo Presidente ou interpretados conforme as conveniências dele. E, nesses casos, as características formais de ser semipresidencialismo com pendor Presidencialista (AZEVEDO, 2009, p.139) sempre prevaleceram e a demissão do Primeiro-Ministro se deu por divergências com o Presidente, no qual este fez valer a sua vontade. Até hoje, houve apenas um governo desfeito por decisão parlamentar. Mais do que isto, demitido o Primeiro-Ministro, recorrentemente o novo governo foi formado por indicação presidencial, e não da maioria parlamentar.

### 5.4.3 Comparecimento às urnas

O terceiro ponto positivo que se quer evidenciar diz respeito ao fato de que os cidadãos vêm prestigiando as eleições, independentemente de seus insucessos. Os dados abaixo sistematizados, relativos ao comparecimento às urnas, calculados em relação ao eleitorado apto e expostos ao longo do capítulo anterior, demonstram isso.

**Quadro 9** – Comparecimento às eleições (Guiné-Bissau, 1994-2019)

Eleições	Presidenciais		Legislativas
	1ª volta	2ª volta	
1994	89,33	81,57	88,91
1999	80,36	71,90	82,29
2004 / 2005*	87,63	78,55	76,25
2008 / 2009*	60,01	61,07	82,00
2012**	55,00	-	-
2014	88,89	78,21	88,57
2019***	74,37	72,67	84,69

Fonte: GUINÉ-BISSAU. CNE (2023a, 2023b, 2023c, 2023d, 2023e, 2023f, 2023g, 2023h, 2023i, 2023j), KOUAWO (1994, anexo 2), MENDY (1996, p. 62), RUDEBECK (1997, p. 23, 26), SANGREMAN et al. (2006, p. 5), MONTEIRO (2020, p. 81), SUMA (2023, p. 87)

\* Não concomitantes: legislativas em 2004 e em 2008; presidenciais em 2005 e em 2009

\*\* Anulada, só houve a realização da 1ª volta

\*\*\* Realizadas no mesmo ano, mas não concomitantes: legislativas em março; presidenciais em novembro (1ª volta) e dezembro (2ª volta)

O percentual de participação eleitoral é sempre superior a 80% na 1ª volta da disputa presidencial, com exceção de 2009<sup>19</sup>, que foi de 60,01%, o pleito realizado ao de modo antecipado em razão do assassinato de Nino Vieira, e de 2012, quando atingiu 55%, outra eleição antecipada por morte do Presidente (Bacai Sanhá). E o mesmo pode ser dito das eleições legislativas, sendo a exceção 2004, quando atingiu 76,2%. Porém, lembra-se que essa eleição ocorreu logo após o golpe de Estado de 2003 que destituiu o Presidente Yalá e foi a primeira isolada, ou seja, sem a eleição presidencial.

Monteiro (2020) se dedica a analisar a intensidade da participação eleitoral entre 1994 e 2014 como indicador da consolidação de um sistema multipartidário democrático. Embora reconheça a carência de tempo para que a democracia e a própria sociedade amadureçam e os vários períodos de instabilidade que, no recorte de tempo de sua pesquisa, impediram que os presidentes eleitos concluíssem seus mandatos, o autor identifica índices que considerou elevados de comparecimento às urnas, a apontar um eleitorado disposto a confiar nas eleições como fonte de legitimação política.

Sangreman et al. (2006, p. 5; 2008), em um recorte temporal mais estreito, relativo às três primeiras eleições (1994, 1999, 2004-2005), já tinham feito a mesma observação. Para eles, são “taxas muito altas seja qual for o padrão de referência” e indicam que a “população parece ter assumido que o voto em urna continua a ser um meio a utilizar de expressão das suas escolhas políticas”. Suma (2023, p. 45) corrobora essa constatação, mas de modo crítico, pois considera que “[...] a democracia Bissau-gineense se encontra ainda numa fase embrionária, só se vive no momento das eleições (ato de votar)”. É a mesma opinião de Có (2016, p. 85), segundo a qual no país “a participação da sociedade civil só ocorre no ato de votar”. O tom é de insatisfação, mas subjaz o reconhecimento da força das urnas.

Em referência a uma etapa anterior, a do alistamento eleitoral – que, lembre-se, na Guiné-Bissau é realizado a cada processo eleitoral –, Rudebeck (2001, p. 43) mostra surpresa quanto ao fato de aquele relativo à disputa de 1999 ter sido realizado com tanto sucesso, em um prazo tão curto como o de algumas semanas entre agosto

---

<sup>19</sup> Para que se tenha uma medida de comparação: a 1ª volta das eleições presidenciais brasileiras de 2022 teve comparecimento de 79,05% e a 2ª volta, 79,41%, ambos índices menores que o de Guiné-Bissau (LULA..., 2022). Um detalhe bastante relevante: no Brasil o voto é obrigatório e na Guiné-Bissau, facultativo.

e setembro. Para além da capacidade do CNE, ele o reputa também como “[...] indício de certo interesses suscitado pelas próprias eleições o fato de as pessoas se disporem a ser recenseados”. E, então, propõe: “estes dados, segundo a minha interpretação, são pelo menos em parte, indícios de interesse vivo pelos procedimentos democráticos eleitorais”.

A opinião é convergente com a de Pereira (2021, p. 260). Este anota que a Guiné-Bissau deu passos importantes para a consolidação do processo eleitoral, uma votação globalmente bem acolhida pela população que, por força do número de vezes que foi chamada às urnas, compreende razoavelmente bem a sua importância e os procedimentos a respeitar.

## **5.5 Síntese**

Apresentados esses pontos de vista, argumenta-se a título de síntese ao capítulo que experiências como a da Guiné-Bissau mostram que eleição não são suficientes para que se tenha uma democracia, mas são necessárias. Logo, não podem ser hipervalorizadas, como se a realização delas resolvesse todos os problemas. Ao mesmo tempo, elas são chave para garantir aos vencedores uma legitimidade política imprescindível para o exercício do poder em bases democráticas. Apesar de necessárias, elas são o primeiro passo em uma jornada mais longa e sujeita a percalços e, por isso, não podem ser consideradas suficientes.

Este é o caso da Guiné-Bissau, no qual a estrada tem se mostrado muito acidentada e em tal magnitude que as eleições têm sido desprezadas como a fonte de legitimidade e substituídas pela violência política que, como se sabe, pode até afastar adversários, alçar alguém à posição de mando e redundar em exercício de poder efetivo, mas não produz legitimidade para esse exercício.

Apesar desse cenário, observou-se que, analisadas em si mesmas, as eleições são recorrentes, legítimas – pois competitivas, livres, justas, cujos resultados têm sido aceitos pelos competidores – e ganham adesão dos cidadãos, que comparecem massivamente às urnas. Como já amplamente dito, isso não é suficiente para garantir a democracia, mas não é pouco ou algo a ser simplesmente desprezado.

## 6 Considerações finais

Esta dissertação teve como problema de pesquisa saber como avaliar o sistema político guineense nos 25 anos compreendidos entre a realização das primeiras eleições pluripartidárias para Presidente da República e composição do parlamento, em 1994, e a mais recente disputa presidencial, ocorrida em 2019. O parâmetro de análise foi a concepção minimalista de democracia e que a vincula essencialmente a eleições livre, justas e competitivas, nas quais os direitos civis e políticos estão preservados.

Logo, a pesquisa acabou por ter como objetivo abordar diferentes momentos das eleições na Guiné-Bissau, as dificuldades em relação aos resultados serem efetivos, assim como outras questões adjacentes a esses pleitos, como o papel e a participação dos partidos políticos, as crises institucionais em volta das eleições ou que forjaram tais eleições e a própria governança.

A sua hipótese afirmava que a Guiné-Bissau alcançou a democracia minimalista, tendo incorporado eleições livres, justas e recorrentes ao seu sistema político, embora este resultado não signifique que o país consiga preservar a radicalidade daquilo que uma eleição é, de modo que os resultados dessas disputas sistematicamente não se sustentam, em razão de crises institucionais.

O elemento distintivo era o caráter otimista, sintetizado por afirmar que alguma democracia foi alcançada pelo país, pois a inefetividade dos resultados das eleições não eram uma descoberta, e sim a constatação de fatos muito bem conhecidos, cuja evidência estão na guerra civil de 1998-1999, os golpes de Estado de 2003 e 2012, as difíceis condições de desenvolvimento do período de JOMAV como Presidente, o único que concluiu o mandato.

Nesse sentido, a confirmação da hipótese, o que se considera efetivado, deriva de seu caráter interpretativo, pois esta confirmação não implica negar as evidências que a trajetória política da Guiné-Bissau apresenta nesses 25 anos, e sim retirar elementos positivos desse cenário de fracassos. E, dentro dos limites da dissertação, procurou-se fundamentar o alcance dessa democracia mínima por meio da confirmação da manutenção do calendário eleitoral (ainda que sujeito a adaptações às contingências), da realização de eleições legítimas e do elevado engajamento dos cidadãos por meio do comparecimento às urnas.

Esta foi a sintetização dos argumentos mobilizados pela dissertação, sustentados em dados empíricos e em bases teóricas que lhe dão respaldo. Porém, elas são o resultado de uma investigação construída paulatinamente ao longo dos capítulos que a contém e que, em seu desenvolvimento, procuraram viabilizar tal termo.

Neste sentido, o primeiro capítulo incumbiu de descrever e analisar a visão e o pensamento dos diferentes teóricos sobre papel das eleições, bem como a sua importância para a democracia e a governança. Além das questões eleitorais, destacou-se o papel da democracia representativa, os poderes políticos como instrumentos de obtenção dos poderes políticos e de acesso a governança. Percebeu-se também que a realização das sucessivas eleições visava a fornecer as soluções mais democráticas possíveis, onde o poder é devolvido ao povo, para que este, por meio das eleições, possa fazer uma justiça que se calhar os próprios poderes judiciais não conseguiriam fazer com grande eficiência, tanto quanto ao povo, poderia o fazer por meio do voto secreto e livre. Olharam-se diferentes maneiras de acesso ao poder, sejam elas democráticas ou subversivas (como golpe de Estado), as quais ajudam a compreender o caso guineense, quer nos aspetos da lei, da reorganização da máquina burocrática (depois das subversões), e caminho que explicam as constantes realizações das eleições.

No capítulo 2 se procurou situar a Guiné-Bissau, especialmente nos elementos relativos à sua história, começando como uma colônia portuguesa, a luta pela independência e os primeiros anos da sua vida como um novo Estado, a começar pela construção desse aparato. E, finalmente, relatou os processos de liberalização e democratização, que se desenvolveram no início dos anos 1990 e se completaram com a realização das eleições pluripartidárias inaugurais, em 1994.

Priorizar a contextualização do espaço em estudo – a Guiné-Bissau –, aspeto político e histórico também é relevante, na medida em que pode orientar uma compreensão mais objetiva da estruturação do Estado nacional guineense a partir 1973, ano da independência. A contextualização histórica tornou relevante por permitir as análises de todo um processo que traz dados sobre o país e o PAIGC (movimento de libertação nacional responsável pela independência), espelhando o processo de formação da elite política guineense e o seu papel na governança, nas mudanças importantes como a queda do art. 4º da constituição de 1973 e definição dos caminhos para as primeiras eleições pluripartidárias na Guiné-Bissau.

O capítulo 3 promoveu o histórico da trajetória de 25 anos dessas eleições pluripartidárias, relatando as diferentes eleições realizadas, os resultados registrados e os desdobramentos do exercício da governança delas decorrentes. Nele, transpareceu as múltiplas dificuldades que os processos eleitorais tiveram na governança do país e, olhando para os partidos, os pleitos, os governos e bases das suas legalidades que contribuíram com a formulação do capítulo teórico. A partir daí, utilizou-se das ferramentas teóricas para olhar as eleições pluripartidárias guineenses e os seus contornos, de maneira a ser possível construir um capítulo relevante sobre questões eleitorais, seus papéis no âmbito da governança e outras características relacionados com as mesmas, como conflitos partidários e interpartidários, a abertura democrática e os seus condicionantes internos e externos, bem como as eleições que se realizaram em decorrência de tais processos e que marcaram diferentes fases da política no país.

E, no capítulo final reservou-se a fazer um panorama geral analíticos do conjunto das questões levantadas ao longo da dissertação, bem como as suas possíveis conclusões, com um olhar de destaque para as eleições, ligando-a aos partidos políticos e à governança. Discutiu-se, ainda, as contribuições que analisam o processo político guineense por meio dos paradigmas da transitologia e ainda aqueles que buscam novas perspectivas, voltadas a diagnosticar o tipo de regime que o país alcançou após concluída a sua transição política.

Os resultados desta pesquisa permitem concluir que as crises vivenciadas ao longo das décadas na Guiné-Bissau – como assassinatos de figuras políticas e militares, as sucessivas quedas dos governos, conflitos militares e golpes de Estados – resultam de má gestão do governo e de conflitos interpartidários recorrentes, desde a sua consolidação enquanto o Estado nacional independente, mas não das eleições propriamente ditas. Esse cenário tem criado um círculo vicioso insuperável até os dias atuais, refletindo diretamente nos resultados da governança no país. Tendo isto em consideração, dificilmente os resultados positivos da governança irá funcionar na Guiné-Bissau, apesar da promoção de eleições que atendem os requisitos da concepção da democracia minimalista.

## Referências

AFRICAN ELECTIONS DATABASE. **Elections in Guinea-Bissau**. s.d. Disponível em: <[https://africanelections.tripod.com/gw.html#2012\\_Presidential\\_Election](https://africanelections.tripod.com/gw.html#2012_Presidential_Election)>. Acesso em: 30 out. 2024.

AMADO, Leopoldo. Guiné-Bissau: 30 anos de independência. **Africana Studia**, Porto, n. 8, p. 109-135, 2005.

AMONA, Dingana Paulo Faia. **Narrativas sobre a guinendade/i**: identidade nacional e diversidade étnica na Guiné-Bissau. 2020. 98 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

ARTUR Silva nomeado novo primeiro-ministro da Guiné-Bissau. **DW**, 31 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/artur-silva-nomeado-novo-primeiro-ministro-da-guin%C3%A9-bissau/a-42375232#:~:text=Artur%20Silva%20%C3%A9%20o%20sexto%20primeiro-ministro%20nomeado%20pelo>>. Acesso em: 30 out. 2024.

ASSASINADO candidato presidencial na Guiné-Bissau. **BBC para Africa.com**, 5 jun. 2009. Disponível em: <[https://www.bbc.co.uk/portuguese/africa/news/story/2009/06/090605\\_gbbacirodabotl.shtml](https://www.bbc.co.uk/portuguese/africa/news/story/2009/06/090605_gbbacirodabotl.shtml)>. Acesso em: 30 out. 2024.

AUGEL, Johannes. Guinea-Bissau expects its first democratic elections. In: AUGEL, Johannes; CARDOSO, Carlos (org.). **Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios**. Bissau: INEP, 1996a, p. 41-52.

AUGEL, Johannes. Guiné-Bissau: vanguarda anti-imperialista, falência do estado e esperança num novo começo. In: AUGEL, Johannes; CARDOSO, Carlos (org.). **Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios**. Bissau: INEP, 1996b, p. 71-77.

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombro**: nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

AZEVEDO, Elisabete. O semipresidencialismo na Guiné-Bissau: inocente ou culpado da instabilidade política. In: LOBO, Marina Costa; AMORIM NETO, Octavio (org.). **O semipresidencialismo nos países de língua portuguesa**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais-Universidade de Lisboa, 2009, p. 139-170.

BACIRO Dabó e Hélder Proença morreram por terem resistido a ordem de prisão – governo. **RTP Notícias**, 5 jun. 2009. Disponível em: <[https://www.rtp.pt/noticias/mundo/baciro-dabo-e-helder-proenca-morreram-por-terem-resistido-a-ordem-de-prisao-governo\\_n224890](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/baciro-dabo-e-helder-proenca-morreram-por-terem-resistido-a-ordem-de-prisao-governo_n224890)>. Acesso em: 30 out. 2024.

BALDÉ, Bacar. Primeiro-Ministro e governo tomam posse. **Nô Pintcha**, Bissau, 22 de fev. 2000, p. 12. Disponível em: <<https://nopintcha-chul.letras.ulisboa.pt/pdf/2020-12/No-Pintcha-2000-no-1611.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2024.

BALDÉ, Mamim Alfissene Baciro. **Movimentos sociais e processo democrático na Guiné-Bissau**: o caso do Movimento dos Cidadãos Conscientes e Inconformados (2016-2019). 2024a. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

BALDÉ, Mamim Alfissene Baciro. A superfície e a profundidade da democracia Bissau-guineense. **ZiZ: Revista Discente de Ciência Política**, v. 3, n. 1, p. 1-27, jul. 2024b.

BARRETO, Leonardo. **Quanto de quê? O debate teórico e os estudos de democratização**. 2006. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BARROS, Miguel (coord.). **A sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau**: dinâmicas, desafios e perspectivas. Bissau: U. E.-PAANE, 2014. Disponível em: <[https://issuu.com/imvf/docs/soccivilestadogb\\_net](https://issuu.com/imvf/docs/soccivilestadogb_net)>. Acesso em: 30 out. 2024.

BARROS, Miguel de. A sociedade civil face ao processo de democratização e o desenvolvimento na Guiné-Bissau (1991-2011). **Africana Studia**, Porto, n. 18, p. 71-82, 2012.

BESSA, Antônio Marques; PINTO, Jaime Nogueira. **Introdução à política**. Lisboa: Templo, 1977.

BIJAGÓ, Vagner Gomes. O processo de democratização na África: a difícil transição na Guiné-Bissau. **Cadernos de Campo**, n. 23, p. 217-243, jul.-dez. 2017.

BIJAGÓ, Vagner Gomes. **Os golpes de Estado na Guiné-Bissau**: o cotidiano do poder no contexto da diversidade étnica e da construção nacional. 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BROOKS, George E. Bolama: centro de interesses imperialistas africanos, europeus, euro-africanos e americanos. **Soronda**, Bissau, n. 11, p. 5-38, 1990.

CÁ, Luizinho Jorge. **Desafios democráticos na Guiné-Bissau**: um estudo sobre as produções bibliográficas desde a perspectiva da cultura política. 2023. 52 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

CAMARÁ, Domingos Meta. Cento e dois deputados da Nação tomam posse. **Nô Pintcha**, Bissau, 9 fev. 2000. p. 8. Disponível em: <<https://nopintchachul.letras.ulisboa.pt/pdf/2020-12/No-Pintcha-2000-no-1610.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2024.

CARDOSO, Carlos. Sociedade civil, espaço público e gestão de conflitos: o caso da Guiné-Bissau. In: **12ª CONFERÊNCIA GERAL CODESRIA**. Yaoundé, Camarões, 2008.

CARDOSO, Carlos. Da abertura 1 a abertura 2: os desafios da transição política na Guiné-Bissau, 2006. Disponível em: <<https://guineidade.blogs.sapo.pt/15886.html>>. Acesso em: 30 out. 2024.

CARDOSO, Carlos. **A formação da elite política na Guiné-Bissau**. Lisboa: Centro de Estudos Africanos; Instituto das Ciências do Trabalho e da Empresa, 2002.

CARDOSO, Carlos. Classe política e transição democrática na Guiné-Bissau. In: KOUDAWO, Fafali; MENDY, Peter Karibe (coord.). **Pluralismo político na Guiné-Bissau: uma transição em curso**. Bissau: INEP, 1996, p. 135-164.

CARDOSO, Carlos. A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. **Lusotopie**, Aix-en-Provence, n. 2, p. 259-282, 1995.

CAROTHERS, Thomas. The end of transition paradigm. **Journal of Democracy**, v. 13, n. 1, p. 5-21, 2002.

CARVALHO, Celisa dos Santos Pires de. **Guiné-Bissau: a instabilidade como regra**. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política, Cidadania e Governação) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2014.

CARVALHO, Ricardo Ossagô de. **Que democracia? O processo de transição política guineense e a atuação das forças armadas na condução da política nacional (1994-2009)**. 2010. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

CHABAL, Patrick. A democracia em África: que perspectivas?. In: CARDOSO, Carlos; AUGEL, Johannes (coord.). **Guiné-Bissau: vinte anos de independência**. Bissau: INEP, 1993, p. 313-326.

CHABAL, Patrick. Party, state, and socialism in Guinea-Bissau. **Canadian Journal of African Studies**, Ottawa, v. 17, n. 2, p. 189-210, 1983.

CÓ, Miate Bonte. **Desafio democrático africano: o caso da Guiné-Bissau**. 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

COSTA, Paulo António. **Instabilidade política na Guiné-Bissau: dimensões, causas e efeitos**. 2019. 34 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2019.

COUNTRYECONOMY. **Guiné-Bissau – Índice de Desenvolvimento Humano**. 2024. Disponível em: <<https://pt.countryeconomy.com/demografia/idh/guine-bissau#:~:text=Guin%C3%A9-Bissau%20-%20%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Humano%20...%20Taxa%20d>>. Acesso em: 30 out. 2024.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: UnB, 2001.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**. São Paulo; Edusp, 1997.

DARAME, Braima. Baciro Djá toma posse como primeiro-ministro em Bissau. **DW**, 27 maio 2016. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/baciro-dj%C3%A1-toma-posse-como-primeiro-ministro-em-bissau/a-19285778>>. Acesso em: 30 out. 2024.

DARAME, Braima. Perfil: morreu Kimba Ialá, o eterno candidato à presidência guineense, 4 abr. 2014. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/perfil-morreu-kumba-ial%C3%A1-o-eterno-candidato-%C3%A0-presid%C3%Aancia-guineense/a-17544560#:~:text=O%20homem%20do%20barrete%20vermelho,%20que%20morreu%20em%20Bissau%20aos>>. Acesso em: 30 out. 2024.

DARAME, Braima. Guiné-Bissau: perfis de candidatos com menor visibilidade – Parte 1. **DW**, 14 mar. 2012a. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-perfis-de-candidatos-com-menor-visibilidade-parte-1/a-15807053#:~:text=Guin%C3%A9-Bissau:%20Perfis%20de%20candidatos%20com%20menor%20visibilidade%20->>>. Acesso em: 30 out. 2024.

DARAME, Braima. Guiné-Bissau: perfis de candidatos com menor visibilidade – Parte 2. **DW**, 15 mar. 2012b. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-perfis-de-candidatos-com-menor-visibilidade-parte-2/a-15809381#:~:text=Guin%C3%A9-Bissau:%20Perfis%20de%20candidatos%20com%20menor%20visibilidade%20->>>. Acesso em: 30 out. 2024.

DEM, Alessana. **Instabilidade política na Guiné-Bissau**: o engajamento da sociedade civil em casos de golpes de Estado. 2023. 97 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

DIAMOND, Larry. Elecciones sin democracia: a proposito de los regímenes híbridos. **Estudios Políticos**, Medellín, n. 24, p. 117-134, enero-jun. 2004.

DIAS, Eduardo Costa. A balantização da Guiné-Bissau. **Público**, Lisboa, 5 dez. 2000. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2000/12/05/jornal/a-balantizacao-da-guinebissau-152127>>. Acesso em: 30 out. 2024.

DJALÓ, Tchernó. Lições e legitimidade dos conflitos políticos na Guiné-Bissau. **Soronda**, Bissau, n. esp. 7 de junho, p. 25-36, 2000.

DJAU, Malam. **Trinta anos de golpes de Estado na Guiné-Bissau**: uma análise da elite militar. 2016. 58 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

DJAU, Mamadu Alfa. **A Guiné-Bissau em face do processo de integração econômica e monetária na África Ocidental**: contemplando a integração regional como instrumento de promoção do desenvolvimento. 2019. 564 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

ELGIE, Robert. **Semi-presidentialism: sub-types and democratic performance**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

EMBALÓ, Filomena. O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e fator de identidade nacional. **Papia – Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares**, São Paulo, v. 18, p. 101-107, 2008.

FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro. **Guiné-Bissau e Cabo Verde: da unidade à separação**. 2007. 134 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) - Universidade do Porto, Porto, 2007.

FERNANDES, Jorge Mário. **Guiné-Bissau e os limites da consolidação democrática e do Estado de Direito**. 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

FERNANDES, Lito Nunes. A inserção da Guiné-Bissau na UEMOA e os desafios do desenvolvimento. **Soronda**, Bissau, n. 9 (nova série), p. 161-182, jul. 2017.

FERNANDES, Raul Mendes. Processo democrático na Guiné-Bissau. **Soronda**, Bissau, n. 17, p. 31-43, 1994.

FERREIRA, Patrícia Magalhães. Guinea-Bissau between conflict and democracy. **Africa Scurity Review**, v. 13, n. 4, p. 45-56, 2004.

FISTEIN, David. Guinea-Bissau: how a successful social revolution can become an obstacle to subsequent state-building. **The International Journal of African Historical Studies**, Boston, v. 44, n. 3, p. 443-455, 2011.

FORREST, Joshua B. Autonomia burocrática, política econômica e política num Estado 'suave': o caso da Guiné-Bissau pós-colonial. **Soronda**, Bissau, v. 15, p. 57-95, 1993.

FREEDOM HOUSE. **Countries and territories**. 2024. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/countries/freedom-world/scores>>. Acesso em: 30 out. 2024.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. Topônimos e gentílicos. **Manual de redação oficial e diplomática do Itamaray**. s/d. Disponível em: <[https://funag.gov.br/manual/index.php?title=Top%C3%B4nimos\\_e\\_gent%C3%ADlicos](https://funag.gov.br/manual/index.php?title=Top%C3%B4nimos_e_gent%C3%ADlicos)>. Acesso em: 30 out. 2024.

GALLAGHER, Michael et al. **Representative government in modern Europe**. New York: McGraw-Hill, 1995.

GOMES, Antonieta Rosa. **A Guiné-Bissau no processo de resolução do conflito de Casamansa**. 2014. 244 f. Tese (Doutorado em Estudos Africanos) - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2014.

GOMES, Antonieta Rosa. O poder militar e a desedificação do Estado de Direito e da democracia na Guiné-Bissau. **7º CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS**

**AFRICANOS.** Lisboa, 2010. Disponível em: <[https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2347/1/CIEA7\\_34\\_GOMES\\_O%20poder%20militar%20e%20a%20desedifica%c3%a7%c3%a3o%20do%20estado%20de%20direito.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2347/1/CIEA7_34_GOMES_O%20poder%20militar%20e%20a%20desedifica%c3%a7%c3%a3o%20do%20estado%20de%20direito.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2024.

GOMES, Justino. **O lugar da juventude no processo da democratização e institucionalização do Estado na Guiné-Bissau (1990-2020).** 2023. 263 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2023.

GOMES, Patrícia. A importância das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) na luta pela libertação da Guiné-Bissau. **Poiésis**, Tubarão, v. 3, n. 6, p. 121-139, jul.-dez. 2010.

GOMES, Salvador. Supremo chumba candidatura de Aristides Gomes. **BBC para África.com**, 20 maio 2009. Disponível em: <[https://www.bbc.co.uk/portugueseafrika/news/story/2009/05/090520\\_gbissaupridoutl.shtml](https://www.bbc.co.uk/portugueseafrika/news/story/2009/05/090520_gbissaupridoutl.shtml)>. Acesso em: 30 out. 2024.

GONÇALVES, Mário Elisandro Correia. A CEDEAO e a gestão de conflitos na África Ocidental: a intervenção no conflito violento na Guiné-Bissau (1998-99). **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 13, n. 64, p. 66-81, out.-dez. 2022.

GONÇALVES, Sara João. **O Estado falhado enquanto espaço de edificação do crime organizado transnacional: o caso da Guiné-Bissau.** 2011. 151 f. Dissertação (Mestrado em Estratégia) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Política, Lisboa, 2011.

GUINÉ-BISSAU. **Constituição da República.** 1996. Disponível em: <<https://www.parlamento.gw/leis/constituicao/constituicao-da-republica>>. Acesso em: 30 out. 2024.

GUINÉ-BISSAU. **Constituição da República da Guiné-Bissau de 24 de setembro de 1973.** 1973. Disponível em: <<https://cedis.novalaw.unl.pt/wp-content/uploads/2021/01/Const-Guine-73.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2024.

GUINÉ-BISSAU. **Lei 10/2013** (Lei eleitoral para Presidente da República e Assembleia Nacional Popular). 2013a. Disponível em: <<http://www.cne.gw/images/docs/legislacao.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2024.

GUINÉ-BISSAU. **Lei 12/2013** (Lei da Comissão Nacional de Eleições). 2013b. Disponível em: <<http://www.cne.gw/images/docs/legislacao.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2024.

GUINÉ-BISSAU. CNE (CONSELHO NACIONAL DE ELEIÇÕES). **Eleições para a Presidência da República 2019.** 2023a. Disponível em: <<http://cne.gw/eleicoes/presidencial/resultado-pr>>. Acesso em: 30 out. 2024.

GUINÉ-BISSAU. CNE (CONSELHO NACIONAL DE ELEIÇÕES). **Resultados legislativas de 2019**. 2023b. Disponível em: <<http://cne.gw/resultados-lg-2019>>. Acesso em: 30 out. 2024.

GUINÉ-BISSAU. CNE (CONSELHO NACIONAL DE ELEIÇÕES). **Resultado EL presidenciais 2014**. 2023c. Disponível em: <<http://cne.gw/resultado-presidenciais-2014>>. Acesso em: 30 out. 2024.

GUINÉ-BISSAU. CNE (CONSELHO NACIONAL DE ELEIÇÕES). **Resultados de 2014**. 2023d. Disponível em: <<http://cne.gw/resultado-de-2014>>. Acesso em: 30 out. 2024.

GUINÉ-BISSAU. CNE (CONSELHO NACIONAL DE ELEIÇÕES). **Resultado EL presidenciais 2009**. 2023e. Disponível em: <<http://cne.gw/resultado-presidenciais-2009>>. Acesso em: 30 out. 2024.

GUINÉ-BISSAU. CNE (CONSELHO NACIONAL DE ELEIÇÕES). **Legislativas de 2008**. 2023f. Disponível em: <<http://cne.gw/resultado-de-2008>>. Acesso em: 30 out. 2024.

GUINÉ-BISSAU. CNE (CONSELHO NACIONAL DE ELEIÇÕES). **Resultado presidenciais de 2005**. 2023g. Disponível em: <<http://cne.gw/resultado-presidenciais-2005>>. Acesso em: 30 out. 2024.

GUINÉ-BISSAU. CNE (CONSELHO NACIONAL DE ELEIÇÕES). **Eleições legislativas 2004**. 2023h. Disponível em: <<http://cne.gw/resultado-de-2004>>. Acesso em: 30 out. 2024.

GUINÉ-BISSAU. CNE (CONSELHO NACIONAL DE ELEIÇÕES). **Eleições gerais de 1999 e 2000**. 2023i. Disponível em: <<http://cne.gw/resultado-de-1999-e-2000>>. Acesso em: 30 out. 2024.

GUINÉ-BISSAU. CNE (CONSELHO NACIONAL DE ELEIÇÕES). **Eleições gerais de 1994**. 2023j. Disponível em: <<http://cne.gw/resultado-de-1994>>. Acesso em: 30 out. 2024.

GUINÉ-BISSAU. INE (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA). **Estado e estrutura da população**. Terceiro recenseamento geral da população e habitação de 2009. Bissau, 2009. Disponível em: <[https://stat-guinebissau.com/Menu\\_principal/IV\\_RGPH/rgph1/estado\\_estrutura\\_pop.pdf](https://stat-guinebissau.com/Menu_principal/IV_RGPH/rgph1/estado_estrutura_pop.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2024.

GUINÉ-BISSAU: Aristides Gomes será o novo primeiro-ministro. **DW**, 15 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-presidente-vai-nomear-aristides-gomes-como-primeiro-ministro/a-43394130>>. Acesso em: 30 out. 2024.

GUINÉ-BISSAU: CEDEAO reconhece Umaro Sissoco Embaló como legítimo presidente. **Terra Nova**, 24 abr. 2020. Disponível em:

<[https://terranova.cv/pt\\_PT/guine-bissau-cedeao-reconhece-umaro-sissoco-embalo-como-legitimo-presidente/](https://terranova.cv/pt_PT/guine-bissau-cedeao-reconhece-umaro-sissoco-embalo-como-legitimo-presidente/)>. Acesso em: 30 out. 2024.

GUINÉ-BISSAU: ONDE vão se sentar os 15 deputados? **RFI**, 06 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.rfi.fr/pt/guine-bissau/20160406-guine-bissau-onde-se-vaio-sentar-os-15-deputados>>. Acesso em: 30 out. 2024.

GUINÉ-BISSAU: 12 candidatos às presidenciais. **RFI**, 19 out. 2019. Disponível em: <<https://www.rfi.fr/pt/guine-bissau/20191019-guine-bissau-12-candidatos-presidenciais>>. Acesso em: 30 out. 2024.

GUINÉ-BISSAU: BACIRO e Pedro Infanda surgem nos boletins eleitorais. **RTP**, 24 jun. 2009. Disponível em: <[https://www.rtp.pt/noticias/mundo/guine-bissau-baciro-dabo-e-pedro-infanda-surgem-nos-boletins-eleitorais\\_a228537](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/guine-bissau-baciro-dabo-e-pedro-infanda-surgem-nos-boletins-eleitorais_a228537)>. Acesso em: 30 out. 2024.

HOMENAGEM ao Manuel Rambout Barcelos, “Manecas”. 2012. Disponível em: <<https://livrozilla.com/doc/1052474/manuel-rambout-barcelos--mais-conhecido-por-%E2%80%9Cmanecas%E2%80%9D>>. Acesso em: 30 out. 2024.

HUNTINGTON, Samuel P. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

ÍÉ, Raul. **Estado-nação e governabilidade na Guiné-Bissau: uma leitura decolonial**. 2023. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023.

IMBALI, Faustino (coord.). **Os efeitos sócio-económicos do programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau**. Bissau: INEP, 1993.

ÍNDICE de Desenvolvimento Humano revela aumento de desigualdade e polarização. **ONU News**, 13 mar. 2024. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2024/03/1829072#:~:text=Guin%C3%A9-Bissau%20ocupa%20a%20posi%C3%A7%C3%A3o%20179%20e%20Mo%C3%A7ambique%20a%20183,%20ambos>>. Acesso em: 30 out. 2024.

INVESTIGADOR guineense considera que últimos acontecimentos na Guiné-Bissau visam consolidar a ditadura. **Correio da Manhã**, 27 set. 2024. Disponível em: <<https://www.cmjornal.pt/mundo/africa/detalhe/investigador-guineense-considera-que-ultimos-acontecimentos-na-guine-bissau-visam-consolidar-a-ditadura>>. Acesso em: 30 out. 2024.

ISSUFO, Nádia. Faleceu presidente da Guiné-Bissau. **DW**, 9 jan. 2012. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/faleceu-presidente-da-guin%C3%A9-bissau/a-15654835#:~:text=Malam%20Bacai%20Sanh%C3%A1,%20presidente%20da%20Guin%C3%A9-Bissau,%20morreu%20nesta>>. Acesso em: 30 out. 2024.

JARJU, Abdou. **A instabilidade crónica da Guiné-Bissau: do golpe de Estado de 1980-2018**. 2019. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações

Internacionais: Segurança, Defesa) - Universidade Católica Portuguesa. Lisboa, 2019.

JAUARÁ, Manuel. **Análise do processo de transição democrática na África lusófona**. Curitiba: CRV, 2017.

JAUARÁ, Manuel. Conflito militar e construção de Estado nacional na África lusófona: de luta de libertação à guerra civil. **I Encontro da Associação Brasileira de Estudos de Defesa**. São Carlos, 19-21 set. 2007. Disponível em: <[https://www.abedef.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=74#:~:text=O%20I%20Encontro%20Nacional%20da%20Associa%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira%20de%20Estudos%20de](https://www.abedef.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=74#:~:text=O%20I%20Encontro%20Nacional%20da%20Associa%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira%20de%20Estudos%20de)>. Acesso em: 30 out. 2024.

JAUARÁ, Manuel. Dilema de transição política na África lusófona: de uni para pluripartidarismo. **VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**. Coimbra: CES, 16-18 set. 2004. Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/ManuelJauara.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2024.

JESUS, Fernando Soares de. Lista de estados brasileiros por extensão territorial. **Geografia Opinativa**, 11 set. 2013. Disponível em: <<https://www.geografiaopinativa.com.br/2013/09/lista-de-estados-brasileiros-por.html>>. Acesso em: 30 out. 2024.

KALLÁS, Maria Lima. **La participation politique dans la Guinée-Bissau de la démocratie libérale: rupture démocratique avec le régime 'autoritaire' precedente?**. 2010. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Paris 8 Vincennes–Saint-Denis, Saint-Denis, 2010.

KOHL, Christoph. Construindo a nação na África pós-colonial: o exemplo de Guiné-Bissau. **Tensões mundiais**, v. 7, n. 13, p. 39-71, 2011.

KOSTA, Aniran Ykey Pereira Kaft. **A problemática do sistema de governo na Guiné-Bissau**. 2016. 86 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016.

KOUDAWO, Fafali. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal**. Bissau: INEP, 2001.

KOUDAWO, Fafali. Sociedade civil e transição pluralista na Guiné-Bissau. 1991-1996. In: KOUDAWO, Fafali; MENDY, Peter Karibe (Coord.). **Pluralismo político na Guiné-Bissau**. Bissau: INEP, 1996, p. 67-120.

KOUDAWO, Fafali. **Eleições e lições: esboços para uma análise das primeiras eleições pluralistas na Guiné-Bissau**. Bissau: Ku Si Mon, 1994.

KUENZI, Michelle; LAMBRIGHT, Gina. Party system institutionalization in 30 African countries. **Party Politics**, v. 7, n. 4, p. 437-468, 2001.

LARA, Antônio Costa de Albuquerque de Souza. **A subversão do Estado**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política, 1987.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan A. Elecciones sin democracia: el surgimiento del autoritarismo competitivo. **Estudios Políticos**, Medellín, n. 24, p. 159-176, enero-jun. 2004.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LOPES, Avito Ferreira. Retrospectiva de acontecimentos na Guiné-Bissau ao longo do ano 2012. **Guiné Visão Futuro**, 31 dez. 2012. Disponível em: <<https://guinevisaofuturo.blogspot.com/2012/12/retospectiva-de-acontecimentos-na-guine.html#:~:text=14-Jan-2012%20-%20O%20corpo%20de%20Malam%20Bacai%20Sanh%C3%A1,%20Presidente%20da>>. Acesso em: 30 out. 2024.

LOPES, Carlos (org.). **Desafios contemporâneos da África**. São Paulo: Unesp, 2012.

LOPES, Carlos. O Kaabu e os seus vizinhos: uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 32, p. 9-28, 2005.

LOPES, Carlos. **A transição histórica na Guiné-Bissau: do movimento de libertação nacional ao Estado**. Bissau: INEP, 1987.

LOPES, Carlos. **Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: Edições 70, 1982.

LOPES, José Vicente. **Cabo Verde: os bastidores da independência**. Praia; Mindelo: Instituto Camões; Centro Cultural Português, 1996.

LULA eleito presidente: abstenção cai pela 1ª vez no 2º turno de eleição presidencial desde a redemocratização. **BBC News**, 30 out. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63421487#:~:text=30%20outubro%202022.%20O%20segundo%20turno%20desta%20elei%C3%A7%C3%A3o%20presidencial>>. Acesso em: 30 out. 2024.

MACUANE, José Jaime. Liberalização política e democratização na África: uma análise qualitativa. **Dados**, v. 43, n. 4, p. 671-708, 2000.

MANÉ, Fodé Adulai. O conflito político-militar de 7 de junho de 1998: a crise da legitimação. **Soronda**, Bissau, n. especial, p. 67-85, 2000.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 5-34, 1995.

MARTINS, Manuel Meirinho. **Representação política, eleições e sistemas eleitorais: uma introdução**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2015.

MATEUS, Sofia Diogo. Crise política na Guiné-Bissau agrava-se. **DW**, 6 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/crise-pol%C3%ADtica-na-guin%C3%A9-bissau-agrava-se/a-18633249>>. Acesso em: 30 out. 2024.

M'BUNDE, Timóteo Saba Comportamento partidário e cíclica interrupção da democracia na Guiné-Bissau. **Almanaque de Ciência Política**, v. 1, n. 2, p. 43-56, 2017.

MENDY, Peter Karibe. Amílcar Cabral e a libertação da Guiné-Bissau: contexto, desafios e lições para uma liderança africana efetiva. In: LOPES, Carlos (org.). **Desafios contemporâneos da África**. São Paulo: Unesp, 2012, p. 15-33.

MENDY, Peter Karibe. A emergência do pluralismo político na Guiné-Bissau. In: KOUDAWO, Fafali; MENDY, Peter Karibe (coord.). **Pluralismo político na Guiné-Bissau**. Bissau: INEP, 1996, p. 11-65.

MENDY, Peter Karibe. **Colonialismo português em África: a tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)**. Bissau: INEP, 1994.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do Estado nacional** – conexões entre o discurso da unidade nacional e diversidade étnica (1950-1994). 2013. 318 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

MONTEIRO, Emmanuel Pinto. **A participação eleitoral como forma de consolidação da democracia na Guiné-Bissau**. 2020. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2020.

MONTEIRO, Isaac (coord.). **O Programa de Ajuste Estrutural na Guiné-Bissau: análise dos efeitos sócio-económicos**. Bissau: INEP, 1996.

MOREIRA, Joacine Katar. **A cultura di matchundadi na Guiné-Bissau: género, violências e instabilidade política**. 2017. 303 f. Tese (Doutorado em Estudos Africanos) - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2017.

MORLINO, Leonardo. Qualidades da democracia: como analisá-las. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 18, n. 2, p. 177-194, jul.-dez. 2015.

MORREU o Presidente Malam Bacai Sanhá. **RTP Notícias**, 9 jan. 2012. Disponível em: <[https://www.rtp.pt/noticias/mundo/morreu-o-presidente-malam-bacai-sanha\\_n516645](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/morreu-o-presidente-malam-bacai-sanha_n516645)>. Acesso em: 30 out. 2024.

MORREU NACIONALISTA guineense Rafael Barbosa. **RTP Notícias**, 3 jan. 2007. Disponível em: <[https://www.rtp.pt/noticias/mundo/morreu-nacionalista-guineense-rafael-barbosa\\_n133837](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/morreu-nacionalista-guineense-rafael-barbosa_n133837)>. Acesso em: 30 out. 2024.

MOURÃO, Daniele Ellery. Guiné-Bissau e Cabo Verde: identidades e nacionalidades em construção. **Pro-Posições**, v. 20, n. 1, p. 83-101, jan.-abr. 2009.

MOURÃO, Daniele Ellery. **África “na pasajen”**: identidades e nacionalidades guineenses e cabo-verdiana. 2006. 163 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

NDJAI, Tchernó. **O pensamento político de Amílcar Cabral**: teoria e prática em momentos decisivos na libertação da Guiné-Bissau (1959-1969). 2012. 197 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas eleitorais**. 6.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

“NINO” Vieira recebido por milhares de pessoas no seu regresso à Guiné-Bissau. **RTP Notícias**, 7 abr. 2005. Disponível em: <[https://www.rtp.pt/noticias/mundo/nino-vieira-recebido-por-milhares-de-pessoas-no-seu-regresso-a-guine-bissau\\_n108676](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/nino-vieira-recebido-por-milhares-de-pessoas-no-seu-regresso-a-guine-bissau_n108676)>. Acesso em: 30 out. 2024.

NÓBREGA, Alvaro. **Guiné-Bissau**: um caso de democratização difícil (1998-2008). Lisboa: ISCSP, 2015.

NÓBREGA, Alvaro. **A luta pelo poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: ISCSP, 2003a.

NÓBREGA, Alvaro. Desejo de “Cambança”: o processo eleitoral de 1999. **Soronda**, Bissau, v. 7 (nova série), p. 7-81, 2003b.

NUNES, Tailane Santana. Pan-Africanismo e libertação. A luta anti-colonial de Abdias do Nascimento. **Revista Idealogando**, Recife, v. 2, n. 1, p. 221-226, 2018.

O'REGAN, Davin; THOMPSON, Peter. **Promover a estabilidade e a reconciliação na Guiné-Bissau**: lições do primeiro narco-Estado de África. Washington: Centro de Estudos Estratégicos de África, 2013.

PARLAMENTO da Guiné-Bissau expulsa 15 deputados do PAIGC. **Voa**, 16 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.voaportugues.com/a/parlamento-da-guine-bissau-expulsa-15-deputados-do-paigc/3148718.html>>. Acesso em: 30 out. 2024.

PASQUINO, Gianfranco. Revolução. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: UnB, 1998, p. 1121-1131.

PÉLISSIER, René. **História da Guiné**: portugueses e africanos na senegâmbia. Lisboa: Estampa, 1997, 2 v.

PEREIRA, Domingos Simões. **Democracia liberal na África subsaariana**. Estudos das dinâmicas inerentes ao caso da Guiné-Bissau (da descolonização ao pós-abertura democrática). 2021. 315 f. Tese (Doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais) - Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2021.

PEREIRA, Fela Armando. **Processo de formação do Estado em Guiné-Bissau (1974-2012)**: uma análise teórica à luz de Charles Tilly. 2016. 119 f. Dissertação

(Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

PINHEL, Henrique Augusto. **Alteração (a)normal e (im)previsível da ordem constitucional no Estado de Direito democrático**. As consequências jurídicas e institucionais da instabilidade política e governativa – caso “in factum” na Guiné-Bissau. 2018. 92 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.

PINTO, Bruno César. **Transição democrática e crises institucionais na Guiné-Bissau (1994-2012)**: os desafios da consolidação democrática. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

PITKIN, Hannah Fenichel. **El concepto de representación**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2014.

PRESIDÊNCIA da Guiné-Bissau considera “calunioso e ofensivo” discurso do primeiro-ministro contra Vaz. **RTP Notícias**, 8 ago. 2015. Disponível em: <[https://www.rtp.pt/noticias/mundo/presidencia-da-guine-bissau-considera-calunioso-e-ofensivo-discurso-do-primeiro-ministro-contravaz\\_n850187](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/presidencia-da-guine-bissau-considera-calunioso-e-ofensivo-discurso-do-primeiro-ministro-contravaz_n850187)>. Acesso em 30 out. 2024.

PRESIDENTE DA GUINÉ-BISSAU demite Governo de Baciro Djá. **Mundo ao Minuto**, 15 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.noticiasao minuto.com/mundo/688119/presidente-da-guine-bissau-demite-governo-de-baciro-dja>>. Acesso em 30 out. 2024.

PRESIDENTE guineense demite Governo. **DW**, 12 maio 2016. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/presidente-guineense-demite-governo/a-19251891>>. Acesso em: 30 out. 2024.

PRESIDENTE GUINEENSE recusa DSP para primeiro-ministro. **TFI**, 19 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.rfi.fr/pt/guine-bissau/20190619-presidente-guineense-recusa-dsp-para-primeiro-ministro>>. Acesso em: 30 out. 2024.

PRESIDENTE NINO Vieira demitiu o governo de Carlos Gomes Júnior. **Moçambique para Todos**, 29 out. 2005. Disponível em: <[https://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2005/10/presidente\\_nino/comme nts/](https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2005/10/presidente_nino/comme nts/)>. Acesso em: 30 out. 2024.

RGB-PRS venceu a razão. **Nô Pintcha**, Bissau, 14 set. 2000, p. 12. Disponível em: <<https://nopintcha-chul.letas.ulisboa.pt/pdf/2020-12/No-Pintcha-2000-no-1626.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2024.

RIFFEL, Bettina. Manifestação na Guiné-Bissau contra candidatura de Carlos Gomes Júnior. **DW**, 01 mar. 2012. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/manifesta%C3%A7%C3%A3o-na-guin%C3%A9-bissau-contracandidatura-de-carlos-gomes-j%C3%BAnior/a->



SCHMITT, Carl. **A crise da democracia parlamentar**. São Paulo: Scritta, 1996.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SEMEDO, Maria Odete da Costa Soares. **As mandjuandadi**: cantigas de mulher na Guiné-Bissau: da tradição oral à literatura. 2010. 451 f. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Geras, Belo Horizonte, 2010.

SEMEDO, Rui Jorge da Conceição Gomes. **PAIGC**: a face do monopartidismo na Guiné-Bissau (1974 a 1990). 2009. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

SHARE, Donald; MAINWARING, Scott. Transição pela transação: democratização no Brasil e na Espanha. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 207-236, 1986.

SILVA, Antonio E. Duarte. **Invenção e construção da Guiné-Bissau**. Coimbra: Almedina, 2010a.

SILVA, Antônio E. Duarte. As constituições da Guiné-Bissau. Que constitucionalismo?. In: **SEMINÁRIO DEBATER A CONSTITUIÇÃO DA GUINÉ-BISSAU**. 3-4 dez. 2010b. Disponível em: <[https://www.didinho.org/Arquivo/SeminarioDebater%5b1%5d.pdf#:~:text=Pode%20falar-se%20da%20vig%C3%A2ncia%20de%20tr%C3%AAs%20Constitui%C3%A7%C3%B5es:%201\)-%20a](https://www.didinho.org/Arquivo/SeminarioDebater%5b1%5d.pdf#:~:text=Pode%20falar-se%20da%20vig%C3%A2ncia%20de%20tr%C3%AAs%20Constitui%C3%A7%C3%B5es:%201)-%20a)>. Acesso em: 30 out. 2024.

SILVA, Antônio E. Duarte. **A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa**. Porto: Afrontamento, 1997.

SILVA, Fernando Delfim da. **Guiné-Bissau**: páginas de história política, rumos da democracia. Bissau: Firquidja, 2003.

SILVA, Francisco Henriques da; SANTOS, Mário Beja. **Da Guiné Portuguesa à Guiné-Bissau**: um roteiro. Porto: Fronteira do Caos, 2014.

SOARES, Tiago Luís Rodrigues de Castro. **Desafios à paz na Guiné-Bissau**: o papel da etnicidade na Reforma do Setor de Segurança. 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

SOUSA, Julião Soares. **Guiné-Bissau**: a destruição de um país. Coimbra: Coimbra, 2012.

SOUSA, Julião Soares. **Amílcar Cabral (1924-1973)**: vida e morte de um revolucionário africano. Lisboa: Nova Vega, 2011.

SOUSA, Miguel Girão de. Guiné-Bissau: o golpe militar de 12 de abril e a necessidade da reforma do sector de segurança. **Lusíada. Política Internacional e Segurança**, Lisboa, n. 8, p. 85-115, 2013.

STJ da Guiné-Bissau declara inconstitucional decreto do PR. **DW**, 09 set. 2015. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/decreto-que-nomeia-novo-governo-guineense-declarado-inconstitucional/a-18703352>>. Acesso em: 30 out. 2024.

SUCUMA, Arnaldo. Política e democracia na Guiné-Bissau pós-colonial. **Africa Development**, Dakar, v. 46, n. 2, p. 37-70, 2021.

SUCUMA, Arnaldo. Breve histórico sobre a construção do Estado da Guiné-Bissau. **Cadernos de História UFPe**, Recife, v. 9, n. 9, p. 129-144, 2012.

SUMA, Nando Paulo. **Democracia e comportamento eleitoral na Guiné-Bissau: um estudo sobre a influência da etnicidade nas eleições presidenciais de 2019**. 2023. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

TCHUMÁ, Fátima. Baciro Djá é o novo primeiro-ministro da Guiné-Bissau. **DW**, 20 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/baciro-dja-%C3%A9-o-novo-primeiro-ministro-da-guin%C3%A9-bissau/a-18663095>>. Acesso em: 30 out. 2024.

TÉ, Paulo Anós. **Novos partidos políticos na Guiné-Bissau: uma análise dos seus impactos na institucionalização do sistema partidário (1991-2019)**. 2023. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

TÉ, Paulo Anós; MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. Transição democrática na Guiné-Bissau: uma análise sobre a mercantilização da democracia. **AbeÁfrica**, v. 4, n. 4, p. 214-239, abr. 2020.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o Estado**. Recife: UFPe, 2015.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau, 1994-2006**. 2008. 132 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

TOLSTOI, Lev. **Anna Kariênina**. São Paulo: 34, 2001.

TOMÁS, António. **O fazedor de utopias: uma biografia de Amílcar Cabral**. Lisboa: Tinta da China, 2007.

TRAJANO Filho, Wilson. O precário equilíbrio entre improvisação e regras: reflexões sobre a cultura política da Guiné-Bissau. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 232-266, 2008.

UA (UNIÃO AFRICANA). **African Union Election Observation Mission to the second round of the presidential election on 29 December 2019 in the Republic of Guinea-Bissau**. Preliminary statement. 2019. Disponível em: <[http://au.int/sites/default/files/pressreleases/37934-pr-preliminary\\_statement\\_guinea\\_bissau\\_2019-\\_aueom-election\\_2\\_final.pdf](http://au.int/sites/default/files/pressreleases/37934-pr-preliminary_statement_guinea_bissau_2019-_aueom-election_2_final.pdf)> Acesso em: 30 out. 2024.

UALI, Dauda. **Transição democrática na Guiné-Bissau: o papel da sociedade civil na construção do regime democrático à luz dos debates sobre a transição democrática**. 2024. 94 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

UMARO Sissoco é o novo primeiro-ministro da Guiné-Bissau. **Voa**, 18 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.voaportugues.com/a/umaro-sissoco-novo-primeiro-ministro-guine-bissau/3602807.html>>. Acesso em 30 out. 2024.

UMARO SISSOCO Embaló tomou posse simbólica como presidente da Guiné-Bissau. **Mundo ao Minuto**, 27 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.noticiasao minuto.com/mundo/1422139/umaro-sissoco-embalo-toma-posse-simbolica-como-presidente-da-guine-bissau>>. Acesso em: 30 out. 2024.

UNA, Lázaro; CARRASCAL, Ivete Tatiana; SEIDI, Mamadu; CAMPOS, Cinthia Regina. Crises internas e integração regional: o caso da Guiné-Bissau na CEDEAO. **Política Hoje**, Recife, v. 29, n. 1, p. 154-176, 2020.

VAZ, Nuno; ROTZOLL, Iris Cordelia. Presidential elections in Guinea Bissau 2005: a stabilizing fator in a fragile democracy or only a spot test of the state of affairs? **Afrika Spectrum**, Hamburgo, v. 40, n. 3, p. 535-546, 2005.

VIEGAS, Caterina Gomes; KOUDAWO, Fafali. A crise no PAIGC: um prelúdio à guerra?. **Soronda**, Bissau, n. especial, p. 11-24, 2000.

VOZ DI PAZ. Guiné-Bissau. **As causas profundas de conflitos: a voz do povo. Resultados da auscultação nacional realizada em 2008**. Bissau: Voz di Paz; Interpeace, 2010.

WALLE, Nicolas van de. Elecciones sin democracia. La gama de los regímenes de África. **Estudios Políticos**, Medellín, n. 24, p. 179-195, enero-jun. 2004.

WORLD POPULATION REVIEW. **Guinea-Bissau's population clock**. 2024a. Disponível em: <<https://worldpopulationreview.com/countries/guinea-bissau>>. Acesso em: 30 out. 2024.

WORLD POPULATION REVIEW. **Bissau's 2024 population**. 2024b. Disponível em: <<https://worldpopulationreview.com/cities/guinea-bissau/bissau>>. Acesso em: 30 out. 2024.

YALÁ reprova decisão de N'tchama. **Nô Pintcha**, Bissau, 11 jul. 2000, p. 4. Disponível em: <<https://nopintcha-chul.lettras.ulisboa.pt/pdf/2020-12/No-Pintcha-2000-no-1618.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2024.